

Revista NERA

n. 16



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

“BOOM” AGRÍCOLA E PERSISTÊNCIA DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA: ALGUMAS REFLEXÕES

José Graziano da Silva, Sergio Gómez E. e Rodrigo Castañeda S.

AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR

Miguel A. Altieri

PRESCRIÇÕES AGROECOLÓGICAS PARA A CRISE ATUAL

Gustavo de L. T. Oliveira

O NOVO COLONIALISMO TRANSNACIONAL E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

Frederico Daia Firmiano

LA PRODUCCIÓN FAMILIAR EN LA CUESTIÓN AGRARIA URUGUAYA

Virginia Rossi

**CAMPESINOS SIN TIERRA, TIERRA SIN CAMPESINOS: TERRITORIO,
CONFLICTO Y RESISTENCIA CAMPESINA EN COLOMBIA**

Luis Carlos Agudelo Patiño

**SCALE, PLACE AND SOCIAL MOVEMENTS: STRATEGIES OF
RESISTANCE ALONG INDIA'S NARMADA RIVER**

Pratyusha Basu

**A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA: MUNDOS DOS TRABALHADORES,
QUESTÃO AGRÁRIA E O “LEVANTE COMUNISTA” DE 1949 EM FERNANDÓPOLIS-SP**

Vagner José Moreira

Jan./Jun.

2010



Revista NERA nº. 16

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jan.- jun./2010

Revista NERA

Editores Responsáveis

Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes

Coordenação de publicação

Anderson Antonio da Silva	Janaina Francisca de Souza Campos
Carlos Alberto Feliciano	José Sobreiro Filho
Clifford Andrew Welch	Regina Kretschmer
Djoni Roos	Roberto Mancuzo
Estevan Leopoldo de Freitas Coca	Rodrigo Simão Camacho
Herivelto Fernandes Rocha	

Conselho editorial

Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ciro de Oliveira Bezerra – UFAL (Maceió, AL, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Emília de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Universidade Estadual de Goiás);
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UNESP (Ourinhos, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sívio Simone da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
V́ctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br



Ficha catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9

2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, nº. 15
2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

-
- GEOGRAFIAS DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL**
GÉOGRAPHIES DU TRAVAIL ESCLAVE CONTEMPORAIN AU BRÉSIL
7 CONTEMPORARY SLAVE WORK'S GEOGRAPHIES IN BRAZIL
Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello-Théry, Eduardo Paulon Girardi, Julio Hato.

-
- DYNAMICS OF AGRARIAN TRANSFORMATION AND RESISTANCE**
DINÂMICAS DA TRANSFORMAÇÃO AGRÁRIA E RESISTÊNCIA
29 DINÁMICAS DE LA TRANSFORMACIÓN AGRARIA Y RESISTENCIA
Henry Veltmeyer

-
- ¡HOMBRES DE MAÍZ! UNA MIRADA A LA ACTUALIDAD ORGANIZATIVA CAMPESINA EN GUATEMALA**
HOMENS DE MILHO! UM OLHAR SOBRE A ATUALIDADE ORGANIZACIONAL CAMPONESA NA GUATEMALA
49 MEN OF CORN! A LOOK AT CONTEMPORARY PEASANT ORGANIZING IN GUATEMALA
Luis Felipe Rincón

-
- CRÍTICA À PLURIATIVIDADE E SUAS RELAÇÕES COM O CAMPESINATO E A REFORMA AGRÁRIA**
CRÍTICA A LA PLURIATIVIDAD Y SUS RELACIONES COM EL CAMPESINATO Y LA REFORMA AGRARIA
65 A CRITIQUE OF PLURIACTIVITY AND ITS RELATIONSHIP TO THE PEASANTRY AND AGRARIAN REFORM
Antonio Maciel Botelho Machado e Helvio Debli Casalinho

-
- GEOGRAFÍA DE LA FRONTERA: MECANISMOS DE TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGOCIO EN FRONTERA AGROPECUARIA DE SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA**
81 GEOGRAFIA DA FRONTEIRA: OS MECANISMOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DE SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA
FRONTIER GEOGRAPHY: MECHANISMS OF AGRIBUSINESS

TERRITORIALIZATION ON THE AGRICULTURAL FRONTIER OF SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA

María de Estrada

94

OS FUNDAMENTOS E A EXPRESSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO ACRE

LOS FUNDAMENTOS Y EXPRESIÓN DE LA CUESTIÓN AGRARIA EN ACRE, BRASIL

BASICS OF THE AGRARIAN QUESTION IN ACRE, BRAZIL

Cleilton Sampaio de Farias e Cleisson Sampaio de Farias

112

A “TERRITORIALIZAÇÃO” DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO EM BARREIRAS - BA: MIGRAÇÃO SULISTA, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CONTRADIÇÕES SÓCIO-TERRITORIAIS

EL “TERRITORIALIZACIÓN” DEL AGRONEGOCIO GLOBALIZADO EN BARREIRAS – BAHIA, BRASIL: MIGRACIÓN HACIA EL SUR, LA REESTRUCTURACIÓN Y LAS CONTRADICCIONES SOCIO-TERRITORIALES

THE “TERRITORIALIZATION” OF GLOBAL AGRIBUSINESS IN BARREIRAS, BAHIA, BRAZIL: SOUTHERN MIGRATION, PRODUCTION RESTRUCTURING AND SOCIO-TERRITORIAL CONTRADICTIONS

Marcos Leandro Mondardo

131

A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BA

LA EVOLUCIÓN DE LA ESTRUCTURA DE LA TIERRA DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, BRASIL

FORMATION OF THE AGRARIAN STRUCTURE IN BARRA DO CHOÇA - BAHIA, BRAZIL

Venezina de Oliveira Soares e Luciana Oliveira Rocha

150

ENTREVISTA COM VALMIR ULISSES SEBASTIÃO – “OCUPAÇÕES DE TERRA: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS”

Nallígia Tavares de Oliveira

157

NOTA: A PERMANÊNCIA NA TRANSFORMAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PERMANÊNCIA

Eliseu Savério Sposito

Apresentação

Mais que um espaço de debate, interlocução e difusão do conhecimento produzido pelas pesquisas, os artigos que compõem esta edição da Revista NERA assumem um compromisso político em prol do desenvolvimento do campo, pautado, sobretudo, no avanço e na defesa da agricultura camponesa. Assim, os artigos alinham-se a uma perspectiva contrária às premissas ditadas pelo sistema vigente e a ordem imposta pelo capital. De maneiras distintas, eles discutem a atualidade e a emergência da questão agrária na América Latina, destacando os limites deste modelo sobre o campo, marcado principalmente pela territorialização do capital e pela situação de expropriação e subalternidade das famílias camponesas.

No primeiro artigo, intitulado *Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello-Théry, Eduardo Paulon Girardi e Julio Hato, trazem, a partir da cartografia geográfica, um diagnóstico territorial sobre o trabalho escravo no campo brasileiro e elaboram índices que podem auxiliar nas operações de fiscalização e prevenção deste crime.

Sobre o contexto da América Latina, o segundo artigo, de Henry Veltmeyer, analisa a transformação produtiva e social de sociedades agrárias em sistemas capitalistas e a resistência dessas sociedades na luta contra o desenvolvimento do modelo neoliberal.

No terceiro artigo, Luis Felipe Rincón apresenta o cenário de desigualdade econômica e social que atinge a Guatemala ao evidenciar quatro aspectos centrais: as organizações de agricultores, o trabalho realizado pela Pastoral da Terra, o conflito instaurado para a concessão de contratos para os agricultores e camponeses sem-terra e a situação de esquecimento e marginalidade que as comunidades indígenas sofrem na América Central.

Já o artigo de Antonio Maciel Botelho Machado e Helvio Debli Casalinho trata a pluriatividade como uma expressão do capitalismo contemporâneo que traz sérias consequências para o campo e para a realização da reforma agrária. Para intermediar esse debate, os autores discutem os conceitos de agricultura camponesa, reforma agrária, agricultura familiar e pluriatividade.

Visando compreender o campo argentino, o artigo escrito por María de Estrada, *Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina*, realiza um estudo sobre o movimento interno de expansão da fronteira agrícola, apresentando a atual localização do avanço do agronegócio e os mecanismos empregados para a incorporação de terras camponesas.

Voltando para a realidade brasileira, Cleilton Sampaio de Farias e Cleisson Sampaio de Farias compõem o sexto artigo e retratam alguns elementos presentes na questão agrária acreana - com ênfase na produção de cana-de-açúcar no município de Capixaba. De acordo com os autores, a territorialização da agroindústria do etanol implica na concentração fundiária, expropriação, exclusão e exploração das famílias.

Ainda tratando dos efeitos da territorialização do capital, Marcos Leandro Mondardo analisa os processos de reestruturação produtiva a partir da territorialização do agronegócio globalizado no Oeste da Bahia, no município de Barreiras, e a migração sulista que esse fato gerou. O autor apresenta as contradições que este processo vem desvelando, com a concentração da riqueza e reprodução da pobreza.

Fechando a rodada de artigos, o trabalho *A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça – BA*, de Veroniza de Oliveira Soares e Luciana Oliveira Rocha, discute a estrutura agrária do município de Barra do Choça - BA sob o enfoque da estrutura fundiária, produção agrícola e do trabalho na cultura cafeeira. Através do estudo da evolução da estrutura agrária da região, as autoras destacam as mudanças e os processos contraditórios estabelecidos historicamente na região.

Nallígia Tavares de Oliveira compartilha a entrevista realizada com Valmir Ulisses Sebastião - Dirigente Estadual (São Paulo) da "Frente de Massa" do MST -, na qual é possível compreender um pouco sobre a redução do número de ocupações no estado de

São Paulo, seus impactos e as perspectivas desta estratégia junto ao processo de luta pela terra.

Finalmente, o último texto desta edição é uma nota feita por Eliseu Savério Sposito sobre a abertura do XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), sediado em Porto Alegre, em 2010. Visto por um ângulo singular e crítico a respeito do atual papel dos encontros promovidos pela Geografia, o professor destaca alguns elementos sobre o caráter que os encontros passaram a assumir, discutindo as transformações e a permanências.

Diante deste conjunto de textos, convidamos o leitor a iniciar esta “jornada”. Também aproveitamos para convidar os interessados em submeter suas pesquisas à Revista NERA e agradecer os autores que colaboraram com mais essa edição.

Janaina Francisca de Souza Campos
Editora

“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas reflexões¹

José Graziano da Silva
Sergio Gómez E.
Rodrigo Castañeda S.
FAO - www.rlc.fao.org

Resumo

Este artigo está centrado em análises de alguns fatores que estariam ampliando a brecha entre o dinamismo de setores agropecuários e os avanços na redução da pobreza rural. Esta brecha é analisada em relação à capacidade que tiveram os distintos países estudados em avançar estas duas dimensões: pobreza e crescimento. Desse ponto surge a pergunta sobre quais são as formas de criar uma nova agenda de pesquisa e de discussão política, no quadro das atuais tendências do desenvolvimento agropecuário e rural na América Latina. Deste ponto de vista, no artigo fazemos referência à origem da hipótese inicial e apresentamos uma visão do impacto dos modelos de desenvolvimento sobre a pobreza rural que têm predominado na região. Em seguida, fazemos uma síntese dos principais resultados obtidos em cada um dos oito países onde se realizaram os estudos. Em terceiro lugar, apresentamos as principais conclusões. Por último, apresentamos a agenda de políticas públicas com aspectos importantes para superar situações de pobreza rural.

Palavras-chave: Agricultura, rural, pobreza, desenvolvimento, América Latina.

Resumen

“Boom” agrícola y persistencia de la pobreza rural en América Latina: algunas reflexiones

Este artículo está centrado en el análisis de algunos de los factores que estarían ampliando la brecha entre el dinamismo del sector agropecuario y los avances en la reducción de la pobreza rural. Esta brecha es analizada en relación a la capacidad que tuvieron los distintos países estudiados en avanzar en estas dos dimensiones; pobreza y crecimiento. Desde aquí nace la pregunta sobre cuáles son las formas de crear una nueva agenda de investigación y de discusión política, en el marco de las actuales tendencias del desarrollo agropecuario y rural en América Latina. Desde esta óptica, el artículo hace referencia al origen de la hipótesis inicial, que plantea una visión sobre el impacto de los modelos de desarrollo sobre la pobreza rural que han predominado en la Región. Luego, se hace una síntesis de los principales resultados obtenidos en cada uno de los ocho países donde se realizaron los estudios. En tercer lugar, se presentan las principales conclusiones de este trabajo. Por último, se presenta la agenda de políticas públicas con aspectos claves para superar situaciones de pobreza rural.

Palabras clave: Agricultura, rural, pobreza, desarrollo, América Latina.

¹ Este artigo se baseia no capítulo final do livro: “Boom agrícola y persistencia de la pobreza rural” de José Graziano da Silva, Sergio Gómez E. e Rodrigo Castañeda S. Editores. Publicado pelo Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe, novembro de 2009. Para os leitores que se interessarem em aprofundar o tema, o livro se encontra disponível em: <http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/desarrollo/boom/lanza.htm>. O livro inclui oito estudos de caso que correspondem à Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua e Peru.

Abstract

Latin America's agricultural “boon” and persistence of rural poverty: some reflections

This article offers an analysis of some of the factors that appear to be widening the gap between the dynamic growth of the agricultural sector in parts of Latin America and progress in the reduction of rural poverty. The gap is analyzed through examining the capacity demonstrated by each of the countries studied to make progress in relation to both poverty reduction and growth. Out of this arises the issue of the shape of a new agenda for research and policy discourse in the context of current trends in agricultural and rural development. We refer first to the origins of the hypothesis behind the study, examining the impact on rural poverty of the various models of development that have prevailed in the region. Secondly, we provide a brief summary of the main results that have emerged from the eight countries studied. Thirdly, the main conclusions of the study are presented. Finally, proposals are made for national policies to overcome the various manifestations of rural poverty.

Keywords: Agriculture, rural, poverty, development, Latin America.

Hipótese inicial

A hipótese que guiou os estudos de caso em cada país teve como base os diferentes modelos de desenvolvimento do setor agropecuário e os impactos que teriam sobre os níveis de pobreza rural.

Tem se defendido que durante a vigência do modelo de crescimento para dentro, que corresponde ao processo de industrialização para substituir a importação, a agricultura teve um papel subordinado. Esta subordinação foi representada pela produção a preços que permitiram aos setores urbanos ter acesso aos alimentos com salários compatíveis com a capacidade de remuneração da indústria nascente. Ainda foram estabelecidas políticas que fixaram um salário mínimo aos trabalhadores urbanos. Assim se explica que os governos aplicaram políticas que fixaram preços aos produtos agropecuários alimentícios em um nível relativamente baixo, o que explicaria também o lento crescimento da produção agropecuária.

A implementação deste modelo significou o abandono, por parte dos governos, da preocupação pelo desenvolvimento rural. Assim, a população rural vivia em condições de pobreza que se expressava em baixos índices de alfabetização, salubridade, escolaridade, moradia e emprego. Estas condições explicam o intenso êxodo rural para as grandes cidades que ocorreram naquela época. No final da década de 1960, quando se denunciava as crises do modelo de industrialização, se constatava um atraso na estrutura agrária que predominava na América Latina. A estrutura agrária predominante continuava sendo o complexo latifúndio-minifúndio, que consistia em uma estrutura agrária altamente concentrada e uma fragmentação dos pequenos proprietários e dos minifundiários com pouca terra².

Desta maneira, o custo que o setor agropecuário teve que pagar, em seu conjunto, foi transferido para os setores com menos capacidade de pressão, para os camponeses e

² Este diagnóstico foi demonstrado por numerosos estudos, entre os quais se destaca o trabalho do Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA) Uma síntese deles se encontra em: Solon Barraclough y Juan Carlos Collarte. *El Hombre y la Tierra en América Latina. Síntesis de los informes CIDA sobre tenencia de la tierra en Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, Guatemala, Perú.* Editorial Universitaria, Santiago de Chile 1971.

assalariados rurais. Isto explica³ que uma parte importante da persistência da pobreza rural é consequência direta da vigência deste modelo de desenvolvimento.

Com a implementação do modelo neoliberal e a ampliação do processo de globalização, as restrições para importar e exportar diminuíram e produziram importantes modificações na economia. No caso do setor agropecuário, definiu-se que este deveria encontrar uma nova estrutura produtiva, em função das vantagens comparativas que tem cada um dos países, que seriam transmitidas através de mudanças dos preços. Em função destas vantagens, cada país deveria especializar-se em produzir somente produtos com os quais pudesse contar com vantagens e inserção no mercado internacional, gerando excedentes que lhe permitissem, por sua vez, importar desde outros países aqueles produtos que precisassem, a um preço inferior ao que poderia ser produzido internamente. Assim, se estabelece o modelo agroexportador que predomina atualmente na América Latina.

Instalado o novo modelo, poderia se supor que ao remover a base estrutural que explicava a pobreza rural no modelo anterior, se poderia avançar na sua redução significativa. Esta é a base da hipótese que serviu de guia ao conjunto dos estudos realizados.

Cabe notar que nos anos 2003 a 2007 registrou-se uma tendência de aumento na taxa de crescimento agropecuário com uma média de 4,8% anual, situação que provavelmente pode ser restringida com a atual crise global, de acordo com a CEPAL.

Condicionantes do emprego rural

Uma das variáveis que aparece como determinante na transmissão do dinamismo do setor agropecuário para as famílias mais pobres são as condições do mercado de trabalho rural, que atuam como uma barreira ou como uma saída das distintas situações de pobreza rural. Por exemplo, o caso do Brasil mostra que a evolução da renda entre 1995 e 2006 segue a mesma linha da evolução da Nicarágua, onde a metade do mercado de trabalho rural consiste em trabalho não qualificado que usualmente não são bem remunerados.

Dessa forma, os estudos realizados apresentaram evidências sobre o fato de que existiria impacto na superação da pobreza nas regiões com presença de mecanismo de geração de emprego. Por tal motivo, o mercado de trabalho merece especial atenção como um dos condicionantes de emprego:

- Emprego assalariado, crescente predominância dos assalariados temporais, em detrimento dos permanentes.
- Ocupação sem remuneração monetária nos segmentos da agricultura e de subsistência.

O sentido de incorporar este tema em forma sistemática obedece a necessidade de contar com antecedentes que permitam formular políticas públicas de emprego e ocupações que sejam pertinentes e que conduzam à redução da pobreza rural. Sem dúvida, para isso existe a necessidade de caracterizar o emprego rural permanente e temporal, abordando novas

³ Ver, entre outros: Fernando H. Cardoso y Enzo Faletto. Dependencia y desarrollo en América Latina, Siglo Veintiuno Editores. México, D.F., 1971; Celso Furtado. Economic development of Latin America, Cambridge, Cambridge University Press. 1970; Raúl Prebisch, R. "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas", Boletín económico de América Latina, Vol. 7, N° 1, Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe CEPAL, febrero. 1962; Valpy FitzGerald. La CEPAL y la teoría de la industrialización Saint Antony's College, Oxford, Revista de la CEPAL. Edición especial "CEPAL cincuenta años", Santiago, 1998.

realidades como a incorporação da mulher ao mercado de trabalho com o avanço das restrições ao trabalho infantil.

Por outra parte, parece necessário acompanhar este nível de análise com uma abordagem sobre as principais instituições que são relevantes para a superação da pobreza, entre elas:

- a) o nível de informalidade do emprego rural;
- b) a existência ou não do salário mínimo e a fiscalização de seu cumprimento;
- c) a possibilidade de estabelecer sindicatos representativos e de estabelecer negociações coletivas;
- d) as formas ou modalidades de contratação (por jornada, empreitada ou tarefa);
- e) a cobertura dos sistemas de segurança social.

Esta lista não é exaustiva, mas reúne os principais aspectos que devem ser abordados em análises da institucionalidade do trabalho, desde o ponto de vista que resulta determinante na formulação de políticas públicas destinadas a superação da pobreza rural.

Principais conclusões

À continuação, analisamos os antecedentes da natureza do *boom* agropecuário e o impacto que teve sobre a pobreza rural. Para este último, fazemos um agrupamento de países, de acordo aos resultados dos estudos de caso, e uma apresentação dos fatores identificados como determinantes da superação da pobreza rural.

O Boom Agrícola

Uma das principais conclusões dos estudos de caso é que, efetivamente, pode-se observar um crescimento significativo da produção agropecuária, mas esta se encontra concentrada em algumas regiões, em determinados produtos e vinculados aos produtores com acesso a mercados externos.

Os países estudados mostram a evidência desta dinâmica. Na Argentina, por exemplo, podemos destacar a região dos pampas e – em menor medida - a região Norte, com predomínio da soja, centrado em produtores médios e, fundamentalmente, grandes, que mediante a modalidade dos “*pool* de plantio” têm realizado fortes investimentos, introduzindo novas tecnologias. Esta produção está destinada aos mercados externos.

No Brasil destaca forte crescimento na região Centro-Oeste e em menor medida na região Sul, com três produtos que se sobressaem: algodão, soja e frango, com empresários que usam tecnologia de ponta e que destinam estas produções aos mercados externos.

No caso do Chile, o forte dinamismo produtivo se observou nas regiões localizadas na zona central, com predomínio da produção de frutas, hortaliças (fresca e processada) e sementes por médias e grandes empresas articuladas em cadeias produtivas e de serviços mais amplos. O conjunto desta produção também é destinado ao mercado externo.

No caso da Colômbia, não se realizou uma análise detalhada em escala regional, mas o que fica claro é que, longe de um crescimento da produção agropecuária, se observou um crescimento baixo e instável e que o narcotráfico e a guerrilha são obstáculos ao desenvolvimento do país em geral e ao campo em particular.

No caso da Guatemala, também se observa um crescimento importante em certas regiões do centro, particularmente na produção para a exportação de hortaliças e cana-de-

açúcar, e no altiplano, onde se produz café, também para a exportação, mas se trata de uma “produção gourmet” (para diferenciá-lo de “commodity”) produzida por pequenos agricultores.

No caso do México, igualmente se observa um crescimento importante, mas restringido a determinadas zonas, que se estima em 500.000 hectares, como a região noroeste, que produz frutas e hortaliças destinadas ao mercado externo, onde participa um número cada vez menor de produtores bem-sucedidos.

Igualmente no caso de Nicarágua há um setor emergente nas regiões do Atlântico Sul e Centro, especializado na exportação de produtos lácteos vinculados aos investimentos estrangeiros. Também se constatou o dinamismo na produção de gergelim por parte de pequenos produtores destinada a nicho de mercados (“comercio justo” com produção orgânica) nas planícies do Pacífico e no trópico seco do ocidente do país.

Finalmente, no Peru, se observa o mesmo modelo. O crescimento centrado fundamentalmente na região costeira, onde médios e grandes proprietários produzem hortaliças e frutas, todos eles destinados ao mercado externo.

Portanto, como pode-se observar nestes estudos, há efetivamente um dinamismo da produção agropecuária, em que, de acordo ao modelo de desenvolvimento vigente, está concentrado nas regiões onde cada país conta com vantagens naturais para produção e, em outros casos, onde foi obrigado a criar vantagens competitivas, mas sempre orientadas para o mercado externo. Na maior parte dos casos, quem participam desses processos são produtores médios e, preferencialmente, grandes, com algumas exceções, como o caso indicado dos cafeiteiros na Guatemala e os produtores de gergelim na Nicarágua.

Desta forma, não é possível estabelecer que exista relação direta entre produção agrícola e diminuição da pobreza rural nas regiões estudadas, diferentemente de outras regiões do planeta como China e Índia, como tem sido demonstrado por Alain de Janvry ao comparar o índice de redução de pobreza e o de índice de valor agregado por trabalhador agrícola em distintas regiões do mundo⁴. Por outra parte, o emprego agrícola, mesmo que tenha sido uma das maiores fontes de redução da pobreza, não estaria cumprindo com as necessidades mais básicas de renda para as famílias pobres, por causa da precariedade dos empregos e, muitas vezes, da mal remuneração, situação que acontece em muitos países da América Latina. É por esse motivo que o problema vai além do crescimento econômico e requer uma estratégia de desenvolvimento integral.

Neste sentido, o que é possível apresentar, à luz dos resultados dos estudos, é a necessidade de incorporar às políticas agrícolas dos estados nacionais aspectos que abordem os fatores condicionantes da pobreza. Ao nosso juízo, a agricultura como saída da pobreza precisa de um Estado forte com mecanismo que regulem as imperfeições do mercado de trabalho. Esta foi outra das situações comprovadas pelo estudo: se o *Boom* agropecuário gera emprego, o impacto é positivo na redução da pobreza rural. A atual crise é geradora de oportunidades importantes neste sentido sobre todo o que poderíamos chamar “uma revalorização e questionamento do papel do Estado”.

Outra reflexão que surge dos resultados dos estudos é que a própria existência do *Boom* agrícola também deve ser matizada. É certo que existiu um crescimento da produção de certos produtos, sobre todo em alguns países, mas ele ocorre no contexto da incerteza sobre o alcance dos efeitos de diferentes crises que se encontram em desenvolvimento. Por um lado, a crise derivada da elevação dos preços dos produtos agropecuários; por outro, aquela ligada ao tema ambiental do aquecimento global; e finalmente; a crise financeira global em curso. Este conjunto de situações gera um clima de incertezas e de vulnerabilidade, que é necessário considerar na análise.

⁴ Ver: Alain de Janvry y Elisabeth Sadoulet. Agricultural growth and poverty reduction: Additional evidence, Preparado para World Bank Research Observer, Mayo 2009.

Portanto, não só é de interesse analisar os efeitos de um *Boom* agrícola como meio de superação de pobreza, mas também os efeitos que tem a característica de instabilidade deste tipo de crescimento, gerando em si mesmo uma situação de vulnerabilidade e um fator de empobrecimento dos espaços rurais que dependem desta atividade.

A Pobreza Rural

Em primeiro lugar, são analisarmos os números globais da região, a evolução da pobreza tem sido positiva, já que está diminuindo. No entanto, ela se mantém alta. De acordo à CEPAL, em 2008, havia 34 milhões de indigentes no setor rural da região. Por sua vez, a magnitude da pobreza rural tem variações importantes nos diferentes países. Enquanto se situam em torno de 10% da população rural em alguns países, em outros alcança quase 80%.

Estas variações estão refletidas nos estudos e mostram que se produziu uma forte redução dos números da pobreza tanto em escala nacional como no setor rural. Em geral, como já foi dito anteriormente, este impacto tem mais relação com a amplitude dos programas sociais e gasto público que com o aumento da produção em um contexto de alta de preços agropecuários.

Para efeito de análise, a seguir são apresentados antecedentes sobre a evolução da pobreza, agrupando os países estudados de acordo com as evidências que conseguiram mostrar os principais fatores determinantes da pobreza rural.

a) Grupos de países

Do conjunto de estudos pode-se observar várias situações que, de acordo com a informação coletada, podemos dividir em dois grandes grupos. O primeiro consta de dois países onde pode se concluir que a pobreza rural tem diminuído, ainda que não se tenha antecedentes que indiquem que tenha sido por efeito direto da agricultura: Guatemala e México. O segundo grupo conta com informações que permitem afirmar que a pobreza efetivamente tem diminuído, e onde pode se encontrar uma vinculação com o resultado do setor agropecuário: Brasil, Chile e Peru. Por outro lado, existe alguns países sobre os quais não foi possível conseguir informações que permita uma visão direta e clara sobre a situação da pobreza rural: casos da Argentina, Colômbia e Nicarágua.

No caso de Guatemala e México, a redução da pobreza rural tem sua origem em novos padrões de migrações da população rural, que se separa das modalidades tradicionais. Trata-se de migrações temporais, em que os imigrantes mantiveram um vínculo com o lugar de origem, no qual está parte do grupo familiar, e eles migram para outros lugares rurais ou urbanos, dentro de seus países ou fora deles, desde onde enviam sistematicamente dinheiro. Em outras palavras, se produz uma dissociação entre o mercado onde se gera o ingresso e onde se realiza o consumo.

Esta é a situação que se encontra na base das remessas, as quais tem uma particular importância no caso destes dois países, Um número demonstra a importância deste tema: na Guatemala as transferências diretas (remessas) que se enviam desde os Estados Unidos equivalem a 2/3 do total das exportações do país. Finalmente deve-se registrar que, no caso do México, as famílias rurais são cada vez menos dependentes da renda proveniente da agricultura.

No próximo ponto serão analisados, em separado, os principais componentes que condicionam as possibilidades de saída da pobreza rural.

Os casos que apresentam antecedentes mais claros são Brasil, Chile e Peru. No caso do Brasil, a pobreza se reduz em todo o país, mas com mais força nas regiões Centro-Oeste e

Sul. No caso do Chile a redução também é na Zona Central. Finalmente, no Peru, a redução da pobreza se concentra na região costeira, especialmente no sul, e, em menor medida, na selva.

Nos três casos, a pobreza rural persiste com maior força em regiões específicas, no caso do Brasil, a pobreza segue concentrada na região Nordeste; no Chile, o estudo demonstra que se manteve em níveis mais altos na região sul; e, no Peru, é na zona da serra. No caso dos últimos dois países, são regiões onde se concentra a população indígena, que tem sido historicamente discriminada.

Quando são analisadas as causas da diminuição da pobreza, no caso do Brasil, os elementos que explicam esta situação são, em primeiro lugar, a extensão dos benefícios dos programas regulares da previdência social para o campo e, em segundo lugar, a importância dos programas de transferências condicionadas, como por exemplo o programa Bolsa Família.

No caso do Chile, a principal causa da diminuição da pobreza rural da zona Central e em todo o país, com diferentes intensidades, são os subsídios monetários que o governo transfere aos pobres rurais através de múltiplos programas, que efetivamente se encontram enfocados nos setores mais carentes. Observa-se que em nenhum dos dois casos o fator que explica a diminuição da pobreza rural foi consequência do *Boom* agrícola.

Por outra parte, existem alguns países onde não foi possível estabelecer claramente o nível de vínculo entre pobreza e crescimento agropecuário. Em alguns deles, como a Argentina, a carência de informação oficial foi a principal causa; em outros, como Colômbia e Nicarágua, as análises não permitiram uma conclusão.

Apesar disto, os estudos permitem estabelecer algumas reflexões sobre o tema. No caso da Argentina, mesmo que não exista informação oficial que permita considerar isoladamente a pobreza rural da pobreza em geral, o estudo permite inferir que, desde o ponto de vista do crescimento, os eventuais efeitos positivos do aumento da produção da soja poderiam ter diminuído os conflitos sócio-políticos que têm tido como epicentro esta atividade produtiva e que tem afetado este país. Entretanto, temos que registrar que, desde o começo dos anos 2000, começaram programas de transferências condicionadas em algumas regiões, que tiveram impacto positivo no nível da renda dos pobres rurais.

O caso da Colômbia mostra que os conflitos que caracterizam este país têm motivado importantes deslocamentos de populações rurais das zonas de conflito para outras áreas, que tem como efeito indireto a diminuição da pobreza rural.

A Nicarágua, por sua parte, se caracteriza pela vulnerabilidade de sua economia frente aos desastres naturais, como o a Furacão Mitch (1998), e à variação dos preços internacionais, como foi a crise do preço do café (2000). Além disso, não se tem priorizado uma política de a superação da pobreza rural.

Por tudo isso, é prioritário buscar os caminhos para aprofundar as análises de caráter conclusivo em cada um dos casos.

b) Fatores vinculados à superação da pobreza rural.

Como já apontado anteriormente, os principais fatores determinantes na superação da pobreza rural são transferências de renda, melhor funcionamento do mercado de trabalho e apoio à pequena agricultura.

- Transferências

As transferências são a entrega de recursos por parte do Estado a grupos em situação de pobreza. Podemos distinguir pelo menos três tipos:

Transferências simples. trata-se de um montante periódico de dinheiro entregue pelo governo às pessoas que se encontram em condições de pobreza. Normalmente correspondem a

famílias ou pessoas que se situam em condições que as instituições dos governo definem como pobres e indigentes.

Transferências condicionadas. Estes programas ganharam notoriedade a partir de meados da década de 1990 na América Latina e constituíram uma inovação no âmbito dos planos de luta contra a pobreza. Em primeiro lugar, não adotaram o modelo do seguro social e seu esquema contributivo, em segundo lugar significaram um distanciamento da prática dominante até então de simples entrega de cestas básicas de alimentos. Como seu nome indica, estes programas se caracterizam por exigir o cumprimento de certas condições por parte dos beneficiários como, por exemplo, a frequência escolar por parte das crianças, controles médicos periódicos ou o cumprimento de certos requerimentos nutricionais.

Programas de seguridade social. O principal programa de seguridade social que opera na América Latina é o brasileiro. Esta assistência social serve a todos que necessitam. Trata-se do pagamento mensal de um salário mínimo a todo adulto maior de 65 anos e pessoas com necessidades especiais que comprovem não ter condições de ganhar seu sustento. O trabalhador rural foi incluído no sistema de seguro social em 1991, com caráter de contribuição obrigatória. Este sistema tem uma estabilidade maior que as outras transferências na medida em que têm continuidade com respaldo legal.

- Remessas

As remessas são contribuições dos emigrantes temporários que se encontram em países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos, enviadas a seus lares de origem, sejam urbanos ou rurais. A importância que as remessas internacionais têm na economia dos países e na renda familiar dos lares pobres é considerável. Em 2006, as remessas enviadas aos países latino-americanos superaram os 60 bilhões de dólares, cifra que se triplicou em relação a 2001, devido fundamentalmente ao aumento da emigração⁵. Esta cifra, que provem fundamentalmente de dentro dos Estados Unidos, é superior a todo o investimento estrangeiro direto e também a toda a assistência oficial para o desenvolvimento que a região recebeu em seu conjunto. Segundo a CEPAL, cerca de 54 % do montante das remessas se concentraram no México e no Istmo Centro-americano e 31 % na América do Sul⁶. Em alguns países podem chegar a representar a principal fonte de divisas e uma porcentagem importante do PIB. Por exemplo, no Haiti representam cerca de 29 % de seu PIB e, em Honduras, o valor equivale a 25%.

Dada a profundidade da crise em que vivem hoje os países mais desenvolvidos (e que certamente terá impacto na América Latina) é importante destacar o efeito que terá nos lares pobres que deixarão de receber ou receberão menores remessas pelo desemprego dos imigrantes nos países de destino. Segundo o BID, entre 2007 e 2008, as remessas já diminuíram em termos reais em quase 2 %, e numa estimativa para 2009 esta cifra aumentou cerca de até 13 %.

- Mercado de trabalho

Dentro do mercado de trabalho assalariado é necessário distinguir entre os assalariados agrícolas, que trabalham no mundo das empresas agrícolas, daqueles que trabalham também

⁵ Solimano, A., Allendes, C. (2008): Migraciones internacionales, remesas y el desarrollo económico: la experiencia latinoamericana. Serie de la CEPAL, No. 59 Macroeconomía del desarrollo. CEPAL, Santiago.

⁶ CEPAL, (2006): Op. Cit.

como assalariados em setores de agricultura camponesa e aqueles que trabalham como assalariados em empregos rurais não agrícolas.

Com relação aos assalariados em empresas agrícolas, em países como Chile e México constata-se a presença deles dentro dos grupos que se encontram em situação de pobreza. Por sua vez, em setores da agricultura camponesa, também contratam-se assalariados, fundamentalmente como temporários, mas são muito mal remunerados. Nos países andinos, a maioria dos pobres rurais trabalha na agricultura familiar.

Quanto aos empregos rurais não agrícolas, temos que destacar que, ainda que eles tenham uma importância cada vez maior em relação à renda agrícola, eles encontram-se muito ligados às atividades propriamente agrícolas. Em outras palavras, uma proporção significativa destes empregos não agrícolas se torna possível a partir da demanda em consequência dos empregos agrícolas.

Por outro lado, temos aqueles que têm ocupação em setores da pequena agricultura e da agricultura de subsistência. A discussão acerca da vigência da agricultura familiar camponesa deve situar-se na realidade que se vive na América Latina na atualidade. As teorias que assinalavam a desaparecimento do campesinato como resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo têm sido superadas pela realidade. Atualmente, subsistem amplos grupos complementando suas rendas com outras atividades, sejam produtivas ou de serviços ou no mercado de trabalho. A realidade é que existe um grupo numeroso de agricultores familiares na região e que sua vigência depende, em grande parte, das políticas públicas que se possam formular e implementar para apoiar este setor. Isso porque é tão clara a constatação de sua existência e de que a simples o crescimento dos setores mais dinâmicos e modernos se tem causado o progresso e o desenvolvimento da agricultura familiar.

Papel da agricultura na redução da pobreza rural

Se o papel que a atividade agropecuária pode desempenhar tem se relativizado em relação à superação da pobreza rural, perante a importância que vão assumindo as transferências em suas diversas formas e as rendas rurais não agrícolas, é necessário assinalar que esta continua sendo uma atividade que está na base das condições para superação da pobreza rural, pela importância que tem o emprego rural e, em particular, a ocupação agrícola na maioria dos países da região. Segundo as últimas cifras da publicação do Banco Mundial *World Development Report*: cerca de 75 % dos pobres vivem em zonas rurais e a maioria deles ainda depende da agricultura para sua subsistência.

Isto é uma contradição em relação à tendência que temos presenciado nos últimos anos e que é comprovada pelos estudos; a urgência de reduzir a pobreza induz os governos a abandonar a agricultura como instrumento de redução de pobreza, privilegiando os programas de transferência de ingressos, tal como foi colocado anteriormente, não se trataria de iniciativas excludentes mas de planejar programas mais integrais com componentes de produção agrícola e complementos nos ingressos.

Também deve-se destacar o papel da agricultura de subsistência como suporte amortecedor para situações de vulnerabilidade social em época de crises econômicas, onde um dos efeitos mais clássicos é a perda do emprego formal. Sobre este ponto é necessário mencionar que, na grande maioria dos países da América Latina, a perda do emprego também traz como consequência a vulnerabilidade social, que se manifesta em menor acesso à saúde e previdência social, entre outras. De tal forma, a existência de agricultura de subsistência, sobretudo em territórios deprimidos, serve como um sistema de segurança social e um lugar de refúgio para alguns membros dos lares mais pobres. Esta função cobra maior importância ao comprovar que os programas de assistência do Estado não estão planejados para funcionarem em momentos de crise. Nos deparamos, no entanto, com um conceito de agricultura de

subsistência residual, no qual se agrupam e associam uma série de atividades tanto agrícolas como não agrícolas, mas que não são sujeitos de programas de apoio ao fomento produtivo.

A agricultura é um lugar de resistência ou um "colchão" para os lares rurais pobres, no qual se refugiam em períodos de crises quando não há emprego ou este se torna escasso. Muitas vezes, em situações de crise, os governos não tem capacidade de responder porque sua economia também se fragiliza. Por isso, deve-se fomentar a agricultura de autoconsumo, mas não pensando que isto vai conseguir fazer com que os pobres saiam de sua situação de pobreza, senão como algo que diminui em parte a vulnerabilidade de estes lares pobres frente a uma crise. Este contexto de crise global e instabilidade dos mercados faz necessário voltar a dar maior atenção à segurança alimentar, tema fundamental nos anos 1970 e 1980, e que de certa forma foi perdendo a atenção dos governos nos últimos anos, ao privilegiar o modo agroexportador vigente.

De qualquer maneira, continua vigente a idéia de que o desempenho da agricultura permanece fundamental para reduzir a pobreza rural na América Latina e no Caribe. Mais ainda quando a América Latina está sendo vista como uma parte da solução aos problemas de alimentação de outras regiões do planeta. Desta maneira, uma das conclusões desta pesquisa é que o apoio e expansão da produção da agricultura familiar serve não somente para assegurar a disponibilidade de alimento de forma imediata, mas também como uma forma de compensar a falta de sistemas de proteção social, ou de apoio como os seguros de desemprego, para segmentos extremamente pobres do campo.

Agenda de políticas públicas

Tal como se colocou no início deste artigo, questionamos quais seriam os novos temas de uma agenda política que priorize a diminuição da pobreza rural num contexto de agricultura moderna. Depreende-se desta pergunta que muitas políticas agrárias e rurais atuais são ainda reflexo de uma situação que existiu no passado, mas que perdeu vigência na medida em que tem surgido uma nova realidade no campo e no funcionamento dos sistemas agro-alimentares da América Latina. Isto reforça a idéia de que é necessária uma nova geração de políticas que se ajuste a esta realidade emergente.

Deste modo, os resultados do projeto sugerem avançar em algumas políticas públicas que sejam particularmente relevantes para abordar os temas apresentados. A seguir se apresentam alguns elementos que deveriam servir como insumos para a elaboração de uma agenda de apoio às políticas públicas que tenha impacto na superação da pobreza rural e outros temas que ainda precisam fazer parte de uma agenda de pesquisa.

1. Agenda de apoio às políticas públicas

a. Apoio aos programas de transferência de renda

A importância destes programas na diminuição da pobreza rural recomenda sua ampliação a países nos quais ainda não existem ou nos quais ainda tem um alcance muito reduzido. Seu impacto é maior na medida que focalizamos os recursos dirigidos às populações mais pobres.

Ao mesmo tempo, é importante fazer menção à necessidade de coordenar e integrar na formulação dos programas de transferência de rendas componentes de nutrição, saúde, e educação como base de uma política de proteção social. Isto já foi ratificado nos estudos e seminários realizados pela FAO sobre este assunto (Seminário de Programas de Transferência Condicionada 2006, 2007 e 2008), e se enquadram nos princípios do direito à alimentação. Os

efeitos deste tipo de iniciativas é maior ainda, pois conseguem potencializar o desenvolvimento dos espaços locais, incentivando a agricultura familiar e a produção local.

Ao mesmo tempo, a universalização dos programas de pensões sociais tem um grande impacto, principalmente se considerarmos que a população rural da América Latina mostra altos níveis de envelhecimento. Seria interessante analisar sua implementação e os custos de programas deste tipo, como aqueles já implementados no Brasil, México e Peru, para que possam ser replicados em outros países.

b. Programas para pequena agricultura

A crise financeira abre uma oportunidade para promover políticas orientadas a fomentar a produção de alimentos básicos, assunto no qual a agricultura familiar tem experiência e cujas capacidades atualmente encontram-se subutilizadas. O projeto e a aplicação de políticas de apoio à pequena agricultura - que considerem o ciclo produtivo completo - são necessários para ajudar a aliviar a pobreza rural.

Programas que considerem o abastecimento de insumos, crédito, assistência técnica e comercialização são necessários naqueles países onde existem setores campestres significativos. A possibilidade de promover relações com as cadeias produtivas é uma alternativa que deve-se explorar, pois embora exista uma lógica que tende a marginalizar os pequenos produtores destas cadeias; uma política pública poderia amenizar esta tendência.

Uma política de estímulo à agricultura familiar deveria considerar aspectos como: acesso ao crédito rural com juros baixos, desenvolvimento tecnológico para reduzir a dependência de derivados do petróleo, fomento à produção de sementes produzidas localmente, compras públicas que garantam mercados locais aos agricultores familiares, resgate de produtos tradicionais e acesso a terra, entre outros⁷.

Da mesma forma, os programas de subsistência, mediante o apoio à instalação de hortas nos lares rurais pobres, costumam ter um custo relativamente baixo, em relação ao impacto no alívio do fome e das escolas que marcam o futuro das crianças.

O impacto destas políticas na alimentação do grupo familiar (com uma importância especial no caso das crianças) tem sido amplamente demonstrado. Além disso, num cenário de instabilidade de preços (com tendência à alta), a agricultura de subsistência não é exclusividade de áreas rurais. Conceitos como a agricultura urbana ganham mais sentido como uma alternativa para melhorar a qualidade de vida das populações mais pobres e vulneráveis. O fomento da produção de alimentos pode chegar a representar uma contribuição importante à renda familiar, reduzindo os custos do lar em frutas, vegetais, e algumas formas de proteína vegetal e animal.

c. Melhoria nas condições de trabalho

As políticas públicas que incidem no funcionamento do mercado de trabalho deverão contar com regulamentos que forneçam possibilidades para equilibrar a assimetria que os empregadores tem sobre a força de trabalho e a necessária formalização das relações de trabalho para que os trabalhadores rurais possam sair de sua condição de pobreza. Neste sentido, poderiam ser favorecidas iniciativas que facilitassem a organização sindical.

Estas políticas devem considerar também a sazonalidade do trabalho agrícola, como uma característica própria deste, e não como uma desocupação transitória. A temporalidade é uma característica deste mercado de trabalho.

⁷ Para maiores detalhes vide Documento de trabalho FAO, José Graziano Da Silva “Políticas de reemplazo de importaciones agrícolas” Janeiro 2009.

2. Agenda de temas que requerem mais pesquisa

Por outro lado, os trabalhos realizados sugerem que existem diversos temas que devem ser aprofundados. Entre eles, identificar uma nova unidade de análise que ajude a compreender as diferenças regionais no interior dos países; descompor conceitos genéricos demais como “lares rurais pobres” e “atividades rurais não agrícolas” e o funcionamento do mercado de trabalho rural.

a. Uma nova unidade de análise que ajude a compreender as diferenças regionais no interior dos países

Os antecedentes mostram que existe uma necessidade de determinar unidades de análise que permitam dar conta das especificidades que se encontram em cada país, onde a variável regional deve estar presente. Neste sentido, é importante reconhecer a limitação que tem as fontes secundárias, que embora não sejam menos importantes, foram utilizadas na maioria dos casos. Uma análise da composição e mudanças nos lares mais pobres, através do uso das enquetes domiciliares, deveria considerar uma aproximação às diferenças regionais já analisadas. Isto se faz necessário uma vez que o contexto regional em que se encontram estas famílias, seja em regiões dinâmicas ou em regiões estagnadas, é fundamental para entender os fatores que são determinantes na permanência de situações de pobreza ou na saída desta condição.

b. Aprofundar o conceito genérico de “lares rurais pobres”

O ciclo de vida das famílias alude a diversas fases ou etapas pelas quais costumam passar os arranjos familiares, desde a constituição de um núcleo inicial (casal com ou sem filhos, principalmente, porém não exclusivamente), passando por distintos momentos de mudança de acordo com o crescimento do grupo inicial e as idades de seus membros, até a devolução do mesmo núcleo ou sua dispersão em novos núcleos e arranjos familiares.

Se faz necessário expandir o conceito dos “lares rurais pobres”, devido ao fato de que as categorias atuais de pobreza mostram dificuldades para entender a dinâmica da condição de pobreza, assim como o tipo de políticas que são necessárias para superar essa mesma condição. Para isto deve-se elaborar uma tipologia de lares rurais pobres, que possibilite a identificação e a descrição dos principais grupos que devem ser sujeitos prioritários de diferentes tipos de políticas.

Assim, por exemplo, para grupos pobres assalariados se devem elaborar políticas que priorizem sua inserção no trabalho na medida em que as estratégias de vida que eles desenvolvem dependam fundamentalmente do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, para aqueles pobres que são produtores comerciais ou de autoconsumo, devem-se propor políticas que enfrentem esta realidade. Por último, deve-se planejar políticas basicamente sociais para aqueles que não têm capacidade de gerar rendas autônomas.

c. Aprofundar o conceito genérico de “atividades rurais não agrícolas”

Também se faz necessário definir as atividades rurais não agrícolas num conjunto de tipos de atividades que permita aprofundar seu conhecimento. Este esforço deve permitir a distinção do grau de relação que tem a atividade com aquelas diretamente agrícolas: deve-se distinguir aquelas que geram insumos para a produção agrícola; as que agregam valor à produção primária, por exemplo para a agroindústria; as que podem ser consideradas serviços para a produção, como o transporte, áreas irrigadas etc.

Outra categoria deveria considerar os serviços sociais que se oferecem no meio rural, como a administração municipal, os serviços educacionais, de saúde, moradia, etc. Também deve-se detectar aqueles empregos ligados à manutenção da infra-estrutura, como a manutenção de estradas e obras públicas em geral. Também, existem atividades produtivas e de serviços ligadas a outras atividades, como a pesca, a mineração e atividades extrativistas. Dentro desta última existem diversas atividades que se desenvolvem no meio rural, nos cursos de rios que se referem à exploração de áridos e de canteiras.

Por outro lado, se faz importante avançar no que já se conhece⁸ sobre ERNA (Empregos Rurais não Agrícolas), e mais especificamente, o emprego não agrícola residencial rural (ENARR)⁹. Até agora, os estudos tem demonstrado que a educação determina a participação e o êxito no emprego e renda: uma maior qualificação tende a significar mais emprego assalariado não agrícola em ocupações/serviços melhor remuneradas(os). Os mais educados, por exemplo, tendem a evitar o emprego assalariado agrícola e gravitam em torno ao emprego assalariado não agrícola e secundariamente ao emprego autônomo não agrícola. Também se destaca o acesso a infra-estrutura (estradas, eletricidade e água potável) e a proximidade de cidades.

Os resultados dos estudos sugerem implicações de políticas e programas. Primeiro, as políticas destinadas ao setor rural devem orientar-se para propiciar tanto os incentivos que estimulam os lares a participar em empregos rurais não agrícolas, como as capacidades reais dos lares para responder a esses sinais. Em segundo lugar, para fomentar o ENARR, será fundamental remover o forte viés agropecuário que caracteriza as políticas de desenvolvimento rural, e adotar uma postura de promoção do desenvolvimento territorial e do conjunto da economia rural. Além disso, deve-se assumir um tratamento diferenciado das zonas rurais mais ricas e das mais pobres. Por sua vez, os governos locais e as instâncias de concertação de atores locais sociais e econômicos podem cumprir um importante papel na sua promoção.

Resumindo, é fundamental avançar no recorte que se conhece normalmente como atividades rurais não agrícolas, como condição para avançar no conhecimento da pobreza rural para poder propor políticas adequadas para sua superação.

d. O funcionamento do mercado de trabalho rural

A importância de aprofundar o conhecimento deste tema reside nos mercados. Deixar que funcionem auto-regulados, pode trazer consequências indesejadas no campo social, econômico e político. O funcionamento do mercado de trabalho e a institucionalidade que o regula devem ser aprofundados. Elementos como a organização sindical no meio rural e a possibilidade de participar em negociações coletivas se tornam crucial na capacidade de obter melhores rendas e condições de trabalho. Por um lado, se coloca o tema dos condicionamentos legais que tem a organização sindical no campo. Por outro, as possibilidades efetivas de constituir organizações e que estas possam funcionar.

A falta de coordenação e integração de políticas dirigidas à oferta de mão de obra com medidas de políticas sociais que as acompanhem é um dos aspectos a fortalecer mediante o planejamento de modos público-privados eficientes, com uma importante ênfase no institucional. Também se faz necessário identificar qual caminho seguir para ampliar a pertinência de políticas públicas especificamente projetadas para a forma em que funciona o mercado de trabalho nas áreas rurais, levando em conta que o crescimento exclusivo da

⁸ Thomas Reardon, Julio Berdegué y Germán Escobar. Empleo e ingresos rurales no agrícolas en América Latina: síntesis e implicaciones de políticas. RIMISP. En: Dirven, Martine (editora). 2004. Empleo e Ingresos Rurales No Agrícolas en América Latina. Serie Seminarios y Conferencias N° 35. División de Desarrollo Productivo y Empresarial. CEPAL. Santiago.

⁹ Ver Campanhola, C. y Graziano da Silva, J. (editores). O Novo Rural Brasileiro-Novas Ruralidades e Urbanização. Brasília: EMBRAPA, 2004. volúmenes 1 al 7. ISBN: 85-7383-242-8. www.eco.unicamp.br/publicaciones.

produção agrícola num contexto de concentração de renda não é uma saída para reduzir a pobreza a médio prazo, tal como tem sido explicado nos capítulos anteriores.

Nos territórios deprimidos é onde se apresenta a melhor oportunidade para reduzir a pobreza através da agricultura. Para países onde a agricultura conta com mercados consolidados de exportação – e naqueles que existem, em alguma medida, as condições para gerar uma oferta de emprego para as famílias rurais agrícolas, seja diretamente ou indiretamente através das cadeias agroindustriais - a importância das condições do emprego é vital para que este não seja uma armadilha de pobreza senão um meio de saída da mesma.

Para finalizar, vale a pena lembrar que a maior incidência de pobreza na América Latina encontra-se concentrada nas áreas rurais, onde está o núcleo de pobreza mais forte: a metade da população indigente de América Latina - 29 milhões de pessoas – vivem em zonas rurais¹⁰, e hoje ainda existem 53 milhões de pessoas subnutridas na Região. Desta maneira, uma das conclusões deste estudo é que o apoio e a expansão da produção da agricultura familiar serve não somente para assegurar a disponibilidade de alimentos de forma imediata, mas também como uma forma de compensar a falta de sistemas de proteção social, ou de apoios como os seguros de desemprego.

O contexto atual tem feito com que a discussão sobre a importância da agricultura volte a ocupar um lugar destacado nas agendas dos países e dos organismos internacionais. Este projeto pretende revalorizar além de sua função produtiva, também sua função como um elemento articulador fundamental de espaços locais e regionais no desenvolvimento rural do século XXI, transformando-se num componente fundamental no abatimento da pobreza, ao ser articulado com as políticas sociais aplicadas pelos Estados.

Referências bibliográficas

BARRACLOUGH, S. e COLLARTE, J. C. El Hombre y la Tierra en América Latina. Síntesis de los informes CIDA sobre tenencia de la tierra en Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, Guatemala, Perú. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1971.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (editores). O Novo Rural Brasileiro-Novas Ruralidades e Urbanização. Brasília: EMBRAPA, 2004. Vol. 1 até 7. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/publicaciones>.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. Dependencia y desarrollo en América Latina. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

CEPAL. Panorama Social 2007. Santiago: CPEAL, 2008.

FITZGERALD, V. La CEPAL y la teoría de la industrialización. Saint Antony's College, Oxford, Revista de la CEPAL. Edición especial “CEPAL cincuenta años”, Santiago, 1998.

FURTADO, C. Economic development of Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas de reemplazo de importaciones agrícola. Documento de trabajo, FAO, Enero 2009.

¹⁰ Según cifras de Panorama Social 2007 - CEPAL

GRAZIANO DA SILVA, J.; SERGIO GÓMEZ E. e RODRIGO CASTAÑEDA S. (Editores). Boom agrícola y persistencia de la pobreza rural. Publicado por la Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, Noviembre de 2009. Disponible em: <<http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/desarrollo/boom/lanza.htm>>

JANVRY, A. e SADOULET, E. Agricultural growth and poverty reduction: additional evidence. Preparado para o World Bank Research Observer, May 2009. Disponible em: <<http://are.berkeley.edu/~sadoulet/>>.

PREBISCH, R. R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Boletín económico de América Latina, Vol. 7, N. 1, Santiago de Chile: CEPAL, 1962.

REARDON, J. B. e ESCOBAR, G. Empleo e ingreso rurales no agrícolas en América Latina: síntesis e implicaciones de políticas. RIMISP. In: DIRVEN, M. (Editora). Empleo e Ingresos Rurales No Agrícolas en América Latina. Serie Seminarios y Conferencias N. 35. División de Desarrollo Productivo y Empresarial. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

SOLIMANO, A. e ALLENDES, C. Migraciones internacionales, remesas y el desarrollo económico: la experiencia latinoamericana. Serie de la CEPAL, N. 59 Macroeconomía del desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL, 2008.

Tradução de Nalligia Tavares de Oliveira e Sofia Lizarralde Oliver

Revisão técnica de Bernardo Mançano Fernandes e Lucas Tavares

Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar

Miguel A. Altieri

Doutor em Entomologia, Professor do Departamento de Ciência Ambiental, Política e Gestão da
Universidade da Califórnia, Berkley, Estados Unidos
E-mail: agroeco3@berkeley.edu

Resumo

Forças globais questionam a capacidade dos países em desenvolvimento para alimentarem-se. Vários países têm organizado suas economias em torno de um competitivo setor agrícola orientado para a exportação, baseado principalmente nas monoculturas. Pode-se afirmar que as exportações agrícolas de culturas, como a soja no Brasil, contribuem enormemente às economias ao trazer divisas fortes que se pode utilizar para comprar outros bens no estrangeiro. No entanto, este tipo de agricultura industrial também traz uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, inclusive impactos negativos à saúde pública, à integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos e, em muitos casos, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, acelerando o endividamento de milhares de agricultores.

Palavras-chave: Agroecologia, agricultura camponesa, soberania alimentar.

Abstract

Agroecology, peasant agriculture and food sovereignty

Global forces challenge the capacity of developing countries to feed themselves. Several countries have organized their economies around a competitive agricultural sector oriented towards exports, mainly based on monocultures. It can be stated that exports of agricultural crops, such as soybeans in Brazil, contributing greatly to the economies to bring hard currency that can be used to purchase other goods abroad. However, this kind of industrial agriculture also brings a variety of economic, environmental and social impacts including public health, ecosystem integrity, food quality and, in many cases, disruption of traditional rural livelihoods by accelerating debt thousands of farmers.

Keywords: Agroecology, peasant agriculture, food sovereignty

Résumé

Agroecologie, agriculture paysanne et souveraineté alimentaire

Des forces mondiales questionnent la capacité des pays en développement de se nourrir. Plusieurs pays ont organisé leurs économies dans un secteur agricole compétitif orienté vers les exportations, principalement basé sur les monocultures. On peut affirmer que les exportations de cultures agricoles, comme le soja au Brésil, contribuent grandement aux économies d'apporter des devises fortes qui peuvent être utilisés pour acheter d'autres biens à l'étranger. Cependant, ce type d'agriculture industrielle apporte également une variété d'impacts

économiques, environnementaux et sociaux, y compris la santé publique, l'intégrité des écosystèmes, la qualité des aliments et dans de nombreux cas, la perturbation des moyens de subsistance traditionnels en milieu rural en accélérant la dette des milliers d'agriculteurs.

Mots-clés : Agrecologie, agriculture paysanne, souveraineté alimentaire.

Introdução

Forças globais questionam a capacidade dos países em desenvolvimento para alimentarem-se. Vários países têm organizado suas economias em torno de um competitivo setor agrícola orientado para a exportação, baseado principalmente nas monoculturas. Pode-se afirmar que as exportações agrícolas de culturas, como a soja no Brasil, contribuem enormemente às economias ao trazer divisas fortes que se pode utilizar para comprar outros bens no estrangeiro. No entanto, este tipo de agricultura industrial também traz uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, inclusive impactos negativos à saúde pública, à integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos e, em muitos casos, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, acelerando o endividamento de milhares de agricultores.

A crescente pressão em favor da agricultura industrial e da globalização, com ênfase nos cultivos de exportação, mais recentemente os cultivos transgênicos, e a rápida expansão dos agrocombustíveis (cana-de-açúcar, milho, soja, palma, eucalipto etc.), cada vez mais transformam a agricultura do mundo e o fornecimento de alimentos com impactos e riscos econômicos, sociais e ecológicos potencialmente severos. Tal reforma se dá em meio a mudanças climáticas, que se espera tenham efeitos significativos e de grande alcance na produtividade de cultivos, predominantemente nas zonas tropicais do mundo em via de desenvolvimento. Os riscos incluem incremento em inundações de áreas baixas, maior frequência e severidade de secas em áreas semi-áridas e condições de calor excessivo, as quais podem limitar significativamente a produtividade agrícola.

Globalmente, a Revolução Verde, ainda que tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados. A nova Revolução Verde proposta para a África por meio da *Aliança para a Revolução Verde em África* (AGRA) e financiada pela fundação Gates, parece destinada a repetir a tragédia da primeira revolução verde ao aumentar a dependência de agricultores em relação aos insumos caros (por exemplo, os custos dos fertilizantes subiram aproximadamente 270 por cento no ano passado), às variedades de plantas patenteadas (às quais os agricultores pobres não tem acesso) e à ajuda estrangeira. (C. Rosenzweig and D. Hillel, 2008).

Diante dessas tendências globais, os conceitos de soberania alimentar e sistemas de produção baseados na agroecologia ganharam muita atenção nas duas últimas décadas. Iniciativas que implicam na aplicação da ciência agroecológica moderna alimentada por sistemas de conhecimento indígena, lideradas por milhares de agricultores, organizações não governamentais e algumas instituições governamentais e acadêmicas, estão demonstrando que podem melhorar a segurança alimentar conservando os recursos naturais, a agrobiodiversidade e a conservação do solo e água em centenas de comunidades rurais de várias regiões. (J. Pretty, J. I. L. Morrison, and R. E. Hine, 2003). A ciência da agroecologia, a qual se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas. Este método baseia-se em melhorar a qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis, debilitando ao mesmo tempo as pragas (plantas invasoras, insetos,

doenças e nematóides) ao promover organismos benéficos (S. R. Gliessman et al, 1998) via diversificação do agroecossistema.

Durante séculos as agriculturas dos países em via de desenvolvimento construíram-se sobre os recursos locais de terra, água e outros recursos, bem como sobre as variedades locais e o conhecimento indígena, que nutriram biológica e geneticamente as diversas explorações camponesas com uma solidez e uma resistência incorporada que lhes ajudou a se adaptar a climas que mudam rapidamente, bem como a pragas e doenças. (W. M. Denevan, 1995). A permanência de milhões de hectares agrícolas sob o antigo manejo tradicional na forma de campos elevados, terraços, policulturas (com várias colheitas ao mesmo campo), sistemas agroflorestais etc., documenta uma estratégia agrícola indígena exitosa e inclui um tributo à "criatividade" dos agricultores tradicionais. Este microcosmos de agricultura tradicional oferece modelos promissores para outras áreas, já que promovem a biodiversidade, prosperam sem agroquímicos e sustentam produções todo o ano. Muitos dos novos modelos de agricultura que a humanidade precisará para a transição a formas de agricultura que sejam mais ecológicas, biodiversas, locais, sustentáveis e socialmente justas, estarão arraigadas na racionalidade ecológica da agricultura tradicional em pequena escala, que representa exemplos estabelecidos de formas corretas de agricultura local. Tais sistemas alimentaram a maior parte do mundo durante séculos e seguem alimentando milhões de pessoas em muitas partes do planeta. (M. A. Altieri, 2004).

Felizmente, milhares de pequenas explorações tradicionais ainda existem na maior parte das paisagens rurais do terceiro mundo. A produtividade e sustentabilidade de tais agroecossistemas podem ser otimizadas com métodos agroecológicos e, desta maneira, podem formar a base da soberania alimentar, definida como o direito da cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente. O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor.

Camponeses como atores-chave para a segurança alimentar regional

No final de 1980 havia na América Latina cerca de 16 milhões de unidades de produção camponesa que ocupavam cerca de 60,5 milhões de hectares, ou 34,5 por cento do total da terra cultivada. A população camponesa inclui 75 milhões de pessoas que representam quase dois terços da população rural de toda a América Latina. O tamanho médio destas unidades produtivas é de aproximadamente 1,8 hectares e mesmo assim a contribuição da agricultura camponesa ao fornecimento geral de alimentos na região é significativa. Estas pequenas unidades de produção foram responsáveis por 41 por cento da produção agrícola para o consumo doméstico e de produzir, a nível regional, 51 por cento do milho, 77 por cento do feijão e 61 por cento da batata. (E. Ortega, 1986). A contribuição à segurança alimentar desde o campesinato é hoje tão crucial como há vinte e cinco anos.

África tem aproximadamente 33 milhões de pequenas explorações agrícolas, representando 80 por cento do total das explorações agrícolas na região. A maioria dos agricultores africanos (muitos deles mulheres) são camponeses, com duas terças partes de todas as explorações agrícolas com menos de 2 hectares. A maioria destes minifundiários pratica uma agricultura de "baixos insumos", a qual se baseia principalmente no uso dos recursos locais, mas que pode fazer uso moderado de insumos externos. Esta agricultura produz a maioria de grãos, quase toda as raízes, tubérculos e colheitas de plátano, e a maioria dos legumes. Os camponeses cultivam a maioria dos alimentos básicos com praticamente

nenhum ou pouco uso de fertilizantes nem semente melhorada. (W. K. Asenso-Okyere and G. Benneh, 1997). No entanto, esta situação mudou nas duas últimas décadas, quando a produção de alimentos per capita diminuiu na África. A África já foi autosuficiente em cereais, mas agora tem que importar milhões de toneladas para satisfazer todo o seu consumo. Apesar deste aumento nas importações eles ainda produzem a maior parte da comida africana.

Na Ásia, a China sozinha dá conta de quase a metade das pequenas explorações agrícolas do mundo (em 193 milhões de hectares), seguida da Índia, com 23 por cento, Indonésia, Bangladesh e Vietnã. Da maioria dos mais de 200 milhões de agricultores de arroz que vivem na Ásia, poucos cultivam mais de 2 hectares de arroz. A China tem provavelmente 75 milhões de agricultores de arroz que ainda praticam métodos similares àqueles que se usavam há mais de 1.000 anos. As variedades locais, que se cultivam, sobretudo, em ecossistemas montanhosos e/ou em condições chuvosas, representam o volume total do arroz produzido por pequenos agricultores asiáticos. (L. Hanks, 1992).

As pequenas explorações agrícolas são mais produtivas e conservam mais os recursos

Ainda que a sabedoria convencional diga que as pequenas explorações agrícolas familiares são atrasadas e improdutivas, a investigação mostra que as pequenas explorações são bem mais produtivas que as grandes explorações agrícolas se considerada a produção total em vez da produção de uma só colheita. As produções de milho em sistemas de cultivo mexicanos e guatemaltecos tradicionais são aproximadamente de 2 toneladas por hectare ou aproximadamente 4.320.692 calorias, suficientes para cobrir as necessidades anuais de comida de uma família típica de 5 a 7 pessoas. Em 1950 as chinampas do México (sementeiras de culturas elevadas em lagos ou pântanos pouco profundos) tinham produções de milho de 3,5 a 6,3 toneladas por hectare. Estas foram as produções mais altas em longo prazo conseguidas em todo México. Em comparação, em 1955 as produções médias de milho nos Estados Unidos foram 2,6 ton. e não passaram a margem de 4 ton. até 1965. (W. T. Sanders, 1957). Cada hectare de chinampa poderia produzir suficiente comida para 15-20 pessoas ao ano.

Os sistemas de cultivo múltiplos e tradicionais proporcionam ao redor de 20 por cento do fornecimento mundial de alimentos. As policulturas constituem ao menos 80 por cento da área cultivada do ocidente da África, enquanto a maior parte da produção de cultivos básicos na zona tropical latino-americana também se dá em policulturas. Estes sistemas de agricultura diversificados nos quais o agricultor em pequena escala produz grãos, frutas, verduras, feno e produtos para animais no mesmo campo, dão uma produção total maior que as monoculturas como o milho cultivado em grande escala. Uma grande exploração agrícola pode produzir mais milho por hectare que uma pequena na qual o milho se cultiva como parte de uma policultura que também inclui feijão, abóbora, batatas e feno. Mas, a produtividade da policultura em termos de produtos colhidos por unidade de área é mais alta que sob uma monocultura com o mesmo nível de manejo. As vantagens de produção podem variar em média de 20% a 60%, já que as policulturas reduzem perdas devido às plantas invasoras (ocupando o espaço que de outra forma estas poderiam ocupar), os insetos (ao melhorar o habitat de organismos benéficos) e as doenças (devido à maior diversidade genética), e fazem um uso mais eficiente dos recursos disponíveis de água, luz e nutrientes. (C. A. Francis, 1986).

Ao fazer um uso mais intensivo de menos recursos, os pequenos agricultores podem obter mais ganhos por unidade de produção e desta maneira obter mais ganhos totais, inclusive se a produção de cada produto é menor. (P. Rosset, 1999). Em produção total, a exploração agrícola diversificada produz bem mais comida, sobretudo quando se mede em dólares. Nos Estados Unidos as explorações agrícolas pequenas produziam \$15.104 dólares por hectare e

um ganho líquido de aproximadamente \$2.902 dólares por hectare. As explorações agrícolas maiores, com uma média de 15.581 hectares, produziram \$249 dólares por hectare e um líquido aproximado de \$52 dólares por hectare. As pequenas e médias explorações não só mostraram produções mais altas que a dos agricultores convencionais, mas o fazem com um impacto negativo ao meio ambiente muito inferior, como demonstram investigações que estabelecem que os pequenos agricultores cuidam melhor dos recursos naturais, inclusive reduzem a erosão do solo e conservam a biodiversidade. No entanto, uma parte importante dos rendimentos mais altos por hectare das pequenas explorações nos Estados Unidos originam-se nos pequenos agricultores, que tendem a evitar os atravessadores e vendem diretamente ao público, aos restaurantes ou aos mercados. Também tendem a receber um sobrepreço por seus produtos locais, com frequência orgânicos.

A relação inversa entre tamanho da exploração agrícola e produção pode atribuir-se a que aos camponeses fazem um uso mais eficiente da terra, da água, da biodiversidade e de outros recursos agrícolas. Portanto, em termos de conversão de despesas em resultados, a sociedade estaria melhor com os pequenos agricultores. Criar economias rurais fortes no sul global baseadas na agricultura produtiva em pequena escala permitirá que o sul permaneça com suas famílias no campo. Isto ajudará a conter o movimento migratório para as periferias de cidades onde existem suficientes oportunidades de emprego. Já que a população mundial segue crescendo, a redistribuição das terras de cultivo pode ser crucial para alimentar o planeta, sobretudo quando a agricultura em grande escala se dedica a encher os tanques dos carros por meio da produção de agrocombustíveis.

Os camponeses representam um santuário da agrodiversidade livre de organismos geneticamente modificados (OGM)

Os pequenos agricultores tradicionais tendem a cultivar uma ampla variedade de cultivares. Muitas destas plantas são variedades locais (*landraces*), mais heterogêneas geneticamente que as variedades modernas e as sementes foram transmitidas de geração a geração. Estas variedades autóctones oferecem maior defesa contra a vulnerabilidade e melhoram a segurança das colheitas em meio a doenças, pragas, secas e outras tensões. (D. L. Clawson, 1985). Numa revisão mundial da diversidade de variedades em explorações agrícolas, que implicam vinte e sete cultivos, os cientistas verificaram que se segue mantendo uma diversidade genética considerável de cultivos em explorações sob a forma de variedades de cultivos tradicionais, sobretudo de cultivos básicos. Na maioria dos casos, os agricultores mantêm a diversidade como um seguro para enfrentar a mudança ambiental ou as necessidades sociais e econômicas futuras. Muitos pesquisadores concluíram que a riqueza varietal melhora a produtividade e reduz as flutuações da produção. Dada a penetração dos cultivos transgênicos nos centros de diversidade, existe a possibilidade de que os aspectos importantes para os agricultores indígenas (resistência à seca, capacidade competitiva, rendimento em sistemas de policultura, qualidade na armazenagem etc.) poderiam ser alterados por qualidades transgênicas (por exemplo, resistência ao herbicida), o qual não tem importância para os agricultores que não usam agroquímicos. (C. F. Jordan, 2001). Segundo este panorama, o risco aumentará e os agricultores perderão sua capacidade de produzir, com um mínimo de insumos externos, produções relativamente estáveis sob ambientes mutantes. Os impactos sociais dos déficits de colheitas, os quais resultam das mudanças na integridade genética das variedades locais devido à contaminação genética, podem ser consideráveis nas margens do mundo em via de desenvolvimento.

É crucial proteger as áreas da agricultura camponesa livres da contaminação de cultivos com OGMs. Manter os refúgios de diversidade genética geograficamente isolados de qualquer

possibilidade de fertilização cruzada ou poluição genética pelos cultivos transgênicos uniformes criará "ilhas" de recursos genéticos intactos que atuem como salvaguardas contra o potencial fracasso ecológico derivado da segunda revolução verde, cada vez mais imposta com programas como Gates-Rockefeller AGRA na África. Estes santuários genéticos também servirão como a única fonte de sementes livres de OGMs, que serão necessários para repovoar as explorações agrícolas orgânicas do norte que, inevitavelmente, serão contaminadas pelo avanço da agricultura transgênica. Os camponeses e as comunidades indígenas do sul global, com a ajuda de cientistas e organizações não governamentais, podem continuar sendo os criadores e guardiães de uma diversidade biológica e genética que continuará enriquecendo a cultura alimentar do planeta inteiro.

As pequenas explorações agrícolas são mais resistentes à mudança climática

A maioria dos modelos de mudança climática prediz que os danos vão afetar desproporcionalmente as regiões povoadas por pequenos agricultores, em particular aos agricultores das zonas de seca do terceiro mundo. No entanto, os modelos existentes proporcionam, no melhor dos casos, uma aproximação esquemática dos efeitos esperados e escondem a enorme variabilidade nas estratégias de adaptação internas. Muitas comunidades rurais e famílias agricultoras tradicionais, apesar das flutuações do clima, parecem capazes de enfrentar-se com os extremos climáticos. (M. A. Altieri and P. Koohafkan, 2008). De fato, muitos agricultores se adaptam e até se preparam para a mudança climática, minimizando o fracasso das colheitas por meio de um uso maior de variedades locais tolerantes à seca, colheitas de água, policulturas, manejo orgânico do solo, coleta de plantas silvestres, sistemas agroflorestais e uma série de outras técnicas de sistemas de agricultura tradicionais. (J. O. Browder, 1989).

Em agroecossistemas tradicionais o predomínio de sistemas de cultivos complexos e diversificados tem uma importância chave para a estabilidade dos sistemas agrícolas camponeses, permitindo que os cultivos atinjam níveis de produtividade aceitáveis até em condições ambientalmente estressantes. Em geral, os agroecossistemas tradicionais são menos vulneráveis à perda catastrófica, já que cultivam uma ampla variedade de cultivos e variedades em diferentes disposições espaciais e temporárias. Os pesquisadores verificaram que as policulturas de sorgo/amendoim e painço/amendoim mostraram uma maior estabilidade de produção e menos decréscimos de produtividade durante uma seca que no caso das monoculturas.

Uma maneira de expressar tais resultados experimentais é em termos de "sobreprodução", que ocorre quando dois ou mais culturas cultivadas juntas produzem mais que quando cultivadas sozinhas (por exemplo, quando um hectare de uma mistura de sorgo e amendoins produz mais que meio hectare apenas com sorgo mais meio hectare apenas com amendoim). Todos os consórcios sobreproduziram consistentemente mais, a cinco níveis de disponibilidade de umidade, oscilando entre 297 e 584 mm de água aplicada durante a temporada de crescimento. Interessantemente, a quantidade de sobreprodução aumentou com o estresse de água, tanto que as diferenças relativas de produtividade entre monoculturas e policulturas se acentuaram mais à medida que o estresse aumentou. (M. Natarajan and R. W. Willey, 1996). Muitos agricultores cultivam sob desenhos de agrofloresta e a sombra das árvores protege as plantas contra as flutuações extremas do microclima e umidade do solo. Os agricultores influem no microclima retendo e semeando árvores, que reduzem a temperatura, a velocidade do vento, a evaporação e a exposição direta aos raios solares e interceptam o granizo e a chuva. Em agroecossistemas de café em Chiapas verificou-se que as flutuações de temperatura, umidade e radiação solar aumentaram consideravelmente à medida que a sombra

diminuiu, o qual indica que a sombra esteve diretamente relacionada com a mitigação da variabilidade no microclima e com a umidade do solo para a colheita de café nesta região do México. (B. B. Lin, 2007).

Medições realizadas em ladeiras após o Furacão Mitch na América Central mostraram que os agricultores que usavam práticas sustentáveis, como cultivos de cobertura de "mucuna", cultivos intercalados e sistemas agroflorestais, sofreram menos "danos" que seus vizinhos convencionais. O estudo, que abarca 360 comunidades e 24 departamentos da Nicarágua, Honduras e Guatemala, mostrou que as parcelas diversificadas tinham de 20% a 40% mais capa vegetal, maior umidade no solo, menos erosão e experimentaram perdas econômicas inferiores às de seus vizinhos convencionais. (E. Holt-Gimenez, 2001). Isto indica o fato de que uma reavaliação da tecnologia indígena pode servir como fonte chave de informação sobre as capacidades de adaptação e de resistências expostas pelas pequenas explorações agrícolas, rasgos de importância estratégica para difundir aos agricultores mundiais de maneira que se enfrentem à mudança climática. Ademais, as tecnologias indígenas com frequência refletem uma cosmovisão e um entendimento de nossa relação com o mundo natural que é mais realista e mais sustentável que aquelas que herdamos de Europa Ocidental.

Melhorando a produtividade dos pequenos sistemas agrícolas através da agroecologia

Apesar da evidência das vantagens de adaptabilidade e produtividade dos sistemas agrícolas tradicionais e em pequena escala, muitos cientistas e especialistas em desenvolvimento e organizações internacionais sustentam que o rendimento da agricultura de subsistência não é satisfatório e que a intensificação da produção é essencial para a transição da subsistência à produção comercial. Ainda que tais métodos de intensificação tenham fracassado, frequentemente a investigação indica que a agricultura tradicional e as combinações de cultivo com animais com frequência podem se adaptar para aumentar a produtividade. Este é o caso quando os princípios ecológicos são utilizados na modernização das pequenas explorações agrícolas, melhorando o solo e o hábitat de maneira que promova o crescimento saudável das plantas, debilita as pragas e estimule organismos benéficos usando a mão de obra e os recursos locais mais eficazmente.

Vários estudos documentaram amplamente que os pequenos agricultores podem produzir a maior parte da comida que as comunidades rurais e urbanas precisam em meio à mudança climática e os emergentes custos energéticos. (N. Uphoff and M. A. Altieri et al, 1999). A evidência é conclusiva: os novos métodos agroecológicos e tecnologias encabeçadas por agricultores, ONGs e algumas organizações locais ao redor do mundo já estão contribuindo o suficiente para a segurança alimentar a nível local, regional e nacional. Em muitos países, diferentes métodos agroecológicos e participativos mostram resultados muito positivos, inclusive em condições ambientais adversas. Entre estes potenciais encontram-se: aumentar as colheitas de cereal de 50 a 200 por cento, incrementar a estabilidade da produção através da diversificação, melhorar as dietas e as rendas, contribuir à segurança alimentar nacional (e inclusive exportar) e conservar a base dos recursos naturais e a agrobiodiversidade. Estas provas foram reforçadas por um recente relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o comércio e desenvolvimento afirmando que a agricultura ecológica poderia incrementar a segurança alimentar africana. Baseando-se numa análise de 114 casos na África, o relatório revelou que uma conversão das explorações agrícolas a métodos de produção orgânicos aumentou a produtividade agrícola no 116 por cento. Ademais, uma mudança para sistemas de produção orgânica tem um impacto duradouro já que aumenta os níveis de capital natural, humano, social, financeiro e físico nas comunidades agrícolas. Ademais, a Avaliação

Internacional do Papel do Conhecimento, a Ciência e a Tecnologia no Desenvolvimento Agrícola (IAASTD), encomendada pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO), recomendou que um aumento e fortalecimento de IAASTD para as ciências agroecológicas contribuirão a resolver os assuntos ambientais mantendo e aumentando a produtividade. A avaliação também sublinha que os sistemas de conhecimentos tradicionais e locais melhoram a qualidade do solo agrícola e a biodiversidade, bem como o manejo de nutrientes, pragas e água, e a capacidade de responder a tensões ambientais mutantes, como o clima.

A realização do potencial e a difusão das inovações agroecológicas depende de vários fatores e grandes mudanças nas políticas agrárias, nas instituições e nos métodos de investigação e extensão. As estratégias agroecológicas propostas têm que apontar deliberadamente aos pobres, não somente para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego e oferecer oportunidades de acesso aos mercados locais. Qualquer tentativa séria para desenvolver tecnologias agrícolas sustentáveis tem que se basear em conhecimentos e habilidades locais no processo de investigação. (P. Richards, 1985). É necessário enfatizar particularmente a necessidade de envolver os agricultores na formulação da agenda de investigação e garantir sua participação ativa no processo de inovação e disseminação tecnológica através de metodologias de *Camponês a Camponês*, que se enfoquem em compartilhar as experiências, fortalecer as capacidades da investigação local e de resolver problemas. O processo agroecológico requer a participação e o melhoramento do nível cultural ecológico dos agricultores sobre suas explorações agrícolas e recursos, sentando as bases para a potenciação e a constante inovação pelas comunidades rurais. (E. Holt-Gimenez, 2006).

Ademais, devem-se desenvolver oportunidades equitativas de mercado, enfatizando esquemas locais de comercialização e distribuição, preços justos e outros mecanismos que conectem os agricultores com o resto da população mais diretamente e com maior solidariedade. O desafio máximo é incrementar o investimento e a investigação em agroecologia e difundir os projetos que já demonstraram ser bem sucedidos para milhares de agricultores. Isto gerará um impacto significativo nos rendimentos, na segurança alimentar e no bem-estar ambiental de toda a população, sobretudo aos que foram impactados negativamente pela política agrícola moderna convencional, pela tecnologia e pela profunda penetração da agroindústria multinacional no terceiro mundo. (P. M. Rosset, R. Patel, and M. Courville, 2006).

Movimentos sociais rurais, agroecologia e soberania alimentar

O desenvolvimento da agricultura sustentável requererá mudanças estruturais significativas, além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura.

Os movimentos camponeses e indígenas organizados que se baseiam na agricultura, como o movimento camponês internacional *Via Campesina* e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, há muito tempo sustentam que os agricultores precisam da terra para produzir a comida para suas próprias comunidades e seu país. Por esta razão, têm advogado por verdadeiras reformas agrárias para aceder e controlar a terra, a água e a

agrobiodiversidade que são de vital importância para que as comunidades sejam capazes de satisfazer as crescentes demandas de comida.

A Vía Campesina acredita que, a fim de proteger os sustentos, os empregos, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, a produção de alimentos tem que permanecer nas mãos dos agricultores de pequena escala e não pode ser deixado sob o controle das grandes companhias agroindustriais ou das cadeias de supermercados. Somente mudando o modelo industrial agrícola dirigido à exportação e baseado no livre comércio das grandes explorações agrícolas será possível frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural e urbana, a fome e a degradação ambiental. Os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo. A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor.

“Greening”, a revolução verde, não será suficiente para reduzir a fome e a pobreza e conservar a biodiversidade. Se as causas primordiais da fome, da pobreza e da injustiça não são enfrentadas, as tensas relações entre o desenvolvimento social equitativo e a conservação ecológica saudável acentuar-se-ão obrigatoriamente. Os sistemas de agricultura ecológica que não questionem a natureza da monocultura e que dependam dos insumos externos bem como dos custosos selos de certificação estrangeiros, ou de sistemas de comércio justos destinados só à agroexportação, oferecem muito pouco aos pequenos agricultores ao torná-los dependentes de insumos externos e mercados estrangeiros voláteis. Manter a dependência dos agricultores num método de substituição de insumos contribui pouco para levar os agricultores a uma modernização produtiva agroecológica que os afaste da dependência de insumos externos. Os mercados justos para os ricos do norte, além de apresentar os mesmos problemas de qualquer esquema de agroexportação, não priorizam a soberania alimentar, perpetuando a dependência e a fome.

Os movimentos sociais rurais compreendem que o desmonte do complexo agroalimentar industrial e a restauração dos sistemas alimentares locais devem estar acompanhados da construção de alternativas agroecológicas que satisfaçam as necessidades dos produtores em pequena escala e da população não agrícola de rendimentos baixos, o que se opõe ao controle corporativo da produção e do consumo. Considerando a urgência dos problemas que afetam a agricultura, são necessárias coalizões que possam promover com rapidez a agricultura sustentável entre agricultores, organizações da sociedade civil (incluindo consumidores), bem como importantes organizações de investigação comprometidas. Avançar para uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente saudável será o resultado da ação coordenada de movimentos sociais emergentes no setor rural, em aliança com organizações da sociedade civil que estão comprometidas apoiando as metas destes movimentos de agricultores. A expectativa consiste em que, através da pressão política constante dos agricultores organizados e dos membros da sociedade civil, os políticos sejam mais responsáveis para desenvolver e impulsionar políticas que conduzam a melhorar a soberania alimentar, preservar a base dos recursos naturais e assegurar uma igualdade social e uma viabilidade econômica.

Referências bibliográficas

B. B. Lin, “Agroforestry Management as an Adaptive Strategy against Potential Microclimate Extremes in Coffee Agriculture,” *Agricultural and Forest Meteorology* 144 (2007): 85-94.

- C. A. Francis, *Multiple Cropping Systems* (New York: MacMillan, 1986).
- C. Rosenzweig and D. Hillel, *Climate Change and the Global Harvest: Impacts of El Niño and Other Oscillations on Agroecosystems* (New York: Oxford University Press, 2008).
- C. F. Jordan, "Genetic Engineering, the Farm Crisis and World Hunger," *BioScience* 52 (2001): 523-29.
- D.L.Clawson, "Harvest Security and Intraspecific Diversity in Traditional Tropical Agriculture" *Economic Botany* 39 (1985): 56-67.
- E. Holt-Gimenez, *Campesino a Campesino: Voices from Latin America's Farmer to Farmer Movement for Sustainable Agriculture* (Oakland, Food First Books, 2006).
- E. Holt-Gimenez, "Measuring Farms Agro ecological Resistance to Hurricane Mitch," *LEISA* 17 (2001): 18-20.
- E. Ortega, *Peasant Agriculture in Latin America* (Joint ECLAC/FAO Agriculture Division, San tiago, 1986).
- J. O. Browder, *Fragile Lands in Latin America: Strategies for Sustainable Development* (Boulder: Westview Press, 1989).
- J. Pretty, J. I. L. Morrison, and R. E. Hine, "Reducing Food Poverty by Increasing Agricultural Sustainability in Developing Countries," *Agriculture, Ecosystems and Environment* 95 (2003): 217-34.
- L. Hanks, *Rice and Man: Agricultural Ecology in Southeast Asia* (Honolulu, University of Hawaii Press, 1992).
- M. A. Altieri and P. Koohafkan, *Enduring Farms: Climate Change, Smallholders and Traditional Farming Communities* (Malaysia: Third World Network, 2008).
- M. A. Altieri, "Linking Ecologists and Traditional Farmers in the Search for Sustainable Agriculture," *Frontiers in Ecology and the Environment* 2 (2004): 35-42.
- M. Natarajan and R. W. Willey, "The Effects of Water Stress on Yield Advantages of Intercropping Systems." *Field Crops Research* 13 (1996): 117-31.
- N. Uphoff and M. A. Altieri, *Alternatives to Conventional Modern Agriculture for Meeting World Food Needs in the Next Century* (Ithaca: Cornell International Institute for Food, Agriculture and Development, 1999); M. A. Altieri, "Applying Agroecology to Enhance Productivity of Peasant Farming Systems in Latin America," *Environment, Development and Sustainability* 1 (1999): 197-217.
- P. M. Rosset, *Food Is Different: Why We Must Get the WTO Out of Agriculture* (New York: Zed Books, 2006).
- P. M. Rosset, R. Patel, and M. Courville, *Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform* (Oakland: Food First Books, 2006).
- P. Richards, *Indigenous Agricultural Revolution* (Boulder: Westview Press, 1985).
- P. Rosset, "Small is Bountiful," *The Ecologist* 29 (1999): 207.
- S. R. Gliessman, *Agroecology: Ecological Process in Sustainable Agriculture* (Ann Arbor: Ann Arbor Press, 1998); M. A. Altieri, *Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture* (Boulder: Westview Press, 1995); M. A. Altieri and C. I. Nicholls, *Biodiversity and Pest Management in Agroecosystems* (New York: Haworth Press, 2005).

W. K. Asenso-Okyere and G. Benneh, *Sustainable Food Security in West Africa* (Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1997).

W. M. Denevan, "Prehistoric Agricultural Methods as Models for Sustainability," *Advanced Plant Pathology* 11 (1995): 21-43.

W. T. Sanders, *Tierra y Agua: A Study of the Ecological Factors in the Development of MesoAmerican Civilizations*. (Harvard University PhD dissertation, 1957).

Tradução de Bruno L. Aretio-Aurtena e Sofia Lizarralde Oliver

Revisão técnica de Bernardo Mançano Fernandes

Prescrições agroecológicas para a crise atual

Gustavo de L. T. Oliveira

Filósofo, Mestre em Filosofia Política pela *University of Colorado at Boulder*, EUA

Pesquisador e tradutor autônomo

Endereço postal: SHIS Qi 28 Conjunto 02 Casa 13

71.670-220, BRASÍLIA, DF, Brasil

Telefone: (61) 9970-3800, (61) 3541-8141

E-mail: guslto@gmail.com

Resumo

Esse artigo é uma discussão sobre a agroecologia como base para um programa político que busca o progresso tanto econômico como social. Adota a análise descritiva da economia alimentícia global apresentada no artigo “Uma descrição agroecológica da crise atual” e articula *prescrições* agroecológicas de como lidar com a crise considerando seus aspectos ambientais, alimentares, econômicos, políticos e sociais. Argumenta que a ameaça econômica e ambiental à sustentabilidade do agroecossistema global não é solucionada por reformas liberais paliativas que não buscam mudanças fundamentais nas relações de poder entre as classes sociais. Propõe como solução, portanto, uma reforma agrária fundamental que inclui tanto a reforma fundiária (através da qual direitos de propriedade são realocados para estabelecer uma distribuição mais igualitária e democrática de terras agrícolas) quanto também, reformas na estrutura social da produção agrícola como políticas de crédito e comercialização, investimentos em pesquisas e subsídios relativos a outras atividades econômicas, especialmente a indústria e finanças. Conclui com um levantamento de questões pertinentes à implementação política de tal reforma agrária agroecológica no Brasil.

Palavras-chave: Agroecologia, agronegócio, campesinato, reforma agrária, revolução.

Resumen

Prescripciones agroecológicas para la crisis actual

Este artículo es una discusión de la agroecología como base para un programa político que busca o progreso tanto económico como social. Adopta un análisis descriptivo de la economía alimentícia global presentada en el artículo “Una descripción agroecológica de la crisis actual”, y promueve prescripciones agroecológicas para como solucionar la crisis, considerando sus aspectos ambientales, económicos, políticos y sociales. Argumenta que la amenaza económica y ambiental a la sostenibilidad del agroecossistema global no es solucionada por reformas liberales paliativas que no buscan un cambio fundamental en las relaciones del poder entre las clases sociales. Promueve como solución, por tanto, una reforma agraria fundamental que incluye tanto la reforma fundiaria (a través do que los derechos de propiedad son redestinados para establecer una distribución mas igualitaria y democrática de las tierras agrícolas) como también, reformas en la estructura social de producción agrícola con políticas de crédito y comercialización, inversiones en investigación y subvenciones relativos a otras actividades económicas, especialmente la industria y finanzas. Concluye con un levantamiento de cuestiones relativas a la implementación política de tal reforma agraria agroecológica en el Brasil.

Palabras clave: Agroecología, agronegócio, campesinato, reforma agraria, revolución.

Abstract

Agroecological prescriptions for the current crisis

This essay is the second half of a discussion about agroecology as basis for a political program that seeks both economic and social progress. It adopts the descriptive analysis of the essay “An agroecological description of the current crisis”, and promotes agroecological prescriptions for how to address the crisis, considering its environmental, economic, political and social aspects. It argues that the environmental and economic threat to the global agroecosystem is not solved through palliative liberal reforms that do not seek fundamental changes in the power relations between social classes. It proposes as solution, therefore, a fundamental agrarian reform that includes both land reform (through which property rights are reallocated in order to establish more egalitarian and democratic control of agrarian lands) and also reforms in the social structure of agricultural production involving credit and commercialization policies, investments in research and subsidies relative to other economic activities, especially industry and finance. It concludes by raising questions taken to be pertinent to the political implementation of such agroecological agrarian reform in Brazil.

Keywords: Agroecology, agribusiness, peasantry, agrarian reform, revolution.

Introdução

Esse artigo é uma discussão sobre a agroecologia como base para um programa político que busca o progresso tanto econômico como social. Adota a análise descritiva da atual situação econômica e ambiental da economia alimentícia global apresentada no artigo “Uma descrição agroecológica da crise atual”, articulando *prescrições* agroecológicas de como lidar com a atual crise considerando seus aspectos ambientais, alimentares, econômicos, políticos e sociais.

Antes de prosseguir é importante destacar que esse projeto não visa *reduzir* todos os aspectos de um programa político ao campo do sistema de produção agrícola mas, estabelecer politicamente certas prescrições agroecológicas e reorganizar outros aspectos da estrutura social conforme o necessário para promover, realizar e manter tal sistema de produção na agricultura. Colin Duncan engaja-se em um projeto semelhante quando argumenta que “o foco central de todas as culturas deve ser ocupado pela agricultura.” (1996, p. xv)¹. Ele procura “reverter a tendência do pensamento socialista do último século e meio... fundamentando a crítica social na teoria ecológica.” (1996, p.xii, 12). Reconhecendo os limites ao crescimento contínuo da economia industrial mundial, Duncan apóia “a necessidade de monitorar os efeitos ambientais da indústria e limitá-los, tomando a agricultura ecologicamente sensível como elemento central em uma economia enraizada tanto na natureza quanto na sociedade.” (1996, p. 12). Entretanto esses dois projetos divergem naquilo que eles têm a intenção de “revitalizar”; Duncan aponta para o socialismo enquanto a proposta atual articula a agroecologia não em termos de uma tradição ideológica em particular, mas através da revitalização das lutas concretas de camponeses no mundo todo.

Com a produção de um excedente agrícola foi possível que sociedades humanas se organizassem hierarquicamente, com uma minoria urbanizada explorando uma maioria rural através da escravidão, da servidão e atualmente, pelo seu empobrecimento devido à promoção da industrialização das sociedades incluindo a industrialização da produção agrícola em si. À medida que existiram tais formas de exploração, também existiu paralelamente uma história de resistência camponesa. (MAZOYER e ROUDART, 2006). O socialismo foi de fato uma ideologia política importante para diversos movimentos de resistência camponesa (como o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem

¹ Essa e todas as subseqüentes citações de textos em Inglês traduzidas pelo autor.

Terra no Brasil e o Movimento al Socialismo na Bolívia) mas, muitos não só antecederam o desenvolvimento do socialismo como uma ideologia como também, naturalmente, continuaram a evoluir em paralelo – e às vezes até em oposição – aos movimentos socialistas como o Movimento Indigenista Pachakuti na Bolívia e os Zapatistas no sul do México. (GARCÍA LINERA, 2008; ESTEVA, 1999; BRASS, 2005). Enquanto alguns movimentos camponeses apresentam desafios *externos* ao socialismo, outros (como o argumento de Duncan) apresentam desafios *internos* que visam livrar o socialismo de seu viés industrialista e desenvolvimentista. Apesar de uma defesa completa desse argumento transcender o escopo desse artigo, poder-se-ia demonstrar que a presente análise segue a teoria marxista, criticando as atuais relações de produção com base em seus *limites* ambientais e sociais e, rejeitando assim as interpretações *tradicionais* do marxismo como uma ideologia que visa a socialização da produção levando à maior eficiência de crescimento econômico movida pela *industrialização*.

Princípios prescritivos da agroecologia

O primeiro e mais importante princípio para prescrições agroecológicas de como lidar com a crise atual é abandonar definitivamente o desentendimento ainda amplamente difundido que a prevalência da fome e miséria no mundo de hoje ocorre em função principalmente da superpopulação. Nem o tamanho nem a densidade da população são fatores relevantes na determinação da incidência da miséria e da fome em nenhum país já que, “para cada nação faminta e densamente povoada como Bangladesh e Haiti, existe uma nação faminta e escassamente povoada como o Brasil ou Indonésia.” (ALTIERI, 2004, p.2) Além disso, já que “explicações específicas sobre a persistência da miséria em cada país... não constituem a explicação da incidência global da miséria – do mesmo modo que explicações particulares de suicídios não constituem uma explicação da taxa de suicídios,” (POGGE, 1998, p.506) a própria estrutura social e econômica da economia alimentícia global requer mudanças radicais e, enquanto soluções liberais são caracteristicamente limitadas à reformas meramente paliativas da agricultura e do resto da economia, “essas pessoas não são simplesmente pobres e estão freqüentemente passando fome, mas estão sendo empobrecidas e mortas pela fome conseqüente aos nossos ‘arranjos institucionais’ comuns, que inevitavelmente afetam suas vidas.” (POGGE, 1998, p. 506). Removendo-se então o foco sobre a questão de superpopulação como sendo a causa do problema da fome e miséria, é possível considerar com maior discernimento os fatores institucionais da economia global alimentícia que geram e mantêm a atual situação de crise. É necessário, portanto, buscar alternativas agroecológicas aos arranjos institucionais atuais que favorecem grandes proprietários rurais, empresários de agronegócios, burocratas e especuladores ao invés de produtores agrícolas e, é especialmente importante estar atento a cooptação que modera tais problemas sem mudar seus fundamentos estruturais.

Argumentos baseados na inovação tecnológica como uma panacéia para problemas sociais e ambientais, dependem dos supostos ganhos de eficiência da agricultura industrial para promover a expansão dessa como uma prioridade ambientalista e social. Essencialmente argumenta-se que, já que as monoculturas de alto-insumo podem maximizar a colheita através de uma produção muito maior por agricultor do que quaisquer outros modelos agrícolas, essas aumentarão o abastecimento global de alimentos e reduzirão o total de terra que necessita ser utilizada para agricultura e, portanto, reduzirão os problemas da fome e os problemas ambientais da agricultura. (AVERY e AVERY, 2003). No entanto, há crescente evidência nas pesquisas emergentes sobre agroecologia que o enfoque na maior produção de plantações em monoculturas de alto-insumo é um modo extremamente incompleto de compreender a eficiência agrícola e que a intensificação da agricultura não se traduz, na verdade, em um uso mais eficiente da terra em relação a policulturas menos extensas que requerem menos insumos mas mais mão-de-obra. (ALTIERI, 1995).

Pesquisa recente envolvendo 208 projetos agroecológicos revelou claros aumentos na produção de alimentos em cerca de 29 milhões de hectares, beneficiando quase 9 milhões de famílias através de maior segurança e diversidade alimentar. (PRETTY, HINE, 2000). O Conselho Nacional de Pesquisa (National Research Council) dos Estados Unidos elaborou relatórios sobre várias fazendas orgânicas naquele país durante a década de 1980 e concluiu que “a média de suas produções foi geralmente igual ou melhor que a média de produção de fazendas convencionais de alta intensidade nas mesmas vizinhanças.” (ALTIERI, 2007, p.207). Estudos de longo prazo como o Experimento de Sistemas Agrícolas (Farming Systems Trial) do Instituto Rodale, concluíram que práticas orgânicas e convencionais foram ambas igualmente lucrativas em termos de mercado, enquanto as produções de certas lavouras foram significativamente maiores em lotes orgânicos que em convencionais durante os anos mais secos. No experimento agrícola de mais longa duração já realizado no mundo, o Instituto de Pesquisa de Plantações Aráveis (Institute of Arable Crops Research) na Inglaterra tem comparado lotes orgânicos com lotes usando fertilizantes sintéticos convencionais por 150 anos e conclui que os orgânicos tendem a prover maiores colheitas (3,90 toneladas/hectare comparado à 3,83 toneladas/hectare na agricultura convencional). Essa pesquisa também indica que os lotes orgânicos contêm seis vezes mais matéria orgânica do que é encontrado nos lotes tratados com agro-químicos, o que é um fator importante para a estabilidade da agricultura orgânica não só em termos da exaustão dos solos mas também de prevenção de surtos de pestes. Enfim, até em estudos de longo prazo, onde plantações orgânicas resultaram em colheitas significativamente ou sistematicamente menores, a maior fertilidade dos solos e a maior biodiversidade resultante de reduções de 30 a 50 por cento no uso de fertilizantes e 90 a 100 por cento no uso de pesticidas asseguram aos agricultores orgânicos níveis mais *estáveis* de produção total por hectare do que os sistemas de alto-insumo; sendo isso o fator mais importante para a soberania alimentar de pequenos agricultores assim também como o fator mais importante na conservação de recursos naturais. (ALTIERI, 2007).

O desafio ao argumento em favor da agricultura industrial vai além da maior produtividade e estabilidade relativa de fazendas orgânicas, sendo que é crucial lembrar que são os problemas sistêmicos da agricultura industrial que preclui sua viabilidade ambiental e social. Mesmo se existissem ganhos definitivos de eficiência na agricultura industrial com relação a fazendas menores, de alta intensidade de trabalho, a exacerbação das iniquidades na distribuição fundiária e pobreza rural, que resulta da intensificação da agricultura industrial, não só impele camponeses para as crescentes favelas urbanas mas também empurra as fronteiras agrícolas para terras marginais, onde a fertilidade do solo é difícil de se manter e onde as erosões, secas e falta de acesso ao mercado continuamente forçam camponeses que falham em sua produção em busca de novas terras para colonização. Este problema é particularmente intenso na região Amazônica, onde está claro que são as pessoas que dirigem esse processo (os pecuaristas, as empresas madeireiras, mineradoras e de construção, os agronegócios, latifundiários e burocratas corruptos) e não as pessoas que são carregadas por ele (os camponeses sem terra que colonizam continuamente terras marginais) que são os responsáveis pelos perenes problemas ambientais associados ao desmatamento e a expansão da agricultura industrial. (WOLFORD, WRIGHT, 2003). Não há dúvida, portanto, que o fortalecimento da agricultura industrial – seja ou não mais eficiente – só agravaria os problemas sociais e ambientais. O deslocamento da medida da produtividade agrícola dos aspectos relativos à quantidade da safra para uma visão mais ampla de eficiência do agroecossistema, que é mais pertinente para a estabilidade – e portanto, para a sustentabilidade – de fazendas menores e de baixo-insumo, arruína o pilar do argumento em prol da agricultura industrial, já que para os defensores dessa, a redução da quantidade de terra necessária para produção de alimentos e a redução da toxicidade e emissões de carbono pela agricultura tem que ser adotadas como prioridades divergentes em seu modelo, enquanto as alternativas agroecológicas reconhecem estes como processos interligados que podem ser manejados simultaneamente através do aumento de sinergia no agroecossistema e a redução da dependência em agro-químicos. (WEIS, 2007; ALTIERI, 1995, 2007).

Para trocar a agricultura industrial por métodos agroecológicos como interplântio, rotação de plantações, com coberturas e reciclagem de nutrientes *in loco*, conservação de água e solo e o balanceamento de populações de inimigos naturais de pragas; mudanças significativas têm que ocorrer na estrutura social da economia alimentícia global. O desenvolvimento e a comercialização de agrotecnologia “tem sido caracterizado pela concentração de propriedade, pelo controle por um número pequeno de empresas, e pela decrescente presença do setor público como um provedor significativo de pesquisa e serviços de extensão para comunidades rurais.” (ALTIERI, 2007, p.203). Isso tem resultado em um viés tanto de pesquisa quanto de políticas públicas para a perpetuação de ajustes sociais e tecnológicos da agricultura industrial ao invés de encorajar alternativas agroecológicas. Assim, a expansão da agricultura industrial transformou agricultores em sujeitos passivos ao invés de agentes de pesquisa e inovação agrícola, levando-os ao mercado em busca do que antes geravam em seus próprios lotes ou era propriedade comum, através da comoditização de sementes e o crescente uso de insumos externos. A agricultura industrial, portanto, “semeou, figurativamente e materialmente, o crescente controle empresarial sobre o sistema agrícola e a redução dramática da diversidade na agricultura.” (WEIS, 2007, p.109). Já que a crescente concentração empresarial e o controle sobre insumos e produtos agrícolas tem estado relacionado diretamente com a aceleração da simplificação da biodiversidade de agroecossistemas, empobrecimento rural e restrição ao desenvolvimento, “o domínio econômico e político da pauta de desenvolvimento rural pelo agronegócio tem prosperado às custas dos interesses dos consumidores, trabalhadores rurais, pequenos agricultores familiares, vida silvestre, meio ambiente e comunidades rurais.” (ALTIERI, 2007, p.198; WEIS, 2007). Resultados de pesquisas confirmam que estados dos Estados Unidos com leis anti-empresariais mais fortes (como Iowa, Kansas, Minnesota, Missouri, Dakota do Norte, Dakota do Sul, Oklahoma e Wisconsin) demonstram melhor desempenho em medidas econômicas, i.e., menos famílias na pobreza, taxas de desemprego mais baixas e maior porcentagem de fazendas familiares mantendo lucro; em contraste com estados com legislação mais favorável ao agronegócio. (STOFFERAHN, 2006). A agroecologia portanto, tem que confrontar a influência dos interesses empresariais na agricultura como um todo e restringir seu controle sobre regulamentações de comércio internacional e, em particular, sobre o comércio de mercadorias agrícolas.

No entanto, a possibilidade de mudanças significativas nas políticas dos principais órgãos internacionais que regulam a economia alimentícia internacional, como a Organização Mundial do Comércio – OMC, são mínimas ou negligenciáveis. Devido a estrutura inerentemente anti-democrática da organização, assim como a influência indevida de empresas transnacionais de agronegócio em governos como o dos Estados Unidos e União Européia, consultores e lobistas dessas empresas são, eles próprios, responsáveis em grande parte pela formulação de políticas da OMC como o Acordo sobre Agricultura (WEIS, 2007). A resistência conjunta de países menos industrializados com participação substancial na economia alimentícia global como o Brasil, Índia, China e África do Sul, assim como grandes protestos e resistência de pessoas nas ruas em todo o mundo, tem sido capaz de frear os esforços da OMC para liberalizar ainda mais as economias menos industrializadas enquanto se mantêm as políticas altamente protecionistas e os subsídios para a agricultura industrial nos países mais industrializados. O colapso da última negociação da Rodada de Doha (Genebra, Julho de 2008) é meramente o episódio mais recente do contínuo colapso da OMC devido à políticas agrícolas desde a Batalha de Seattle (1999). Mas, enquanto grandes protestos e barricadas em volta das negociações e resistência pelos representantes de países menos industrializados dentro das mesmas tem sido capazes de frear o avanço de políticas em prol do agronegócio, ainda é demasiadamente otimista esperar que a OMC reverta suas políticas o tanto quanto é necessário para uma reconstrução em larga escala da economia alimentícia global em torno de princípios agroecológicos, sem haver antes mudanças radicais em pelo menos alguns membros-chave da organização. Portanto, enquanto vários arranjos alternativos e outras soluções “de-cima-para-baixo” são propostas para a regulamentação do mercado

internacional de produtos agrícolas como solução para a crise da economia alimentícia global (e.g., ROSSET, 2006; MAZOYER e ROUDART, 2006; WEIS, 2007), essas requerem diferentes vias de ação política para sua implementação.

A implementação política da agroecologia

Sendo que, como foi demonstrado, a causa principal da fome e da restrição ao desenvolvimento é a desigualdade estabelecida durante os últimos séculos de desenvolvimento industrial; qualquer método de aumentar a produção de alimentos que aumente a desigualdade irá falhar em resolver esses problemas. De modo oposto, somente estratégias que têm efeitos positivos na distribuição de riqueza, renda e bens, poderia realmente reduzir a fome e promover a sustentabilidade ambiental e social necessária para a soberania alimentar e democracia reprodutiva. Como mencionado, a marginalização do campesinato tem sido o principal fator exacerbando a miséria e limitando o desenvolvimento econômico em todos continentes, e famílias com pouca terra ou sem terra em áreas rurais ainda constituem 80 por cento das pessoas que sofrem fome crônica atualmente no mundo. (FAO, 2008). A expansão e intensificação da agricultura industrial, no lugar de fazendas camponesas sustentáveis, degrada a biodiversidade e saúde de agroecossistemas inteiros ainda mais, através até de efeitos indiretos como o deslocamento forçado do campesinato empobrecido ao desflorestamento e a agricultura em terras marginais altamente suscetíveis à erosão e exaustão para poder manter sua própria sobrevivência. Já que camponeses são pelo menos capazes de se alimentar e alimentar suas próprias famílias com acesso à suficiente terra arável e de fertilidade adequada, a *reforma agrária* é a primeira e principal demanda de um programa político agroecológico. Ainda mais, já que agricultores de pequena escala tendem consistentemente a produzir maior quantidade de alimentos por hectare que grandes produtores; com direitos de posse seguros e apoio econômico adequados a agricultura camponesa é capaz de produzir um excedente para a economia local, construindo um mercado doméstico para a soberania alimentar e para uma inclusão econômica mais ampla de populações pobres. Enfim, contrastando com a agricultura industrial, as práticas agroecológicas de agricultores camponeses protegem e aumentam a fertilidade dos solos, a qualidade da água e a biodiversidade. (BOYCE et al., 2005).

Reforma agrária inclui tanto a reforma fundiária (através da qual direitos de propriedade são realocados para estabelecer uma distribuição mais igualitária e democrática de terras agrícolas) quanto, também, reformas na estrutura social da produção agrícola como políticas de crédito e comercialização, investimentos em pesquisas e subsídios relativos a outras atividades econômicas, especialmente a indústria e finanças (bancos de investimento, especulação, seguradoras etc.). Reformas fundiárias podem incluir uma grande variação de direitos de propriedade ou de uso em particular (e.g., direito de posse, transferência de títulos, etc.) que também podem ser mantidos com variados níveis de segurança. A terra também pode ser redistribuída em várias estruturas, desde lotes familiares até propriedade coletiva da terra. Historicamente, lotes familiares de tamanho suficiente para que cada família possa produzir sua própria subsistência e um excedente comerciável tem sido favorecidos pela maioria de camponeses sobre estruturas maiores de cooperação ou coletivização e, lotes menores também tem demonstrado maior produtividade que fazendas maiores, sejam estas operadas por latifundiários, empresas ou grupos de trabalhadores. Na China, por exemplo, apesar da redistribuição original de terras em lotes familiares estar demonstrando um bom progresso para os objetivos da reforma agrária nos estágios iniciais da revolução comunista, ainda assim a coletivização foi implementada com altos custos. Uma das primeiras e principais reformas de Deng Xiaoping foi a re-introdução do sistema de “responsabilidade familiar” aonde camponeses não podiam comprar ou vender suas terras, mas ainda assim mantinham posse segura de seus próprios lotes. Assim como na China, mudanças semelhantes em Cuba desde os anos 1990 têm desmontado as grandes fazendas estatais e estabelecido lotes familiares e várias outras

estruturas mais descentralizadas, aumentando a sustentabilidade e até a produtividade de seus sistemas de agricultura. (BOYCE et al., 2005; FUNES et al., 2002).

A reforma fundiária é um fator imprescindível, mais ainda assim é somente o primeiro passo de uma reforma agrária. Não é realista esperar que camponeses que recebem terra redistribuídas “se levantem pelos cadarços de suas próprias botas” daí por diante; isso porque na agricultura, no mínimo, é necessário primeiro ter sementes e ferramentas com as quais plantar antes que qualquer coisa possa ser colhida para consumo ou comercialização. Sem subsídios diretos ou empréstimos em termos favoráveis, a reforma agrária nunca decolará. Mas mesmo com gerências favoráveis à reforma agrária em administrações governamentais, a influência dos interesses de latifundiários e de agronegócios sobre governos e burocracias financeiras habitualmente atravanca ou atrasa os empréstimos e investimentos para camponeses assentados em terras redistribuídas. Devido a dependência da produção agrícola ao clima, investimentos e empréstimos atrasados são ineficientes por que plantações fracassam quando iniciadas fora de estação e a infraestrutura das fazendas deteriora quando indevidamente administrada. Várias e extensas pesquisas sobre o processo decorrente de reforma agrária no Brasil documentam em detalhe a importância de diversos modos de apoio econômico para que assentamentos se estabeleçam e se consolidem após a terra ser redistribuída, e demonstram também as várias práticas através das quais os interesses de latifundiários e agronegócios limitam a implementação de reformas mesmo quando estas são legalmente prescritas. (WOLFORD e WRIGHT, 2003; MELO, 2006). Enfim, não só políticas domésticas mas também as de comércio internacional devem favorecer a agricultura sobre a indústria e finanças (investimento e especulação), assim como proteger a agricultura doméstica da competição de importações agrícolas de baixo custo. Caso contrário, redistribuir terras sem implementar a reforma agrária como um todo seria aprisionar os camponeses em dívidas montantes e miséria crônica.

Relevante notar que o processo de redistribuição de terra em si é provavelmente o fator de maior importância na determinação da extensão, continuidade e sucesso a longo prazo da reforma agrária. O próprio Estado pode tomar a iniciativa para uma reforma “de cima para baixo”; movimentos sociais podem tomar a liderança na reivindicação pela reforma “de baixo para cima”, ou pode haver uma combinação dos dois como na revolução chinesa. Reformas aplicadas com sucesso por Estados só resultaram em uma drástica redistribuição de propriedade, renda, poder político e status social às custas da classe patronal, quando essas foram executadas por um poder de ocupação que visava o desmoronamento da base rural do poder tradicional dos regimes suplantados, como durante as ocupações da Alemanha, Japão e Coréia do Sul pelos Estados Unidos, e também como na ocupação de Taiwan pela Guomindang. Estas reformas agrárias foram de forma argumentável o principal fator no rápido desenvolvimento daqueles países desde a reconstrução após a segunda guerra mundial, sendo que as reformas aumentaram a renda agrícola, provendo um suprimento manejável de força de trabalho capacitada para indústria, que pode contribuir para o progresso nacional em satisfazer o crescente mercado doméstico. (BORRAS, 2006; BOYCE et al., 2005). Em praticamente todos os outros casos, no entanto, reformas agrárias “de cima para baixo” são restritas à políticas compensatórias como uma forma de controle social no qual o governo só satisfaz parcialmente as necessidades dos excluídos de forma a limitar o conflito social. (MELO, 2006; SAUER, 2006; CARTER, 2009).

Assim se contextualiza a importância de iniciativas de reforma agrária “de baixo para cima,” e em nenhum outro lugar nas décadas recentes existiram movimentos camponeses que tenham conquistado tanta terra para redistribuição como na América Latina, especialmente no interior do Brasil. O Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, se desenvolveu através dos séculos de lutas pela terra no Brasil, com uma influência particular da Teologia da Libertação das igrejas católica e luterana; mas cresceu para proeminência nacional quando a abertura da ditadura militar facilitou maiores ondas de ocupações de terra nos anos 1980. A Constituição Brasileira de 1988 demanda a expropriação de toda terra que não cumpre sua “função social”, definida como fazendas nas quais porções significativas de suas áreas não são efetivamente utilizadas, legislações

ambientais e trabalhistas não são respeitadas e o uso da terra não é racional e em benefício comum aos proprietários e trabalhadores. (CF, art. 184, 186) Apesar que várias áreas estão sujeitas à expropriação, na prática, autoridades governamentais (especialmente em governos estaduais) geralmente não agem se não quando sujeitos à forte pressão de camponeses e constituintes. Apesar de toda essa resistência, no entanto, o MST capacitou cerca de 300.000 famílias (ou seja, mais que um milhão de pessoas) a obter reconhecimento legal de mais de oito milhões de hectares para assentamentos de reforma agrária. (BOYCE, et al, 2005; CARTER, 2009). Representantes do Movimento assim como pesquisadores concordam que a efetividade do MST é devida a sua prática de ocupação de terras, que não só coloca pressão nos órgãos governamentais para avançar a reforma agrária, mas também, e talvez mais profundamente, os meses ou anos de vida passados em ocupações, acampamentos ou assentamentos em que ainda faltam vários recursos servem como uma experiência crucial de formação de caráter que transforma camponeses sem terra previamente sem poder em cidadãos civicamente engajados e militantes do Movimento. (WOLFORD e WRIGHT, 2003; CARTER, 2009). A dispersão dessa nova identidade garante a viabilidade a longo prazo do movimento, sendo que até mesmo reformas agrárias extensas nas quais o campesinato não é civicamente engajado são ultimamente incapazes de desestruturar a economia alimentícia controlada pelo agronegócio, como tem sido o caso na Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Taiwan.

Do mesmo modo que os argumentos liberais falhos em defesa da expansão da agricultura industrial através de biotecnologias preclui críticas mais radicais do sistema de produção agrícola como um todo, outras alternativas liberais propõem reformas *despolitizadas*, baseadas em mecanismos de mercado com o apoio internacional do FMI e Banco Mundial, na crença que as reformas avançadas politicamente falham em redistribuir terras adequadamente já que distorcem o mercado fundiário, encorajando agricultores ineficientes a continuar ocupando terras e prevenindo que produtores mais eficientes as adquiram. No entanto, uma ampla investigação de várias reformas que seguem tais modelos (e.g., no Brasil, Colômbia e África do Sul) demonstra conclusivamente que reformas baseadas no mercado não tem sido redistributivas, mas tem atravancado a possibilidade que reformas efetivamente redistributivas ocorram, minando assim a suposta transferência de riquezas e poder das elites para os camponeses e falhando também em alterar substantivamente o impacto negativo da agricultura sobre a economia e meio ambiente mais amplamente. (BORRAS, 2006). Durante os anos 1990 no Brasil, por exemplo, o fácil acesso à crédito para compra de terras foi muito eficiente em minar a participação e apoio nos movimentos sociais que reivindicavam as expropriações de terras, mas, já que os camponeses tinham pouca ou nenhuma influência sobre suas decisões de compra de terra, a maioria ficou com lotes de tamanho, qualidade, infraestrutura e acesso ao mercado indevidamente inferior ao necessário para obter sucesso no assentamento. Ainda mais, após serem assentados, os camponeses não tinham a organização política para reivindicar com sucesso a distribuição no tempo devido de recursos estatais ou do Banco Mundial para sua infraestrutura e produção. No final das contas, os camponeses foram incapazes de estabelecer estruturas familiares de produção e praticamente todos os participantes foram incapazes de repagar até mesmo a primeira parcela de suas dívidas, resultando na falha das reforma com taxas de desistência de até 60 por cento dos assentados. (SAUER, 2006). Em contraste, as expropriações que resultaram de ocupações de terra pelo MST durante o mesmo período conseguiram redistribuir certa quantidade de riquezas e poder para os camponeses, e já que os camponeses assentados tinham a organização política para continuar a pressionar o governo para manter as linhas de crédito e investimento, os assentamentos organizados pelo MST proporcionaram consistentemente maior sucesso em estabelecer fazendas produtivas assim como escolas e outras infraestruturas para os assentamentos, e conseqüentemente sofreram menores taxas de desistência, normalmente entre 10 e 30 por cento. (WOLFORD, WRIGHT, 2003).

Não obstante a provocação ideológica sobre a “morte do campesinato” como uma classe retrógrada condenada a extinção (HOBBSAWM, 1994), os movimentos indígenas e camponeses como os Zapatistas no México, o MAS na Bolívia e o MST no Brasil estão

crescendo e se tornando significativamente mais importantes nos processos de mudança social. (PETRAS, VELTMEYER, 2001). Aliando-se em torno da extensão radical das idéias de segurança alimentar como *soberania alimentar*, mais de 140 movimentos locais, nacionais e internacionais em todo o mundo formaram *La Vía Campesina*, o “caminho camponês,” através do qual suas vozes, reivindicações e alternativas à agricultura industrial e à globalização do desenvolvimento liberal são promovidas politicamente. (DESMARAI, 2007). Desafiando diretamente os latifundiários, agronegócios e os governos que protegem seus interesses, estes movimentos estão criando programas políticos que buscam estabelecer novas fundações agroecológicas para as sociedades. A natureza *agroecológica* desses movimentos indígenas e camponeses não é devida somente ao seu recurso a técnicas agrícolas tradicionais ao invés de depender dos insumos e equipamentos industriais modernos, mas também por que em vários casos, quando assentados retomam terras improdutivas de latifundiários e agronegócios, eles notam que o solo está tão degradado pelas práticas anteriores que percebem que, a não ser que consigam retornar a terra a um estado de saúde ecológica, a viabilidade econômica a longo prazo de seus assentamentos – e portanto a continuidade de seus movimentos e modos de viver – estará ameaçada. (BOYCE et al., 2005; SILVA, 2004).

Ilustrando tanto a função econômica quanto a qualidade política mais ampla da agroecologia no processo de reforma agrária, Silva demonstra através de um estudo de caso no assentamento Integração Gaúcha no Rio Grande do Sul o argumento fundamental do presente ensaio que prescreve uma agroecologia militante como solução para a crise atual gerada pela ideologia liberal e práticas políticas capitalistas de agricultura industrial:

Os assentados, com a agroecologia desenvolvida no Assentamento Integração Gaúcha, têm o objetivo de elevar a capitalização das famílias por meio da comercialização de produtos que tenham valor superior ao produto “comum.” Mas há outro aspecto que merece ser destacado. A ação política que representa a organização da produção e do trabalho em torno do cultivo ecológico estabelece um modelo alternativo ao capitalista, no qual a agricultura está direcionada a acumulação de capital das corporações industriais do ramo de máquinas, agrotóxicos e fertilizantes químicos. Portanto... os sem-terra do Integração Gaúcha deram um salto qualitativo na luta pela reforma agrária: entenderam que a disputa pela manutenção econômica dos assentados não pode estar dissociada da contenção das estruturas sociais. Para eles, é imprescindível alterar o modelo histórico-social que os produziu, sob pena de retrocederem, de terem a permanência na terra inviabilizada. (SILVA, 2004, P. 118).

O caso do Brasil

O Congresso Nacional realizou recentemente um amplo inquérito para analisar a estrutura fundiária nacional, apontar as causas da violência no campo, investigar as estruturas de organização e os princípios ideológicos de entidades de proprietários e de movimentos sociais rurais, reunindo informação sobre a demanda por terra, o estoque existente e os efeitos de programas governamentais de reforma agrária. Na conclusão desse trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra - CPMI da Terra, em 29 de novembro de 2005, essa comissão, composta em sua maioria por defensores dos interesses dos agronegócios e grandes proprietários, aprovou por 13 votos contra 8 um relatório no qual as “principais ‘contribuições’ legislativas são dois Projetos de Lei que tipificam como ‘atividade terrorista’ e ‘crime hediondo’ as ações de quem ocupa terras como meio legítimo de pressão pela realização da reforma agrária.” (MELO, 2006, p.23). Mesmo após o Superior Tribunal de Justiça ter reconhecido em 8 de abril de 1997, a legitimidade das ocupações como método de pressão para fins de realização da reforma agrária. Esse evento mostra o atravancamento da reforma agrária em nosso país e levanta sérias

questões sobre o prospecto da implementação política da extensa reforma agrária agroecológica demandada nesse artigo.

No entanto, esse ensaio não visa uma abordagem da história de políticas públicas de desenvolvimento rural e reforma agrária no país, um projeto já amplamente desenvolvido por diversos autores (SILVA, 1996; STÉDILE, 1999; FERNANDES e WELCH, 2008; CARTER 2009) e também, não transcende os limites de uma detalhada prescrição legal, política e social para a reforma agrária no Brasil, um projeto mais adequadamente proferido pela publicação de uma síntese do relatório vencido da CPMI da Terra pelo Congresso Nacional (MELO, 2006). Essa etapa do presente ensaio aborda, tão somente, um esboço dos desafios e questões políticas necessárias para um avanço da compreensão, articulação e promoção da reforma agrária agroecológica no país. Esse esboço baseia-se em apontar um maior foco em três conceitos fundamentais: a função social da propriedade, especialmente no âmbito rural ou seja, a *função social da terra*; o método predominante de *indenização* de proprietários de terras desapropriadas por políticas públicas de reforma agrária; e, por último, o *maquinário burocrático* de órgãos governamentais e empresariais, especialmente aqueles imbricados no processo eleitoral.

Nossa Constituição de 1988 já estabelece três parâmetros simultâneos para o cumprimento da função social da terra além de sua produtividade – sendo esses o “aproveitamento racional e adequado” da terra, a “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente,” e a “observância das condições que regulam as relações de trabalho.” (CF, art. 186). No entanto, praticamente todas as desapropriações para fins de reforma agrária têm ocorrido devido unicamente ao fator de produtividade inadequada da terra. (MELO, 2006). A exceção é a recente desapropriação (20/08/2009) da Fazenda Nova Alegria em Felisburgo - Minas Gerais, por crimes ambientais (mas, ainda nesse caso, é importante reconhecer a excepcionalidade desse processo considerando o envolvimento do próprio proprietário, junto à milícias contratadas, no assassinato de vários camponeses sem terra que ocupavam a fazenda, em 20 de Novembro de 2004).

Esse foco prevalente na característica de produtividade das terras em consideração para desapropriação ignora todos os fatores ambientais e sociais negativos da agricultura industrial (o agronegócio) cansativamente indicados nesse par de artigos. Ou seja, esse foco, apesar de apropriado para a reestruturação fundiária de latifúndios largamente improdutivos, é incapaz de lidar seriamente com a atual expansão do agronegócio altamente produtivo. Sem a ampliação do debate sobre a função social da terra de forma a incluir, explícita e fortemente, seus aspectos ambientais e sociais; não é possível que os agentes promotores da reforma agrária encaminhem adequadamente as críticas recentemente levantadas contra a reforma agrária como uma reivindicação anacrônica. (NAVARRO, 2008). Levando em consideração a amplitude do conceito de função social como definido no artigo 184 da Constituição de 1988, torna-se claro o tamanho da deficiência do atual processo de reforma agrária que, restringindo-se à produtividade ou improdutividade das terras, acorrenta-se cada vez mais ao atravancamento imposto pela classe patronal ao processo de reforma agrária através do artigo 185, que isenta as terras produtivas de consideração para desapropriação para fins de reforma agrária. Esse debate já está adiantado nos meios legalistas que consideram interpretações constitucionais que atrelam a definição do artigo 185 ao atendimento simultâneo de todas as quatro características da função social da terra definidas do artigo 184 (LEONETTI, 1999; BERCOVICI, 2001; FORNEROLLI, 2005), mas ainda é necessário que esse debate seja ampliado para além de círculos legais para se tornar parte fundamental das reivindicações de movimentos sociais e, conseqüentemente, da pauta nacional de reforma agrária.

A relevância prática do avanço do debate sobre a função social da terra promovida nesse artigo vai além da possibilidade de atingir o agronegócio além do latifúndio, pois a expansão das considerações governamentais no processo de reforma agrária cria novas bases nas quais os órgãos governamentais possam calcular a devida indenização pelo processo de desapropriação de terras particulares. Isso é, levando em consideração os custos ambientais e sociais baseados nos problemas ressaltados nesse par de artigos, os

proprietários de agronegócios que falham em cumprir a função social devido a problemas ambientais e sociais estruturais devem ter esses custos descontados do valor que outrora seria pago como indenização. Já que a reforma agrária necessária para a conversão sistemática do país da agricultura industrial para a agroecologia requer a redistribuição de terras de proprietários ricos para camponeses pobres, a atualização da política de indenização é um fator fundamental para o aumento da quantidade de terra desapropriada para fins de reforma agrária.

Por um lado, quando a indenização requerida é integral e a preço de mercado, como atualmente em nosso país, somente é possível avançar reformas extremamente limitadas, como tem sido nossa experiência até mesmo nessa década onde existe um governo federal supostamente favorável à reforma agrária. Por outro, com uma confiscação sem indenização, como na revolução chinesa, é possível avançar uma redistribuição quase que total da terra. Historicamente, reformas agrárias com redistribuição de sucesso tem sempre ocorrido com um *alto nível de confiscação de terras*. (GRIFFIN et al., 2002). Isso por que reformas moderadas não quebram os ciclos de produção que favorecem a agricultura industrial sobre a camponesa e, freqüentemente visam explicitamente servir somente como “válvulas de escape” para conflitos rurais enquanto mantém os interesses da classe patronal e do agronegócio intactos, como exposto acima o episódio das reformas agrárias promovidas no Brasil durante os anos 1990 com apoio do Banco Mundial. (WOLFORD, WRIGHT, 2003; SAUER, 2006).

Sendo consenso que não nos encontramos atualmente em condições favoráveis a uma revolução que possibilite um alto nível de desapropriações sem indenização, a consideração mais ampla de função social da terra para fins de política de indenização torna-se a base necessária para o avanço da reforma agrária a médio e, faltando ainda condições revolucionárias, a longo prazo. Parte dessa reivindicação por uma nova política pública de indenização já se encontra em Proposta de Emenda Constitucional (PEC 57/1999) que demanda a desapropriação, sem qualquer indenização, para todas as propriedades que empregam o trabalho escravo. (MELO, 2006) Essa proposta, ampliada com a aplicação de multas equivalentes aos altos custos ambientais das práticas do agronegócio indicados nesse par de ensaios, reduziria o custo de indenização suficientemente para uma larga expansão dos territórios sujeitos a desapropriação para fins de reforma agrária. Relevante notar também que, contrário a atual prática de reforma agrária, que se limita cada vez mais à desapropriação de terras públicas distantes de centros urbanos e com pouquíssima infraestrutura para a implementação com sucesso de assentamentos de reforma agrária (MELO, 2006), a nova política de indenização quando promovida possibilitaria a melhor integração de novos assentamentos de reforma agrária aos mercados existentes e responderia diretamente a necessidade não só de assentamento de sem-terras, mas também, e mais importante, a redistribuição de riqueza e poder necessária para a reestruturação social que possibilite a implementação da agroecologia em escala nacional.

Estas prescrições agroecológicas para o processo de reforma agrária no Brasil, no entanto, têm que levar em consideração a situação complexa das estruturas burocráticas governamentais às quais estão articuladas. Não adianta pensar um projeto de legislação e ignorar a sua implementação. Realçando novamente a incapacidade burocrática de aprovar até mesmo um relatório favorável ao processo de reforma agrária na CPMI da Terra de 2005, conclui-se que uma pré-condição para os amplos avanços reivindicados nesse artigo é uma reestruturação da máquina burocrática que legisla, julga e executa a prática de reforma agrária em si. Os agentes promotores da reforma agrária não podem se esquivar, portanto, da análise sistemática da máquina burocrática como um todo e das formas alternativas de administração dos assuntos públicos (*a re publica* em seu sentido latino originário). Se não o fizerem, quem o fará?

Obviamente, tal análise transcende o limite desse artigo, que entretanto aponta para sua necessidade abordando somente questões entendidas como imperativas para sua apreciação: existe ainda algum mérito na política eleitoral partidária para o avanço da reforma agrária, quando a experiência com o atual governo do Partido dos Trabalhadores foi

uma falha - quase que completa - em implementar o II Plano de Reforma Agrária de sua própria autoria? Quais as possibilidades de reforma eleitoral para que a demanda popular por reforma agrária possa encontrar expressão nas atuais estruturas de representação legislativa e executiva? Quais as possibilidades que reformas judiciais, como as reivindicadas pelo relatório vencido da CPMI da Terra (MELO, 2006), atinjam um nível de sucesso em um poder governamental, o judiciário, que está sujeito a controles democráticos ainda mais indiretos que os órgãos executivos e legislativos? Para além de reformas do maquinário burocrático governamental, quais são as mudanças necessárias nas estruturas burocráticas empresariais que dominam a mídia, o comércio e outros aspectos econômicos da sociedade, relevantes para o processo de reforma agrária e a operação da máquina burocrática governamental? Por fim, quais as possibilidades de mudanças em todas essas estruturas pelos meios atualmente legitimados para sua reforma, como eleições para cargos governamentais e regulamentação estatal de empresas privadas? Quais as possibilidades de mudança através de plebiscito e referendo? E quais os caminhos de mudança alternativos a essas reformas internas, ou seja, quais os caminhos de mudança para projetos revolucionários, quais são as condições para tais projetos e, se necessário, como criar essas condições?

Conclusão

A agroecologia “apresenta os princípios ecológicos básicos para como estudar, planejar, e administrar agroecossistemas que são não só produtivos, mas também capazes de conservar seus recursos naturais, *sendo viáveis economicamente, socialmente justos, e harmônicos com aspectos culturais.*” (ALTIERI, 1995, p. ix, grifo do autor). Portanto, as implicações mais amplas de uma transformação agroecológica de nossa economia alimentícia podem servir como base para uma alternativa política ao capitalismo e ao liberalismo, onde as lutas particulares de povos indígenas e camponeses sem terra estabelecem os programas políticos específicos desta ideologia agroecológica emergente.

Por fim, o previsível aumento dos custos de combustíveis fósseis e as crises agrícolas cada vez mais devastadoras devido a pestes e exaustão de agroecossistemas forçarão um país após o outro a reconsiderar suas estratégias de desenvolvimento rural que dependem da agricultura industrial e de importações internacionais. Com a queda da União Soviética, por exemplo, a maior parte do apoio às imensas monoculturas de cana-de-açúcar que requeriam mecanização pesada e insumos químicos em Cuba desapareceu, promovendo a maior reforma agrária naquele país desde sua revolução. Sua conversão para agricultura orgânica mais descentralizada, priorizando a produção de alimentos para mercados locais, pode servir como exemplo das políticas agroecológicas que têm de ser implementadas em outros lugares para um desenvolvimento rural que seja sustentável tanto ecologicamente quanto economicamente. (FUNES et al., 2002).

Mudanças radicais o suficiente na economia alimentícia global só devem ocorrer, no entanto, na proporção das dificuldades econômicas (ou eventual colapso) da agricultura dos países mais industrializados e no sucesso político de movimentos agroecológicos em países menos industrializados que tem uma função importante na economia global (como o Brasil, Índia e África do Sul) para apoiar outras transformações em países menores e com economias menos globalmente significativas. Por último, a seriedade da ameaça econômica e ambiental à sustentabilidade do agroecossistema global não é um assunto para reformas liberais paliativas que não buscam mudanças fundamentais nas relações de poder entre as classes sociais, já que a crescente taxa de extinção e o aumento da miséria, vulnerabilidade e a fome marcam austeras alternativas para a humanidade no alvorecer do século vinte e um: diversidade de produções camponesas ou simplificação genética de monoculturas, resgate da biodiversidade de povos e espécies ou crescente homogeneização política e cultural, reforma agrária radical ou colapso econômico e ambiental, *revolução ou genocídio.*

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. Agroecology: the science of sustainable agriculture. Boulder, CO: Westview, 1995.

_____. Genetic engineering in agriculture: the myths, environmental risks, and alternatives. 2ª ed. Oakland, CA: Food First, 2004.

_____. Fatal harvest: old and new dimensions of the ecological tragedy of modern agriculture. In: NEMETZ, Peter (org). Sustainable resource management. Londres: Edward Elgar, 2007, pp. 189-213.

AVERY, A. e AVERY, D. High-yield conservation: more food and environmental quality through intensive agriculture. In: MEINERS, R.E. e YANDLE, B. (orgs.) Agricultural Policy and the Environment. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003, pp. 135-50.

BERCOVICI, G. A Constituição de 1988 e a função social da propriedade. In: Revista de direito privado. Coordenação Nelson e Rosa Maria Nery. Ano 2. jul./set, 2001.

BORRAS Jr., S. The underlying assumption, theory, and practice of neoliberal land Policies. In: ROSSET, P; PATEL, R. e COURVILLE, M. (orgs.) Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform. Oakland, CA: Food First, 2006, pp. 99-128.

BOYCE, J.; ROSSET, P.; STANTON, E. Land reform and sustainable development. Political Economy Research Institute, Working Paper 98, University of Massachusetts at Amherst, 2005.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASS, T. Neoliberalism and the rise of (peasant) nations within the nation: Chiapas in comparative and theoretical perspective. Journal of peasant studies, v. 32, n. 3-4, 2005, p. 651-691.

CARTER, M. Social inequality, democracy & agrarian reform in Brazil. In: CARTER, M. Challenging Social Inequality: The Landless Rural Workers' Movement and Agrarian Reform in Brazil. Durham, NC: Duke University, 2009.

DUNCAN, C. The centrality of agriculture: between humankind and the rest of nature. Montreal: McGill-Queen's University, 1996.

DESMARAIS, A. La Vía Campesina: globalization and the power of peasants. Halifax, NS: Fernwood, 2007.

ESTEVA, G. The Zapatistas and people's power. Capital and Class, v. 68, 1999, pp. 153–82.

FERNANDES, B. M. e WELCH, C. Brazil's experience with agrarian reform, 1995-2006: challenges for agrarian geography. Human Geography, v. 1, 2008, p. 59-69.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The state of food insecurity in the world 2008. Roma: FAO, 2008.

FORNEROLLI, L. A. Z. A propriedade relativizada por sua função social. Jurisprudência Catarinense, v. 106. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 2005, p. 197-211.

FUNES, F.; GARCÍA, L.; BUORQUE, M.; PÉREZ, N. e ROSSET, P. Sustainable agriculture and resistance: transforming food production in Cuba. Oakland, CA: Food First, 2002.

GARCÍA LINERA, A. Indianismo e Marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias. In: SADER, E. (org.) Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano, vol. 1, São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 41-62.

GRIFFIN, K.; KHAN, A. R. e ICKOWITZ, A. Poverty and the distribution of land. Journal of agrarian change, v. 2, n. 3, 2002, pp. 279-330.

HOBSBAWM, E. The age of extremes: 1914-1991. Nova Iorque: Vintage, 1994.

LEONETTI, C. A. Função social da propriedade. Revista dos Tribunais, n. 770. São Paulo: RT, 1999, pp. 729-40.

MAZOYER, M e ROUDART, L. A history of world agriculture: from the Neolithic age to the current crisis. MEMBREZ, J. (trad.) Nova Iorque: Monthly Review Press, 2006.

MELO, J. A. T. Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2006.

NAVARRO, Z. Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘sociologia militante’ e o caso da reforma agrária no Brasil. In: XXXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, MG, outubro de 2008.

PETRAS, J. e VELTMEYER, H. Are Latin American peasant movements still a force for change? Some new paradigms revisited. The Journal of Peasant Studies, v.28, n.2, 2001, pp.83-118.

POGGE, T. A global resources dividend. In: CROCKER, D; LINDEN, T. (orgs.) Ethics of consumption: the good life, justice, and global stewardship. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1998, pp. 501-36.

PRETTY, J. e HINE, R. Feeding the world with sustainable agriculture: a summary of new evidence. Relatório final do SAFE-World Research Project, University of Essex, 2000.

ROSSET, Peter. *Food is different: why we must get the WTO out of agriculture*. Londres: Zed, 2006.

SAUER, S. The World Bank’s market-based land reform in Brazil. In: ROSSET, P.; PATEL, R. e COURVILLE, M. (orgs.) Promised land: competing visions of agrarian reform. Nova Iorque: Food First, 2006, pp.177-191.

SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, E. Formação e ideário do MST. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

STÉDILE, J. P. A Questão Agrária no Brasil. 7ª edição. São Paulo: Página Aberta, 1999.

STOFFERAHN, C. Industrialized farming and its relationship to community well-being: an update of a 2000 report by Linda Lobao. Relatório para State of North Dakota, Office of the Attorney General, State of North Dakota v. Crosslands, North Dakota District Court, 2006.

WEIS, T. The global food economy: the battle for the future of farming. Nova Iorque: Zed, 2007.

WOLFORD, W e WRIGHT, A. To inherit the earth: the landless movement and the struggle for a new Brazil. Oakland, CA: Food First, 2003.

O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio¹.

Frederico Daia Firmiano

Mestre e Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara-FCLAr/Unesp; Professor Assistente junto a Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais-Fesp/Uemg (Licenciado); Bolsista CAPES
E-mail: fredericodaia@hotmail.com.

Resumo

Nosso texto é um breve esforço de reflexão sobre aspectos da experiência brasileira recente da busca pela inserção na economia-mundo através das fronteiras abertas pelo complexo de atividades econômicas vinculadas à produção agro-industrial, o chamado agronegócio, à luz das posições contemporâneas sobre o colonialismo, na sua forma clássica internacional, interna e transnacional, trazidas especialmente por Pablo G. Casanova. Com isso, buscamos evidenciar a vitalidade do conceito no estudo de países com história colonial, como o Brasil, partindo do questionamento de alguns aspectos que emergem da discussão feita por autores latinoamericanos, como Cláudio Katz e Mathias Luce, de elementos da teoria do subimperialismo.

Palavras-chave: Colonialismo transnacional, subimperialismo, desenvolvimento, luta dos trabalhadores e dos povos, experiência brasileira do agronegócio.

Resumen

El nuevo colonialismo transnacional y la experiencia del agronegocio brasileño

Nuestro texto es un breve intento de reflexionar sobre aspectos de la experiencia reciente de Brasil de buscar la integración en la economía mundial a través de la apertura de las fronteras de las actividades económicas relacionadas con la producción agro-industrial, llamado agronegocio, a la luz de las posiciones contemporâneas sobre el colonialismo en su forma clásica internacional, nacional y transnacional, traído especialmente por Pablo G. Casanova. Con esto, se destaca la vitalidad del concepto en el estudio de los países con la historia colonial, como Brasil, empezando por la cuestión algunos aspectos que surgen de la discusión realizada por los escritores latinoamericanos como Claude Katz y Luce Mathias, elementos de la teoría del subimperialismo.

Palabras clave: Colonialismo transnacional, subimperialismo, desarrollo, lucha de los trabajadores y de los pueblos, experiencia brasileña de la agroindustria.

Abstract

The new transnational colonialism and the Brazilian experience in agribusiness

Our text is a brief attempt to reflect on aspects of recent Brazilian experience in search of insertion in the world economy through open borders by the complex of economic activities linked to agro-industrial production, the so-called agribusiness, in the light of contemporary

¹ Uma versão breve e preliminar deste texto foi apresentada no 3º Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina: integrar para além do mercado, na sessão Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da globalização, no dia 30/03/2010, sob o título "Sobre colonialismo em tempos de globalização e a experiência brasileira contemporânea do agronegócio".

positions about colonialism, in its international, domestic and transnational classic form, brought especially by Paulo G. Casanova. From that, we aim to show the vitality of the concept in the study of countries with a colonial history, such as Brazil, based on the questioning of some emerging aspects of the discussion made by Latin American authors, such as Cláudio Katz and Mathias Luce, the elements of sub imperialism theory.

Keywords: Transnational colonialism, sub imperialism, development, struggle of workers and peoples, Brazilian experience in agribusiness.

Introdução

Nos idos da década de 1930, José Carlos Mariátegui apresentou “...a referência civilizatória primária dos próprios povos indígenas da América e a referência histórica de sua destruição” (CACCIA-BAVA, 2009, p. 108), quando, não sem ironia, tratou dos “bons povos civis” e suas pretensões em “fazer o bem dos povos a eles submetidos”.

Em seus dizeres:

[...] os ingleses libertaram aos índios da ‘tirania’ dos maias, os alemães libertaram aos africanos da ‘tirania’ dos reis negros, os franceses libertaram os habitantes de Madagascar e, para fazê-los mais livres mataram a muitos, reduzindo a outros a um estado que só o nome não é escravidão: assim os italianos libertaram os árabes da opressão dos turcos (MARIÁTEGUI, 1969, p. 24).

Para Augusto Caccia-Bava, o intelectual socialista e revolucionário peruano traz em suas reflexões “...as referências históricas ontológicas para a compreensão do processo de dominação da América Latina, desde os tempos coloniais”, transitando da “...categoria de povos oprimidos (...) à presença concreta dos povos indígenas...”. Mas o incrível, segundo esse autor, é a:

[...] correspondência do pensamento de Mariátegui, ao tratar da relação dos povos indígenas com os projetos políticos governamentais ou filantrópicos, com o início do século XXI, quando se trata da presença desses povos como questão administrativa ou jurídica, entre outras [...] (CACCIA-BAVA, 2009, p. 111).

No Brasil, Florestan Fernandes, em 1981, em “Poder e contra-poder na América Latina”², tratou da questão do colonialismo, problematizando até onde poderia chegar a transformação capitalista em países que não romperam com formas coloniais de exploração do trabalho cujas classes dominantes tornaram-se burguesas no processo de transformação e desenvolvimento capitalista e atrás dele. Haveria uma confusão “nas classes privilegiadas na América Latina” entre a desagregação do regime colonial e o processo histórico-social da descolonização, da qual decorreria uma mistificação acentuada em países que se achariam em transição neocolonial. A desmistificação, porém, estaria sendo feita pela teoria do colonialismo interno que, “...no plano da luta de classes e da oposição política articulada, ela aparece sob as bandeiras do combate ao ‘feudalismo’, às estruturas arcaicas da produção e, principalmente, do anti-imperialismo”, o que, em termos políticos, concederia “vantagem” às classes dominantes por negligenciar a “...necessidade de investigação rigorosa das formas de estratificação engrenada ao capitalismo neocolonial e ao capitalismo dependente...”. Ainda, poria em segundo plano “...a luta de classes propriamente dita,

² Para este artigo, recorremos a versão editada para o segundo volume dos “Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano”, de CLACSO junto com Expressão Popular, de 2008, intitulado “Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas” (Uma rotação de perspectivas)”.

concentrando o impacto sobre os efeitos construtivos da mudança social espontânea, do desenvolvimento e, em particular, da secularização e da racionalização inerentes à expansão do urbanismo e do industrialismo”. Com isso, afirma o sociólogo brasileiro, “...naquilo que ela é teoria crítica, ela se polariza como uma manifestação intelectual do radicalismo burguês e do nacionalismo reformista” (FERNANDES, 2008, p. 46-47).

Na contemporaneidade, autores latinoamericanos têm afirmado que na América do Sul não é possível verificar um tipo de sujeição neocolonial, vale dizer, tal como estaria ocorrendo em várias regiões da África. Para eles, diferentemente, tem sido possível verificar o fenômeno do sub-imperialismo, sobretudo, diante de um quadro de recrudescimento da dominação norte-americana e da emergência do Brasil como país “dominador”, sob a direção do governo Lula, na órbita internacional da América Latina.

Nosso texto objetiva refletir aspectos da experiência brasileira recente da busca pela inserção na economia-mundo através das fronteiras abertas pelo complexo de atividades econômicas vinculadas à produção agro-industrial, o agronegócio, à luz de elementos da teoria do colonialismo, buscando evidenciar sua vitalidade no estudo de países com história colonial, como os que constituem a América Latina e Caribe, passando pela discussão das noções de subimperialismo que vem sendo empregada na contemporaneidade.

A teoria do subimperialismo na contemporaneidade e o lugar do Brasil na órbita internacional latinoamericana

Para Mathias Luce, o conceito de subimperialismo, de Ruy Mauro Marini, designa “...a expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundo, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe o esquema simplista da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia...”, na qual emergem sub-centros econômicos relativamente autônomos (ainda que subordinados a dinâmica global imposta pelos grandes centros), em razão da difusão da indústria manufatureira, que eleva a composição orgânica média nacional do capital. Trata-se da “...forma que a economia dependente assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”, implicando, “...uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma...”, que é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista e se mantém nos marcos da hegemonia constituída (LUCE, 2008, p. 1-2).

O fundamento da teoria do subimperialismo, diz Luce, está na consideração de que as relações entre o capitalismo dominante e a economia dependente implicam em transferências de valor desta última para a primeira, o que obriga as burguesias dos “sub-centros” a recorrer a superexploração do trabalho (que, vale lembrar, corresponde a forma primitiva de acumulação de capital) e a criação de uma “esfera de influência própria”, ou uma “hegemonia regional” como mecanismo de compensação do excedente transferido aos grandes centros. Marini teria identificado uma crise de realização no Brasil dos anos de 1960 que teria sido revolvida pelo Estado no mercado externo. “A importância adquirida pelo mercado externo na realização do capital da indústria manufatureira foi observada através do coeficiente das exportações no ingresso de determinados ramos industriais”, cuja função do Estado foi, precisamente, participar na taxa de inversão e na política de incentivo a exportação.

Segundo Cláudio Katz, os teóricos do subimperialismo teriam captado, acertadamente, o movimento de transformação das burguesias nacionais promotoras do mercado interno em burguesias locais, que priorizam a exportação e associação com as empresas transnacionais. Algo que Ruy Mauro Marini chamou de cooperação antagônica, que foi viabilizado, do ponto de vista econômico, pela estreiteza do mercado interno, afetado pelo baixo poder aquisitivo. Além disso, Ruy Mauro Marini acreditava que a burguesia brasileira comprimia o poder de compra, em razão da superexploração do trabalho. Na atualidade, prossegue Katz, os teóricos do subimperialismo ressaltam o agravamento

contemporâneo destes desequilíbrios em razão da ausência de consumo de massas equiparável ao das economias avançadas. Estas carências impulsionariam as multinacionais a investir os capitais sobrando gerados pela restrita acumulação interna no exterior. Assim, o Brasil adotaria uma posição subimperial na América do Sul, antes de alcançar o poderio que registraram as principais potenciais do século XIX e XX. Essa assimetria caracterizaria o desenvolvimento desigual e combinado na contemporaneidade (KATZ, 2009, p. 13).

Katz recupera o conceito de subimperialismo, trazido na década de 1960 por Ruy Mauro Marini, que tratou da expansão brasileira, tardia e de forma periférica, e sua associação subordinada aos EUA. “A palavra subimperialismo poderia erroneamente sugerir uma delegação do poder central a periferia. Porém, no caso brasileiro, sempre apontou o processo oposto de maior autonomia das classes dominantes locais”. Diferente dos idos de 1960, quando o sub-imperialismo emergia como um “anti-comunismo”, hoje diz respeito à escalada brasileira, “por conta própria”, à ordem capitalista mundial, como demonstraria a ocupação do Haiti, o abastecimento militar com tecnologia francesa e a imposição de limites a plataforma dos mares na Colômbia (KATZ, 2009, p. 12).

Igualmente, para Mathias Luce, na atualidade

[...] a internacionalização de empresas brasileiras corresponde a uma retomada do subimperialismo, sob novas formas, a partir da expansão do capitalismo brasileiro sob o comando de suas grandes empresas que apoiadas no Estado, se apropriam da mais-valia produzida nas nações sul-americanas, fazendo do continente esfera de influência privilegiada para a inserção do capitalismo em potencial da região sul-americana na mundialização do capital (LUCE, 2008, p. 2).

Seria, pois, uma “estratégia de sobrevivência” empresarial, já que, do ponto de vista interno, da economia brasileira, a abertura comercial e financeira teria expulsado a burguesia brasileira do mercado externo sem nenhuma proteção e, do ponto de vista externo, com a chamada reestruturação produtiva, teria emergido um novo padrão de acumulação e reprodução do capital, que passou a exigir “vantagens” no controle de redes de comércio e distribuição em distintos mercados. “A história econômica recente demonstra a quantidade de empresas que têm sido absorvidas por corporações do capitalismo dominante por não ter se adaptado ao padrão de competência vigente”. Na mesma medida, as empresas que não sucumbiram ao novo padrão de acumulação e mantiveram uma posição dominante sem serem absorvidas por grupos do capitalismo dominante, seria, precisamente aquelas a manter uma estratégia expansionista imperialista (LUCE, 2008, p. 2-3).

Assim, a expansão multinacional apareceria como condição fundamental para a manutenção do novo padrão de acumulação, e, ao mesmo tempo, é uma dimensão do processo de reprodução ampliada do capital, processo no qual os países semi-periféricos se transformam em “emissores de inversões diretas no exterior”, atingindo, segundo Mathias Luce, 10% do montante global no começo dos anos 2000. Entre as 50 maiores multinacionais no ranking das empresas de países semiperiféricos estão as “brasileiras” Petrobrás, Vale e Gerdau (Idem).

Para Cláudio Katz, a expansão das multinacionais brasileiras na América do Sul, financiada pelo governo, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, e apoiada pela “agressiva diplomacia do Itamaraty”. Petrobrás, Gerdau, VM, Oderbrecht, Friboi, Marfrig e Vale comporiam o núcleo de empresas que operam com “níveis elevados de internacionalização”. A fim de sustentar a política das corporações, o Brasil estaria, ainda, se militarizando com tecnologia francesa, atuando para além de suas fronteiras, como demonstram, a partir de 2004, as forças de ocupação do Haiti. Inclusive a continuidade do Mercosul estaria subordinada a sua liderança. Assim, o Brasil estaria

buscando ocupar os espaços criados pela crise de dominação dos Estados Unidos sem, no entanto, chocar interesses (KATZ, 2009, p. 10-11).

É Mathias Luce quem apresenta o quadro sobre a presença de empresas “brasileiras” nos países latino-americanos. Vejamos bem de perto seus dados.

No Uruguai, pelo menos desde 2003, grupos de empresas brasileiras estariam cumprindo importante função no processo de desnacionalização da economia do país, por meio da aquisição de terras e frigoríferos. A Marfrig, através de quatro aquisições entre os anos de 2006 e 2007 se tornou o maior exportador de carne do Uruguai, tendo incorporado os frigoríferos Tacuarembó, por US\$ 35 milhões; Elbio Pérez Rodríguez, por US\$ 25 milhões; La Caballada, por US\$ 26 milhões e Colonia, por US\$ 266,8 milhões. Assim, a Marfrig controla um terço dos serviços da agroindústria de um país que possui 85% do território dominado pela atividade pastoril e tem 60% de sua atividade econômica centrada nos agronegócios e 25% do valor exportado produzido pela pecuária (LUCE, 2008, p. 4-5). Na Argentina, desde a crise de 2001 estaria sofrendo inúmeras operações, fusões e aquisições que deslocaram ativos da burguesia nacional para a burguesia brasileira. Em 2002, com a aquisição da Pecom Energia pela Petrobrás, por US\$ 1,126 bilhões; entre 2002 e 2006, a Quilmes Alimentos e Bebidas pela Ambev, por US\$ 1,8 bilhões; em 2005, a Loma Negra, maior indústria de cimento do país e responsável por metade da produção nacional, pela Camargo Correa, por US\$ 1,025 bilhões e, no mesmo ano, a Swift Armour, maior frigorífero do país, pela JBS Friboi por US\$ 200 milhões, dos quais, US\$ 80 oriundos do BNDES, “...inaugurando a linha de apoio da internacionalização de empresas brasileiras criada pelo governo Lula” (Idem).

No Paraguai, entre outras experiências envolvendo os brasiguaios e a produção da soja, o sub-imperialismo brasileiro se revelaria – para além da Guerra da Tríplice Aliança - nas relações entre os países em torno da Usina de Itaipu, quando, ainda na ditadura militar brasileira, buscou-se “assegurar fontes de matérias primas e energia”. Citando Ricardo Canese, Luce aponta quatro problemas centrais que envolvem o Tratado de Itaipu. Primeiro, a proibição ao Paraguai de venda do excedente energético a outras economias que não seja o Brasil; segundo, o não cumprimento da alternância da gestão da empresa binacional; terceiro, os valores abaixo do mercado pagos pelo Brasil ao excedente energético que o Paraguai o destina e, por fim, a dívida que o Paraguai contraiu quando da construção da represa da Usina e que tem crescimento substantivamente ao longo dos anos, em razão das altas taxas de juros. Mas o Brasil estaria, pois, “manipulado” as relações desiguais no que tange a exploração do potencial hídrico paraguaio, responsabilizando exclusivamente a ditadura de Stroessner pelos termos do Tratado (LUCE, 2008, p. 6-7).

Mas para Mathias Luce, a Bolívia é o caso mais emblemático do subimperialismo brasileiro. Desde a criação da Petrobrás Bolívia S.A. até a eleição de Evo Morales, a empresa acumulou 45,9% das reservas provadas e prováveis de gás e 39,5% das reservas de petróleo. “Na atividade de refino, a empresa controlava 100%, como proprietária integral das duas refinarias, depois de ter incorporado a Pecom. Até 2006, a Petrobrás exportou gás boliviano ao Brasil a preços bastante inferiores aos do mercado”. O próprio governo brasileiro, através de seu embaixador na Bolívia, exprimiu, por meio de um comunicado³, os limites da soberania dos bolivianos em detrimento dos interesses das multinacionais, entre as quais, a Petrobrás. Isto evidenciaria “...como a política de integração regional sustentada pelo Estado brasileiro busca manter a ei de intercâmbio desigual, para benefício das corporações do capitalismo subimperialista”. Com isto, ainda que o decreto de

³ “A dificuldade em transformar em realidade o anseio de grande parte da população boliviana pela industrialização do gás natural reside, justamente, na incompatibilidade entre a execução dos projetos GTL e petroquímicos - que requerem investimentos significativos - e as outras três principais reivindicações dos movimentos populares que derrubaram o Presidente Sánchez de Lozada: evitar a exportação de gás, aumentar a carga impositiva sobre as empresas de hidrocarbonetos e levar a cabo alguma medida de nacionalização dos hidrocarbonetos. A perspectiva da reforma da Lei de Hidrocarbonetos e da realização do referendo vinculante sobre o destino do gás, cujos resultados são imprevisíveis, afastam, no momento, qualquer decisão de investimento”, citado por LUCE, 2008, p. 8.

2006 tenha melhorado a participação do Estado boliviano na renda proveniente dos hidrocarbonetos, a Petrobrás continuando pagando um preço inferior ao que seria justo. Assim, a nacionalização efetiva do setor ainda não aconteceu (LUCE, 2008, p. 6-8).

Peru e Equador também não escapam a escalada brasileira no Cone Sul. No primeiro, avançando sob o controle das atividades extrativistas e industriais que geram divisas e ocupam lugar estratégico na economia do país e se apropriando de território de uma nação composta por povos indígenas. Dentre os países da América do Sul, o Peru é o que apresenta a atividade mineradora (outro, prata, cobre, zinco, chumbo e estanho) como de maior importância na formação do produto interno bruto, se constituindo como o terceiro maior produtor de cobre, zinco e estanho do mundo, o principal produtor de prata, o quarto produtor de chumbo e o quinto de outro. Ocorre, no entanto, que nos idos de 1990, sob o governo de Fujimori, deu início no país uma onda de privatização do setor de mineração. Tendo prosseguido com Alejandro Toledo e com Alan García, que aprofundaram a desnacionalização, empresas brasileiras passaram a se apropriar dos ativos privatizados da economia peruana, entre as quais, a Votorantim Metais-VM que, em 2004, comprou a Refinaria de Zinco Cajamarquilla (consórcio nipo-canadense), que fora estatal até o ano de 1981. “Para que se tenha uma idéia de sua importância, a VM-Cajamarquilla se encontra no 3º lugar do ranking das 50 primeiras empresas de metal-mecânica do Peru, além de apresentar um dos menores custos de produção do mundo em localização estratégica, a 25 Km da capital Lima”. Em 2005, a VM comprou 24,9% da Companhia Minera Milpo, quarta do ranking de mineração de zinco do país. “A finalidade principal do Grupo Votorantim no Peru é oferecer matéria-prima barata para suas atividades industriais no Brasil”. Com isso, já em 2005, a VM controlava 61% da produção de zinco do Peru. Igualmente, a Vale, também em 2004, com apoio da diplomacia brasileira, ganhou a concessão para explorar o cimento de fosfato de Bayóvar, uma das maiores riquezas minerais do Peru. E, em 2006, foi a vez do grupo Gerdau, arrematando a companhia estatal Siderperu, que foi privatizada, maior siderúrgica do país, que emprega 2000 mil trabalhadores. Por fim, vale destacar, junto com Luce, que no ramo de petróleo, a Petrobrás é responsável pela maior área de exploração do país. Em 2005, empresa brasileira investiu mais de US\$ 50 milhões no Peru e extrai hoje, apenas em Talara, cerca de 13.000 barris de petróleo por dia (LUCE, 2008, p. 9-10).

No segundo, Equador, a Petrobrás tem operado num contexto de privatização do setor de hidrocarbonetos, que constitui a base da economia do país, e de flexibilização da legislação ambiental, que tem permitido o avanço sobre o óleo da Amazônia equatoriana, desde o ano de 2002, quando incorporou os ativos da Pecom. “PETROBRAS opera no Bloco 18 e no Campo adjacente Palo Azul, na região Amazônica Equatoriana, de forma ilegal e provocando prejuízos econômicos milionários ao Estado...”, pois teria comprado o equivalente a 70% dos direitos do Bloco 18 em ações da Pecom sem autorização do Ministério das Minas e Energia e teria, também, firmado um convênio de venda de 40% da participação a companhia japonesa Teikoku Oil, sem possuir qualquer direito contratual sobre as áreas de exploração. O que, no entanto, diz Luce, não é o pior. Os blocos que passaram a ser controlados pela Petrobrás apresentam problemas graves, como é o caso do Bloco 31, situado no Parque Yasuní, “...uma das áreas de maior biodiversidade do mundo...”, na qual conflitam a legislação de exploração dos hidrocarbonetos com a legislação ambiental e onde residem povos indígenas que, certamente, serão afetados pela atividade petrolífera da Petrobrás, que tem levado seu projeto adiante. A liberação das atividades da Petrobrás no Bloco 31 teria vindo após compromissos assumidos pelo governo brasileiro junto ao governo equatoriano de liberação de créditos do BNDES para obras de infra-estrutura no Equador, a serem realizadas por construtoras brasileiras. Mas a Petrobrás não é a única empresa brasileira a demonstrar o sub-imperialismo do País no Equador. Ao lado, está a Construtora Norberto Odebrecht, que possui a maior parte de seus negócios no exterior no Equador. “Parcela importante dos empreendimentos da CNO no país contaram com financiamentos de instituições brasileiras”. Além disso, “o perfil dos projetos executados se concentra em grandes obras de engenharia envolvendo o manejo de

bacias hidrográficas...”, o que tem implicações tanto no meio ambiente, quanto nas condições de vida de camponeses e comunidades indígenas (LUCE, 2008, p. 10-12).

Nesse contexto, o autor afirma que,

Todas as empresas estudadas apresentam em seu faturamento elevados índices provenientes do mercado exterior. Exceto a Vale, todas essas empresas começaram a ser multinacionais desde a América do Sul. Nos dias de hoje, elas controlam ativos importantes nas economias vizinhas, expressando a transferência de valor realizada pelo subimperialismo para as empresas com capital de origem brasileira. O rol da América da Sul não é um indicador eventual ou casual dos exemplos escolhidos para nossa análise. (...) as principais operações de fusões e aquisições transfronteiras e os maiores projetos *greenfield* estão concentrados na região (LUCE, 2008, p. 13).

Na atualidade, a América do Sul se constituiria como “esfera de influência privilegiada” do subimperialismo brasileiro, emergindo como “provedora de matérias-primas” e “fonte de energia” para o Brasil. Assim, as frações da burguesia brasileira e governo compartilhariam a política que reforça a retomada do subimperialismo, enquanto os trabalhadores da Siderperu, os povos indígenas Huaorani, no Equador e os Ashenika, no Peru lutariam com a exploração da Petrobrás.

Mas o que é que fica subsumido na teoria do subimperialismo?

Para nós, desaparece no horizonte do subimperialismo o problema da posição subalterna das classes trabalhadoras e dos povos distintos, sobretudo nos países, como o Brasil, configurados como “dominadores”. Em decorrência, permanecem nublados a forma e os conteúdos do projeto de desenvolvimento desses países tomados como “subimperialistas”, ou seja, fica subsumida a questão do “desenvolvimento para quem?”.

Uma breve definição: as bases da recusa do conceito de colonialismo

Pablo González Casanova afirmou que “a hegemonia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nos partidos comunistas do mundo deu às suas colocações sobre o problema [do colonialismo] um caráter paradigmático”. Subsumiram as lutas étnicas no interior dos Estados-nação perante “as lutas das nações contra o imperialismo, e a luta de classes no interior de cada nação e em nível mundial...”. Assim, as lutas nacionais somente ganharam sentido como parte da luta antiimperialista e da luta de classes. Na América Latina, quando a categoria integrou a reflexão sobre a construção democrática, “...sua vinculação à luta de classes e ao poder do Estado apareceu originalmente velada” (CASANOVA, 2009, p. 399-401).

Com isso, prossegue o sociólogo mexicano:

A história do colonialismo interno como categoria, e das discussões políticas a que deu lugar, mostraram suas piores dificuldades na compreensão da luta de classes e da luta pela libertação combinada em nível internacional e interno. As correntes ortodoxas opuseram-se durante muito tempo ao uso dessa categoria, optando pela definição dos termos da luta contra o “semifeudalismo” e contra o trabalho servil, sem aceitar que, desde as origens do capitalismo, as formas de exploração colonial combinam o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado e que os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno repete-se uma ou outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos Estados-nação com variantes que dependem da

correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores que conseguiram a independência (CASANOVA, 2009, p. 401-402).

Na base da recusa quanto a importância do conceito de colonialismo e na sua mistificação atuam cinco principais razões. Primeira, não se compreende que se trata de uma manifestação do desenvolvimento do capitalismo e, igualmente, não se enxerga os sujeitos que lutam a partir das etnias como parte dos trabalhadores, do movimento pela democracia e pelo socialismo. Segunda, não se associa à categoria a luta por um Estado multi-étnico, pelo poder de um Estado dos povos, construído a partir de suas referências políticas, ideológicas, culturais. Terceira, conduz-se, de um ponto de vista conservador, ao etnicismo e outras formas de balcanização e tribalização que tanto serviram para a perpetuação das diferenças e desigualdades no interior do Estado-nacional. “A versão conservadora do colonialismo interno nega ou oculta a luta de classes e a luta antiimperialista, isola cada etnia e exalta sua identidade como forma de aumentar seu isolamento”. Quarta, abandona-se o colonialismo interno em nome da luta de classes. Quinta, o colonialismo interno é rechaçado sob o argumento, estrutural-funcionalista, de que se trata de uma problemática cultural a ser resolvida pela “modernização” e pela “integração nacional” (CASANOVA, 2009, p. 403).

Para nós, junto com Pablo G. Casanova, na atualidade o fenômeno tem se radicalizado pelo processo de globalização, operando na sua forma clássica internacional, na forma interna (sobretudo nos países com história colonial que reproduzem ou reconstituem as relações de exploração daquele período com seus povos nativos) e na forma transnacional, seja por meio de empresas ou regiões.

Brasil: colonialismo, violência e agronegócio.

Francisco de Oliveira configurou o neoliberalismo constituído no Brasil como o “...caldeamento de arraigadas sociabilidades autoritárias (...) com os processos de globalização”. Para o autor, é o “atraso da vanguarda”, caracterizado pela direitização e pelo neoconservadorismo que expressam a radical exasperação dos limites da mercadoria, que coloca o País como “vanguarda do atraso”, ou seja, a inserção nos “limites superiores do capitalismo desenvolvido”, sem atingir patamares mínimos no que toca a garantias de direitos sociais (OLIVEIRA, 1998, p. 208).

Para ele, o projeto político hegemônico brasileiro apóia-se, fundamentalmente, em duas forças associadas aos movimentos de globalização. Uma, diz respeito à financeirização e articula e reitera o financiamento externo da acumulação, uma vez que o processo de mundialização do capital eliminou as possibilidades de ampliação e/ou criação das fontes internas - o que ocorre segundo uma divisão de interesses, uma vez que apesar da emergência das remunerações do sistema bancário, advindas das operações com títulos públicos, esta forma de sobre-valor interno ainda é insuficiente para inserir no processo todas as formas de acumulação internas. E outra que emerge da “...fronteira de mais rápida expansão do capital...”: as exportações, promovidas, sobremaneira, pelo agronegócio brasileiro, no qual dominam os bens de tipo *commodities*. A implicação imediata do movimento de financeirização da economia através do qual o País se projeta na economia global é expressa na penalização dos salários, já que, do ponto de vista produtivo, os lucros financeiros são transferência de renda do setor empresarial-produtivo para o setor financeiro, ou seja, uma das formas de mais-valia, nos termos já definidos por Marx, que promove a retração da produção e da produtividade ou o aumento das taxas de exploração da força-de-trabalho. No caso do Brasil, altamente dependente das exportações, que são ramos muito concentradores, como os do agronegócio da cana-de-açúcar, baseia-se, na maioria das vezes, na alta exploração de mão-de-obra desqualificada (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

Em outros termos, significa um projeto de desenvolvimento político e econômico que, para se reproduzir, se apóia sobre bases frágeis de violação – ou violência – do/contra os direitos constituídos junto às classes trabalhadoras e subalternizadas.

Maria Aparecida Moraes da Silva expõe os termos da experiência contemporânea do novo colonialismo e da violência a partir da configuração das relações produtivas do chamado agronegócio. Segundo a autora, hoje, são poucas empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes e agrotóxicos, quais sejam, Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow (sementes), além de Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus (cereais). A agricultura familiar, voltada para a sustentabilidade, emprego de mão-de-obra familiar, produção de alimentos e para a segurança alimentar está desaparecendo ou se integrando ao agronegócio perante as determinações destas empresas. Assim, está ocorrendo o fortalecimento de um modelo técnico-científico-agroindustrial-financeiro-mediático, a partir do qual capitais financeiros, de fundos de pensões norte-americanos, investidores nacionais e internacionais, entre outros, passam a ser aplicados na agricultura (SILVA, 2008, p. 65-66).

Ao lado deste processo ocorre uma transformação em relação ao modelo capitalista inglês já refletido por Marx: ao invés da tríade constituída por trabalhadores, proprietários fundiários e capitalistas, estamos diante de uma díade constituída por capitalistas e trabalhadores, já que proprietários fundiários e capitalistas, agora, se fundem numa única pessoa. Junto com este, “...a alta do preço da terra é uma forma de garantir grandes lucros em função da especulação”. E, além disso, “...as fronteiras nacionais se romperam e, sucessivamente, os grandes capitais dominam grandes áreas de vários países, confirmando-se assim o seu caráter apátrida...”. Ainda, importa destacar que a internacionalização da propriedade da terra tem como corresponde a internacionalização de sua renda. No Brasil, o fato é demonstrado pela presença do capital internacional nas regiões do cerrado e da Amazônia, com a compra de terras. “Segundo levantamento do INCRA há 33.228 imóveis (0,64 do total) registrados como propriedades de estrangeiros. Estas propriedades cobrem 5,6 milhões de hectares...”. Do ponto de vista da análise marxiana da propriedade da terra, esta apropriação da terra pelo capital internacional é premissa para a continuação dos padrões atuais de acumulação engendrados pelas empresas transnacionais, levando-se em consideração tanto a valorização da terra quanto o conseqüente aumento de sua renda (SILVA, 2008, p. 66-67).

Nesse contexto, diz João Edmilson Fabrini, a irracionalidade capitalista contida na lógica do latifúndio brasileiro está, pois, combinada com a lógica racional e produtivista do agronegócio (FABRINI, 2008, p. 36). A empresa moderna transnacional, que integra o agronegócio brasileiro, combina relações de produção e de pesquisa científica contemporâneas com a violência e práticas de acumulação primitiva. Isso financiado pelo Estado, já que o agronegócio não é sustentável sem a intervenção estatal permanente (FABRINI, 2008, p. 50).

“São muitos os exemplos de violências de superexploração praticadas por empresas do agronegócio apontados pela CPT...”. Os dados da entidade “...indicam que a acumulação capitalista ocorre também pelo estabelecimento de relações não <<tipicamente>> capitalistas...”, quer dizer, não somente pela racionalidade da produção de mercadorias (Idem).

Por isso, para nós, a violência integra a base do processo de acumulação capitalista através do modelo do agronegócio colonialista contemporâneo.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra corroboram nossa assertiva: em 2007, a CPT registrou 1946 casos de superexploração do trabalho e 5974 casos de trabalhadores libertados da condição de escravos. Em 2009, os dados parciais da Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos no campo, (conflitos por terra, por água e trabalhistas) registram, de janeiro a julho, 366 litígios, envolvendo 193.174 pessoas, com 12 assassinatos, 44 tentativas de assassinato, 22 ameaças de morte, 6 casos de tortura e a prisão de 90 pessoas. Dos 366 casos de conflito, 246 foram por terra e envolveram 25.490 famílias, das quais, 393 foram expulsas da terra por ação de proprietários e jagunços e 4475 foram

despejadas por ação da Justiça. No período de janeiro a junho do mesmo ano também foram registrados 95 casos de trabalho escravo, envolvendo 3180 pessoas, das quais, 88 menores, além de 2013 casos de trabalhadores libertos (Cf. www.cptnac.com.br).

Duas experiências, uma lógica: cana-de-açúcar em São Paulo e usinas hidrelétricas na Amazônia

O filósofo Franz Hinkelammert afirmou a presença da tortura entre nós. Apoiou sua argumentação em bases sólidas: nas palavras proferidas pelo general francês Massis durante a guerra da Argélia, segundo as quais “a tortura é eficaz; por conseguinte, necessária”. Depois, trouxe-nos a obra de Albrecht, ex-Primeiro Ministro do Estado da Baixa Saxônia (Niedersachsen) da Alemanha, onde afirma, contundente, que “por vezes” a tortura se justifica, como no caso de uma chantagem ameaçadora para a vida por parte de um terrorista preso; por fim, lembrou o depoimento de VanNatta, quando do encerramento de suas atividades junto a Superintendência de Camp Delta: “trata-se do ano mais importante que jamais vivi, porque estou convencido de que salvamos vidas” (HINKELAMMERT, 2006, p. 360). Com isso, o ensaísta nos revelou a lógica da tortura:

[...] o que é eficaz, por isso é necessário e bom. O que se pode fazer, deve-se fazer. Ademais, para saber o que se pode fazer há que fazê-lo. Ao não refletir para a além da ação meio-fim, apenas aparecem limites aceitáveis para a ação. A mística do progresso apaga todos os limites. Transforma-se no portador da eficácia (HINKELAMMERT, 2006, p. 358).

Entendemos que igualmente ocorre com a força-de-trabalho: aplicada até seu limite é eficaz e, nessa lógica, necessária para atingir o fim a que veio. Nesses termos, a tortura praticada no campo de concentração em Guantânamo ou o trabalho no corte da cana-de-açúcar nos canaviais paulistas tem o mesmo fundamento, a mesma lógica. E é, novamente, Maria Aparecida de Moraes Silva quem demonstra.

Segundo a autora, a vida útil de um cortador de cana nos canaviais paulistas varia de 15 a 20 anos. Diz, ainda, que partir de 2004, exigiu-se uma produtividade entre 12 e 15 toneladas por trabalhador, por dia. Citando Rodolfo Vilela, a autora afirma que em 10 minutos um trabalhador corta cerca de 400 quilos de cana, deferindo 131 golpes de podão e fazendo 138 flexões de coluna. Isso em temperatura superior a 27° C. Nesse ritmo e intensidade de trabalho, a carga cardiovascular é acima de 40%, podendo, os batimentos cardíacos, chegarem a cerca de 200 por minuto. Nesse contexto, para além dos registros de trabalhadores incapacitados para o trabalho por período determinado ou permanente, entre 2004 e 2007, o trabalho no corte da cana-de-açúcar teria sido responsável por 21 mortes de trabalhadores por exaustão (SILVA, 2008, p. 74-75).

Nas projeções feitas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o agronegócio – 2006/07 a 2017/18, segundo a socióloga, o Brasil se transformará no maior produtor de soja do mundo, passando de 40% para 59,4%, exportará 55,6% do total global de 177 milhões de toneladas de açúcar produzidas; sairá da casa dos 17,6 bilhões de litros de etanol para 41,6; produzirá cerca de 64 milhões de toneladas de milho, do total mundial de 850 milhões; será líder na exportação de carne bovina, ao lado de Austrália, Argentina e Índia, com um volume de 2,85 milhões de toneladas; e será um país importador de arroz e trigo, já que a produção nacional será inferior ao consumo interno; no caso do leite, a produção será restrita ao abastecimento interno, podendo haver a necessidade de importação (SILVA, 2008, p. 76-77).

Tortura e morte dão um tom sinistro nas nebulosas bases do novo colonialismo dos tempos globais, intra, inter e transnacional, que fundamenta a integração brasileira à economia-mundo, dando forma aos projetos privados de desenvolvimento capitalista.

Mas a “mística do progresso” também se revela na forma de apropriação dos recursos naturais e suas conseqüências para povos cuja experiência está, historicamente, associada aos territórios-base da presença do novo colonizador transnacional.

Maxine Shorto, artista e antropóloga, expôs o problema da construção de usinas hidrelétricas no Rio Xingu, empreendimento da empresa Eletronorte, e algumas de suas conseqüências. Segundo a autora, “o impacto que estas construções causariam inclui a construção de rodovias e a remoção da floresta (...) e 20.000 quilômetros quadrados seriam cobertos por água...”, com aproximadamente dez mil índios atingidos (SHORTO, 2009, p. 5).

A justificativa para a construção destas hidrelétricas é a de fornecer mais energia para o estado do Pará e restante do país. O verdadeiro interesse é revelado na aliança entre Muniz, o Presidente da Eletrobrás, acionista principal da Eletronorte, e os investidores do projeto, as companhias construtoras lideradas pela Camargo Correa, as empresas de equipamento pesado lideradas pela ABB e Voth Siemens e as companhias que consomem altíssimas quantidades de energia elétrica (SHORTO, 2009, p. 6).

Com o projeto, os mais afetados seriam os povos Kayapó, que têm protestado desde 1989, quando da apresentação dos primeiros passos desse empreendimento pelo governo da Amazônia, junto dos povos Xavantes, já afastados da área em que viviam, entre o Araguaia e o Rio Tocantins, em razão do avanço do capital.

Estes últimos, diz a antropóloga, já tiveram seus costumes de caça profundamente alterados, já que o caráter nômade de suas tribos tem sido restringido dentro da reserva. A própria Fundação Nacional do Índio-FUNAI teria contribuído, a partir dos anos de 1970, para a redução da variedade alimentícia presente na dieta dos Xavantes e a inclusão de alimentos industrializados, quando da introdução do projeto de cultivo de arroz mecanizado. Os graves problemas de saúde que assolam esses povos seriam as manifestações das alterações de sua dieta alimentar. Além disso, uma prática cultural-religiosa de máxima importância para os Xavantes estaria sofrendo fortes abalos, qual seja, sua capacidade de comunicação com seus ancestrais na esfera do sonho. Maxine Shorto explica que:

Quando os mais velhos Xavantes sonham, eles contam o sonho para toda a aldeia e por algumas semanas a tribo prepara uma encenação sobre o sonho. Hoje, com a introdução de alimentos industrializados e álcool na dieta deles, isto tem interferido na habilidade dos idosos em conectarem-se com a esfera do sonho (Idem).

Pois o xamanismo praticado pelos Xavantes e também pelos Kayapós, entre outros povos, prossegue a autora, conecta a religião com o mundo animal e da caça. “O Xamã é espiritualmente conectado com os animais selvagens que fornecem comida e roupa”. É, pois, o mediador que através do sacrifício feito em ritual acalma os espíritos. “Para o Xamã, o Universo é concebido como uma força poderosa e incerta, mas também personalizada. Todos os seres vivos (...) possuem vida e alma e interage uns com os outros”. O sonho é, precisamente, o lugar do encontro com o sagrado e com o proibido. “Para obter os benefícios da natureza, frutas, remédios, alucinógenos, os índios precisam observar certas regras de conservação”. Se para o branco capitalista, árvore pode vir a ser lucro, para o Xamã, a árvore “...guia (...) [a] visão em direção ao céu, (...) mostrando o eterno sagrado” (Idem).

Interromper a profunda ligação entre os povos indígenas, a natureza e a espiritualidade, trata-se, pois, do caráter mais nefasto do novo colonialismo transnacional.

Desmantelamento e recomposição do projeto nacional: algumas considerações finais

Octávio Ianni, ainda em 2001, no II Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura: perspectivas para a América Latina, ocorrido em São Paulo, cujos resultados foram publicados em 2007, em obra organizada por Maria Nazareth Ferreira, afirmou que o Mercosul estava sendo “...orquestrado pelas corporações e posto em prática pelos governos nacionais”. Mais adiante, prossegue o sociólogo brasileiro, dizendo que o Mercosul vinha, na verdade, “...acompanhado de um processo avassalador de destruição de todos os projetos nacionais na Argentina, no Brasil, no Uruguai e no Peru. Algo que também ocorreu no Chile e na Bolívia” (IANNI, 2007, p. 114-115).

Ianni (2007, p. 115-116) ainda afirmou que:

A transnacionalização está implicando não simplesmente, como se diz, a reforma do Estado com descentralização, modernização e Estado mínimo, mas na verdade significa a destruição dos projetos nacionais que já tinham sido montados. Não eram projetos dos sonhos de muitos de nós, mas a verdade é que a instauração do Mercosul vem acompanhada da reforma do Estado, de uma redefinição do aparelho estatal, a rigor, de uma redução do princípio de soberania e de uma progressiva adequação dos aparelhos estatais às exigências da transnacionalização de um total desmonte dos projetos nacionais.

James Petras, mais recentemente, também afirma testemunhar “...o desmantelamento de toda a estrutura econômica que caracterizou a construção dos Estados nacionais da América Latina e Caribe...” e assistir ao “...retorno a formas econômicas pré-nacionais. O autor argumenta que a criação de um Estado e uma economia nacionais verificadas entre as décadas de 1930 e meados de 1970, capaz de criar as infra-estruturas sociais de uma “sociedade moderna”, passaram a sofrer, a partir de 1975, uma série de derrotas políticas que “...restauraram as formas econômicas e políticas pré-nacionais”. Para ele, o que se tem chamado de “...neoliberalismo é a restauração política, pela força, de formas anteriores de exploração capitalista...”. (PETRAS, 2007, p. 1-3).

A expansão dos serviços privados de educação e saúde seria a expressão da natureza da restauração das formas de gestão da política e da economia pré-nacionais, que asseguram a reprodução de uma estrutura rígida de classes, bem característica das sociedades de “exportação agromineral”. Além disso, no lugar dos serviços públicos profissionais emerge a caridade e o voluntariado como resultado do “assalto geral dos empregados do setor público”, algo típico do período anterior dos Estados nacionais. Neste, o setor mais lucrativo e dinâmico do capital estaria entre os capitalistas imobiliários, articulados às instituições financeiras, às empresas de construção e ao Estado:

Igual ao que ocorria com o capitalismo pré-nacional, o capitalismo imobiliário contemporâneo está baseado na propriedade e na renda da terra e nas valorizações especulativas e não nos benefícios derivados da produção de bens e serviços. O Estado desempenha um papel chave na expansão do capital imobiliário, mediante a apropriação de propriedades rurais e urbanas de grande valor que pertencem a habitantes pobres da cidade e do campo, e sua transferência para as elites endinheiradas. Em outras palavras, a força política, os métodos do capitalismo dos princípios (“acumulação primitiva”) que desloca as massas e permite que as propriedades e outras formas de capital, como a agroindústria, explorem a terra (PETRAS, 2007, p. 3).

Nesses termos, o Estado não estaria “desregulando” ou muito menos se “retirando” da economia mas, ao contrário, criando novas normativas para expansão dos negócios estrangeiros. Mas se no período colonial, a entrada do capital estrangeiro se restringia as atividades de exportação agro-minerais, hoje, adentra os setores primários, secundários e terciários. Atuam, assim, em quatro níveis de exploração interrelacionados. Primeiro, nos

recursos produtivos que se exploração na América Latina, Ásia e África. Segundo, nos benefícios da exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais. Terceiro, a extração de interesses, rendas e regalias. Quarto, nos fundos de inversão, de aposentadorias e de alto risco, dos quais se beneficiam das fusões e das aquisições de corporações multinacionais e das especulações. “Os vínculos entre os diferentes níveis da estrutura de classes são poderosos pelas relações entre os setores e seus interesses comuns na exploração da mão de obra e dos recursos naturais”. Por isso, diz o autor, que não existem “burgueses progressistas”, mas conflitos entre setores mais poderosos do capitalismo (PETRAS, 2007, p. 4).

James Petras afirma, no entanto, que a restauração de um regime e estrutura econômica de “formas pré-nacionais” tem criado “pontos débeis” que podem conduzir a importantes mudanças, como a incapacidade dos novos regimes eleitos de lançar um novo projeto político; a emergência de sociedades polarizadas, em razão da concentração e centralização de capital através do crescimento massivo das fusões e aquisições que tem integrado as economias, radicalizando as contradições entre propriedade privada e produção social; depois, a vulnerabilidade do sistema financeiro, de seguros e imobiliário, já que são especulativos e acumulam renda sem produzir valor e está divorciado da produção direta e, com isso, sujeito a volatilidade e crise; por fim, o *boom* das manufaturas internacionais, como no caso dos metais básicos ou produtos agrários, produzindo um grande incremento para os governos latino-americanos:

Estão presentes todos os ingredientes básicos para uma transformação estrutural, como nunca antes havia ocorrido. Várias mudanças estratégicas são necessárias e factíveis. A chave está na renacionalização dos setores de exportação agro-minerais lucrativos mais dinâmicos, os quais permitem financiar um setor manufatureiro vasto e diversificado, a produção de alimentos em grande escala, em granjas altamente mecanizadas e importantes inversões públicas para reconstruir os serviços sociais (PETRAS, 2007, p. 6).

Além disso, haveria a necessidade de aquisição pública do setor dinâmico do comércio, que produz a maior fonte de renda pública para intervenções estatais em longo prazo. Com isso, o autor considera que “...o desenvolvimento orientado pela exportação é um motor para o desenvolvimento social” cujo problema está na definição da classe social que dirige e controla seus benefícios, bem como sua conversão no mercado local, o que exigiria, entre outros, a reconversão da propriedade privada em propriedade pública e das plantações em grande escala originárias de processos ilícitos, violentos ou arbitrários em empresas públicas de trabalhadores (Idem). Nesses termos, um novo projeto nacional de desenvolvimento poderia emergir, sob a égide das classes, grupos, povos e movimentos até agora subalternizados.

José Carlos Mariátegui enfrentou a discussão sobre a luta pela autonomia dos povos, articulando o conceito de colonialismo interno ao conceito de luta de classes e de libertação nacional, colocando “...os povos indígenas no centro da problemática nacional...” e propondo “...uma luta nacional e ibero-americana em que o indo-nacional e o indoamericano inserem-se na realidade da luta de libertação e de classes” (CASANOVA, 2006, 406). Nos primeiros anos do século XXI, na América Latina, os povos indígenas re-emergem e articulam a secular resistência praticada em seus territórios com a questão dos direitos. Aproximam-se, assim, dos trabalhadores rurais dos canaviais do interior de São Paulo, que, quanto se integram a movimentos como o MST também praticam a resistência e reivindicam novas condições de trabalho e vida e estes, por sua vez, encontram referências comuns junto aos trabalhadores e povos uruguaios, argentinos, paraguaios, bolivianos, peruanos, equatorianos...

Como indica Pablo G. Casanova, é o “...respeito ao diálogo das crenças, das ideologias, e das filosofias ligado à descolonização da vida cotidiana e dos ‘momentos

estelares' da comunidade crescente..." que irá esboçar "...uma humanidade organizada" (CASANOVA, 2006, p. 416-417) por trabalhadores do campo e da cidade, povos distintos, estudantes, intelectuais, partidos políticos, entre outros.

Referências bibliográficas

CACCIA-BAVA, A. Da rebelião das massas e da resistência. In: OLIVEIRA, D.; NOGUEIRA, S. (orgs.). Mídia, cultura e violência: leituras do real e da representação da sociedade midiaticizada. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2009.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. In: Revista Pegada. (Dossiê: Agronegócio, Destrutivismo Social e Ambiental em Tempos de Progresso Econômico). v. 9, n. 1., Jun 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/pegada.htm>. Acesso em 17 Set 2009.

FERNANDES, F. Reflexões sobre as Revoluções Interrompidas (Uma rotação de perspectivas). In: SADER, E. (coord). Cadernos de pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008 (Pensamento social latino-americano; v.2).

HINKELAMMERT, F. A globalidade da terra e a estratégia da globalização. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

IANNI, O. Sociedade, Política e Economia no Mercosul. In: FERREIRA, M. N. (Org.). Cultura e comunicação: perspectivas para a América Latina. Edição de textos Silas Nogueira; Autores Octávio Ianni... [et Al.]. – São Paulo: CELACC; ECA; USP, 2007.

KATZ, C. América Latina frente a la crisis global. Disponível em www.lahaine.org/katz. Acesso em: 10 Mar 2010.

LUCE, M. La expansion del subimperialismo brasileño (La política de integración Del gobierno Lula em América Latina). Revista mensual de la Izquierda Nacional-Tercera Época – Año 1 Numero 9 Mes: Diciembre 2008.

MARIÁTEGUI, J. C. Ideologia y Política. Lima: Amauta, 1969.

PETRAS, J. Repensar El desarrollo de América Latina y El Caribe para el Siglo XXI. México: Memoria, n° 224, noviembre 2007. Disponível em: <http://www.memoria.com.mx/index.php?contenido=articulo&ellink=revistas/224/AMERICA%20LATINA%20James%20Petras.html>. Acesso em 10 mar 2010.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

SILVA, M. A. de M. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. In: Revista Pegada. (Dossiê: Agronegócio, Destrutivismo Social e

Ambiental em Tempos de Progresso Econômico). v. 9, n. 1., Jun 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/pegada.htm>. Acesso em 17 Set 2009.

SHORTO, M. O retorno ao sagrado: aprendendo com os índios. In: The Ecologist Brasil – Outono 2009.

La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya

Virginia Rossi

Doctoranda de Estudios Sociales Agrarios (UNC-Argentina)
Magíster en Ciencias Agrarias (UdelaR-Uruguay, 2007)
Profesora Adjunta Extensión Rural, Dpto. de Ciencias Sociales
Facultad de Agronomía, Universidad de la República
Estación Experimental "Dr. Mario A. Cassinoni" (EEMAC)
Ruta 3 km 363 - 60.000, Paysandú, URUGUAY
<http://www.fagro.edu.uy/~eemac/>
Telefax (598) 472 27950 int121
E-mail: virossi@fagro.edu.uy

Resumen

Este trabajo reflexiona sobre la cuestión agraria en Uruguay, retomando la cuestión campesina desde el modelo teórico de los clásicos marxistas y enfatizando sobre la singularidad del modo de producción familiar. Para ello se describen las particularidades que ha tenido el proceso de desarrollo tecnológico en el agro uruguayo. En el marco de un modelo de crecimiento que ha promovido las cadenas agroexportadoras, el aumento sostenido de la venta de tierras, la extranjerización y la transnacionalización de las empresas agropecuarias agudizan los procesos de concentración y desplazamiento de los productores familiares. Hoy, el uso de la tierra y los modos de producción están en el centro de sus reivindicaciones. Se retoman algunas aproximaciones conceptuales al modo de producción familiar, explicitando antecedentes y criterios instrumentales utilizados para la focalización de políticas públicas en el país. En el contexto político actual, se plantean los principales desafíos para la aplicación del nuevo Registro de Productores Familiares Agropecuarios a nivel nacional.

Palabras clave: Modos de producción, modernización agraria, conflictividad territorial

Resumo

A produção familiar na questão agrária uruguia

Este trabalho reflete sobre a questão agrária no Uruguai tomando a questão camponesa a partir do modelo teórico dos clássicos marxistas e enfatizando a singularidade do modo de produção familiar. Para tanto, são descritas as particularidades que experimentou o processo de desenvolvimento tecnológico no campo uruguaio. No contexto de um modelo de crescimento econômico que tem promovido as cadeias agroexportadoras, o crescimento sustentado da venda das terras, a estrangeirização e a transnacionalização das empresas agropecuárias aprofundam os processos de concentração e expropriação, excluindo os produtores familiares. Na atualidade, o emprego da terra e as formas de produção estão no foco de suas reivindicações. Tomamos algumas aproximações conceituais do modo de produção familiar, detalhando antecedentes e critérios instrumentais a serem levados em conta para dirigir as políticas públicas no país. No contexto político atual, são levantados os principais desafios para aplicação do novo Registro Nacional de Produtores Familiares Agropecuários.

Palavras-chave: Modos de produção, modernização agrária, conflitividade territorial

Abstract

Family producers on the Uruguayan agrarian question

This work reflects on the agrarian question in Uruguay, retaking the peasant question from the theoretical model of the classic Marxists and emphasizing on the singularity of the family mode of production. In order to do this, it describes the special features that the technological development process in Uruguayan rural environment has had. Within the framework of the model of growth that has promoted the agro exportation chains, the steady increase in the land sales, the internationalization and the transnationalization of the agricultural production intensify the concentration process and the displacement of family farmers. Nowadays, the use of land and the modes of production are in the centre of their demands. It takes certain conceptual approaches to family mode of production, explaining background and instrumental criteria used for focal public policies in the country. In today's political context, it establishes the main challenges for the application of the National Register of Family Producers.

Keywords: Modes of production, agrarian modernization, territorial conflictivity

Introducción

Distintos autores caracterizan al nuevo modelo globalizado de acumulación de capital en el agro latinoamericano por la exclusión de la fuerza de trabajo y de la economía familiar y campesina, y porque sus verdaderos beneficiados son un grupo de empresas transnacionales (mega-compañías alimentarias), que ejercen su influencia en instancias supranacionales (MCMICHAEL, 1999¹; SÁNCHEZ ALBARRÁN, 2006). Pero estos cambios no se dan de la misma forma ni con la misma intensidad en todos los territorios rurales, entre y dentro de los países. En este sentido, la imagen actual del campo uruguayo es aún la de “una agricultura a dos velocidades”, si bien se estaría consolidando un nuevo estrato de grandes propietarios de tierra, continúa la presencia mayoritaria de los productores familiares que también son propietarios, pero de una porción muy minoritaria de la tierra (PIÑEIRO y morales, 2008).

Desde el punto de vista del uso del suelo en el país, el 83% de la superficie se encuentra destinada a pasturas permanentes (más de trece millones de hectáreas). Si bien en la estructura de las tierras a pastoreo, el componente del campo natural viene descendiendo, la ganadería aún ocupa el 62% de la superficie productiva del país (MGAP-CGA, 2000). En este sentido, se distinguen dos grandes tendencias que ejercen presión sobre los recursos naturales a nivel territorial: la expansión de la forestación y de la agricultura de secano, en particular del cultivo de soja (*sojización*). Estas tendencias son acompañadas de procesos de concentración y extranjerización de la tierra, cuyo emergente es el precio de la tierra, que alcanza niveles inéditos, provocando el desplazamiento de los productores familiares y medianos (por la suba de los precios de la tierra y/o con problemas financieros o de endeudamiento). También se consolidan en el escenario rural empresas de servicios para un nuevo tipo de inversor-agricultor (establecimientos de mayor tamaño, mayor especialización en agricultura y en la soja respecto al área agrícola) y formas de tenencia poco estables (medianería y arrendamiento) que, sumados a la aplicación de paquetes tecnológicos (semilla transgénica, siembra directa), aumentan los riesgos de impacto socio-ambiental negativo. Los cambios son de tal magnitud y en tan corto período

¹ Al respecto señala McMichael (1999:26): “Mientras que una mayor integración transforma todos los Estados a través de la liberalización económica, al mismo tiempo refuerza las relaciones de poder globales, en este caso las relaciones del imperialismo de los agronegocios”.

de tiempo² que se configura una situación sin antecedentes, que enfrenta al Uruguay a un cruce de caminos: profundizar el “Uruguay natural” sin contradecir el “Uruguay productivo” (GEO Uruguay, 2008).

En este sentido, el papel de las agriculturas familiares y campesinas continúa integrando hoy la agenda del debate del desarrollo rural sustentable, vigentes aún en un mundo capitalista, globalizado y postmoderno. Quizás lo nuevo de este tiempo es que, tanto desde los ámbitos políticos como de los académicos, se re-torna la mirada hacia una realidad que fue ignorada.

De cara a los cambios políticos en los gobiernos de la región, el desafío de los productores familiares organizados sigue siendo incidir activamente en el diseño de políticas de promoción de la producción familiar. En este contexto, el gobierno uruguayo reafirma hoy la línea estratégica de promoción de la agricultura familiar del gobierno anterior, acompañado de las consignas de lucha de los productores familiares organizados en torno de la Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR)³: “*Por un país productivo con gente viviendo en el campo*”; “*Que la agricultura familiar no quede sólo en el discurso*”, “*Y las propuestas para cuándo*”, “*Que no tengamos que volver a empezar*”⁴. Estos últimos definen como prioritario abordar el debate de la *Agricultura Familiar vs Agricultura Empresarial*, entendiendo como necesario hacer frente al avance de los monocultivos de soja y forestación y la concentración de la tierra.

Este trabajo tiene como propósito aportar a la conceptualización teórica de una categoría de sujetos agrarios que en Uruguay es posible denominar como *productor agropecuario familiar*. Para ello se comienza retomando la cuestión campesina desde el modelo teórico de los clásicos marxistas y se enfatiza sobre la singularidad del modo de producción familiar, presentando una reseña histórica sobre el desarrollo tecnológico en el agro uruguayo. Luego se explicitan los principales antecedentes en la conceptualización del productor familiar uruguayo y se pasa revista al actual Registro de Productores Familiares Agropecuarios a nivel nacional, principal herramienta para la aplicación de políticas diferenciadas. Finalmente deja planteados los principales desafíos para la construcción de una ruralidad compatible con los modos de vida y de trabajo de la producción familiar.

La cuestión campesina en el modelo teórico

En el ámbito académico, la preocupación de la teoría respecto al carácter de los agentes familiares en un agro capitalista ha dado lugar a un debate permanente sobre la relación entre el trabajo familiar, la tierra y el capital. En el análisis nos encontramos con un sujeto social que puede ser propietario o arrendatario de tierras, o ambas cosas, e invertir capital y explotar su propia fuerza de trabajo. Esta situación que es, teóricamente, producto del no pleno desarrollo del capitalismo da lugar, a su vez, a diferentes posiciones acerca de la compatibilidad de la figura de tales arrendatarios o propietarios con el modelo capitalista (CLOQUELL, 2007).

Tanto en la tradición marxista como en la estructuralista, existe una tendencia a enfatizar los aspectos que impiden a estas unidades de producción de tipo familiar avanzar en el camino de la capitalización (MURMIS, 1994). En este sentido, Karl Marx entiende que la sociedad capitalista surge de la estructura económica de la sociedad feudal, y refiere al proceso histórico que engendra el capitalismo en función de la llamada *acumulación originaria*, proceso de disociación entre el productor y los medios de producción. Según sus propias palabras, esto significa pura y exclusivamente “la expropiación que despoja de la

² Este fenómeno ha sido descrito con la imagen de un verdadero *tsunami sojero* por el Ing. Agr. Ricardo Cayssials, Consultado Set 2009. Disponible en: http://www.fundacion-ecos.org/fe_tallersoja.html

³ La CNFR es una organización de segundo grado fundada en 1915. Agrupa hoy más de 90 organizaciones de base, tales como sociedades de fomento rural y cooperativas agrarias, que tienen acción sobre unos 15.000 productores de todo el Uruguay (CNFR, 2009).

⁴ Por más información consultar NOTICIERO, órgano de difusión oficial de la CNFR. En especial los últimos editoriales, Nos.15 al 17 (2009-2010) en <http://www.cnfr.org.uy/publicaciones.php?categoria=institucional>

tierra al trabajador” (MARX, 2008:895 [1867]). Siguiendo a Marx, el modelo capitalista de producción, como forma históricamente determinada del proceso social de producción, reviste su forma clásica en Inglaterra pero “la historia de esa expropiación adopta diversas tonalidades en distintos países y recorre en una sucesión diferente las diversas fases” (MARX, 2008:895[1867]). Más allá de dichas modalidades, el planteo teórico de Marx implica aplicar una *fórmula trinitaria* común a todos los sistemas de producción, que vincule tres fuentes de rentas, a saber: capital-interés; tierra-renta del suelo, trabajo-salario. Si bien la tierra constituye un factor de producción, *su propiedad* es entendida como una barrera para el desarrollo de las relaciones capitalistas de producción, debido a que su papel es secundario con respecto al capital (MARX, 2009 [1894póstumo]). En torno a *la cuestión campesina*, la fórmula trinitaria refleja la idea de Marx de que no habría lugar para los campesinos que cultivaban tierra por su cuenta (los que eran vistos como resabios del régimen feudal). Los denominados pequeños productores o pequeños capitalistas inevitablemente desaparecerían, evolucionando o hacia el sector de asalariados sin tierra (siendo desplazados por las grandes explotaciones), o se convertirían ellos mismos en capitalistas⁵. Asumir la idea de que no habría lugar para un sector que no se adecuara al modo de producción capitalista (y más aún, que para un desarrollo pleno del capitalismo *no debería* haber), llevó a que la idea de su desaparición se convirtiera *en una cuestión de tiempo*. Tal sería la suerte del modo de producción campesino (y podríamos ampliar la idea con respecto al modo de producción familiar) en su calidad de pequeños productores (propietarios de bienes de producción), o productores parcelarios “independientes” con distintos arreglos productivos. Si bien éstos presentaban un modo de producción y de vida singular y diferente que el modo capitalista predominante, y en muchos casos eran pequeños propietarios de tierras, necesariamente dejarían de serlo y serían por lo tanto “despojados” para evolucionar hacia la condición de asalariados.

En esta evolución hacia el desarrollo capitalista, Karl Kautsky señalaba que la técnica y el administrador-agrónomo cumplirían un rol fundamental ya que se comprobaría la “superioridad técnica de la gran explotación” (KAUTSKY, 2002 [1899]). La inferioridad técnica de las pequeñas explotaciones reafirma en este autor la idea de la desaparición del modo de producción campesino y de su agónica autoexplotación como trabajadores rurales. Así, basado en la realidad alemana, este autor caracteriza a los pequeños productores en su doble condición de productores y trabajadores. Si bien tiene una valoración muy negativa de las condiciones de trabajo en las que están inmersos estos campesinos, resalta su cualidad de trabajadores y su rol como asalariados rurales, distinguiéndolos de los asalariados de la ciudad. Esto lo llevaría a plantear como posible, la *coexistencia* de la gran explotación con la más pequeña (como fuente de mano de obra para aquella):

Cuando las cosas han llegado a este punto, la gran hacienda y la pequeña no se excluyen, sino que se condicionan, al igual que el *capitalista* y el *proletario*, pero el pequeño agricultor asume aquí de un modo creciente la condición de proletario”
(KAUTSKY, 2002:196[1899])

Lo cierto es que la fórmula trinitaria ideal del modelo clásico inglés no funcionó de la misma manera, ni a la velocidad esperada, en distintos contextos espaciales e históricos. La *cuestión campesina* también fue muy importante en la reflexión teórica de Lenin, ocupando un lugar privilegiado en su diseño estratégico de alianzas para los territorios rurales donde se desarrollaría el capitalismo agrario, como vía de construcción hacia el socialismo. Los campesinos, en vías de desaparición, pasaban a ser valorados en función de una estrategia de cambio. Así, los estudios situados y fundamentados por Lenin, sobre la *descampesinización* como proceso fundamental para el desarrollo capitalista en Rusia, partían de la base de la contribución del conjunto de pequeñas unidades productivas en dos

⁵ Cabe señalar que esta postura del capitalismo puro, a modo de profecía autocumplida, ha estado presente en el mundo académico y ha sido fundamentada con evidencias empíricas desde aquel entonces hasta nuestros días.

frentes: la lucha contra los grandes terratenientes y la consolidación de la relación capitalista/asalariado en el medio rural. Esto sería posible a través de un proceso de crecimiento o *diferenciación* de las unidades campesinas, fenómeno específico de la economía capitalista y que llevaría para Lenin hacia dos tipos nuevos de población rural: la burguesía rural y el proletariado del campo (LENIN, 1974[1899]). La ya conocida desaparición del campesinado como “cuestión de tiempo” pasaba a ser, en un nuevo contexto, el centro de una estrategia de acción y de lucha por el cambio. El rol de las unidades campesinas en el escenario rural sería un rol muy activo: podría conducir a su persistencia (coexistencia) o bien acelerar la transición al capitalismo. Lenin afirmaba entonces, al respecto de la teoría marxista:

[...] se comprende a menudo con excesiva rigidez la tesis teórica de que el capitalismo requiere un obrero libre, sin tierra. Esto es del todo justo como tendencia fundamental, pero en la agricultura el capitalismo penetra con especial lentitud y a través de formas extraordinariamente diversas. (LENIN, 1974:169 [1899]).

Desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay

La imagen mas probable de un productor familiar en el Uruguay es la de un pequeño o mediano productor dedicado a la producción de carne, de lana o de leche, y que tal vez combine ese rubro principal con alguna actividad agrícola de carácter secundario”. (DIEGO PIÑEIRO, 2004).

Para el caso del Uruguay, es necesario situar los orígenes del modelo capitalista agrario en el tiempo y el espacio colonial del Virreinato del Río de la Plata, más concretamente dentro del territorio que se conocería después como “Banda Oriental del Río Uruguay”⁶. Con reducida población originaria, y genocidio charrúa de por medio, se pobló principalmente a partir de la inmigración de origen europeo. Las condiciones naturales del territorio y su ubicación geográfica (Cuenca del Plata) condicionaron el desarrollo de un modelo ganadero de tipo pampeano, agroexportador y basado en una ganadería extensiva sobre pasturas naturales.

En este sentido, la etapa colonial (1600-1810) imprime tres características que hacen a la función y estructura actual del territorio: (i) la ganadería como actividad productiva dominante; (ii) el control de la tierra con marcada tendencia a la concentración (grandes latifundios); y (iii) una apropiación marginal de la tierra (usufructo) destinada a la subsistencia familiar o la producción de alimentos básicos de las ciudades (Alonso, 1984). Recién a fines del SXIX, como país independiente, y ya fracasados el reparto de tierras en 1815⁷ y el proyecto federal artiguista⁸, se afirman los rasgos principales del sector agrario uruguayo. Esta etapa, denominada como *etapa de modernización rural* (1870-1900), la lideran ganaderos-empresarios, fundadores de la Asociación Rural (1871), fuertemente apoyados por los gobiernos militares de la época para el alambramiento de los campos (la típica *estancia ganadera*) y el “disciplinamiento” de la campaña. A partir de este momento se implantan rápidamente avances tecnológicos en el medio rural (mestización del ganado, expansión del ovino), que serán complementados luego con el desarrollo del ferrocarril y de la industria frigorífica. Tomando la propuesta de Sara Lara Flores, que distingue tres períodos en el desarrollo tecnológico de la agricultura capitalista, aquí comienza **la primera de tres etapas** en el desarrollo tecnológico de la agricultura capitalista uruguayo (la de más lento desarrollo), caracterizada por su naturaleza de tipo manufacturero-artesanal (LARA

⁶ Una cronología básica de hechos políticos y socio-económicos de los últimos 400 años puede encontrarse en: NAHUM, B. 1994. Manual de Historia del Uruguay (Tomos I y II). Montevideo, Banda Oriental.

⁷ “Reglamento provisorio de 1815 de la campaña y seguridad de sus hacendados” reglamento dispuesto por José Artigas para regularizar y mejorar la situación social y económica existente en ese momento en la Banda Oriental.

⁸ Integración de la Provincia Oriental a las Provincias Unidas del Río de la Plata.

FLORES, 1998). La estructura de la propiedad territorial resultante de este proceso sumó, a la fuerte concentración de la tierra, el temprano predominio de la forma de tenencia en propiedad (y por lo tanto también de las relaciones asalariadas en el campo). Se consolida una estructura agraria polarizada en dos extremos: grandes extensiones prácticamente despobladas, en las que se reproducen los animales con un mínimo de cuidados; y un conjunto mayor de pequeños establecimientos en los que radica parte importante de la población rural, donde el nivel de ingresos es reducido (apenas suficiente para la sobrevivencia) obligando en muchos casos al trabajo fuera del predio en las grandes estancias para poder subsistir (ALONSO, 1981). Las familias rurales que hasta el momento usufructuaban tierra ajena son expulsadas, y como consecuencia, se consolidan en el paisaje rural uruguayo los “rancheríos” rurales.

Comenzado el SXX, la pacificación del país y el fin de las guerras civiles (1904) dan paso a un “pacto tácito” del Estado con los terratenientes, durante la etapa de reformismo Batllista⁹, que propone un modelo de Estado de Bienestar. La intervención estatal conduce el excedente generado en el sector agropecuario al conjunto de la economía y en particular, al desarrollo de los sectores urbano e industrial, que se incrementan constantemente hasta mediados del siglo. Como parte del modelo, y para superar las restricciones de la producción forrajera natural y aumentar la producción ganadera, se crean en 1906 las Facultades de Agronomía y Veterinaria, bajo la supervisión de científicos alemanes. Estas serían una pieza clave del nuevo proyecto agroexportador, demandante de tecnologías superadoras de aquellas más “rutinarias y limitadas” de los criollos, que se complementarían con la difusión (pensada como algo casi mecánico y por efecto de la imitación), que debían realizar y promover las “nuevas” organizaciones productivas (BONIFANTI, 2007). En esta línea, si bien en Uruguay se habían realizado algunos emprendimientos privados de colonización agrícola a finales del SXIX, la intervención del Estado “para el fomento rural y la intensificación de la campaña” se inicia alrededor de 1910. Esta colonización agrícola se apoyó fuertemente en la fundación de Comisiones de Fomento Rural¹⁰ (concebidas como “células civilizatorias”) que se conformaban en torno a las estaciones del ferrocarril¹¹ para mejorar la productividad agrícola y los servicios de las zonas rurales (escuelas, caminos, salud, comunicaciones, etc.). En su mayoría las integraban inmigrantes extranjeros, a los que el Estado les otorgaba tierras para colonizar. Durante 1915 se promueve la participación conjunta de las Comisiones existentes en una serie de congresos que originan la creación de la Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR) como entidad de segundo grado, y aprueban sus primeros estatutos (por medio de los cuales pasaban a denominarse Sociedades de Fomento), con una “*exhortación a los trabajadores rurales para modificar su vida de aislamiento y vincularse por medio del espíritu de asociación*”¹².

Finalizada la Segunda Guerra mundial y pasada la “época de las vacas gordas” en Uruguay, comienza la **segunda etapa** de desarrollo capitalista, que corresponde a una etapa de tecnificación acelerada (motorización, tractorización, *revolución verde*); y que además se vincula al proceso de industrialización sustitutiva de importaciones¹³ (LARA FLORES, 1998), como estrategia de promoción de la producción familiar. Durante esta etapa finaliza el proceso de crecimiento y comienza la desaparición de pequeños

⁹ El *período reformista* abarca las tres primeras décadas del SXX, e incluye los dos gobiernos de José Batlle y Ordóñez.

¹⁰ El *Sistema de Fomento* se basaba en la promoción de la producción familiar mediante objetivos estratégicos relacionados al aumento de la productividad, la diversificación de los rubros exportables y el acceso y aplicación eficiente de nuevas tecnologías (Cabrera, 2005)

¹¹ Las mismas correspondían en aquel entonces al Ferrocarril Central del Uruguay y Uruguayo del Este.

¹² Hasta entonces, la *Asociación Rural del Uruguay* (ARU), surgida a impulsos de las fracciones más modernizantes de los ganaderos (los cabañeros), representaba la principal y más antigua organización de productores rurales en el país. Es recién en 1916 se funda otra organización de segundo grado, la *Federación Rural del Uruguay* (FRU), federación de asociaciones rurales que actúa fundamentalmente como grupo de presión político-gremial de los grandes ganaderos.

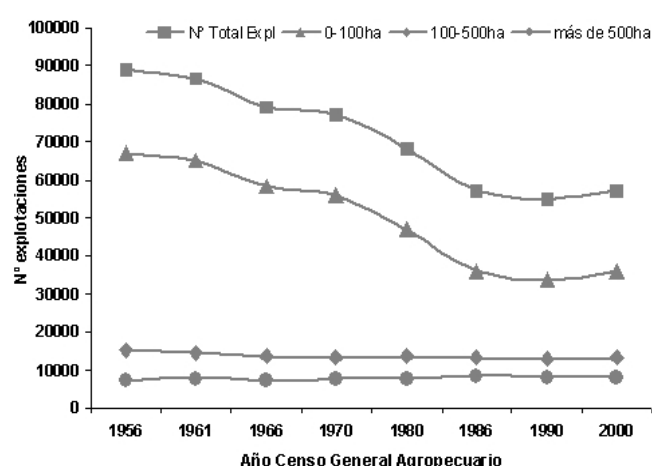
¹³ Posteriormente a la etapa de colonización agrícola, con el gobierno de Luis Batlle Berres (*neo-batllismo*), a partir de 1947 el impulso de la producción familiar tuvo una segunda impronta con esta política de *sustitución de importaciones*.

productores en el país. Efectivamente, las fuentes de información disponibles en Uruguay¹⁴ muestran que la población rural experimenta un fuerte crecimiento hasta la mitad del SXX y un decrecimiento a partir de entonces (éxodo rural). Así, en el primer estudio basado en información empírica sobre la pobreza rural, en 1962, ya se identificaban a los pequeños productores en uno de los tres grandes grupos en condiciones de miseria (junto a los asalariados-peones rurales y a la población trabajadora del campo, residente en pueblos o suburbios de ciudades) (CLAEH-CINAM, 1964).

A la par de los procesos dictatoriales en los países de la región, en el último cuarto del SXX las agroindustrias transnacionales se extienden en todo el mundo y propagan un nuevo modelo de crecimiento. Según Philippe Bonnal y sus colaboradores, la política de *cambio estructural* propia de los años 1950-1970 en América Latina se interrumpió progresivamente en los años 80, acompañada de una nueva estrategia de políticas agrícolas que privilegiaron al sector de los productores empresariales, relegando en importancia y coherencia las medidas orientadas al desarrollo integral de la población rural (Bonnal et al., 2003). Este surgimiento de un nuevo orden internacional, resultante del proceso de globalización de la economía, da inicio a la **tercera etapa** de desarrollo capitalista en el agro uruguayo, que conduce a la reestructuración productiva del sector en el país. Esta etapa profundizó los procesos de difusión y adopción de diversos procesos técnicos ahorradores de fuerza de trabajo, generó desempleo y redujo fuertemente la capacidad de competencia de la producción familiar en relación a la capitalista. La implantación de paquetes tecnológicos en respuesta a las exigencias de las empresas agroalimentarias, para contar con un abastecimiento regular de productos estandarizados capaces de ser industrializados, va acompañada de la incorporación de sistemas de organización del trabajo de tipo industrial (LARA FLORES, 1998).

El efecto negativo de la aplicación de estos modelos sobre la producción familiar uruguaya, particularmente notorio en el caso de la lechería y de la fruti-viticultura, conduce a la desaparición del medio rural uruguayo aproximadamente 30 mil explotaciones en la segunda mitad del SXX, siendo el estrato de predios menores a 100ha el que registra la mayor disminución (el 97% de los que desaparecen en la segunda mitad del SXX corresponden a este estrato) (Gráfico N° 1).

Gráfico 1 - Evolución del número de explotaciones agropecuarias por estrato de superficie entre 1956 y 2000



Fuente: Censos Generales Agropecuarios 1956 al 2000, DIEA-MGAP

¹⁴ Se hace referencia a los Censos de población del Instituto Nacional de Estadísticas desde 1908, y a diez Censos Generales Agropecuarios desde principios de SXX.

Por otro lado, mientras que “el problema rural uruguayo” estuvo centrado históricamente en el estancamiento de la producción, y consideró al latifundio ganadero como responsable del estancamiento productivo (por la baja productividad por hectárea de la ganadería), a partir de mediados de los ochenta se produce el despegue de la producción agropecuaria, por lo que al finalizar el SXX este problema se habría superado (CANCELA y MELGAR, 2004).

Si bien la agropecuaria continúa ocupando un 90% del territorio, la dinámica de cambios fue más notoria en los rubros no pecuarios, con un marcado incremento de la forestación artificial, con expansión de la superficie agrícola y una intensificación productiva creciente en el agro (GEO Uruguay, 2008). En este proceso de expansión agrícola aparecen con fuerza el arroz y una agricultura de secano, basada principalmente en la inclusión del cultivo de la soja, nuevas empresas con lógicas de producción diferentes al productor tradicional, e innovaciones tecnológicas tales como la siembra directa y los cultivos transgénicos (ARBELETCHÉ y CARBALLO, 2008).

Al igual que en Argentina, Brasil o Paraguay, la *sojización* no fue el resultado de una expansión productiva planificada, en función de objetivos de desarrollo económico y social, sino el resultado del avance del capital -en gran medida financiero- en la producción agraria, impulsado por las nuevas condiciones del mercado generadas a partir de la desaparición de una parte importante del marco regulatorio existente antes de los años 90. En este escenario se aceleraron los procesos de concentración y centralización económica propios del desarrollo capitalista, aumentando la superficie media de las explotaciones y las áreas sembradas promedio, así como la marginación de pequeños y medianos productores de tipo familiar (GORENSTEIN et al., 2005; ARBELETCHÉ, 2006). La información especializada muestra un incremento desde 1970 hasta la actualidad con una corriente compradora por parte de extranjeros (de la región, extra regionales y transnacionales). Este cambio en la propiedad de la tierra también ha conducido a una concentración de la propiedad, particularmente evidente en la desaparición de estancias ganaderas a favor de la consolidación de grandes propiedades forestales. Estos cambios, que derivan de procesos combinados de extranjerización y concentración de la tierra, con desplazamiento de la burguesía terrateniente local, pueden tener sustento económico en los bajos precios de la tierra en Uruguay y en el carácter más rentista que empresarial de los terratenientes uruguayos (PIÑEIRO y MORAES, 2008)¹⁵ (Gráfico N°2).

Gráfico 2 - Evolución del precio de la tierra en a región (1994-2006)



Nota: Los precios de Uruguay son promedio país, los de Brasil son el promedio simple de los valores registrados en Mato Grosso do Sul. Los precios de 2004 y 2005 de Argentina son de fuente periodística.

Fuente: Ec. Mayid Sader, OPYPA; a partir de datos de SAGPyA, Fundación Getulio Vargas y DIEA-MGAP

¹⁵ Los autores hacen referencia también a la desaparición de una larga tradición en el país: la *licuación* de las deudas agropecuarias por decisiones implementadas desde el Estado, bajo presión de las corporaciones agropecuarias. Los autores comparan el impacto de la dinámica de cambios del proceso actual con el acontecido en 1870, donde se consolida un nuevo mercado y un nuevo estrato de propietarios de la tierra.

Aparece entonces en el escenario rural uruguayo una nueva figura: la de los *arrendatarios*, que tiene consecuencias claras sobre la producción familiar. Tal es el caso de los pequeños productores que arriendan sus campos y se mudan a los centros poblados, disminuyendo las posibilidades de continuidad de la familia en el sector productivo y comprometiendo la sucesión familiar. En particular, en el sector de la producción familiar lechera, donde muchos productores ya eran arrendatarios, surgen problemas adicionales para continuar con el arrendamiento de tierras, por el alza de los precios.

Sumado a estos aspectos, recientes estudios en Uruguay concluyen que la modernización agropecuaria y agroindustrial actual no estaría resolviendo los problemas de pobreza ni de integración social, ya que el modelo dominante no ha logrado generar condiciones de inclusión de un segmento importante de la población rural en el patrón dinámico que se va consolidando (PAOLINO y PERERA, 2008).

Producción familiar: aportes conceptuales

En el debate sobre las relaciones que existen entre los modos de producción capitalistas y no capitalistas, la temática de la fuerza de trabajo ha tenido particular atención en los diferentes autores. Podríamos tomar dos grandes posturas en este debate: por un lado la de Marx, y por otro la de Chayanov, nacida a partir de la discusión sobre la cuestión agraria rusa, después de la Revolución Bolchevique. Según Torres Adrián, ambas postulan que la economía campesina presenta una lógica de funcionamiento interna que la hace constituirse en un modo de producción que, como tal, entra en relación con el sistema económico global de la sociedad. En ambas el problema de base concierne a la reproducción social, es decir, a la recreación a través de relaciones sociales de un estilo de (re) producción material que sustenta un modo de vida. Sin embargo, a pesar de las coincidencias, ambas han dado origen a una importante polémica, ya que mientras para algunos se trata de perspectivas complementarias, para otros son puntos de vista diametralmente opuestos (TORRES ADRIÁN, 1985).

Como señala Héctor H. Trincheró desde la antropología económica, las categorías de subsunción formal y real aluden en Marx a la forma generalizada de la producción capitalista, pero responden al proceso específico del capitalismo en las condiciones históricas concretas estudiadas por aquel. Tanto la subsunción formal como real expresan formas “directas” de dominio del capital sobre el trabajo. Esto es, el control directo de los procesos de trabajo como forma predominante. Sin embargo, el autor señala que existen movimientos históricos concretos del capital, en los cuales las formas de dominación sobre el trabajo se manifiestan a través de modalidades “indirectas”. Por ello la noción de subsunción indirecta ha sido utilizada para analizar las formas de dominación del trabajo por el capital en determinadas estructuras rurales. Con esta noción se designa a las formas que adquiere la relación capital/trabajo en contextos en los cuales una parte importante de la reproducción de la fuerza de trabajo es garantizada por el sector doméstico y cuyo valor, por diversos mecanismos vinculadas a la contratación temporaria o a la especulación comercial, es apropiada por el capital (TRINCHERO, 1998). Según el planteo de Trincheró, al centrar el análisis en modalidades de dominación (subsunción) del trabajo por el capital, se avanza hacia la profundización de la dinámica de la reproducción de la fuerza de trabajo. En estas condiciones contradictorias, entre explotación y reproducción doméstica, sería entonces que tienen lugar transformaciones que no implican necesariamente la “desaparición” de dichas economías domésticas y donde se originan situaciones heterogéneas (en función de las relaciones de producción) (TRINCHERO, 1998).

La otra postura, surge a partir de los pioneros estudios demográficos de Alexander Chayanov, que señalaron tempranamente la importancia de considerar la organización de la fuerza de trabajo para comprender el campesinado (CHAYANOV, 1985[1925]). Este autor propone una nueva categoría, la Unidad de Explotación Familiar, que define como una “unidad explotada por una familia sin fuerza de trabajo asalariada, y que a veces se ocupa

de oficios rurales no agrícolas”. A su vez relaciona el volumen de actividad económica de la unidad campesina a las necesidades de consumo de la familia, lo que sería en última instancia una medida de la autoexplotación de su fuerza de trabajo. Para Chayanov, como no existe la categoría de salario, es inaplicable el análisis en función de categorías capitalistas normales. Además, la motivación de este tipo de unidad de explotación no sería la ganancia sino el balance trabajo-consumo (CHAYANOV, 1985[1925]).

Desde este tipo de perspectiva, el primer antecedente académico del concepto de producción familiar elaborado en el Uruguay se origina en la época dictatorial, desde el Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo (CIEDUR). La originalidad del concepto consistía en que las Unidades Agrícolas Familiares se definían como *una comunidad de trabajo, producción y consumo*. Los investigadores señalaban la importancia de distinguir sus características y convertirlas en un foco particular de atención, debido a que “el carácter familiar de este tipo de unidades les confieren en alguna medida rasgos comunes que las diferencian de la agricultura típicamente capitalista” (ASTORI et al., 1982).

En ese entonces, el concepto de *resistencia* de la agricultura familiar en el sistema de mercado, es introducido en el ámbito académico uruguayo a través de la tesis de maestría de Diego Piñeiro¹⁶. Este autor, continuando la temática de investigación desarrollada por los antropólogos Eduardo Archetti y Kristi Anne Stolen en el medio rural argentino (ARCHETTI y STOLEN, 1975), aporta las primeras conceptualizaciones que vinculan y distinguen producción familiar de campesinado en nuestro país¹⁷. Piñeiro postula la existencia de dos niveles de resistencia del “campesinado” en Uruguay, un nivel de organización colectiva y un nivel de resistencia individual, en el que centraba sus estudios.

Resistencia puede verse como todas aquellas formas de acción, sean colectivas o individuales, ejercidas por miembros de una clase subordinada, que limitan la extracción de excedentes o que son capaces de afectar la intensidad con la cual el excedente es extraído. (PIÑEIRO, 1985:24).

En trabajos posteriores el mismo autor identifica diferentes tipos sociales (conjunto de individuos que tienen un comportamiento individual similar), de acuerdo al uso predominante de la mano de obra asalariada, y dentro de los productores familiares, distingue algunos subtipos (PIÑEIRO, 1994).

En la década de los 90, trabajando en el desarrollo de la producción familiar en la región de Paysandú, un equipo de investigadores y extensionistas también señalaban que la difusión de tecnologías de tipo “revolución verde”, altamente excluyentes de los modos de vida y de trabajo de los productores familiares, y el sistema de generación y transferencia de tecnología en Uruguay (que acompañó históricamente la corriente productivista), respondían a: (i) un modelo de producción que no era el que predomina en la agricultura familiar (factores *tierra* y *capital* más abundantes y factor *trabajo* más escaso o más caro); y (ii) a una lógica empresarial de producción que es distinta a la lógica familiar de producción (la maximización del beneficio económico como objetivo primordial) (FIGARI et al., 1998). Otros autores han señalado que en determinadas circunstancias el productor familiar utiliza mejor que la empresa capitalista la combinación del factor más abundante, el trabajo humano, con dos factores muy escasos, la tierra y el capital. En este sentido, la intensificación del uso del trabajo humano en la agricultura campesina (denominada “autoexplotación” por Chayanov), por sí sola tampoco explicaría la capacidad de supervivencia del modo campesino de producción. Porque lo que permite el éxito en sobrevivir no sería tanto la cantidad de trabajo aplicado a la producción familiar, sino también la calidad del trabajo. Al decir de Angel Palerm a “la capacidad de manejar de manera adecuada el medio natural y el largo conocimiento de las plantas y animales, capacidad y conocimientos, que el desarrollo capitalista de la agricultura destruye al convertir a los campesinos en peones asalariados” (PALERM, 1980:223).

¹⁶ La misma fue publicada en el país con el título *Formas de Resistencia de la Agricultura Familiar. El caso del noreste de Canelones* (Piñeiro, 1985).

Por último, Figari, González y Rossi referencian en una publicación reciente otro trabajo de Piñeiro que se propone analizar si los distintos nombres que se usan (“pequeño productor”, “productor o agricultor familiar”, y “campesino”), responden sólo a una cuestión semántica o es que se trata de categorías o sujetos sociales diferentes¹⁸ (Figari et al., 2008). La respuesta que este autor aproxima es que “las palabras designan sujetos que son, sólo en parte, distintos” y revisa los alcances y restricciones de cada uno de estos nombres. En relación al *tamaño* (pequeño productor) señala la imprecisión: ¿dónde se pone el límite?, ¿quién lo determina?, ¿cómo inciden variables como el rubro o el potencial productivo de los suelos? En cuanto al término *productor* remarca que con él se designa a sujetos sociales que producen, y por lo mismo excluye a quienes por diversos motivos no lo hacen. El término *productor familiar* refiere a una categoría conceptual definida por las relaciones sociales de producción y que responde a una variable cualitativa: el uso predominante del trabajo familiar sobre la tierra. Las dos variables que para Piñeiro definen la producción familiar son el predominio de trabajo familiar y el acceso a la tierra (en propiedad o en usufructo). La principal diferencia entre productor familiar y campesino para este autor estaría en la propiedad de capital patrimonial, presente en la producción familiar y ausente en las formas campesinas de producción (Piñeiro, 2005, citado por Figari et al., 2008). En segundo lugar, también difieren en el grado de articulación con el sistema social en el que se encuentran insertos: mientras que los campesinos realizan una producción básicamente de subsistencia, los productores familiares se caracterizan por su articulación en los mercados formales, no sólo de productos, ya que si bien destinan una parte de su producción al autoconsumo, el grueso de la producción es volcada en los mercados formales a cambio de otros bienes de consumo que no son capaces de producir por sí mismos sino también a otros mercados (de tierras, de insumos, de créditos) (HERNANDEZ, 1993 y PIÑEIRO, 2005 apud FIGARI et al., 2008).

Políticas diferenciadas e instrumentos actuales

Pasadas varias décadas de neoliberalismo, durante los cuales se puso énfasis casi exclusivo en el crecimiento productivo, y los asalariados rurales y la agricultura familiar no tuvieron ni comprensión, ni atención por parte del Estado, hoy resurge en el país la preocupación por estos sujetos agrarios.

Como mencionamos antes, el éxodo rural y el proceso de desaparición del medio rural uruguayo de miles explotaciones estuvo acompañado por la difusión y adopción de diversos procesos técnicos ahorradores de fuerza de trabajo, lo que generó desempleo y redujo la capacidad de competencia de la producción familiar en relación a la capitalista. Tomamos aquí la imagen de Piñeiro y Moraes, que sintetizan los movimientos recientes del siguiente modo: (i) una menor demanda de fuerza de trabajo por el agro; (ii) un proceso de precarización de la fuerza de trabajo asalariado; (iii) una creciente urbanización de los trabajadores agrícolas; y (iv) una menor contribución de la fuerza de trabajo familiar al conjunto de la oferta (PIÑEIRO y MORAES, 2008).

En respuesta al impacto de este proceso en los modos de producción del agro uruguayo, desde los años 90 hasta el presente la CNFR viene reclamando con fuerza políticas diferenciadas para el sector. A partir de 2004, y a nivel regional (REAF¹⁹), numerosas organizaciones del MERCOSUR vienen acordando los principales criterios para operativizar el concepto de productor familiar y aplicar políticas concretas. Los principales han sido: (i) el lugar de residencia; (ii) la participación del trabajo familiar y no familiar; (iii) la generación de ingreso; y (iv) los límites por tamaño, capital y/o formas jurídicas.

¹⁸ Piñeiro, 2005. Caracterización de la producción familiar uruguayo. Sin Publicar. Parte de este trabajo se puede encontrar En PIÑEIRO, D. 2004. El capital social en la producción familiar. Ciclo de Conferencias “Aportes para el futuro de la Granja”. 40 años de INIA Las Brujas. 18 de octubre de 2004. 11p. Consultado en diciembre 2006 http://www.inia.org.uy/online/files/contenidos/link_18052006023715.pdf

¹⁹ Reunión Especializada de Agricultura Familiar creada en el ámbito del MERCOSUR a partir de 2004.

Dado que la producción familiar constituyó una de las prioridades estratégicas del gobierno de Uruguay, en 2005 se reprocesaron los resultados del Censo General Agropecuario del año 2000, a la luz de algunos de estos criterios, como forma exploratoria para tipificar explotaciones e identificar predios familiares, medios y grandes. Se consideraron 52.111 productores, con ocho especializaciones productivas (no se incluyen explotaciones de autoconsumo, un 9% del total). Según estos datos oficiales se concluyó que las explotaciones de tipo familiar al año 2000 representan el 79% del total y ocupan el 24% de la superficie. Los productores medios representan el 13% del total y los grandes un 8% (Tommasino y Bruno, 2006). En cuanto a su importancia relativa en los distintos sectores, los productores familiares son mayoritarios en los rubros estudiados²⁰, en ninguno son menos del 70%. El dato más llamativo es que integran el 80% en el caso de la ganadería, rubro en el que los establecimientos grandes representan sólo el 8% del total de las explotaciones pero concentran el 50% de la superficie productiva, lo que condice con el alto nivel de concentración de la propiedad de la tierra en Uruguay (FIGATI et al, 2008).

La información mencionada culminó en una propuesta ministerial de operativización del concepto de productor familiar, a los efectos de la canalización de políticas focalizadas, abriendo por primera vez en la historia del país un Registro de Productores Familiares Agropecuarios a nivel nacional, que se viene desarrollando desde 2009²¹. Los siguientes son los cuatro criterios en función de los cuales se consideran a los productores como productores familiares: (i) la relación entre trabajadores familiares y trabajadores asalariados: realizar la explotación en colaboración, como máximo de hasta dos asalariados permanentes o su equivalente en jornales zafrales (500 jornales anuales); (ii) el tamaño: de la explotación: superficie total de hasta 500ha índice CONEAT bajo cualquier forma de tenencia²²; (iii) la relación de ingresos prediales-extraprediales: que determine que el ingreso principal proviene del trabajo en la explotación (en términos de ingresos brutos agropecuarios o cumplir su jornada laboral en la misma; y (iv) la residencia en el predio o en localidades cercanas al mismo (hasta 50 km).

Se presentan en los Cuadros N°1 y N°2 las estimaciones ministeriales según los criterios de este nuevo registro (en base a CGA, 2000), donde los productores familiares representarían el 63% el total, ocupando un 15% de la superficie explotada del país.

Cuadro 1 - Número y porcentaje de productores familiares en Uruguay en base al CGA 2000. Reprocesamiento según criterios del Registro de Productores Familiares Agropecuarios (2009)

Número de Establecimientos	Tipo de productor			Explotaciones no comerciales	TOTAL
	Familiares	Medianos y Grandes	Subtotal		
Cantidad	32.696	19.415	52.111	5.020	57.131
Porcentaje	63	37	100	---	---

Fuente: Elaborado por la Dirección General de Desarrollo Rural en base a datos suministrados por MGAP-DIEA, tomando la nueva definición de Productor Familiar Agropecuario (Resolución MGAP fecha 29/97/08 y en base al CGA año 2000).

²⁰ Los rubros estudiados fueron ganadería de carne y lana, lechería, horticultura, cerdos, vid, cereales y oleaginosos, aves y frutas de hoja caduca.

²¹ Resolución del MGAP de 29/9/2008, disponible en <http://www.cnfr.org.uy/uploads/files/prodfamiliar.pdf>

²² Los grupos CONEAT son áreas homogéneas, definidas por su capacidad productiva, que se expresa por un índice relativo a la capacidad productiva media del país, a la que corresponde el índice 100

Cuadro 2 - Caracterización de los productores agropecuarios según tamaño de la explotación

Superficie explotada (ha)	Tipo de productor			Superficie de Explotaciones no Comerciales	Superficie Total Explotada (ha)
	Familiares	Medianos y Grandes	Subtotal		
Cantidad	2.522.850	13.875.896	16.398.746	20.937	16.419.683
Porcentaje	15	85	100	---	---

Fuente: Elaborado por la Dirección General de Desarrollo Rural en base a datos suministrados por MGAP-DIEA, tomando la nueva definición de Productor Familiar Agropecuario (Resolución MGAP fecha 29/97/08 y en base al CGA año 2000).

Más allá del cuestionamiento que pueda realizarse a la utilización de algunos de estos criterios, es factible que durante la aplicación de la reglamentación sucedan ajustes a esta herramienta, inédita en el país²³. En cuanto a dificultades de tipo operativo que ya se enfrentan en la implementación del nuevo Registro de Productores Familiares, la naturaleza del trabajo y la composición de los ingresos familiares, unidos a la pérdida de identidad de este sector particular de productores rurales, parecen ser las primeras limitantes para llegar a los potenciales destinatarios de las políticas diferenciadas. La implementación del nuevo registro está basada en la autopercepción del propio productor familiar, mediante una declaración jurada de carácter voluntario, y refiere a actividades que además, en la mayoría de los casos, o bien no son remuneradas o se realizan en condiciones de informalidad.

Con respecto al trabajo pluriactivo, investigaciones recientes de Alberto Riella y Paola Mascheroni en base a la Encuesta de hogares rurales (año 2000), constatan la existencia de casi un 20% de familias pluriactivas²⁴ en el territorio rural uruguayo, cuya presencia se distribuye de manera homogénea en los distintos escenarios territoriales analizados: aproximadamente la tercera parte de los hogares en cada tipo área rural considerada (Riella y Mascheroni, 2008). Teniendo en cuenta que a través de la pluriactividad las familias de los productores agropecuarios establecen iniciativas de diversificación de sus ocupaciones, interna y externamente a la unidad de producción, aumentando las fuentes y las formas de acceso a los ingresos (Schneider, 2003), otra de las dificultades para operativizar el concepto de producción familiar que comienza a aparecer en la práctica, es dimensionar esta articulación entre el trabajo familiar no remunerado y el trabajo asalariado agrícola, ya que algunos trabajadores pueden pasar de una categoría a otra a lo largo de su ciclo vital o en periodos más cortos, a veces a lo largo de un mismo año.

Pero desde el punto de vista conceptual, los productores familiares pueden ser vistos como *productores*, en la medida que poseen tierra y manejan pequeñas empresas familiares agropecuarias, pero también como *trabajadores*, en la medida que aplican fuerza de trabajo en sus explotaciones sin percibir una remuneración (Piñeiro, 2008). En este sentido, la participación activa de los productores organizados en la instrumentación del registro puede facilitar la resolución de dificultades que surgen, por ejemplo resolver cómo se consideran los hijos del titular del establecimiento cuando la familia los ha registrado en el Banco de Previsión Social²⁵.

²³ Según datos oficiales al 14/10/09, a siete meses de aplicación del registro voluntario se habrían recibido 15.091 formularios de declaraciones juradas de productores familiares, de los cuales 13.837 cumplen con las condiciones establecidas para ser considerados productores familiares (SGANGA et al., 2009)

²⁴ Estos investigadores uruguayos consideran un hogar pluriactivo cuando alguno de sus miembros se dedican a actividades agropecuarias y el resto se dedica a actividades industriales y/o de servicios.

²⁵ Mediante este registro y el aporte correspondiente al Banco de Previsión Social, los trabajadores acceden a un conjunto de beneficios de la Seguridad Social entre los que se encuentra el Servicio Nacional de Salud.

Problemáticas y desafíos actuales

Existe un contexto político en el país muy favorable para el desarrollo de la agricultura familiar, pero surge como principal amenaza un contexto económico altamente riesgoso, en el que se está reestructurando el campo uruguayo. Los cambios son de gran magnitud y han acontecido en un corto período de tiempo, modificando el peso relativo de las actividades, la estructura agraria, la organización empresarial, la tecnología, el uso del territorio, etc. fundamentalmente a partir de la expansión de algunas actividades (forestación, soja) y de los cambios derivados de la intensificación. Además de la pérdida del control nacional sobre el territorio y los recursos naturales, la presión que ejercen las nuevas actividades sobre los precios de la tierra restringen seriamente las posibilidades de productores familiares ganaderos y lecheros de permanecer en la producción.

Investigaciones recientes sobre la persistencia de la producción familiar en América Latina, vinculan sus posibilidades de emergencia y consolidación a: (i) el carácter mercantil de las unidades familiares de producción; (ii) el aprovechamiento de los recursos estatales; y (iii) a sus formas singulares de socialización (MURMIS y FELDMAN, 2005). En esta misma línea, Armando Bartra señala que, entre otras muchas distorsiones asociadas a la aplicación del capitalismo en el agro latinoamericano, éste ha tenido que “traicionarse a sí mismo”, estableciendo en la agricultura mecanismos de excepción, cuyas diversas variantes tienen en común poner límites a la operación irrestricta del mercado²⁶ (Bartra, 2008). Entre otras muchas, algunas de las excepciones que menciona este autor han sido: (i) permitir la reproducción de una agricultura familiar de carácter campesino, entre autoconsultiva²⁷ y mercantil; (ii) el fomento de las cooperativas de pequeños productores; y (iii) el rol activo del Estado en la industrialización y comercialización de los productos agropecuarios. Precisamente en el caso del Uruguay, el desarrollo capitalista en el agro durante la primera mitad del SXX estuvo marcado por una fuerte participación del Estado, interviniendo activamente en una primera instancia en la colonización de tierras y en la promoción de sociedades de fomento y cooperativas agrarias de pequeños productores, en particular las de la industria láctea.

Para la aplicación de políticas diferenciadas en el SXXI y a nivel de las intervenciones en territorios rurales concretos, se hace necesario superar la forma de intervención tradicional/sectorial, focalizada en el desarrollo empresarial y por rubro, y enfocada desde instituciones únicas. Hoy la articulación de actores se constituye en una actividad fundamental, no sólo para el diseño y aplicación de políticas públicas sino para la generación de dispositivos organizacionales “a la medida” de los territorios concretos. Dificultades adicionales pueden aparecer cuando se parte del supuesto de la existencia de actores locales, que no siempre precede al diseño y aplicación de las políticas. En este caso, su constitución debe ser durante un buen tiempo el motivo principal de la labor de quien se convierte en el articulador local (sea éste municipal, ministerial, una agencia de desarrollo o un servicio de extensión).

En este sentido, es necesario cambiar también las metodologías de asesoramiento técnico de forma de que sean compatibles con el destinatario al que están dirigidas. El país no cuenta con las capacidades técnicas ni con un servicio de extensión rural organizado, y menos aún si se piensa en función del desarrollo de la producción familiar. Fortalecer la agricultura familiar implica comprender (y respetar en las propuestas) las singularidades que subyacen en estos sistemas de producción alternativos y considerados estratégicos por el gobierno para mantener el medio rural “humanizado”. En esta línea, diversos trabajos realizados en Paysandú por equipos universitarios interdisciplinarios desde la década del

²⁶ Al respecto dice el autor: “(...) los campesinos del capitalismo laboran para el capital y no para ellos mismos. Y lo hacen de la misma manera que los proletarios pero con la diferencia de que la premisa de la explotación del obrero está en el mercado, cuando vende su fuerza de trabajo, y se consume después, en el proceso productivo, mientras que en el caso de los campesinos es al revés: la explotación tiene como premisa su proceso productivo y se consume después, en el mercado cuando venden la producción.” (Bartra, 2008)

²⁷ Referida a las actividades productivas cuyo objetivo es el autoconsumo de la familia y no la comercialización de productos en el mercado.

90, sugieren que las estrategias de intervención necesarias para el desarrollo de la agricultura familiar implican cambiar el abordaje del asesoramiento técnico tradicional y contemplar diferentes niveles de acción en forma simultánea: el sistema territorial o local; el sistema familia-explotación (OSTY, 1978)²⁸; y el sistema de producción. Los mismos trabajos concluyen en la necesidad de cambiar el enfoque tradicional del asesoramiento técnico sobre la clave metodológica de no alterar la lógica de la agricultura familiar y centran el éxito de las intervenciones para el desarrollo rural en las innovaciones organizacionales más que en las tecnológicas (FIGARI et al., 2002; CHIA et al., 2003).

Los actuales desafíos no son pocos, ni sencillos, y deben trascender el corto plazo. Sólo en un marco de acuerdos estratégicos con sectores aliados del agro de la región, podría pensarse en frenar el avance deshumanizado del capital en el territorio rural de nuestro país. Mientras se construyen esas estrategias regionales solidarias, con políticas diferenciadas de intervención en el territorio, que preserven y desarrollen la agricultura familiar, deberá seguir vigente la alternativa de la lucha de quienes resisten en el medio rural y el apoyo de los países para fortalecer sus comunidades rurales, contribuyendo a preservar un lugar de resistencia al capitalismo hegemónico.

Referências bibliográficas

ALONSO, J. M. El proceso histórico de la agricultura uruguaya. Temas Nacionales n. 3. Montevideo: CIEDUR, Fundación de Cultura Universitaria. 1981. 75p

ALONSO, J. M. El agro uruguayo. Pasado y futuro. Montevideo: Banda Oriental. 1984, 108p.

ARBELETICHE, P. y CARBALLO, C. Sojización y concentración en la agricultura uruguaya. In: XXXVII Reunión Anual de la AAEA. Córdoba. Argentina, 2006.

ARBELETICHE, P. y CARBALLO, C. La expansión agrícola en Uruguay. Algunas de sus principales consecuencias. In: XXXIX Reunión Anual de la Asociación de Economía Agraria de Argentina y Tercer Congreso Rioplatense de Economía Agraria. Montevideo, Uruguay, 2008, CD-ROM.

ARCHETTI, E. y STOLEN, K.A. Explotación familiar y acumulación de capital en el campo argentino. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1975.

ASTORI D.; PEREZ ARRARTE C.; GOYETCHE L. y ALONSO J. 1982. La agricultura familiar uruguaya: orígenes y situación actual. Uruguay: Fundación de Cultura Universitaria, CIEDUR, n. 8, 1982.

BARTRA, A. El Hombre de Hierro. México UACM: UAM, Ítaca, 2008. 143p.

BONNAL, P.; BOSCH, P.M.; DIAZ, J.M. y LOSCH, B. “Multifuncionalidad de la agricultura” y “nueva ruralidad”. ¿Reestructuración de las políticas públicas a la hora de la globalización? En: Seminario Internacional El Mundo Rural: Transformaciones y perspectivas a la luz de una nueva ruralidad; ponencia presentada. Bogotá: Universidad Javeriana, CLACSO, REDCAPA, 2003.

BONFANTI, D. Problemáticos comienzos (1906-1925) Mens agit at molem. Cap 1 p.10. En: Una poderosa máquina opuesta a la ignorancia. 100 Años de la Facultad de Agronomía.

²⁸ Denominación propuesta por el autor para remarcar que el sistema familiar y el sistema productivo son una unidad funcional y la lógica de su funcionamiento no puede ser comprendida si su estudio se aborda en forma independiente.

Esther Ruiz (coord), Daniele Bonfanti, Karla Chagas, Nicolás Duffau, Natalia Stalla. Montevideo: Hemisferio Sur, 2007. 420 p.

CABRERA, G. CNFR, 90 años en la defensa y promoción de la agricultura familiar uruguaya. Versión electrónica, sin publicar, 2005. 84p.

CANCELA, W. y MELGAR, A. El Uruguay rural: cuarenta años de evolución, cambios y permanencias. Montevideo: CLAEH, 2004. 101p.

CHAYANOV, A.V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985[1925]. 342p

CHIA, E.; TÉSTUT, M.; FIGARI, M. y ROSSI, V. Comprender, dialogar, coproducir: reflexiones sobre el asesoramiento en el sector agropecuario. Agrociencia. v. VII n. 1, Uruguai, 2003. pp77-91.

CLOQUELL, S. (coord.). Familias rurales. El fin de una historia en el inicio de una nueva agricultura. Cloquell, S. Albanesi, R.; Propersi, P.; Preda, G. y De Nicola, M. Rosario, Homo Sapiens, 1ª ed., 2007, pp. 20-21.

CLAEH-CINAM. Interpretación del Uruguay rural. Extracto del estudio Situación Económica y social del Uruguay Rural. Montevideo: CLAEH, 1964. 182p.

COMISION NACIONAL DE FOMENTO RURAL. Propuesta de políticas públicas diferenciadas para el desarrollo de la agricultura familiar. 2009. Consultado oct 2009. Disponible en: <http://www.cnfr.org.uy/uploads/files/propuesta_2.pdf>

FIGARI, M.; FAVRE, E.; ROSSI, V. y GONZÁLEZ, R. Producción familiar y desarrollo; un abordaje territorial. Revista Cangüé 5(14), Uruguay, 1998. pp.11-17.

FIGARI, M.; ROSSI, V. y NOUGUÉ, M. 2002. Impacto de una metodología de asesoramiento técnico alternativo en sistemas de producción lechera familiar. Revista Agrociencia, v. VI n. 2, Uruguay, 2002, pp 61-74.

FIGARI, M.; ROSSI, V. y GONZÁLEZ, R. Los productores familiares. En: CHIAPPE, M., CARAMBULA, M. y FERNÁNDEZ, E. (Comp). El Campo uruguayo. Una mirada desde la Sociología Rural. Montevideo, Dpto. Publicaciones, Facultad de Agronomía, 2008. Cap. 5.2

GEO URUGUAY. Informe sobre el estado del ambiente. Montevideo: DINAMA /CLAES, PNUMA, 2008. Consultado oct 2009. Disponible en: <<http://www.ambiental.net/noticias/reportes/GeoUruguay2008.pdf>>

GORENSTEIN, S.; BARBERO, A. y ESTRADA, M. E. Nuevos actores y dinámicas territoriales en el complejo oleaginoso del sur de la provincia de Buenos Aires. En: J. y NEIMAN, G. (Comp.) Acerca de la Globalización en la Agricultura. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2005. pp.228-250.

KAUSTSKY, K. La Cuestión Agraria. Buenos Aires: Siglo XXI, (2002[1899]). pp153-196.
LARA FLORES, S.M. Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización del trabajo en la agricultura mexicana. México: Juan Pablos Editor, 1998.

LENIN, V. I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. El proceso de formación de un mercado interior para la gran industria. Barcelona: Ariel, 1974 [1899]. pp161-182.

MARX, K. El Capital: crítica de la Economía Política. Buenos Aires: Siglo XXI, (2008 [1867]), Tomo I. v. 3. pp. 891-954

MARX, K. El Capital: crítica de la Economía Política. México, Fondo de Cultura Económica. Tomo III. (2009 [1894póstumo]), pp. 754-769.

McMICHAEL, P. Política alimentaria global. Cuadernos Agrarios. n. 17-18, Mexico, 1999. pp. 9-28

MGAP-CGA. Censo General Agropecuario. Montevideo: Dirección de Estadísticas Agropecuarias, Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, 2000. Tomo II. Disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx?7,5,81,O,S,0,MNU;E;28;2;MNU>>

MURMIS, M. Algunos temas para la discusión en la sociología rural latinoamericana; reestructuración, desestructuración y problemas e excluidos e incluidos. Ruralia. Revista Argentina de Estudios Agrarios de FLACSO, n. 5. Buenos Aires FLACSO, 1994. pp. 43-68

MURMIS, M. y FELDMAN, S. La persistencia de la pequeña producción mercantil en un pueblo rural de la Argentina; factores favorables y factores limitantes. En: CAVALCANTI, J. y NEIMAN, G. (Comp.) Acerca de la Globalización en la Agricultura. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2005. pp37-59.

OSTY, P. L. L'exploitation agricole vue comme un système. Diffusion de l'innovation et contribution au développement. Bulletin Technique d'Informations. N. 326, 1978, pp: 43-49.

PALERM, A. Antropología y marxismo. CIS-INAH. México: Nueva Imagen, 1980. pp. 199-223.

PAOLINO, C. y PERERA, M. La pobreza rural en el Uruguay. La situación actual y aportes para el diseño de una estrategia orientada a su combate. Informe FIDA. Montevideo: FIDA, 2008. 88 p.

PIÑEIRO, D. E. Formas de resistencia de la agricultura familiar, el caso del noreste de Canelones. Estudios sobre la sociedad uruguaya. n. 6, Montevideo: CIESU, 1985. 177 p.

PIÑEIRO, D. E. Tipos sociales agrarios y racionalidad productiva: un ensayo de interpretación. Serie Documentos Técnicos de Apoyo. Convenio CEDESUR-CISS. Montevideo, 1994.11p.

PIÑEIRO, D. E. En busca de la identidad. La acción colectiva de los conflictos agrarios de America Latina. Buenos Aires: CLACSo, 2004. pp. 253-294.

PIÑEIRO, D. E. El trabajo precario en el campo uruguayo. Montevideo: CSIC-FCS Universidad de la República, 2008. 213 p.

PIÑEIRO, D. E. y MORAES, M. I. Los cambios en la sociedad rural durante el SXX. En: El Uruguay del siglo XX. Tomo III. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2008. 192 p.

RIELLA, A. y MASCHERONI, P. Una nueva mirada sobre los territorios rurales; trabajo no agrícola y pluriactividad en el Uruguay rural. En: CHIAPPE, M.; CARAMBULA, M. y FERNÁNDEZ, E. (Comp). El Campo uruguayo. Una mirada desde la Sociología Rural. Montevideo: Dpto. Publicaciones, Facultad de Agronomía, 2008.

SANCHEZ ALBARRÁN, A. La nueva agenda de investigación de la sociología rural. Revista de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU). n.3. pp. 103-138.

SGANGA, F.; GOMEZ, J.; CABRERA, C.; CORBO, A. y MEDINA, T. 2009. Registro de productores familiares: una herramienta para las políticas diferenciadas hacia este sector. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, Oficina de Programación y Política Agropecuaria. Anuario 2009. Consultado abril 2010. Disp <<http://www.mgap.gub.uy/opypa/ANUARIOS/Anuario2009/material/pdf/25.pdf>>

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

TORRES ADRIAN. M. J. Familia, trabajo y reproducción social. Campesinos en Honduras. México: PISPAL, El Colegio de México, 1985. pp.21-64.

TOMMASINO, H. y BRUNO, Y. Algunos elementos para la definición de productores familiares, medios y grandes. Anuario. Montevideo: OPYPA, MGAP, 2006. Consultado en oct 09. Disponible en: <http://www.coprofam.org/admin/uploads/archivos/reaf/hy5ua8rk9__ANEXO_XIII.pdf>

TRINCHERO, H. H. Antropología Económica. Ficciones y representaciones del hombre económico. EUDEBA, 1998.

Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colombia

Luis Carlos Agudelo Patiño

Dr. I.F. Profesor Asociado. Escuela de Planeación Urbano-Regional. Facultad de Arquitectura. Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín.
Tel. 00574 (4309449; 4309425). Dirección Universidad Nacional de Colombia, Calle 59 A, No.63-20. Núcleo El Volador. Medellín, Colombia.
E-mail: lcagudel@unal.edu.co

Resumen

Esta ponencia presenta las conclusiones de un trabajo de investigación sobre los cambios recientes en la relación sociedad campesina-territorio en Colombia, en la cual se indagó por las causas de esos cambios y por los impactos que están teniendo los mismos, en el conjunto de la ruralidad colombiana. El trabajo de investigación se ha desarrollado en los últimos 3 años a través de dos proyectos. El primero es sobre la ruralidad colombiana, desde la óptica de la ordenación territorial, de reciente incursión en Colombia, los principales referentes conceptuales, datos de contexto del problema rural colombiano, reflexiones de diferentes autores sobre el mismo y una primera aproximación empírica a la relación territorio, tierra, campesinado. El segundo trabajo, -financiado por distintas entidades gubernamentales del orden nacional y regional-, es sobre las condiciones legales de tenencia de la tierra rural en el departamento de Antioquia e intenta establecer las formas de tenencia, la vulnerabilidad al despojo por parte de actores armados y proponer fórmulas orientadas a proteger el patrimonio de las comunidades campesinas, afectadas por desplazamiento forzado o en riesgo de estarlo.

Palabras clave: Campesinos, territorio, conflicto, resistencia campesina, Colombia.

Resumo

Camponeses sem terra, terra sem camponeses: território, conflito e resistência camponesa na Colômbia

Este artigo apresenta os resultados de um trabalho de pesquisa que versou sobre as recentes mudanças na relação campesinato-território na Colômbia, na qual se investigou as causas destas mudanças e os impactos no conjunto da ruralidade colombiana. O trabalho de pesquisa vem sendo desenvolvido nos últimos três anos através de dois projetos. O primeiro é sobre o campo colombiano, discutindo desde a ótica do ordenamento do territorial - recente na Colômbia -, as principais referências conceituais, dados que contextualizam a problemática no campo colombiano, reflexões de diferentes autores sobre a mesma questão e uma primeira aproximação sobre a relação entre território, terra e campesinato. O segundo trabalho - financiado por diferentes entidades governamentais a nível nacional e regional -, diz respeito as condições legais da posse da terra no departamento de Antioquia e tenta estabelecer as formas de posse, a vulnerabilidade dos camponeses na desapropriação por grupos armados e a proposição de fórmulas destinadas a proteção do patrimônio das comunidades camponesas atingidas pela desapropriação forçada ou em potencial.

Palavras-chave: Camponeses, territorio, conflito, resistência camponesa, Colômbia.

Abstract

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 13, nº. 16	pp. 81-95	Jan-jun./2010
--------------	---------------------	----------------	-----------	---------------

Landless peasants, land without peasants. Territory, conflict and resistance peasant in Colombia

This paper presents the results of a research about recent changes in the relationship peasant-territory in Colombia. It was investigated the causes of these changes and the impacts they are having in the set of the Colombian countryside. The research has been developed in the last three years through two projects. The first one is about the Colombian countryside, from the discussion viewpoint of the territorial reorganization, - recent in Colombia -, the main reference conceptual, data from rural Colombia helps to context the problem, reflections of different authors on the same question and a initial empirical approach to the relationship territory, land and peasants. The second study, - financed by different governmental organizations from the national and regional order - is about the legal conditions of rural land possession in the department of Antioquia and tries to establish the forms of possession, the vulnerability to expropriation of the peasants by armed groups and to propose formulas designed to protect the patrimony of the peasants communities affected by forced ouster or potencial ouster.

Keywords: Peasants, territory, conflict, peasant resistance, Colombia.

Introducción

Esta ponencia presenta las conclusiones de un trabajo de investigación sobre los cambios recientes en la relación sociedad campesina-territorio en Colombia, en la cual se indagó por las causas de esos cambios y por los impactos que están teniendo los mismos, en el conjunto de la ruralidad colombiana.

El trabajo de investigación se ha desarrollado en los últimos 3 años a través de dos proyectos. El primero es sobre la ruralidad colombiana, desde la óptica de la ordenación territorial, de reciente incursión en Colombia, y aporta a este escrito, los principales referentes conceptuales, datos de contexto del problema rural colombiano, reflexiones de diferentes autores sobre el mismo y una primera aproximación empírica a la relación territorio, tierra, campesinado. El segundo trabajo, -financiado por distintas entidades gubernamentales del orden nacional y regional-, es sobre las condiciones legales de tenencia de la tierra rural en el departamento de Antioquia e intenta establecer las formas de tenencia, la vulnerabilidad al despojo por parte de actores armados y proponer fórmulas orientadas a proteger el patrimonio de las comunidades campesinas, afectadas por desplazamiento forzado o en riesgo de estarlo.

Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos, expresa la relación dialéctica entre territorio, expulsión forzada, resistencia campesina y persistencia del campesinado, en un contexto generalizado de invisibilización del mundo rural que lo signado como potencial de conflicto y subversión. Esto tanto por parte de las clases urbanas ilustradas, como por los subsecuentes gobiernos nacionales y subnacionales, que en el país, han optado por evadir el tema; a veces ligándolo exclusivamente con el ideario de las reformas agrarias y/o, que han caído en el extremo neoliberal que propugna, esta vez con el ropaje de la competitividad, por llevar a todo el campesinado y a su producción, a los mercados, a la bancarización...en fin, al inexorable mundo globalizado.

Nos proponemos demostrar que el tópico de un país urbano, debe ser revisado; que la ruralidad campesina tradicional colombiana y es seguro que alguna importante proporción de la ruralidad tradicional Latinoamericana, persiste, resiste; más aún, mantiene grandes contingentes de población y vastos territorios, en los cuáles el modo de vida rural, la marginación de los circuitos de mercado, incluso, la escasa competitividad comercial de la producción familiar, la vivienda, el paisaje, el vecindario; todo ello, se expresa como resistencia en un territorio permanentemente resignificado, y en caso colombiano,

sangrientamente disputado. Se postula finalmente que más que una reforma agraria, se requiere una profunda reforma territorial rural en Colombia, para devolver la dignidad, el papel fundamental en nuestras economías y ante todo, la legitimidad “ciudadana” a los campesinos de la nación.

La ponencia se divide en tres partes: En la primera se describen los principales grupos de población rural en el país y sus territorios, con los problemas territoriales que enfrentan hoy día. La segunda parte se dedica propiamente a examinar cifras y a hacer planteamientos relacionados con la tenencia de la tierra y el desplazamiento forzado de la población rural. La tercera parte propone una serie de conclusiones, que son a la vez puntos de partida para el trabajo futuro y que se quieren comparar en La Reunión.

La Talla Demográfica de la Ruralidad en Colombia

El territorio colombiano se organiza a partir de cuatro formas básicas de entidades territoriales a saber: Departamentos, Distritos, Municipios y Entidades Territoriales indígenas¹. Tal organización, al igual que la los derechos de que gozan estas entidades están consagradas en la Constitución Política de 1991². Las entidades territoriales tienen derecho a : 1. *Gobernarse por autoridades propias*. 2. *Ejercer las competencias que les correspondan*. 3. *Administrar los recursos y establecer los tributos necesarios para el cumplimiento de sus funciones* 4. *Participar en las rentas nacionales*. Existen también tres grupos poblacionales tradicionales y un grupo emergente, más o menos predominantes en todas las entidades territoriales: afrodescendientes, indígenas, campesinos tradicionales³ y campesinos urbanos.

Población y Territorio Rural en Colombia

Los datos censales de los últimos años (1993 y 2005) han revelado un proceso creciente de concentración de la población en las ciudades, cifras sobre emigración que ya son alarmantes⁴ y también el crecimiento de las poblaciones de indígenas y de negritudes. Estas cifras han hecho pensar que Colombia se ha transformado en un país urbano, conclusión que es necesario examinar cuidadosamente. Veamos⁵:

- Según el censo de 1993, las áreas rurales albergaban entonces a 10.478.431 millones de personas, el 28% del total de la población en ese año que era de 37.422.791 personas. Es decir que esta población no estaba concentrada en cabeceras municipales.
- De los 1075 municipios del país, más del 75% correspondían a localidades con menos de 15.000 personas y las 5 ciudades con más de 500.000 habitantes habían alcanzado esta población en los últimos 30 años.
- El 71% de los municipios de Colombia tenían un porcentaje Urbano menor al 50%.
- En 1993 la población indígena representaba el 2% del total nacional.

¹ Vale mencionar también a los Corregimientos Departamentales, que son formas territoriales que agrupan extensos territorios que no cumplen condiciones para ser municipios y que tampoco hacen parte de alguna jurisdicción municipal.

² Art. 286 y 287

³ Por tales debería entenderse a todos los habitantes rurales vinculados con actividades del sector primario, incluida la agroindustria y de modo especial la minería.

⁴ Cerca de 300 mil hogares tienen emigrantes (www.dane.gov.co). Se habla de cerca de 4 millones de emigrantes en el periodo intercensal). Fuente: www.dane.gov.co.

⁵ La fuente de los datos son los censos DANE y los cálculos son propios.

- De acuerdo con el Censo de 2005, 10.975.700 personas, vivían en áreas rurales distintas a cabeceras municipales, lo que representa el 25.64% de los casi 43 millones de habitantes en ese año.
- El censo 2005 mostró que 7 municipios reportaron población mayor de 500.000 habitantes. 325 municipios, cerca del 30% del total nacional, presentaron población en promedio de 14.000 habitantes. Los municipios de categoría 6, que son el 40% del total nacional, tenían en ese año en promedio una población de 6.000 habitantes.
- El mismo censo mostró que de los 1113 municipios del país en 2005, 817, es decir el 73%, aún reportan más población rural que población urbana.
- En cuanto a la talla demográfica urbana del país, en 2005, 500 cabeceras municipales, es decir, el 45%, mostraron una población superior a 5.000 habitantes y 289 municipios, el 26% tenían más de 10.000 habitantes.
- En Colombia residían en 2005 1.392.623 indígenas que correspondían al 3,43% de la población del país en ese año; los afrocolombianos eran 4.311.757 personas, el 10,62% del total⁶.

Las cifras sobre población rural en el periodo, no ha variado en cuanto a población total⁷, la cual se mantiene alrededor de los 10.5 millones de personas. Mientras tanto la proporción de población rural tampoco varió significativamente manteniéndose en torno al 26% del total nacional. No obstante, basta relativizar o mejor ajustar las cifras sobre población rural, extendiendo el concepto a poblaciones con poca talla urbana, para que los datos sobre la ruralidad nacional revelen otra dimensión, como se mostró atrás. Valga concluir que la población rural en Colombia, aún admitiendo la burda separación cabecera-resto del DANE, se mantuvo en el tortuoso periodo de 12 años entre 1993 y 2005.

Es necesario antes que en las cifras sobre población urbana y rural, hay un importante factor de distorsión de los datos, que se magnifica en los espacios regionales polarizados por centros metropolitanos, que podemos llamar regiones metropolitanas. Tal factor es la presencia de un grupo creciente de urbanitas que ocupan con su vivienda y a menudo con actividades típicamente urbanas, grandes extensiones de la ruralidad metropolitana. Algunos autores han denominado a este territorio de la nueva urbanización de la ruralidad, *nueva ruralidad* (BARKIN, 2001; PÉREZ, 2001); incluso se ha planteado la virtual desaparición de la ruralidad tradicional, cuando sostienen que la sociología rural carece de objeto de estudio, por lo cual debería hablarse de sociología de los procesos de urbanización (BAIGORRI, 2000).

Podría plantearse con los mismos conceptos que describen a esta nueva forma de ruralidad, que se trata de una nueva forma de urbanización, dispersa, hasta cierto punto teñida con el ideario de la sostenibilidad y la crisis ambiental, como una suerte de protesta territorial contra la urbe abrumadora, pero en todo caso, a esta población, difícilmente le son aplicables las categorías conceptuales de la ruralidad tradicional. Se trataría por tanto de un nuevo grupo de población los campesinos urbanos y de un territorio inédito, el Rururbano. Con las advertencias anteriores, es posible concluir también que Colombia es una nación conformada por ciudades con grandes contingentes de población campesina, áreas rurales asociadas a pequeños pueblos y territorios tradicionales superpuestos a las entidades territoriales tradicionales (municipios, departamentos).

Hora bien, si se trata de describir la territorialidad rural colombiana, se pueden admitir tres grandes ámbitos de ruralidad: Agropecuaria tradicional (población y actividades productivas dispersos y en torno a pequeños y medianos pueblos), Rururbano Metropolitana y Tierras Étnicas. Estos ámbitos definen entonces tres grupos de poblacionales rurales en el país: campesinos tradicionales, campesinos metropolitanos y minorías étnicas (indígenas y negritudes). El apartado siguiente se dedica a presentar cada grupo de interés, en sus principales problemáticas territoriales.

⁶ Colombia, una Nación Multicultural. Su diversidad Étnica. DANE, 2005 En: www.dane.gov.co.

⁷ Los cerca de 500 mil habitantes rurales mas del Censo 2005, no representan una diferencia significativa dados los ajustes y errores típicos de los censo de población en el país.

Territorialidades Rurales: Campesinos, Indígenas y Negritudes

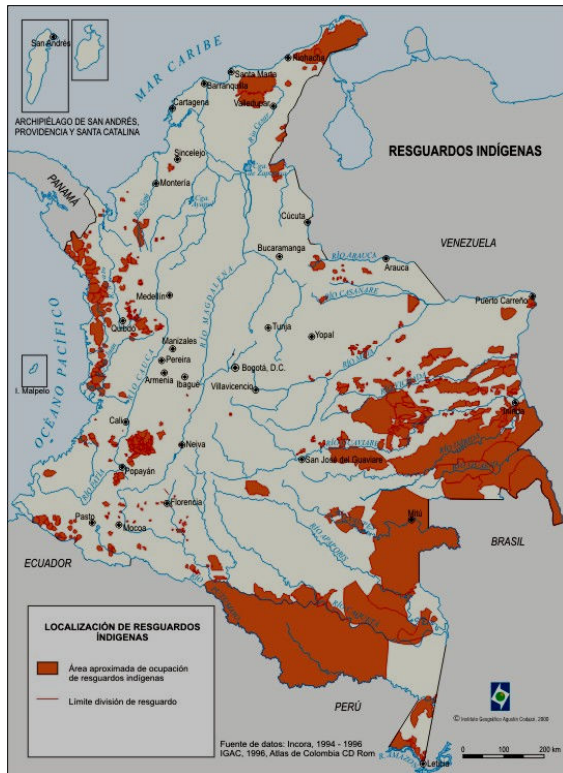
Aunque esta separación en ámbitos territoriales para cada grupo, no ocurre en términos absolutos, conviene a los propósitos de este trabajo.

La población indígena tiene sus territorios principalmente en las zonas selváticas superhúmedas de las regiones Amazónica y Pacífica (Mapa 1). En ésta última se concentran las negritudes (Mapa 2). La localización de los campesinos que tienen prácticas tradicionales asociadas a agricultura no industrializada o de bajo grado de industrialización, coincide con áreas de baja densidad demográfica, con excepción de la zona cafetera y otras porciones territoriales andinas, en las cuáles la población rural (Mapa 3), es significativa. Las regiones bajas no andinas han sido especialmente proclives a la siembra de cultivos ilícitos. En esas mismas zonas el despojo a los campesinos por vía del desplazamiento forzado, ha sido recurrente en el último decenio.

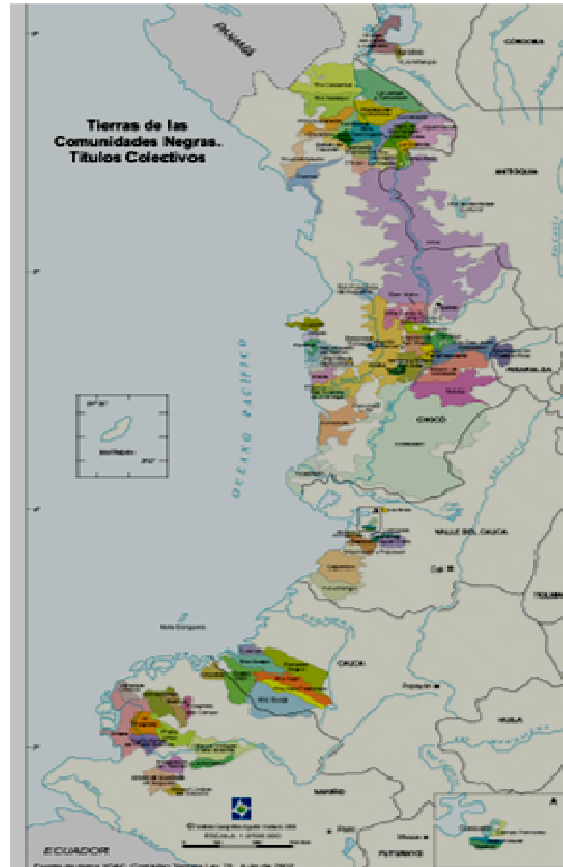
A la expulsión de los habitantes originales, titulares o bien de derechos ancestrales de propiedad –indígenas y negritudes- o bien de expectativas de propiedad amparadas por la Ley, bajo formas de posesión u ocupación de baldíos, le sigue un repoblamiento en condiciones diferentes en cuanto a la propiedad de la tierra, con expectativas de proletarización en condiciones precarias y con procesos de legalización de la propiedad amparados por la misma Ley. Solo a partir de la expedición de la ley 387 de 1997, las tierras y las expectativas de propiedad de los desplazados, pudieron ser protegidas, sacadas del mercado mediante un procedimiento sencillo: el aval de tierras.

En teoría las tierras de comunidades negras e indígenas están amparadas por la inembargabilidad, inenagenabilidad e imprescriptibilidad consagradas en las leyes que determinan estas formas de propiedad colectiva, en aplicación del acuerdo 169 de la OIT. A pesar de ello son notables casos como la explotación maderera en tierras comunitarias en el Bajo Atrato o el despojo del territorio de comunidades negras de Jiguamiandó y Curvaradó, en el departamento del Chocó, por empresarios de la agroindustria palmera.⁸ Una parte importante de los desarraigados se instala en las goteras de los principales centros urbanos y se ocupa en actividades de construcción, comercio formal o informal, en las mismas condiciones precarias que ya son extensibles al grueso de los trabajadores colombianos.

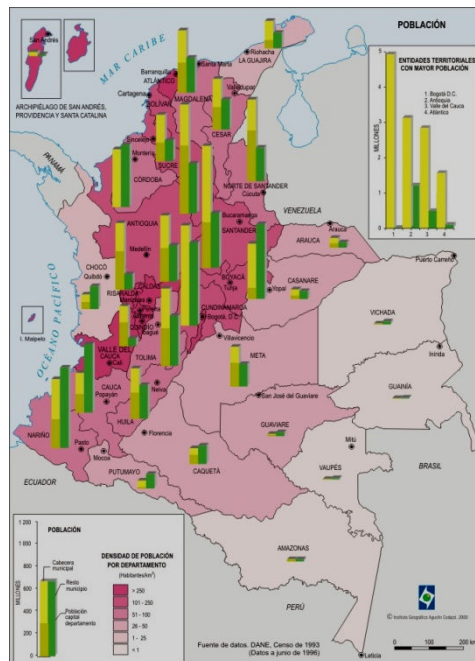
⁸Para más información consultar el enlace: <http://colombia.indymedia.org/news/2006/04/40865.php>



Mapa 1 - Territorios Indígenas
Fuente: IGAC⁹



Mapa 2 - Territorios de Negritudes
Fuente: IGAC



Mapa 3 - Concentración de la Población Nacional
Fuente: IGAC

⁹ La fuente de los mapas 1 a 3 es www.igac.gov.co. (Instituto geográfico Agustín Codazzi).

Los mapas 1 a 3 ilustran la localización geográfica principal de los cuatro grupos en Colombia. A continuación se examina con mayor detalle la situación de cada grupo poblacional en su territorio.

a) Campesinos Tradicionales

Las luchas agrarias de inspiración maoísta y marxista-leninista, con sus diversas corrientes de interpretación, animaron en su momento el origen de movimientos armados revolucionarios en Colombia y en otros países de la región. Las condiciones de postración social y económica de ese entonces no han cambiado mucho a pesar, y hoy día, en gran medida, gracias a la existencia de esos movimientos radicales. En contraste, el movimiento social indígena, ha conseguido notables logros en materia de tierras, como también lo ha hecho el emergente movimiento de comunidades afrodescendientes.

El tema de la tenencia y de la distribución de la tierra, considerado en la perspectiva marxista un medio de producción esencial para el campesinado, se ha abandonado como problema académico y se ha relegado como problema político. De hecho en Colombia el antiguo Instituto Colombiano de la Reforma Agraria (INCORA), ha sido reemplazado por el moderno Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER). El cambio de nombre refleja la esencia de la política gubernamental en materia de desarrollo rural: la tierra ya no es más un factor de producción esencial –puede que así sea- y por tanto la reforma agraria es un arcaísmo. En otras palabras, los campesinos no necesitan tierra, requieren empleo. Estas tesis gubernamentales no consideran la ruralidad tradicional agraria como un modo de vida legítimo y muy extendido en Colombia, ni a la tierra como un factor de arraigo, de identidad y de generación de externalidades económicas que escapan a las consideraciones convencionales del mercado y del comercio¹⁰.

La propiedad de la tierra en Colombia es un tema proscrito. Los investigadores que se han dedicado a su estudio han sido sistemáticamente asesinados, exiliados o bien, han girado hacia la tendencia oficial, para abandonar el tema por “innecesario”. Pero las cifras son contundentes, como se muestra en el apartado siguiente.

Sobre los campesinos y sobre los territorios que ocupan ha recaído en gran medida la acción de grupos armados de extrema derecha, que han provocado desplazamiento forzado y despojo. En otro tiempo los grupos de extrema izquierda han generado desarraigos por destierro o como estrategia de presión política y con tímidos intentos, han fracasado estruendosamente en las áreas en las que han impulsado, procesos de redistribución de la propiedad. Vivir del gramaje de la coca implica admitir y proteger a terratenientes y empresarios del cultivo ilícito. Las formas de legalización de esta apropiación fraudulenta de las fincas, van desde la compra forzada cuando hay registro cierto de la propiedad, hasta la titulación de baldío por parte de las entidades gubernamentales. Los cultivos permanentes de ciclo largo¹¹, asociados en algunos casos a la promisoriosa empresa de los biocombustibles (Palma en el caso colombiano), o bien la ocupación con ganadería extensiva, son algunas de las formas más comunes de apropiación definitiva de las tierras obtenidas a sangre y fuego. Justicieramente estas tierras, al menos una parte de ellas, integrarían el fondo de reparación a las víctimas del paramilitarismo que se ha acogido a la ley de justicia y paz. No obstante grupos emergentes de paramilitares aún hacen presencia en algunas zonas del país. La otra estrategia del despojo es el control de la mano de obra, con la intimidación y a falta de alternativas diferentes, los campesinos, en especial aquellos impulsados en los años 60 y 70, hacia las zonas colonización, han aceptado las reglas de uno u otro grupo armado y han incursionado en el cultivo de hoja de coca: es común que el procesamiento y el comercio de la base de oca, lo haga algún ejército ilegal. La población en este caso no constituye la base social, el

¹⁰ Por ejemplo la generación de alimentos para autoconsumo, que al no comercializarse, no se reflejan en las cuentas nacionales agrarias. Considérese también las prácticas tradicionales de producción que no requieren agroquímicos, entre otros valores asociados.

¹¹ No sobra aclarar que no todas las plantaciones de palma ni todos los hatos ganaderos tienen origen ilegal.

capital político de estos grupos, sino mano de obra barata. Se ha venido a concretar el aforismo de que “el capitalismo es la explotación del hombre por el hombre y el socialismo, todo lo contrario”.

En estas condiciones sería deseable que la política pública de desarrollo rural, se orientara a prevenir, reparar evitar el despojo y a fomentar el acceso a la tierra por los trabajadores rurales. Por desgracia ese no parece ser el norte. Para la muestra de la política rural agraria en Colombia, vale la pena citar un caso reciente. El Ministerio de Agricultura estuvo a punto de entregar en arriendo el predio llamado Carimagua, en la región de los llanos orientales, a agroindustriales privados. Se trata de un predio de 17.000 hectáreas que en principio deberían destinarse para reubicar a cerca de 800 familias de población desplazada, pero que el Gobierno consideró que esta población no podría explotarla por carecer de recursos para las adecuaciones que requiere un proyecto agroindustrial¹². Este principio de política gubernamental olvida que es precisamente de esta forma como se produce la agricultura tradicional, en contextos ecológicos de baja fertilidad de los suelos y con limitaciones de acceso a tecnologías de producción. Ciertamente es que la coca vino a “redimir” a los campesinos empujados a los bordes de la frontera agrícola los últimos 50 años, pero también lo es que a la postre el “remedio” ha resultado peor que la enfermedad: el dinero de los ilícitos ha alimentado la ambición de las guerrillas, de los paramilitares y de algunos de los neo-empresarios de los biocombustibles. El resultado es siempre el mismo: violencia, despojo y miseria para los agricultores.

b) Indígenas y Afrodescendientes

A finales de 2002, en el territorio nacional se habían conformado 559 resguardos indígenas, que suman un total de 29,4 millones de hectáreas; el 25.7% del territorio continental de la nación; un poco más si se suman las cerca de 500.000 hectáreas de resguardos de origen colonial. En estos resguardos habitaban en 2002 cerca de 390.000 personas pertenecientes a 80 étnias (IGAC, 2002). A julio de 2002 se habían expedido por parte del INCORA, 87 títulos colectivos, con una extensión aproximada de 3,9 millones de hectáreas, para cerca de 40 mil familias afrodescendientes; ello representa el 3,4% del territorio continental de Colombia.

A pesar de que la Constitución Política de 1991 estableció que los territorios de comunidades indígenas se consideran Entidades Territoriales, la Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial, la misma que les daría vida jurídica completa, aún no existe en el país. Mientras tanto, al interior de los territorios indígenas vienen ocurriendo procesos diversos y contradictorios de afianzamiento de la identidad y de deterioro de las condiciones materiales de vida, abonadas entre otros por la presencia de grupos armados que disputan el control territorial a los indígenas, por la presión de uso de los ya pocos bosques naturales que quedan en sus territorios, y también por factores internos como el crecimiento demográfico, la distribución de la tierra, la dependencia alimentaria, las necesidades cambiantes de la población, especialmente de los jóvenes, entre otros problemas. Los territorios indígenas y las comunidades que habitan los resguardos, se debaten hoy día entre la persistencia de las tradiciones y la inserción a la sociedad mayoritaria; entre la solidaridad secular entre los propios indígenas y la aparición de formas capitalistas de apropiación de la naturaleza; entre la recesión demográfica y el crecimiento de la población joven, con nuevas demandas y aspiraciones en su condición de indígenas del siglo XXI; en fin, entre la persistencia o la adaptación no controlada a los cambios, que llevará sin duda a la desaparición del pueblo indígena.

En los últimos años la población indígena en Colombia ha venido creciendo en número y ha cambiando al ritmo que su propia situación geográfica y cultural lo ha exigido, y en no pocas ocasiones, ese cambio ha sido forzado y violento. Lo que no ha crecido en el

¹² El arriendo del predio a particulares, otorgado mediante concurso público, sería por 50 años a razón de unos 50 centavos de dólar americano por hectárea y por mes.

último decenio es el tamaño de los resguardos indígenas: léase un recorte administrativo de los territorios tradicionales históricos. Lo mismo ha sucedido con las comunidades negras a quienes, a pesar del reconocimiento formal de títulos de propiedad sobre las tierras bajo su dominio, se les ha sometido a presiones por parte de grupos armados ilegales y de todos sus agentes. Como resultado ha aparecido el despojo y el comercio forzado de tierras, como ya se indicó, formalmente inembargables, imprescriptibles e inenajenables, como lo son las porciones de los territorios legalmente reconocidos o en otros casos, de áreas que integran territorios ancestrales. En el bajo río Atrato por ejemplo, el antiguo trío colonialista de las empresas madereras, la autoridad ambiental y los grupos armados ilegales, sólo ha cambiado en el último eslabón.

Estas presiones por expulsión y despojo, ponen en grave riesgo la permanencia social y ecológica de esta aventajada relación entre las comunidades y el territorio que ha dado muestras claras de favorecer la perpetuidad de sistemas forestales y agrario no manejados (VÉLEZ, 1993) según los preceptos de la técnica convencional. Con una población creciente y unos territorios recortados, el colapso de las prácticas tradicionales de producción es cuestión de tiempo. Hay una tensión claramente verificable entre la persistencia de estas prácticas y las necesidades nuevas y aún las necesidades básicas de subsistencia, que deben atender estas economías tradicionales.

El resultado de esta tensión es apreciable ya en algunas comunidades indígenas y negras, las necesidades alimentarias, así como la introducción de ganadería extensiva y la creciente vinculación de las familias a la extracción de madera de sus territorios¹³, ha devenido en una inocultable crisis ambiental que se agrava en territorios que se ocuparon recientemente por indígenas, pero que habían sido sometidos en el pasado a intensas y recurrentes extracciones de madera. Claro está que los rasgos y las consecuencias de esta crisis ecológica no aparecen de manera contundente aún, pero no tardarán en hacerlo. Sólo en los resguardos indígenas de la región central de Urabá, han desaparecido en los últimos 10 años, cerca de 11 mil hectáreas de bosque. Adicionalmente los bosques que existen actualmente en la Serranía de Abibe, en la misma región, presentan una estructura y composición florística que revelan un alto grado de intervención antrópico a la cual se han visto sometidos estos bosques durante los últimos años. Se ha reportado incluso la extinción local de especies de maderas finas como el abarco y la caoba, las cuales en un inventario forestal exploratorio de 119.000 hectáreas no se detectaron. (¹⁴

c) Campesinos Urbanos

Este ámbito rural emerge en Colombia a partir de los años 80 en los entornos metropolitanos. Por las razones ya expuestas, no es posible presentar cifras siquiera aproximadas sobre este grupo poblacional que en general se reporta como población rural, cuando la residencia es permanente en el campo, o bien como población urbana cuando la residencia rural es ocasional.

Esta denominación de campesinos urbanos, parece contradictoria por antonomasia, y de hecho lo era hasta hace tres décadas en regiones metropolitanas, y aún lo es en regiones rurales. No obstante conviene insistir en esta idea de que grandes contingentes de población urbana, han trasladado su residencia permanente o semipermanente, a los

¹³ Recientemente una encuesta practicada a 134 indígenas en los resguardos indígenas de Caimán Nuevo, Polines, Yaberaradó, Jaikerasaví y Chontadural ubicados en la región del Urabá Antioqueño evidenció como el bosque se ha convertido en uno de los principales renglones económicos y de fuente de empleo de las comunidades indígenas, tanto para el pueblo Olo Tule como para el pueblo Emberá observándose un incremento de esta situación en los últimos 5 años. Si asumimos que por cada uno de los indígenas encuestados hay una familia indígena que depende directa o indirectamente de la práctica de algún tipo de actividad forestal, encontramos que aproximadamente el 20% de la población de estos resguardos obtiene algún tipo de beneficio económico por esta práctica. Fuente: Programa de Manejo Forestal Indígena de Urabá. OIA – Cabildo Mayor Indígena de Chigorodó. 2005.

¹⁴ Inventario Forestal exploratorio Unidad de Ordenación Forestal Caimán Nuevo, Serranía de Abibe, Riosucio. Corpourabá – OIA. 2004.

espacios rurales circundantes de los grandes centros metropolitanos. Lo anterior no los convierte en agricultores o en ganaderos, o silvicultores o en mineros; de hecho, muchos de ellos mantienen sus empleos urbanos, de allí que convenga reconocer en la denominación su sitio de residencia, el campo y su condición cultural de ser urbano.

Se recurre a esta denominación que simplifica un problema muy complejo que involucra grandes cuestiones culturales y sociológicas, por conveniencia expositiva, pero no se olvida, ni se quiere resolver este debate inacabado.

Los campesinos urbanos enfrentan, como cualquier inmigrante, problemas relacionados con la inserción comunitaria, la diversidad del vecindario, el choque con las costumbres y actividades de los agricultores, además de otros problemas que involucran recursos tan cruciales como el agua y asuntos tan sensibles como los vertimientos de aguas servidas y la disposición de residuos sólidos. Desde el punto de vista territorial, estas poblaciones urbanas de campesinos, organizan territorios con la lógica de ocupación urbana, en la que se busca la privacidad y la seguridad, antes que la solidaridad y la sociabilidad propias de las comunidades campesinas de agricultores con las que conviven. Así mismo demandan servicios típicamente urbanos en materia vial, de servicios públicos y de medio ambiente; estos últimos configuran un campo conflictivo muy sensible entre los habitantes tradicionales y los recién llegados.

En consulta telefónica con las autoridades ambientales rurales de Antioquia¹⁵ por ejemplo, se obtuvo información sobre quejas en materia de olores (Algunas personas se quejan por los olores de corrales de animales, de cultivos, de abonos, de herbicidas); por el uso del agua para riego, contra necesidades domésticas y recreativas en temporadas pico de ocupación de fincas de recreo; por caminos y servidumbres que se reclaman para construir accesos vehiculares, entre otras. Por su parte los campesinos tradicionales enfrentan, además de la otra cara de los problemas anteriores, presiones por rentas urbanas del suelo, que se traducen en fragmentación y venta de parcelas. Sobre este amplio conjunto de problemas, las normas de ocupación y uso del suelo rural resultan inocuas.

Tenencia de la tierra, destierro y despojo. Más allá de las cifras.

Desde que los movimientos revolucionarios de agraristas, surgieron en América Latina, en la década de los años 60, hasta la fecha, el tema del acceso a la tierra ha signado, por así decirlo el movimiento social campesino; de allí que se haya rotulado al campesinado en general, como un potencial de conflicto; de allí también que los ejércitos irregulares de extrema izquierda, reclamaran en su momento, la vanguardia revolucionaria para el movimiento campesino, al tiempo que grupos armados del otro extremo, vincularon orgánicamente al campesinado y a las guerrillas, con consecuencias atroces en Colombia. Entre tanto los campesinos debieron resistir este primer embate ideológico desde ambas orillas.

Este relato se puede hacer en tiempo pasado para muchos países de la región, pero debe hacer en presente para Colombia. Los campesinos¹⁶, enfrentan dos factores de desarraigo violento: las guerrillas presionan por colaboración, reclutan jóvenes al combate y exigen lealtad a las comunidades; los paramilitares presionan por expulsión, para agenciar posteriormente el despojo, aprovechando la débil relación legal con la tierra, que caracteriza al campesinado pobre del país. Otro conjunto de factores “no violentos” de expulsión de la población rural, hunden sus raíces en el modelo de desarrollo llevado por nuestras naciones, el mismo que margina a los territorios y a las poblaciones “incapaces” de competir en el mercado global, marginación que se manifiesta en la precaria oferta de servicios de salud,

¹⁵ Entrevistas telefónicas con funcionarios de líneas de atención al público para quejas en materia ambiental de dos Corporaciones regionales de Antioquia, CORANTIOQUIA y CORNARE, realizadas en los meses de octubre a diciembre de 2009.

¹⁶ Debe entenderse por tales en este trabajo, a pequeños y medianos propietarios de tierra, y a la población rural proletarizada por la agroindustria y no a los empresarios de la agroindustria

educación y en general, en la inaccesibilidad a los beneficios que la ciencia y la tecnología moderna han alcanzado, y a los que si puede acceder al menos una parte de la sociedad urbana.

Las cifras sobre distribución de la tierra rural en Colombia son dramáticas: Las 98.3 millones de hectáreas rurales que están escrituradas se distribuyen así: 52% son de propiedad privada, 32% de indígenas y negritudes, y el resto, 16%, del estado. El análisis realizado cubre 32.7 millones de hectáreas en 1985 y 51.3 millones en 1996, lo que equivale al 45% de la superficie continental total (114 millones de hectáreas). (FAJARDO, 2002).

En 2001, de acuerdo con las cifras que reporta Fajardo (2002), los predios menores de 3 hectáreas, cubrían el 1.7% de la superficie del país reportada en el registro nacional y estaban en manos del 57,3% de los propietarios. Mientras tanto, los predios mayores de 500 hectáreas, que cubrían el 61.2% del territorio nacional registrado, estaban en manos del 0.4% de los propietarios. Por su parte los predios entre 100 y 500 hectáreas en el año 2000, cubrían el 14.6% del territorio y estaban en manos del 2.6% de los propietarios. Es muy probable que la concentración de la propiedad se haya agravado en el último decenio, si se considera el escalamiento del conflicto armado que generó la expropiación forzada de tierra a los pequeños propietarios, y la persistencia del narcotráfico como generador de capitales especulativos, que se concentran en la compra de tierras como mecanismo de lavado de activos ilícitos. A favor de esta tendencia también está el hecho de que entre el campesinado colombiano, es común la informalidad de la propiedad. Muchos territorios rurales con ocupaciones centenarias por familias de campesinos, aún aparecen en los registros oficiales como baldíos de la nación¹⁷, lo cual supone que los ocupantes de tales territorios, tienen una mera expectativa de propiedad y que tal derecho lo detenta el estado y lo transfiere a los particulares mediante la acción del INCORA, en su momento y hoy del INCODER.

Los datos anteriores muestran la consolidación de un largo proceso de concentración de la propiedad, que se alimenta tanto del despojo violento a los tradicionales ocupantes de estos territorios, como de políticas gubernamentales que en su momento, decidieron alentar la ampliación de la frontera agrícola hacia tierras de selva y llano, antes que adelantar reformas agrarias sobre las tierras más fértiles y productivas. Durante el gobierno de Misael Pastrana (1970-1974), se agenció un desmonte del ideario de la reforma agraria del antecesor gobierno liberal, y se cambió por una política orientada por dos objetivos según los preceptos de la Misión Currie (CURRIE, 1950): atraer mano de obra rural para la creciente industria urbana, del excedente demográfico que produciría la agroindustria rural moderna y en segundo lugar, llevar contingentes de campesinos sin tierra a la frontera agrícola, El cuadro siguiente ilustra algunas cifras de concentración de la propiedad rural según datos de Fajardo (2003)

El debate actual sobre el tema del papel de la tierra en la estabilidad social y cultural y en la sobrevivencia de los campesinos, se centra en dos tesis: la primera de ellas, defendida por el actual gobierno, sostiene que los campesinos requieren empleo antes que tierra. Según esta tesis, el empleo asegura prestaciones sociales y seguridad social, que el pequeño o mediano propietario de parcelas no se puede proveer; olvida este planteamiento la precariedad del empleo en Colombia y los efectos de la flexibilización laboral impulsada por el Gobierno de turno. La segunda tesis, que compartimos, reconoce la precariedad de las economías campesinas tradicionales, pero insiste en que la tierra es más que un factor de producción; que hace parte del patrimonio social y cultural de los agricultores, que es un factor de arraigo e identidad además de un pilar fundamental de la sobrevivencia económica. En tales condiciones, nuestra tesis sostiene que los campesinos requieren tierra y empleo, a falta de mejores propuestas sobre el reparto de la tierra y los recursos de fomento productivo.

¹⁷ Tal categoría legal de la propiedad rural y urbana, es una clara ficción jurídica si se tiene en cuenta que todo el territorio nacional presenta alguna forma de uso-apropiación ancestral. No hay baldíos en Colombia, en el sentido semántico del término.

Más allá de estas cifras está el problema de la tenencia, que usualmente se presenta ligado a la distribución de la tierra, pero que poco se profundiza. Hay dos consideraciones que agravan las cifras aún más; son ellas el subregistro de la propiedad rural y la informalidad en la tenencia de la tierra, especialmente por parte de comunidades campesinas ligadas a economías de subsistencia.

El censo catastral nacional aún no incorpora grandes áreas de terreno que se presuponen baldíos, pero que tienen ocupaciones ancestrales de comunidades indígenas, comunidades afrodescendientes y varias generaciones de comunidades campesinas. Bajo la figura de baldío, están grandes extensiones de terreno, en las que terratenientes explotan, en el mejor de los casos la ganadería, cuando no se tienen incultas, pero en todo caso sin asumir ninguna obligación tributaria. El subregistro también se explica porque existen áreas de difícil acceso en los municipios, que no están formadas en su catastro.

En cuanto a la informalidad de la tenencia, debe señalarse que la legislación nacional reconoce en general tres formas de apropiación: la propiedad, la ocupación y la tenencia. En la primera hay escritura del predio, por lo general hay catastro bien formado y quien explota el predio, es por regla general el mismo propietario. En la ocupación el predio en cuestión no ha tenido dueño reconocido mediante escritura pública, razón por la cual se presume baldío (bajo el control del estado); es común que estos predios estén formados catastralmente e incluso es probable que el ocupante tenga una larga tradición en el pago de impuesto predial. La tercera forma es la más difícil de detectar, ya que la tierra es explotada por alguien que reconoce a otra persona como dueña, aún cuando el predio sea baldío; la tierra la tienen en préstamo, en arriendo, en usufructo, entre otras.

Con este panorama es fácil concluir sobre la volatilidad de las cifras: sobre un mismo predio privado puede haber varios tenedores y algunos propietarios. El inventario detallado de los baldíos, se dificulta por la incompleta formación catastral, ligada a las dificultades de acceso, en fin; la debilidad de las formas de tenencia y su consecuente endeble blindaje legal, facilitan el despojo, el fraude y el desplazamiento de la población rural, al tiempo que obstruyen las posibilidades de crédito y la formación de algún patrimonio familiar campesino. A todo lo anterior se suma el hecho de que los campesinos otorgan valor legal a documentos informales e incluso a pactos de palabra sobre el uso, compra y venta de predios; este tipo de acuerdos tienen utilidad en los procesos de clarificación de la propiedad, siempre que no se trate de baldíos y si se encuentran documentados; estas dos situaciones deseables son poco comunes.

Los resultados preliminares de la estimación de la informalidad de la tenencia de la tierra en el Departamento de Antioquia muestran indicadores de informalidad, léase, algún tipo de relación legal con la tierra por esclarecer, alcanzan a 5 de cada 10 predios en promedio y a 7 de cada 10 en algunas regiones¹⁸.

La población rural de Colombia experimentó en la últimas dos décadas, un período de violencia con impactos sin precedentes en la historia republicana, por la cantidad de víctimas. Entre homicidios, desplazamientos, desapariciones forzadas y otros vejámenes, las víctimas en el país superan ampliamente los dos millones de personas.

De todos estos crímenes, el desplazamiento forzado es el que tiene efectos más sensibles en la dinámica demográfica rural urbana, aunque es necesario advertir que el homicidio y la desaparición forzada, son formas comunes de intimidación, previas al desplazamiento. Una vez sembrado el terror, el desplazamiento se produce sin dificultades para los expulsores, seguidamente, la tierra pasa a manos de los nuevos ocupantes y en un corto periodo de tiempo, le pertenece a terratenientes y sus testaferros, pero esta vez vestida de legalidad: se titulan baldíos, se liquidan sucesiones e incluso, se resuelven situaciones de tenencia y propiedad, sobre predios con escritura pública, en las oficinas gubernamentales destacadas para ese fin. En ese momento, el despojo se ha consumado.

¹⁸ Estos resultados están en proceso de Validación. Corresponden al proyecto Protección Patrimonial a la Población Desplazada Fase II. Adelantado en convenio entre OIM (Organización Internacional para las Migraciones), Gobernación de Antioquia y Universidad Nacional Sede Medellín, coordinado por el autor de este trabajo.

Los datos oficiales¹⁹ muestran que el desplazamiento forzado ha venido disminuyendo en los últimos 3 años. Mientras que en 2004 por ejemplo fueron expulsadas de su hogar 229.212 personas, en 2009, lo fueron 114.414, aunque esta tendencia es errática para un periodo comprendido más amplio, comprendido entre 1997 y 2009, con máximos y mínimos en 2002 y 2009 respectivamente. (Tabla 1). La Tabla 1 muestra la evolución de las cifras oficiales sobre desplazamiento forzado en Colombia.

La situación de desplazamiento por municipio expulsor, que indica la expansión del fenómeno por la geografía nacional, muestra que 1086 municipios de 1132 (incluidos corregimientos departamentales), es decir el 96% de los municipios del país, presentan expulsión de población. En canto a los Departamentos, todos ellos, incluida la capital de la república, reportan datos de población expulsada de sus hogares en contra de su voluntad. A su vez, Antioquia, Bogotá D.C, Bolívar, Magdalena y Valle del Cauca, revelan las cifras más altas en cuanto a recepción de población, la cual se aloja mayoritariamente en las ciudades capitales.

Tabla 1 - Personas y hogares desplazados por año de Expulsión

AÑO	EXPULSIÓN	
	Hogares	Personas
ND	30904	129746
1997 y anteriores	36448	164369
1998	12937	67469
1999	20049	92318
2000	51760	261733
2001	78117	384543
2002	94145	436875
2003	55127	246665
2004	55852	229213
2005	61004	265950
2006	66408	283603
2007	79554	328264
2008	76345	301817
2009	32231	111414
Total	750.881	3.303.979

Fuente: Adaptada de: Acción Social de La Presidencia de La república. Subdirección de Atención a la Población Desplazada. Registro Único de Población Desplazada - RUPD Fuente: SIPOD - Fecha de Corte: 31 de diciembre de 2009²⁰.

La tabla 2 muestra datos para los 10 municipios colombianos con mayores cifras de población expulsada. Todos estos municipios se localizan en zonas del país, con importancia para negocios emergentes relacionados con la agroindustria consolidada o emergente. Estos datos son consolidados a diciembre de 2009.

¹⁹ Todos los datos y tablas que se citan a continuación, provienen de la página Web de la agencia gubernamental que lleva el tema del desplazamiento forzado en Colombia. <http://www.accionsocial.gov.co/portal/default.aspx>. Recuperados en Abril de 2010.

²⁰ En: <http://www.accionsocial.gov.co/Estadisticas/publicacion%20diciembre%20de%202009.htm>

Tabla 2 - 10 Municipios Colombianos con mayores cifras de personas expulsadas de sus hogares

MUNICIPIO	PERSONAS EXPULSADAS
BUENAVENTURA (VALLE DEL CAUCA)	74794
EL CARMEN DE BOLÍVAR (BOLÍVAR)	71153
SANTA MARTA (MAGDALENA)	63610
RIOSUCIO (CHOCÓ)	55083
TIERRALTA (CÓRDOBA)	54725
TURBO (ANTIOQUIA)	52214
FUNDACIÓN (MAGDALENA)	40111
VALLEDUPAR (CÉSAR)	38709
TUMACO (NARIÑO)	32638
TIBÚ (NORTE DE SANTANDER)	31579

Fuente: Adaptada de: Acción Social de La Presidencia de La república. Subdirección de Atención a la Población Desplazada. Registro Único de Población Desplazada - RUPD Fuente: SIPOD - Fecha de Corte: 31 de diciembre de 2009²¹.

Estas cifras no revelan los recambios demográficos o lo que pudiera denominarse la migración inter-rural que también tiene lugar. Solo así se explica que la población rural del país haya mantenido sus cifras históricas alrededor de 10.5 millones de personas o el 26% del total de la población nacional en el periodo intercensal, según se mostró en el primer acápite.

Otro dato comparativo ayuda a reforzar esta hipótesis. Al comparar los datos sobre áreas dedicadas a la actividad agropecuaria en Colombia en los años 2004 y 2008, reportados en las respectivas Encuestas Nacionales Agropecuarias²², los resultados muestran que se mantiene la misma superficie en actividades agrarias y pecuarias, aunque con cambios proporcionales en cuanto al peso de cada tipo de actividad, como se muestra en la Tabla 3.

La primera columna presenta el año de los datos, la segunda explica el área muestreada que es aquella dedicada a actividades agropecuarias, a la que se le sustrajo además las áreas con usos agropecuarios marginales localizadas en Parques Nacionales; la tercera y cuarta columna muestran las áreas dedicadas a cada uso y la proporción respecto al área muestreada y la columna cuatro indica los datos de población expulsada de sus hogares en el año de referencia.

Tabla 3 - Comparación de área en actividades agrícolas y pecuarias en el periodo 2004 a 2008

Año	Superficie Referencia en ha. (Tamaño de Muestra)	de Superficie en ha. de la Actividad Agrícola	con Superficie en ha. con Actividad Pecuaria	Población Expulsada de sus hogares en ese año (personas)
2004	51.138.407 (45%)	3.708.455 (7,25%)	38.682.587 (76%)	55.852 (229.213)
2008	50.910.773 (45%)	3.461.205 (7,0%)	39.152.438 (77%)	76.345 (301.817)

Fuente: Encuesta Nacional Agropecuaria (ENA), años 2004 y 2008.

En el cuatrienio, mientras se expulsó a casi 20 mil hogares rurales (72.604 personas) se perdieron cerca de 250 mil hectáreas de cultivos agrícolas, mientras la superficie de la actividad pecuaria creció

²¹ En: <http://www.accionsocial.gov.co/Estadisticas/publicacion%20diciembre%20de%202009.htm>

²² Encuesta Nacional Agropecuaria. DANE, SISAC. Ministerio de Agricultura. Disponibles en: www.agronet.gov.co/agronetweb/Boletines/tabid/75/Default.aspx. Recueprada de Internet en Abril de 2010.

en casi 470 mil hectáreas. Cabe la hipótesis de que estos cambios estén relacionados íntimamente, pero es necesario ahondar en el análisis y tomar datos de campo para ser concluyentes.

Si queda claro en cambio que aún el campesinado resiste en medio del despojo de sus tierras y de la expulsión de sus territorios.

Conclusiones

Las cifras sobre población rural en Colombia, en el periodo intercensal 1993-2005, no ha variado en cuanto a población total, la cual se mantiene alrededor de los 10.5 millones de personas. Mientras tanto la proporción de población rural tampoco varió significativamente manteniéndose en torno al 26% del total nacional.

Colombia es una nación conformada por ciudades con grandes contingentes de población campesina, áreas rurales asociadas a pequeños pueblos y territorios tradicionales superpuestos a las entidades territoriales tradicionales (municipios, departamentos). Pese a las presiones por expulsión de sus territorios, mantiene una ruralidad viva y dinámica.

Hay indicios de que a la expulsión de población rural está ligada una pérdida de áreas dedicadas a la agricultura, lo cual probablemente se refleje en una mayor concentración de la propiedad que está por demostrarse. Es presumible que a este fenómeno haya contribuido la informalidad en la tenencia de la tierra y la fuerza con que los grupos armados, han promovido el despojo de tierras y la pérdida de territorios rurales tradicionales de campesinos y minorías étnicas.

Los campesinos que han trabajado la tierra sin ocuparse de la relación formal con la propiedad de sus fundos, enfrentaron, además de las crisis estructurales del sector, la falta secular de suficientes tierras de cultivo que debilitan la capacidad de usos del suelo, y la violencia de los grupos armados. Los campesinos sin tierra no obstante tienen territorios en los que resisten, mientras las tierras concentradas bajo el poder terrateniente, se quedan sin la mano de obra que históricamente ha cultivado los por lo general pobres suelos del país. Al parecer, la respuesta de los hacendados es más ganado y menos cultivos agrarios.

Referencias

BAIGORRI, A. De lo Rural a lo Urbano. Hipótesis sobre las dificultades de mantener la separación epistemológica entre Sociología Rural y Sociología Urbana en el marco del actual proceso de Urbanización Global. In: Anales del V Congreso Español de Sociología: Granada, 1995 [2000].

BARKIN, D. La Nueva Ruralidad y La Globalización. In: La Nueva Ruralidad en América Latina. Memorias. Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, 2001. Tomo II, pp. 41-40.

CURRIE, L. Bases de un programa de fomento para Colombia: informe de una misión. Bogotá: Banco de la República, 1950.

FAJARDO M. D. Para sembrar la paz hay que aflojar la tierra. Bogotá: Instituto de Estudios Ambientales – Universidad Nacional de Colombia, 2002.

IGAC - Instituto Geográfico Agustín Codazzi. Atlas de Colombia. 5ª Edición. Bogotá: IGAC, 2002.

PÉREZ, E. La Nueva Ruralidad en Colombia. In: La Nueva Ruralidad en América Latina. Memorias. Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, 2001. Tomo II.

VÉLEZ, E. N. Sistemas forestales persistentes no manejados. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 1993.

Scale, Place and Social Movements: Strategies of Resistance Along India's Narmada River

Pratyusha Basu

Assistant Professor, Department of Geography, University of South Florida,
4202 E. Fowler Ave., NES 107, Tampa, Florida, USA
E-mail: pbasu@usf.edu

Abstract

This paper focuses on the struggles being waged by the Narmada Bachao Andolan, a rural social movement opposing displacement due to dams along India's Narmada River. Building a comparison between two major anti-dam struggles within the Andolan, around the Sardar Sarovar and Maheshwar dams, this study seeks to show that multi-sited social movements pursue a variety of scale and place-based strategies and this multiplicity is key to the possibilities for progressive change that they embody. The paper highlights three aspects of the Andolan. First, the Andolan has successfully combined environmental networks and agricultural identities across the space of its struggle. The Andolan became internationally celebrated when its resistance led to the World Bank withdrawing funding for the Sardar Sarovar dam in 1993. This victory was viewed as a consequence of the Andolan's successful utilization of transnational environmental networks. However, the Andolan has also intervened in agrarian politics within India and this role of the Andolan emerges when the struggle against the Maheshwar dam is considered. Second, this paper examines the role played by the Andolan in building a national movement against displacement. Given that India's Supreme Court gave permission for the continued construction of the Sardar Sarovar dam in 2000, the power of the state to push through destructive development projects cannot be underestimated. The national level thus remains an important scale for the Andolan's struggle leading to the formation of social movement networks and the construction of collective identities around experiences of rural and urban displacement. Third, this paper reflects on how common access to the Narmada river also provides a material basis for the formation of a collective identity, one which can be used to address the class divisions that characterize the Andolan's membership. Overall, the paper aims to contribute to the study of social movements by showing how attachments to multiple geographies ensure that a movement's potential futures always exceed the nature of its present forms of resistance.

Keywords: Rural geography, social movements, agricultural livelihoods, environmentalism, displacement, India.

Resumo

Escala, lugar e movimento social: estratégias de resistência ao longo do rio Narmada - Índia

Neste artigo analisamos as lutas do Movimento Narmada Bachao Andolan contra a expropriação causada pela construção de represas ao longo do rio Narmada. Comparamos as lutas deste movimento àquela dos atingidos pelas construções das barragens Sardar Sarovar e Maheshwar. Mostramos como movimentos situados em múltiplos lugares apropriam-se das vantagens da variedade de escalas e criam estratégias desde suas bases. Esta multiplicidade abre possibilidades para o avanço das mudanças que eles defendem. Realçamos três aspectos do Narmada Bachao Andolan. Primeiro, o sucesso da combinação das redes de organizações

ambientais internacionais com os movimentos e suas identidades agrícolas em seus espaços de luta. O Narmada Bachao Andolan se tornou internacionalmente conhecido por meio de suas lutas de resistência que forçaram o Banco Mundial a retirar o apoio financeiro para a construção da represa Sardar Sarovar em 1993. Esta vitória foi vista como consequência das manifestações do Movimento e das redes ambientais internacionais. Todavia, em 2000, o Supremo Tribunal da Índia deu permissão para a continuação da construção da represa Sardar Sarovar, numa demonstração de que o poder do Estado não pode ser subestimado no desenvolvimento de projetos destrutivos. Segundo, as estratégias do Narmada Bachao Andolan na formação de um movimento nacional de atingidos por barragens. O Movimento também interveio em políticas agrárias durante a luta contra a construção da represa de Maheshwar. Em escala nacional, continua a importante luta que conduz à formação de redes de movimentos e a construção de identidades coletivas ao redor de experiências de deslocamento da população rural e urbana. O terceiro aspecto analisado é como o acesso ao rio Narmada tornou-se a base material na formação da identidade coletiva e pode ser usado para superar as divisões de classe que caracterizam o Movimento. Esta é uma contribuição para os estudos dos movimentos sociais, mostrando que as múltiplas escalas asseguram potenciais para que os movimentos se superem em suas formas de resistência.

Palavras-chave: Geografia rural, movimentos sociais, modo de vida rural, ambientalismo, expropriação, Índia.

Resumen

Escala, lugar y movimiento social: estrategias de resistencia a lo largo del río Narmada - India

En este artículo analizamos las luchas del Movimiento Narmada Bachao Andolan contra la expropiación causada por la construcción de represas a lo largo del río Narmada. Comparamos las luchas de este movimiento de los impactados por las construcciones de las represas Sardar Sarovar y Maheshwar. Mostramos como movimientos situados en múltiples lugares se apropian de las ventajas de la variedad de escalas y crean estrategias desde sus bases. Esta multiplicidad abre posibilidades para el avance de los cambios que ellos defienden. Realzamos tres aspectos del Narmada Bachao Andolan. Primero, el éxito de la combinación de las redes de organizaciones ambientales internacionales con los movimientos y sus identidades agrícolas en sus espacios de lucha. El Narmada Bachao Andolan se volvió internacionalmente conocido por medio de sus luchas de resistencia que forzaron el Banco Mundial a retirar apoyo financiero para la construcción de la represa Sardar Sarovar en 1993. Esta victoria fue vista como consecuencia de las manifestaciones del Movimiento y de las redes ambientales transnacionales. Todavía, en 2000, el Supremo Tribunal de India dio permiso para la continuación de la construcción de la represa Sardar Sarovar, en una demostración de que el poder del Estado no puede ser subestimado en el desarrollo de proyectos destructivos. Según, las estrategias del Narmada Bachao Andolan en la formación de un movimiento nacional de impactados por represas. El Movimiento también intervino en políticas agrarias durante la lucha contra la construcción de la represa de Maheshwar. En escala nacional continúa la importante lucha que acarrea a la formación de redes de movimientos y la construcción de identidades colectivas alrededor de experiencias de desplazamiento de la población rural y urbana. El tercer aspecto analizado es como el acceso al río de Narmada se volvió la base material en la formación de la identidad colectiva y puede ser usado para superar las divisiones de clase que caracterizan el Movimiento. Ésta es una contribución para los estudios de los movimientos

sociales, mostrando que las múltiples escalas aseguran potenciales para que los movimientos se superen en sus formas de resistencia.

Palabras clave: Geografía rural, movimientos sociales, modo de vida rural, ambientalismo, expropiación, India.

Introduction

The continuing rise of the oppressive power of multinational enterprises has led to calls for organized resistance that matches the global reach of capital flows. The anti-globalization/global justice movement famously linked to the Seattle protests of 1999 and the regular meetings of the World Social Forum inaugurated in Brazil are two instances of how social movements have been able to eschew narrow national interests in favor of more radical transnational strategies. Underlying these moves towards transnational movements is the understanding that the state is withdrawing or even withering in favor of multinational capital interests, so that pressure has to now be brought directly upon multinational enterprises across the world. However, there is a danger in overemphasizing the need to shift social movements to global arenas, since the national context continues to be the one that most directly impinges on people's lives. There remains a need therefore to continue to focus both activist and academic attention on the national context within which especially severe forms of oppression continue to be unleashed. The need, in other words, is to bring back the state in analyses of social movements.

This paper focuses on the Narmada Bachao Andolan (Movement to Save the Narmada River, hereafter the Andolan), an anti-dam movement in India whose strategies highlight the continuing salience of building national-level struggles and targeting the state. In most studies of the Andolan, the global has been singled out as the scale at which the movement's strategies have been especially successful (e.g. Gandhi 2003; Fisher 1995) as the Andolan has become part of global environmental networks (for instance, the International Rivers Network based in Berkeley). As opposed to this, local-level studies of the Andolan have pointed out that the movement has not been able to sufficiently engage with the class inequalities and cultural divisions that characterize its rural membership (e.g. Dwivedi 1999; Baviskar 1995). This paper seeks to go beyond such global/local dichotomies to argue that the most innovative strategies of the Andolan have emerged due to the exigencies of, first, building a cohesive identity that takes into account the diversities of people along the Narmada river and, second, connecting the range of anti-displacement struggles that are occurring across India.

The paper also seeks to highlight spatial and historical variations in the strategies of the Andolan. As the Andolan knits together struggles against the series of dams being constructed along the Narmada river, its resistance has been responsive to the characteristics of the social groups surrounding each specific dam, so that the place-based nature of the Andolan is useful to consider. Moreover, dam building has a much longer history in India (D'Souza 2006; Gilmartin 1995) so that the historical context within which a particular dam is being constructed has to be considered. Contemporary anti-dam struggles are thus being conducted in tandem with struggles against economic liberalization. This paper focuses on two prominent dams on the Narmada river – the Sardar Sarovar dam which is the largest of the Narmada dams, and the wholly privatized Maheshwar dam – in order to ground the global orientation of the Andolan within its attachments to place.

Alongside the global-local dichotomy, this paper also reflects on the environment-agriculture dichotomy. Within the U.S. environmental movement, it is usual to consider environmental activism and agricultural interests as inimical to one another (Guha 1997). Such

environmentalism also tends to define the rural as a site for the consumption of an authentic and wild nature. In contrast, within India, the persistence of small-scale family farming means that the rural is linked to both economic survival and empowering modes of connection with nature, so that environmental and agricultural activists often have the same aims (e.g. Shiva 2007). The Andolan has thus had to negotiate between the environmental meanings of anti-dam struggles at the global level and the continuing stake of its rural membership in the maintenance of agricultural livelihoods. The environment-agriculture dichotomy also emerges in terms of the difference between forest and land-based tribal communities and primarily land-based agricultural communities in the Andolan, and this paper considers the ways in which a common river actually serves to build a new identity that seeks to surmount the inequalities embedded in land ownership (Sangvai 2000).

The next section of the paper outlines the theories of scale and place that can be fruitfully pursued for understanding social movements. After this, the struggle against the Sardar Sarovar dam is discussed, in order to understand how the national context articulates between the global and the local in this case. The fourth section of the paper considers the struggle against the Maheshwar dam which has foregrounded agrarian class divisions in the Andolan. The next section takes a broader view of anti-displacement struggles in India and the role of the Andolan in making displacement a key part of national struggles. Overall, by comparing the Sardar Sarovar and Maheshwar struggles, this paper seeks to understand how environmental and agricultural identities are melded in the strategies of the Andolan and the ways in which coalition building has coalesced at the national scale rather than only seeking to draw on the strength of transnational strategies.

Constructing Scale and Place for Social Movements

The rising interest in understanding social movements can be linked not only to the alternative social and political futures that can be imagined through them, but also to the ways in which social movements by definition confound the desire to build neat theoretical categories thus facilitating more vivid renditions of the complexities of power and resistance. Social movements are viewed as existing outside the state and above an amorphous notion of society, serving to challenge the rigidities of the state through building a cohesive oppositional identity. Geographic approaches to social movements are currently focused on how such constructions of social movements require an attentiveness to both scale and place.

An especially stirring debate has taken place around the issue of scale. Thus, in his arguments for sharpening the difference between scale and place, Brenner (2001) equates scale with 'process' and place with 'thing.' Whereas place-making would require the setting up of boundaries between an inside and an outside, processes of scaling reshape existing relationships between various spatial units, requiring 'an explicit causal argument linking the substantive social content of the spatial unit in question to its *embeddedness* or *positionality* within a broader scalar hierarchy' (600, emphasis in original). For Brenner, such scalings are especially relevant for considering the effects of contemporary capitalist restructurings. In contrast to this, Marston et al. (2005) argue for the need to move away from a vertical or hierarchical conceptualization of scale within which global and state-level entities are often deemed to be the most worthy of attention. In their words, 'the local-to-global conceptual architecture intrinsic to hierarchical scale carries with it presuppositions that can delimit entry points into politics – and the openness of the political – by pre-assigning to it a cordoned register for resistance' (427).

Yet, as Purcell (2003) has argued, engaging with the Marston/Brenner debates (Marston 2000; Brenner 2001; Marston and Smith 2001) is not a matter of taking sides in the struggle over

scale, but can be considered as the need to be attentive to varying methodological imperatives – Brenner’s need to remain within the framework of political economy and Marston’s need to bring the household into discussions of scale. My discussion of the Andolan thus partly borrows from the Marston-Brenner exchange to show that it is possible to adopt a hierarchical notion of scale without losing openness to resistance. The focus on national-level politics in this paper is not meant to disparage either transnational or sub-national strategies but to understand that the Andolan has not skipped the state in its endeavor to connect the local and the global. In the words of Nicholls (2009: 78), ‘the central analytical task at hand is therefore not to show how one form of spatiality is more important than another, but rather to show how these spatialities articulate with one another in actually existing social movements.’

The notion of place has been an equally popular framework within which the politics of social movements have been situated and three prominent ways in which place has been theorized are represented by the concepts of territory, sense of place, and framings of social movements. Territory signifies both boundedness and control and Fernandes’ (2001) study of Brazil’s MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra or Landless Rural Workers Movement) provides a valuable analysis of how territory can function as a ‘trump card’ due to the MST’s emphasis on land occupations. The notion of territory also comes into play in the case of social movements which oppose displacement through insisting on remaining in place. A number of studies have now begun to focus on how primitive accumulation has resurfaced in the guise of current policies of ‘accumulation by dispossession’ (Harvey 2003; see also Glassman 2006) which have become key to both revaluing real estate and gaining access to new natural resources. People’s actual presence has become the biggest obstacle to the smoothness of such space clearing operations. Given that the dispossession of native peoples still lingers in our memory, it is amply clear that overt violence has again become a strategy of power which points to the role of the state in enabling contemporary dispossessions.

The highlighting of deeply sedimented connections to place becomes an important strategy of defense against these dispossessions, and this ‘sense of place’ has been rallied by social movements to juxtapose their own close and long-standing relationships to place with that of outsiders who seek to destroy such relationships. Thus, Oslender’s (2004) discussion of black communities in coastal Colombia focuses on the ways in which an ‘acquatic’ sense of place is used to build collective identities and institutions. Another set of studies has begun to focus on discourses of place as a key part of the ‘framing’ of collective action by social movements (e.g. Kurtz 2003), and Larsen’s (2008) discussion of a rural protest movement in British Columbia, Canada, exemplifies this by analyzing how dissimilarities within the community were bridged by emphasizing common experiences of remoteness and sharing of the nearby forest. While such uses of place can be considered either naive since they ignore inequalities within place, or xenophobic since they encourage the construction of insiders and outsiders, such senses and framings of place are also significant tools in the dissemination of social movement ideals.

Through connections across a variety of scales and constructions of place-based identities, social movements emerge as replete with geographic connotations, and the unresolved issue remains whether such multiplicity is to be understood as an openness which promotes the possibility of progressive change or as a range of choices which social movements have to narrow down in the interests of strategic coherence. In either case, it can be argued that the present form of a social movement is a strategy of representation that may change in the future and that therefore does not shut off other possibilities for resistance.

Rural social movements become important given that the current privatization of resources is mainly targeted towards rural places so that the ability to form broader national and international coalitions becomes imperative here (Borras 2008; Moore 2008). The extent to which India is an important node in international rural struggles is apparent both in the fact that the majority of its population continues to depend on agriculture, being 72% rural according to the 2001 Census, and faces increasing pressures from liberalized markets and new

biotechnologies (Basu 2009; Vyas 2007). The strategic use of scale and place by the Andolan provides an especially illuminating instance of how such pressures are being negotiated by rural social movements in order to oppose the power of capital and the state (Whitehead 2003).

This paper is partly based on direct experience of the Narmada Bachao Andolan, mainly between 1999 and 2001 and through shorter visits thereafter extending into the present. The major part of my time has been spent with the Maheshwar struggle, with relatively shorter durations devoted to visiting other dam struggles along the Narmada. The ideas contained in this paper have not been shared with the Andolan (at the time of writing), so they are open to being reworked based on discussions with activists and scholars. I am hopeful that in the future I will have the opportunity to directly incorporate the voices of Andolan activists and build a more complex representation of the movement. At the present moment, here are some thoughts to begin a discussion on the struggle being conducted by the Andolan against a state that has maintained a stance of apathy, and often outright hostility, towards rural residents who have lost homes, identities and livelihoods to dam reservoirs.

Rethinking the Global and Local Dimensions of the Sardar Sarovar Struggle

Dam building has a long colonial and postcolonial history in India and three specific moments can be distinguished within this historical trajectory. First, studies on dam and canal building during British colonial rule have revealed how social inequalities were installed through such water control projects (Gilmartin 1995; Whitcombe 1972). According to Gilmartin (1995), the ability to control nature on a large-scale both served as justification for colonial rule and functioned as a mode of control over Indian society. In fact, Gilmartin links current regional tensions along the Indus river to the new collective identities that were formed in order to gain access to irrigation water during colonial rule. Worster's (1985) analysis of water control in the U.S. West also links control over nature to control over society. Worster argues that British dam building was the model followed by American engineers who conveniently failed to imbibe the fact that such large-scale water control was first established by the British under conditions of colonialism. Models of dam building were thus originated in colonial contexts and travelled globally as part of a wider desire to exert power through control over nature.

Postcolonial India continued and expanded the damming of rivers as part of a national policy of industrialization (Rangachari 2006; Dharmadhikary 2005), and this is the second important moment in the history of dams and development. The colonial origins of such postcolonial practices is clear from the fact that the Land Acquisition Act under which people are being displaced was promulgated in 1894. Interestingly, arguments for dams did not just point to the agricultural and industrial development made possible by irrigation and hydroelectricity, but also borrowed a moral flavor from the connection made between dam building and opportunities for public employment during the 1930s depression in the U.S. (Brooks 2006). The Tennessee Valley Authority (TVA) has thus been mentioned as a model for contemporary dam building in India, so that the imitative impulses of dam building have come full circle from British India's colonial models being borrowed by the U.S. to U.S. models being invoked by India.

The third key moment in the history of dams is the more recent fact that opposition to dams has been a central plank of the U.S. environmental movement since its origins in the 1970s which has meant that anti-dam movements also garner strength from the experiences of the U.S. (Worster 1985). The World Commission on Dams (WCD 2000; Dubash et al. 2001) reflects the extent to which anti-dam struggles are now sought to be mainstreamed within international development agencies. The movement against the Narmada dams can be situated within all three of these historical moments since the project continues colonialist visions of

social control, public ideas of welfare and national interest, and has become a visible symbol of an international anti-dam movement.

The Narmada Valley Development Project envisages the construction of 30 large, 135 medium, and 3000 small dams along the Narmada river and its tributaries (Figure 1). The largest of these dams is the Sardar Sarovar which is itself located in the state of Gujarat while most of the submergence connected with its reservoir will occur in the state of Madhya Pradesh. Plans to build a dam on the current site of the Sardar Sarovar began to be formulated in the colonial period, but actual construction of the dam first commenced with the laying of its foundation in 1961. This 1961 dam was envisaged to be about 50 m in height and was mainly focused on downstream flood control. In a famous quote from Nehru, independent India's first Prime Minister, dams would be the 'temples of modern India' (Roy 1999). The Narmada dams thus began in a period of unbridled national support for quasi-socialist policies favoring large-scale industrial development. It was soon decided that a larger dam could be built at the site of the Sardar Sarovar and conflicts over sharing of the waters of this dam held up further construction for the next few decades. Currently, the proposed maximum dam height is about 138 m and it promises to carry water from southern Gujarat, where the dam is located, to the arid regions of northern Gujarat and Rajasthan. The 'greening of the desert' is thus a discourse that remains strongly connected with dam construction (Fiege 1999; Worster 1985).

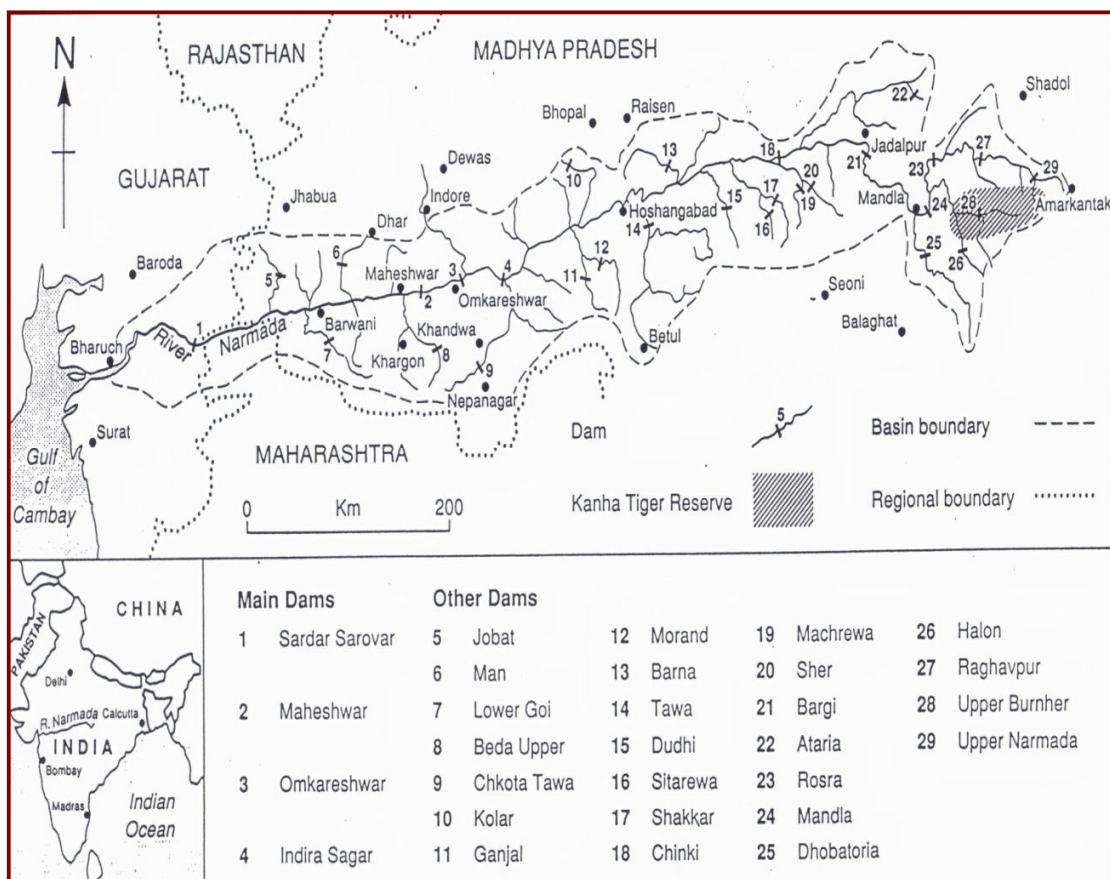


Figure 1 - Proposed dams on the Narmada river and its tributaries

Source: Petts 1990: 191

The Sardar Sarovar dam gained international prominence in 1985 when the World Bank sanctioned a loan to finance the dam. Given this, social activists, among them Medha Patkar

who would subsequently become a leading figure in the Andolan, began to visit villages slated to be submerged. Appalled by the lack of information about the dam among the populations to be displaced, especially tribal populations (MARG 1991), social organizations which sought to inform the displaced of their rights to resettlement began to be formed. Patkar herself began working with the mostly tribal communities that were to be displaced in the state of Maharashtra and organized them to press for their rights to compensation. In 1989, a number of organizations working within villages facing displacement in the states of Gujarat, Madhya Pradesh, and Maharashtra decided to come together to form the Narmada Bachao Andolan. The Andolan was thus a coalition of various social activist groups right from the outset. By taking the position that their struggle was not just about better resettlement but was a more radical opposition to large-scale dams as a strategy of development, the Andolan came closer to the international anti-dam movement. But those NGOs in India which were focused on obtaining better resettlement and rehabilitation facilities for the displaced could not go along with the Andolan's decision to completely oppose the very construction of the Sardar Sarovar dam, arguing that such opposition could become the ground for further neglect by the state (Dreze et al. 1997; Fisher 1995).

International activist groups, mostly environmental organizations that were concerned about the impacts of World Bank projects, were active in their support for the struggle against the Sardar Sarovar (McCully 1996; Fisher 1985). As part of this international campaign, in 1989, Medha Patkar, and other anti-dam activists, presented their criticisms of the dam and argued against continued funding from the World Bank at a U.S. Congressional hearing. Responding to this, the World Bank sent an independent review team to the Narmada Valley in 1992. The team, led by Bradford Morse, put together a highly critical report on the progress and possibility of resettlement of displaced people (Cullet 2007). The Bank was not very welcoming of the Morse report, but felt sufficiently compelled to ask the Indian government to produce concrete evidence of the implementation of resettlement policies or face possible withdrawal by the World Bank. Ultimately, the Indian government decided to refuse World Bank funding, narrowly preempting the World Bank's formal announcement of its disassociation from the project in 1993. While the efficacy of connections between local struggles on the ground and international environmental groups which could provide local communities access to hitherto inaccessible centers of power was emphatically underlined by the World Bank's withdrawal, an equally significant aspect was that the Andolan had countered the state through exposing and attacking the mutual dependence between state-led projects and international development funding agencies.

After this, the Andolan moved to legal channels to continue its opposition to the dam, lodging a case against the construction of the Sardar Sarovar dam in the Indian Supreme Court in 1994. This led to a stay order on construction. However, in 2000, the Supreme Court ruled in favor of removing this stay, despite clear evidence that resettlement had not been completed, and was likely to be unsatisfactorily pursued in the long run (Black 2001). This verdict did not emerge from any failure on the part of the Andolan to demonstrate the grim reality of displacement, but seemed to center on the impossibility of proving that the state itself could be guilty of falsehood with regard to its future promises. More significantly, what the verdict demonstrated is that the state does not merely draw strength from capital, but that in fact the relationship is mutual, so that a state with certain kinds of legitimacies attached to it lends those legitimacies to capital in the guise of international development in order to strengthen the latter's position vis-à-vis the people. The national scale has thus turned out to be more intractable than the transnational. It can be argued that the Andolan should have focused on public protest strategies rather than pursuing formal legal options, but this recourse to courts also demonstrated the Andolan's willingness to pursue all available routes of resistance.

Criticisms of the Andolan however have so far not considered the ramifications of incorporating courts as sites of struggle. Instead, the Andolan has been questioned in terms of

its community-level strategies, more specifically in terms of its ability to represent tribal communities (Whitehead 2007; Baviskar 1997). Tribal groups in India are designated as *adivasi* which has the same meaning as indigenous and are distinguished by dependence on both agricultural land and forests. For the most part, tribal groups which cultivate what are designated as forest lands do not have title to these lands (Whitehead 2002). This becomes a problem when legal evidence of land ownership has to be provided in order to gain access to compensation. Since tribal groups are marginalized within the national context of India, the internationalization of the struggle has been key to overcoming their marginal status given that indigenous identity resonates more strongly in the global realm.

Baviskar (1997, 1995) has argued that the foregrounding of tribal identity obscures the more heterogeneous membership of the Andolan, eliding the significant role played by land-owning farmers in the movement, many of these farmers often being the principal exploiters of tribal labor. Further, the Andolan's anti-development stance is at variance with the desires of its tribal members, who seek not to repudiate development but obtain a greater share in it. More problematically, the farmers of the Narmada Valley are already participants in Green Revolution agriculture, which has been crucially dependent on dam-based irrigation, so their struggle against dams is often viewed as contradictory. Omvedt (1999), whose research focuses on new social movements in India, thus critiques the Andolan for disregarding the need for irrigation water among agricultural and tribal communities. Given that middle-class urban activists are the most prominent leaders of the Andolan, their prominence partly arising from their ability to serve as interlocutors for a Western audience, the issue of authentically voicing the desires of tribal and rural communities becomes that much more fraught with anxiety (Bose 2004; Baviskar 1997).

Routledge (2003) however gives a different meaning to the Andolan's lack of address towards its internal heterogeneity, arguing that the 'unambiguous public image' of the Andolan is a strategy of discursive resistance against the erasure of dam-related displacements by the state. Baviskar (1995) herself also acknowledges the ways in which tribal communities are willing to utilize stereotypical images of themselves for political ends. Yet, to emphasize the role of strategy is not the only way to deal with criticisms of persistent class and cultural divisions within the Andolan. Another way would be to follow the implications of such criticisms, and to seek a different, more heterogeneous meaning for the Andolan. Thus the need is to focus on the presence of farmers within the Andolan, and the Maheshwar dam becomes a crucial site for understanding the Andolan's contributions to agrarian politics.

Building Rural Identities Around a Common River in the Maheshwar Struggle

While the struggle against the Sardar Sarovar has principally opposed large-scale development projects, in the case of the privatized Maheshwar dam, the Andolan has also engaged more directly with the consequences of economic liberalization. The Maheshwar dam has been under construction on the Narmada river, at a little distance upstream from the small towns of Maheshwar and Mandleshwar in the state of Madhya Pradesh (Figure 2), since 1978. It is one of the 30 large dams that will be constructed as part of the Narmada Valley Project, and is dedicated solely to producing hydroelectric energy. Initially, the project was being undertaken by agencies of the Madhya Pradesh state government. In 1993, the Maheshwar dam was privatized, and entrusted to S. Kumars, a textile company based in the city of Indore, which is the financial center of the state of Madhya Pradesh.

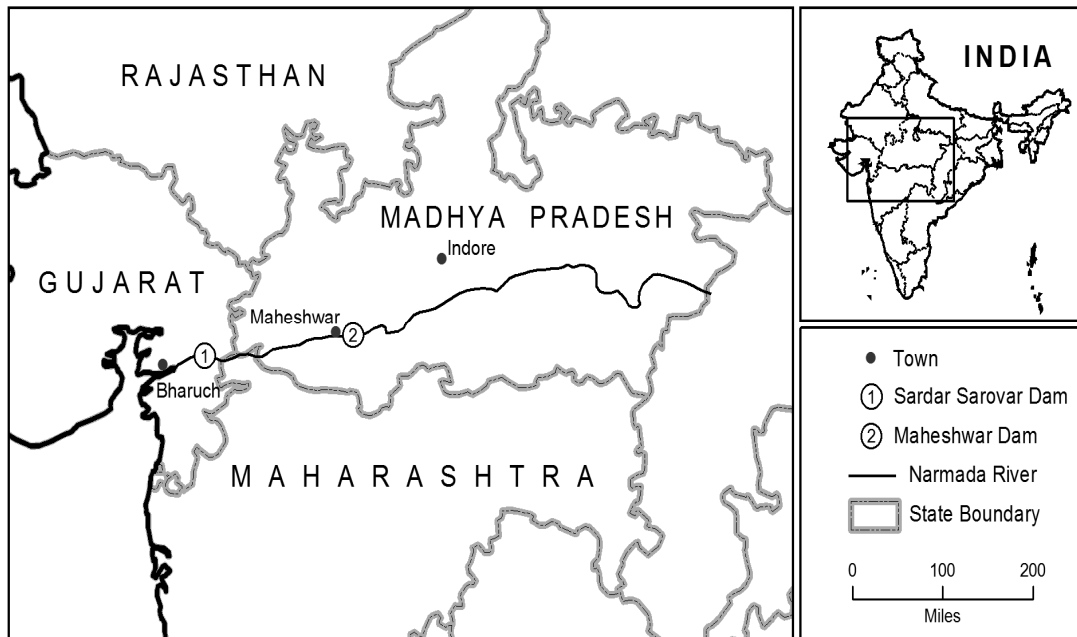


Figure 2 - Sardar Sarovar and Maheshwar dams on Narmada River

The privatization of the Maheshwar dam is one of the striking ways in which the push towards neo-liberalization in India has manifested itself (Roy 2001). The cost of electricity generated by the Maheshwar project has become a point of contention since payment for electric supply is a key plank of the wider reforms sought to be imposed on the power sector in India. The Andolan began spearheading the movement against the Maheshwar dam in 1997, and successfully countered the ability of S. Kumars to obtain finance for the dam (Palit 2003). The list of multinationals that have withdrawn from or been unable to pursue their interests in the dam include Bayernwerk, VEW, Ogden, Siemens, and ABB. The inability of S. Kumars to rapidly undertake the construction of the dam provided an opening for the Andolan to shift from direct action focused on the dam to the launching of wider agrarian and anti-liberalization struggles.

Central to opposing the Maheshwar dam is the formation of a collective social identity centered on the river. In fact, the physical connectivity provided by the Narmada river has been at the center of the ability of the Andolan to build a wider movement across the river valley. Within the agricultural communities in the Maheshwar area, all segments of society, irrespective of land ownership, are connected to the river. The Andolan has thus drawn attention to the Kahar and Kevat castes. The Kahars are dependent on fishing, which is the central aspect of their traditional livelihoods. The Kevats ply boats, transporting people across the river, and thus playing an important role in bridging the river. Kahars and Kevats are usually landless, and the river becomes an important means for them to gain access to cultivable land. Thus, the land exposed when the river seasonally recedes from its banks is distributed exclusively among the Kahar and Kevat community. Drawdown agriculture enables access to extremely fertile land, and to supplementing diets with rice, and various kinds of fruits and vegetables, including cucumbers and watermelons. For Kahars and Kevats, therefore, the river can be said to function as land, enabling them in some ways to match the ability of farmers to feed themselves without depending on the market. Thus, whereas the landless Kahars and Kevats are in a subordinate relationship to the farmer due to their position as agricultural labor, in terms of the river they can more clearly assert a right to ownership. The river bed is also seasonally quarried for sand that

is transported to nearby cities for use in construction. Kahars and Kevats constitute the main labor for this and earn daily wages that are almost double what is available for agricultural work.

In contrast, a focus on loss of agricultural land due to submergence may not incorporate landless groups to the same extent, and could raise a host of contentious issues. For instance, it could create opportunities for raising the issue of the minimum wage paid to laborers, especially to women who are usually paid lower than minimum wage for their tasks. It would also bring up the matter of the investment of land title in men. Such conflicts are elided when the river is foregrounded as the basis for a common identity. Similarly, a focus on loss of forests due to submergence would resonate with tribal communities but not with farmers across the Narmada. A focus on the river as opposed to a focus on land or forests thus carries very different connotations, so that by emphasizing a community-owned resource, a movement constructed around the river can serve to unify a rural landscape otherwise fractured by class and caste inequalities.

The movement has also very successfully connected caste groups located on the opposite banks of the river. Since social relationships and gatherings are structured around caste, the presence of different castes on the two banks of the Narmada river means that a reason to cross the river does not exist. The river also marks an administrative boundary, dividing villages on either side into different tehsils (sub-districts) with different political representatives at the level of the state government. By way of the Andolan, communities have come together across the two sides of the river. Moreover, the ability to reach more than one political leader also emerges through the formation of a wider movement across the river.

The Andolan's foregrounding of the river however cannot escape the religious meanings connected with water, and to the extent that the Andolan draws on the holiness of the river in order to demonstrate the cultural losses embedded in damming the river, its strategies are consistent with Hindu beliefs (Basu and Silliman 2000). According to Baviskar (1995), tribal communities may not imbue the Narmada with the same religious connotations, so that the sacredness of the river is being imposed onto tribal beliefs. In the Maheshwar region, Hindu beliefs also associate purity with vegetarianism, so that the fish-eating Kahar and Kevat communities follow practices overtly abhorred by the farmers of the region. Despite such differences, all members of the Andolan seem to accept that it is in their collective interests to protect the river.

The ways in which collective identities built around the river have also enabled the formation of new agrarian identities is demonstrated by the Maheshwar struggle's desire to forge an alternative to existing options for agrarian politics. The two main parties in Madhya Pradesh are the Congress and the Bharatiya Janata Party (BJP). While the BJP is connected to the implementation of a Hindu supremacist agenda, the Congress can be viewed as relatively secular. However, both parties, at least currently, are committed to a program of economic neo-liberalization. The rise of the BJP in Madhya Pradesh is explained in Maheshwar not as the rise of Hindu fundamentalism but as the need for an alternative to the Congress. Within the Andolan, both Hindu fundamentalism and the religious and caste discriminations that are part of it are not supported. Yet, rural members of the Andolan have traditional allegiances to political parties, and to the extent that some of them were able to gain a foothold in the political sphere by virtue of membership in the BJP, their opposition to a religious agenda is not unequivocal. The unities fostered by the river thus face some threat from the religiously charged political atmosphere constructed by the BJP, even as collective identity formation around the Andolan has the potential to counter such communal tendencies.

Within the struggle against the Sardar Sarovar, the duplicity of existing political parties has been an important reason for people's shift towards the Andolan. Thus, in 1985, the farmers facing submergence due to the Sardar Sarovar had organized the Nimad Bachao Andolan (Save Nimad region Movement) which was led in part by leaders of the Congress party. This fizzled out when the Congress came to power in Madhya Pradesh and promptly reversed its

opposition to the dam. Nimadi members of the Andolan argue that it is this disillusionment with formal political channels that partly made them more receptive to joining the Andolan. Given that the population of Nimad consists of a number of relatively prosperous land-owning farmers, support from this region has strengthened the Andolan.

The Andolan, for its part, has not taken sides in the political struggle between the Congress and the BJP and has deliberately kept away from formal electoral politics. Support for the Andolan within displaced communities in Maheshwar cuts across political allegiances and that could be one reason for it not engaging with political affiliations more openly. Yet another reason is that political affiliations have been constructed through enormous amounts of hard work by village leaders, and they are reluctant to give up on their access to political patronage, especially since it has served to infuse development funds into the village. A third reason is that villagers view their relationship with political parties as a pragmatic one, pursued only to the extent that it benefits the village. In villages across Maheshwar, the allegiance of different segments within the village to different political parties is viewed as a strategy to retain access to both the major political parties and thus to benefit from whichever of the two comes to power. The ascribing of too much meaning to links with the BJP is thus viewed as missing the true impetus behind belonging to the party.

Meanwhile, the Andolan has made a beginning towards inserting itself more openly in the agrarian politics of Maheshwar. This was displayed in the formation of the Nimad-Malwa Kisan-Mazdoor Sangathan (Union of Farmers and Laborers of Nimad and Malwa Regions) in 2002. Farmers in Maheshwar, both men and women, have constantly expressed an interest in organizing a *kisan andolan* (farmers' movement) once the threat of the dam has been countered. The formal establishment of the Sangathan is a step in that direction. The immediate issue which confronts the region is the issue of power sector reforms. The privatization of electricity, which is both a feature of the Maheshwar dam and a central desire of neo-liberal designs, will impact farmers, already reeling under rising expenditures on agricultural inputs. Alongside, lower-income households are not in a position to pay for residential electricity, so that even landless sections are invested in fighting the marketization of electric supply.

It is at this point that the value of constructing a common struggle around the river becomes apparent. Even as the farmers' movement is more likely to be turned towards the interests of land-owning farmers, the fact that it emerged from the Andolan means that landless sections and women cannot be completely marginalized. Thus, the identity of 'farmer' in the Sangathan has had to be extended to women, while agricultural laborers are included under the kisan-mazdoor conjuncture. Agrarian political groups in India have been criticized for focusing on the issue of market prices for crops, even as the principal concern of laborers is the unwillingness of farmers to pay the minimum wage (Patnaik U. 1999; Banaji 1994). In similar fashion, the Sangathan would probably have more smoothly incorporated the interests of land-owning farmers but for the presence of the Andolan. While opposition to electricity reforms is acceptable across classes, it remains to be seen if the Andolan provides a forum for the raising of more contentious issues in the context of local relations of exploitation.

As Tovey's (2002: 3) study on organic agricultural movements in Ireland points out, social movements can act as 'ongoing 'cultural laboratories' in which new lifestyles and forms of social relations can be developed.' In the case of the Andolan, the focus on the river enables inter-class and inter-caste alliances at variance with the divisions that exist around land. Thus, the construction of a common identity around the river enables an appeal to the local that cannot be made with the same fervor around loss of agricultural land. While the continuing construction of the Maheshwar dam has currently made the Andolan shift from opposing the dam to seeking better resettlement options, the openings provided for an agrarian politics that is more attentive to class divisions might persist as a foundation for rural struggles in the future.

Connecting Anti-Displacement Struggles: An Expanded Role for the Andolan

The key contribution of the Andolan is related not just to the specific issue of dams but also to its larger opposition to the widespread displacements that comprise the first step in the construction of development projects. While displacement was previously shrugged away as a necessary cost of development, the Andolan has drawn attention to how the consequences of displacement negatively affect and might even nullify any gains from development. The Andolan is thus at the forefront of social movements that are questioning policies of accumulation by dispossession in India .

In fact, by turning people into active controllers of land rather than passive victims of displacement, the Andolan has shown how the grassroots can become a space of strength. The Andolan's slogan makes this abundantly clear: '*koi nahin hatega, bandh nahin banega*' (no one will move, the dam will not be built). The Andolan has thus skillfully revealed that the global pretensions of capital do not enable it to float, but actually make it even more vulnerable to place-based opposition. As Smith (1997: 189) has pointed out,

The difference between Satan and capital ... is that however liquid the empire of global capital may be, accumulation cannot proceed without capital dropping from the sky, alighting on the land, and taking at least for a time some fixed form, a space to rest the sole of its foot upon.

The Andolan has been willing and able to take its struggles to the overseas headquarters of the multinationals that are investing in the Narmada dams, seeking support from activists in the U.S., Germany and Japan. The roots and routes of global capital have been exposed through such struggles.

The Andolan has also become involved in regional and national struggles against displacement. Thus activist organizations in the state of Madhya Pradesh and Chattisgarh have come together under the banner of the Jan Sangharsh Morcha (Joint Front for People's Struggles) which provides a framework for progressive social movements to draw strength from one another. In the city of Indore, the closing down of textile mills has led to mass unemployment. Given that S. Kumars is a textile company, linkages formed between the displacement of rural people due to dam construction and displacement of urban people due to restructurings of the textile economy hold the potential for the construction of a combined rural-urban front against displacement.

The Andolan is also a founding member of the National Alliance of People's Movements (NAPM), which also seeks to knit together local struggles against dispossession. Prominent anti-displacement struggles in which the Andolan has participated include the struggle against the eviction of slum dwellers in Mumbai (Weinstein and Ren 2009) and the opposition to agricultural land acquisition for industrial development in the state of West Bengal (Da Costa 2007; Patnaik P. 2007). A larger understanding of the role played by forcible displacements in the destruction of rural subsistence and the intensification of rural-urban migration can be constructed through such national struggles.

A matter of much critical debate has been the extent to which the Andolan's international prominence actually spares it from facing the unmitigated wrath of state power. Thus, Baviskar (2001) compares the Maheshwar struggle with tribal movements in Madhya Pradesh arguing that the former has not faced the kind of violence that has been unleashed on tribal movements. According to her, since the Maheshwar struggle targets mobile capital, such interests can simply move elsewhere. Tribal groups however are struggling for access to fixed land and water resources and hence cannot be accommodated. However, given that the Maheshwar dam is currently well on its ways to construction, it is worth noting that the ability of capital to lay in wait has been utilized to dampen the people's struggle. Nilsen (2007) makes a different argument in

the context of the Sardar Sarovar struggle. According to him, the Andolan has mounted a more radical challenge to the state through its filing of a case in the Supreme Court and has thus been quashed in the legal forum. In contrast, he mentions the Khedut Mazdoor Chetna Sangath (Agricultural Laborers Union for Consciousness Raising), which has organized tribal communities in Madhya Pradesh, and has made some gains in its struggles against the injustices of existing government practices. Nilsen's argument is that since the KMCS seeks reform or better implementation of existing policies, it has experienced some success in its struggle. These studies again highlight the ways in which the Andolan's experiences have not been homogenous across space and time, and underline the value of launching a struggle with many fronts.

Conclusion

This paper has shown that the Andolan is a complex social movement which has reworked both place-based identities and relationships between the scales of power and resistance. Even as existing connections made by the Andolan between local communities and transnational activist organizations have the capacity to challenge the power of the state, the Andolan has also skillfully utilized national sites of resistance through taking its struggle to courts and building networks of social movements. By focusing a large part of its struggle at the national level, the Andolan continues to engage with the state, building a space for an alternative politics that is not bogged down in electoral battles.

The heterogeneity of the Andolan's strategies are revealed in the comparison between the Sardar Sarovar and Maheshwar struggles. Thus whereas the Sardar Sarovar has built alliances with environmental movements, the Maheshwar struggle is playing a part in agrarian politics in the region. The river emerges as an important element since, being commonly owned, it enables the identification of joint interests which partly circumvent inequalities in land ownership. A common movement based on the river has thus become the basis for collective rural struggle, one which recognizes class differences and hence can lead to more radical challenges to social inequalities. The extent to which the Andolan will be able to combine environmental and agricultural struggles and build a wider rural-urban movement remains to be seen. This analysis however shows that there is much potential for this social movement to bring visibility to the rural as a category of resistance against displacements that perpetuate economic and social injustices.

Acknowledgements: Initial versions of this paper were presented at the Studies in Political Economy Conference in February 2005 and at the Annual Meeting of the Association of American Geographers in March 2006.

References

- Banaji, J. 1994. The Farmers' Movements: A Critique of Conservative Rural Coalitions. *Journal of Peasant Studies*, 21(3-4): 228-245.
- Basu, P. 2009. Viewing Global Futures through Rural Transformations: Lessons from India. *Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations*, 10(2): 83-97.
- Basu, P. and J. Silliman. 2000. Green and Red, Not Saffron: Gender and the Politics of Resistance in the Narmada Valley. In *Hinduism and Ecology: The Intersection of Earth, Sky, and*

- Water, C. K. Chapple and M. E. Tucker (eds.), 423-450. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Baviskar, A. 1995. *In the Belly of the River: Tribal Conflicts over Development in the Narmada Valley*. Delhi: Oxford University Press.
- Baviskar, A. 1997. Tribal Politics and Discourses of Environmentalism. *Contributions to Indian Sociology*, 31(2): 195-223.
- Baviskar, A. 2001. Written on the Body, Written on the Land: Violence and Environmental Struggles in Central India. In *Violent Environments*, N. Peluso and M. Watts (eds.), 354-379. Ithaca: Cornell University Press.
- Black, M. 2001. The Day of Judgement. *New Internationalist*, 336. Available at: <http://www.newint.org/features/2001/07/01/keynote/> (last accessed Mar 19 2010).
- Borras, S., M. Edelman and C. Kay. 2008. Transnational Agrarian Movements: Origins and Politics, Campaigns and Impact. *Journal of Agrarian Change*, 8(2-3): 169-204.
- Bose, P. 2004. Critics and Experts, Activists and Academics: Intellectuals in the Fight for Social and Ecological Justice in the Narmada Valley. *International Review of Social History*, 49(11): 133–157.
- Brenner, N. 2001. The Limits to Scale? Methodological Reflections on Scalar Structuration. *Progress in Human Geography*, 25(4): 591–614.
- Brooks, K. 2006. *Public Power, Private Dams: The Hells Canyon High Dam Controversy*. Seattle: University of Washington Press.
- Cullet, P. 2007. *The Sardar Sarovar Dam Project: Selected Documents*. Aldershot, Hampshire; Burlington, VT: Ashgate.
- D'Souza, R. 2006. *Drowned and Dammed: Colonial Capitalism and Flood Control in Eastern India*. Oxford: Oxford University Press.
- Da Costa, D. 2007. Tensions of Neo-Liberal Development: State Discourse and Dramatic Oppositions in West Bengal. *Contributions to Indian Sociology*, 41(3): 287-320.
- Dharmadhikary, S. 2005. *Unraveling Bhakra: Assessing the Temple of Resurgent India* Available at: <http://www.manthan-india.org/article1.html> (last accessed Mar 19 2010).
- Dreze, J., M. Samson and S. Singh. eds. 1997. *The Dam and the Nation: Displacement and Resettlement in the Narmada Valley*. Delhi: Oxford University Press.
- Dubash, H., M. Dupar, S. Kothari, and T. Lissu. 2001. *A Watershed in Global Governance? an Independent Assessment of the World Commission on Dams*. Washington, D.C.: World Resources Institute.
- Dwivedi, R. 1999. Displacement, Risks and Resistance: Local Perceptions and Actions in the Sardar Sarovar. *Development and Change*, 30(1): 43-78.
- Fernandes, B. 2001. *The Occupation as a Form of Access to Land*. Available at: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/FernandesBernardo.pdf> (last accessed Mar 19 2010).

- Fiege, M. 1999. *Irrigated Eden: The Making of an Agricultural Landscape in the American West*. Seattle: University of Washington Press.
- Fisher, W. 1995. *Toward Sustainable Development? Struggling over India's Narmada River*. Armonk, NY: M. E. Sharpe.
- Gandhi, A. 2003. Developing Compliance and Resistance: The State, Transnational Social Movements and Tribal Peoples Contesting India's Narmada Project. *Global Networks*, 3(4): 481-495.
- Gilmartin, D. 1995. Models of the Hydraulic Environment: Colonial Irrigation, State Power and Community in the Indus Basin. In *Nature, Culture, Imperialism: Essays on the Environmental History of South Asia*, D. Arnold and R. Guha (eds.), 210-232. Delhi: Oxford University Press.
- Glassman, J. 2006. Primitive Accumulation, Accumulation by Dispossession, Accumulation by Extra-Economic Means. *Progress in Human Geography*, 30(5): 608-625.
- Guha, R. 1997. Radical American Environmentalism and Wilderness Preservation: A Third World Critique. In *Varieties of Environmentalism: Essays North and South*, R. Guha and J. Martinez-Alier (eds.), 92-108. London: Earthscan.
- Harvey, D. 2003. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Kurtz, H. 2003. Scale Frames and Counter-scale Frames: Constructing the Problem of Environmental Injustice. *Political Geography*, 22(8): pp.887-916.
- Larsen, S. 2008. Place making, Grassroots Organizing, and Rural Protest: A Case Study of Anahim Lake, British Columbia. *Journal of Rural Studies*, 24(2): 129-218.
- MARG (Multiple Action Research Group). 1991. *Sardar Sarovar Oustees in Madhya Pradesh: What Do They Know? Vols. I-IV*. Delhi: MARG.
- Marston, S. 2000. The Social Construction of Scale. *Progress in Human Geography*, 24(2): 219-242.
- Marston, S. and N. Smith. 2001. States, Scales, and Households: Limits to Scale Thinking? A Response to Brenner. *Progress in Human Geography*, 25(4): 615-619.
- Marston, S., J. P. Jones III and K. Woodward. 2005. Human Geography Without Scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30(4): 416-432.
- McCully, P. 1996. *Silenced Rivers: The Ecology and Politics of Large Dams*. Atlantic Highlands, NJ: Zed Books.
- Moore, J. 2008. Ecological Crises and the Agrarian Question in World-Historical Perspective. *Monthly Review*, 60(6): 54-62.
- Nicholls, W. 2009. Place, Networks, Space: Theorising the Geographies of Social Movements. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 34(1): 78-93.
- Nilsen, A. 2007. On New Social Movements and 'The Reinvention of India.' *Forum for Development Studies*, 2: 271-293.

- Nilsen, A. 2008. Political Economy, Social Movements and State Power: A Marxian Perspective on Two Decades of Resistance to the Narmada Dam Projects. *Journal of Historical Sociology*, 21(2/3): 303-330.
- Omvedt, G. 1999. *An Open Letter to Arundhati Roy*. Available at: <http://www.narmada.org/debates/gail/gail.open.letter.html> (last accessed Mar 19 2010).
- Oslender, U. 2004. Fleshing out the Geographies of Social Movements: Colombia's Pacific Coast Black Communities and the Aquatic Space. *Political Geography*, 23(8): 957–985.
- Palit, C. 2003. Monsoon Risings: Mega-Dam Resistance in the Narmada Valley. *New Left Review*, 21. Available at: <http://www.newleftreview.net/NLR25504.shtml> (last accessed Mar 19 2010).
- Patnaik, P. 2007. In the Aftermath of Nandigram. *Economic and Political Weekly*, 42(21): 1893-1895.
- Patnaik, U. 1999. Export-Oriented Agriculture and Food Security. In *The Long Transition: Essays on Political Economy*, 351-416. Delhi: Tulika.
- Petts, G. 1990. Water, Engineering and Landscape: Development, Protection and Restoration. In *Water, Engineering and Landscape: Water Control and Landscape Transformation in the Modern Period*, D. Cosgrove and G. Petts (eds.), 188-208. London; New York: Belhaven Press.
- Purcell, M. 2003. Islands of Practice and the Marston/Brenner Debate: Toward a More Synthetic Critical Human Geography. *Progress in Human Geography*, 27(3): 317-332.
- Rangachari, R. 2006. *The Bhakra-Nangal Project: Socio-Economic and Environmental Impacts*. New York: Oxford University Press.
- Routledge, P. 2003. Voices of the Dammed: Discursive Resistance Amidst Erasure in the Narmada Valley, India. *Political Geography*, 22(3): 243–270.
- Roy, A. 1999. *The Greater Common Good*. Mumbai, India: India Book Distributor.
- Roy, A. 2001. Power Politics: The Reincarnation of Rumpelstiltskin. In *Power Politics*, 35-86. Cambridge, MA: South End Press.
- Sangvai, S. 2000. *The River and Life: People's Struggle in the Narmada Valley*. Mumbai, Kolkata: Earthcare Books.
- Shiva, V. 2007. *India Needs her Small Farmers*. Available at: <http://www.countercurrents.org/shiva300407.htm> (last accessed Mar 19 2010).
- Smith, N. 1997. The Satanic Geographies of Globalization: Uneven Development in the 1990s. *Public Culture*, 10(1): 169-189.
- Tovey, H. 2002. Alternative Agriculture Movements and Rural Development Cosmologies. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 10(1): 1-11.
- Vyas, V. 2007. Changing Contours of Indian Agriculture. In *Facets of the Indian Economy*, R. Mohan (ed.), 185-214. Delhi: Oxford University Press.

Weinstein, L. and X. Ren. 2009. The Changing Right to the City: Urban Renewal and Housing Rights in Globalizing Shanghai and Mumbai. *City and Community*, 8(4): 407-432.

Whitcombe, E. 1972. *Agrarian Conditions in Northern India: The United Provinces under British Rule*. Berkeley: University of California Press.

Whitehead, J. 2002. Repopulating the Landscape: Space against Place in Narmada Valley. *Economic and Political Weekly*, 37(14): 1363-1369.

Whitehead, J. 2003. Space, Place and Primitive Accumulation in the Narmada Valley and Beyond. *Economic and Political Weekly*, 38(40): 35513570.

Whitehead, J. 2007. Submerged and Submerging Voices: Hegemony and the Decline of the Narmada Bachao Andolan in Gujarat, 1998-2001. *Critical Asian Studies*, 39(3): 339-421.

WCD (World Commission on Dams). 2000. *Dams and Development: A New Framework for Decision-Making*. London: Earthscan.

Worster, D. 1985. *Rivers of Empire: Water, Aridity, and the Growth of the American West*. New York: Pantheon.

A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP*

Vagner José Moreira

Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Professor do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Endereço Profissional: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Colegiado do Curso de História – Rua Pernambuco, 1777, Campus Universitário, 85.960-000 – MARECHAL CÂNDIDO RONDON, Paraná, Brasil
Telefone: (45) 3284-7878
E-mail: vagnerjmoreira@terra.com.br

Resumo

Ao perscrutar o movimento social de trabalhadores de junho de 1949, ocorrido em Fernandópolis-SP, problematizo o processo histórico de criminalização desse movimento e de outros movimentos sociais no Brasil, assim como as disputas em torno dos processos sociais de construção de memórias sobre as experiências desses trabalhadores e seus movimentos sociais de luta pela terra. Esse processo histórico vivido pelos trabalhadores na região Noroeste do Estado de São Paulo estava relacionado a circunstâncias vividas, envolvendo a pressão e exploração do latifúndio, a organização de movimentos sociais diversos, a luta política partidária, a repressão política e policial do DOPS. A experiência social desses trabalhadores possibilita discutir a questão agrária no passado e na contemporaneidade, pois é significativo que diversos sujeitos atribuem relação entre o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis e as lutas dos trabalhadores sem-terra hodiernos.

Palavras-chave: Mundos dos trabalhadores; questão agrária; criminalização dos movimentos sociais; levante comunista; memórias e histórias.

Resumen

La criminalización de los movimientos sociales de lucha por la tierra: los mundos de los trabajadores, la cuestión agraria y el “levantamiento comunista” de 1949 en Fernandópolis-SP

Al examinar el movimiento social de los trabajadores en junio de 1949 que se produjo en Fernandópolis-SP problematizo el proceso histórico de criminalización de este movimiento y de otros movimientos sociales en Brasil y las disputas acerca de los procesos sociales de construcción de memorias sobre las experiencias de esos trabajadores y sus movimientos sociales de lucha por la tierra. Este proceso historico experimentado por los trabajadores en la región noroeste de São Paulo estaba relacionado con las circunstancias vividas que tienen que ver con la presión y explotación de las grandes haciendas, la organización de diversos movimientos sociales, la lucha política partidaria, la represión política y policial del DOPS. La experiencia social de esos trabajadores permite discutir la cuestión de la tierra en

* Artigo parte de considerações gerais da tese de Doutorado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, “Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964”, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

el pasado y en la actualidad, pues es significativo que varios sujetos atribuyem relación entre el “levantamiento comunista” de 1949 en Fernandópolis y las luchas de los trabajadores sin tierra de la actualidad.

Palabras clave: Mundos de los trabajadores; cuestión agraria; criminalización de los movimientos sociales; levantamiento comunista; memorias e historias.

Abstract

The criminalization of social movements of land struggle: workers of worlds, agrarian question and the "communist uprising" of 1949 in Fernandópolis-SP

By scrutinizing the social movement of workers held in Fernandópolis-SP in June 1949, we explore the historical process of criminalization of the movement and other social movements in Brazil, as well as disputes on the social process of building memories about the experiences of these workers and their social land struggle movements. This historical process experienced by workers in the northwestern region of São Paulo was related to experienced circumstances, involving pressure and exploitation of the plantation, the organization of various social movements, the politic struggle, political repression and police DOPS. The experience of social workers to discuss possible land question in the past and in contemporary times, it is significant that several subjects attribute relationship between the "communist uprising" of 1949 in Fernandópolis and the struggles of the landless of the present day.

Keywords: Worlds of workers; agrarian question; criminalization of social movements; communist uprising; memories and stories.

Introdução

Era a noite aprazada de 23 para 24 de junho do ano de 1949, noite de festejos de São João em Fernandópolis, região Noroeste do Estado de São Paulo, que foi escolhida para dar início à “revolução agrária” e “comunista no Brasil”. No campo e na cidade, um grupo de trabalhadores projetou o movimento que iria “tirar da miséria todos os trabalhadores”, “eliminar a injusta condição social reinante no país”, “por fim ao absolutismo dos patrões, à escravização, a ganância e a exploração dos intermediários”. Declarava-se a “inutilidade de se trabalhar para outrem e a distribuição gratuita da terra”. O movimento queria ainda encerrar de vez as ações imperialistas no país (PROCESSO CRIME, 1949, passim).

Essa narrativa é uma entre muitas versões para o movimento social dos trabalhadores ocorrido em junho de 1949 na cidade de Fernandópolis. Sendo assim, a perscrutação do processo histórico e social de construção de memórias desse movimento social constitui-se na problemática desse artigo.

A região em que está localizada a cidade de Fernandópolis já foi descrita como “sertão de São José do Rio Preto”, “Oeste Paulista” e “Alta Araraquarense”. Atualmente, é denominada “Noroeste paulista”. Fernandópolis tornou-se município em 1º de janeiro de 1945 e, anteriormente, pertencia ao extenso município de Tanabi. De 1945 a dezembro de 1948, os limites territoriais de Fernandópolis foram delimitados (aproximadamente) pelos rios Grande, Paraná e São José dos Dourados.

Tradicionalmente, a região de Fernandópolis é descrita como uma área de “expansão da fronteira” construída pela “marcha pioneira” nos “sertões” da Alta Araraquarense, por meio da ação dos “infatigáveis continuadores dos bandeirantes”, responsáveis pelo “desbravamento das terras incultas”. A narrativa histórica construída a

partir da perspectiva dos “destemidos desbravadores” privilegia e elege como sujeitos históricos os que foram identificados como “pioneiros” na “edificação” dos “alicerces da cidade” (COSTA, R. M. S.; COSTA, V. L., 1996), promovendo uma memória laudatória e hegemônica (MOREIRA, 2009).

No entanto, é certo que as diversas cidades edificadas nessa região constituíram-se a partir da especulação imobiliária da burguesia paulista e da sua política de “indústria de cidades”. Muitos trabalhadores – colonos de café, arrendatários, meeiros, parceiros – deslocaram-se para a região Noroeste, movidos por projetos diversos de acesso a terra para o trabalho (BISCARO NETO, 1993). Na região Noroeste do Estado de São Paulo “[...] a grilagem de terras, a fundação de cidades, a especulação imobiliária e os conflitos de terras foram comuns” (NARDORQUE, 2007, p. 35). Ao que parece, desde meados do século XIX, a disputa pela terra entre posseiros e grileiros marcou as relações sociais na região.

No final do século XX e início desse século, na região de Fernandópolis, os conflitos em torno da luta pela terra, com ocupações, acampamentos (Guarani D’Oeste, Ouroeste, Indiaporã e Macedônia) e, pelo menos, um assentamento (Turmalina-Populina), juntamente com a monocultura da cana, tem afirmado a questão agrária (STEDÍLE, 1994) como um dos principais problemas vividos pelos trabalhadores e os conflitos em torno de projetos para a região.

As disputas em torno dos sentidos do passado revelam dimensões das contradições vividas, das relações dominantes de poder e da luta de classes no presente (KHOURY, 2004). O processo de ocultação histórica de experiências sociais dos trabalhadores, em seus diversos movimentos de luta por transformações sociais, tem sido utilizado na composição de um saber histórico dominante – hegemônico. Nesse sentido, as versões narrativas do movimento de trabalhadores em 1949, em Fernandópolis, estão marcadas por disputas em torno dos sentidos da memória cujo processo histórico vivido é significado, por vezes, pelo esquecimento ou a recusa em lembrar desse passado, bem como pelo “medo” que o movimento provocou junto à “população da cidade”. Versões sobre a “ameaça comunista” parecem povoar as memórias de muitos.

Por outro lado, reminiscências sobre o movimento de 1949 relacionam as lutas dos trabalhadores daquele período às lutas pela terra promovidas e organizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra na contemporaneidade. Esse fato, relevante, constitui-se em indício e evidência de experiências vividas que não podem ser reduzidas a um “movimento comunista de revolução agrária” ou “levante comunista”. Os movimentos sociais dos trabalhadores que ocorreram naqueles tempos, no campo e na cidade, podem ser descritos e interpretados como levantes de trabalhadores na luta por direitos e contra as relações sociais de exploração a que estavam submetidos, em alguns momentos, como movimentos de luta pela terra.

A construção histórica e social de memórias sobre o movimento dos trabalhadores no ano de 1949 em Fernandópolis evidencia a disputa e a construção da memória em torno do termo “levante”, na descrição e interpretação dos movimentos sociais. Naquele momento histórico, a noção foi apropriada pelos agentes do DOPS¹, pelos entes da Justiça e pela imprensa, sendo disseminada no social com o adjetivo “comunista”. Esse fato foi deliberado com o objetivo de criminalizar, policial e politicamente, os movimentos sociais de trabalhadores que ocorriam desde 1946 – pelo menos – na região de Fernandópolis.

Parte significativa do debate e da formulação coevos, debate acadêmico ou elaborado no calor da prática da militância política sobre a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, limita-se a discutir a repressão política e policial dos movimentos sociais ocorridos no nesse século. A politização do debate sobre as ações da polícia militar e da Justiça é necessária e justifica-se pelo ambiente de luta de classes vivido no Brasil, tendo em vista a execução e conivência na investigação de assassinatos de trabalhadores rurais sem-terra em luta pela terra, na conivência com massacres, atentados e repressão ao

¹ No artigo utilizo a sigla DOPS para “Departamento de Ordem Política e Social”, como órgão da “Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo”, como está impresso nos diversos documentos utilizados para essa pesquisa; Cf. MOREIRA, 2009.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cujas lideranças são mantidas em suspeição pelo monitoramento policial e político com o objetivo deliberado de criminalizar as lutas dos trabalhadores nos dias de hoje, a luta pela reforma agrária.

Os projetos de sociedade em disputa nas últimas décadas firmam-se (ou não) na manutenção da concentração fundiária e na resolução da questão agrária no Brasil.

O ódio das oligarquias rurais e urbanas não perde de vista um único dia, um desses novos instrumentos de organização e luta criados pelos trabalhadores brasileiros a partir de 1984: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. E esse Movimento paga diariamente com suor e sangue – como ocorreu há pouco no Rio Grande do Sul, por sua ousadia de questionar um dos pilares da desigualdade social no Brasil: o monopólio da terra. O gesto de levantar sua bandeira numa ocupação traduz-se numa frase simples de entender e, por isso, intolerável aos ouvidos dos senhores da terra e do agronegócio. Um País, onde 1% da população tem a propriedade de 46% do território, defendida por cercas, agentes do Estado e matadores de aluguel, não podemos considerar uma República. Menos ainda, uma democracia (MANIFESTO, 2009).

Todavia, a prática de criminalizar os movimentos sociais dos trabalhadores não é efêmera, fortuita e eventual. A criminalização desses movimentos constitui-se em prática de repressão que pode ou deve ser historicizada, pelo menos, desde a invasão do continente pelos europeus e da massificação do trabalho escravo, como nos orienta a tradição marxista da História do Trabalho e dos Movimentos Sociais (LINEBAUGH; REDIKER, 2008; THOMPSON, 1987). Karl Marx discute, em “A assim chamada acumulação primitiva”, a “Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV. Leis para o rebaixamento dos salários”, em que afirma:

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os transformava como criminosos ‘voluntários’ e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam. (MARX, 1988, p. 265).

Olhar em perspectiva para o passado levou-me a identificar o processo histórico de criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores.

A noção de “levante” constitui um termo ambivalente, que não deve ser abandonado pelo historiador, pois descreve práticas de lutas e compõe a tradição de lutas dos movimentos sociais dos trabalhadores (HOBSBAWM; RUDÉ, 1982; THOMPSON, 1998). As disputas em torno da memória do movimento habilitam o uso do termo “levante” como um dos termos para a descrição das diversas lutas dos trabalhadores naquele período: alguns trabalhadores se “levantaram” – ou se deslocaram politicamente em movimento social – para lutar contra o pagamento da renda e os despejos das fazendas. Outros lutavam para minimizar a exploração do assalariamento, do armazém, do “câmbio negro” e das duras condições de vida. Outros, ainda, levantavam-se para lutar movidos pelo projeto da terra

repartida, bem como para trabalhar na própria terra. Houve também aqueles trabalhadores que lutavam, ou acreditavam lutar, por uma “revolução agrária e comunista”.

Esse processo de reflexão permitiu-me compreender o porquê de essas memórias e histórias de movimentos de trabalhadores das décadas de 1940-60, ou mesmo a “história do levante comunista” de 1949, não constituírem parte da tradição histórica de luta dos trabalhadores da cidade, assim como uma referência na luta dos trabalhadores no presente. Memórias e histórias de lutas de trabalhadores não têm lugar na “história da cidade” e esse processo denuncia a memória e história de classe publicada e ensinada na cidade.

A construção histórica e social da memória hegemônica: o “levante comunista” de Fernandópolis

A investigação parte do Processo Crime nº. 140, instaurado pela Justiça Pública, de 23 de agosto de 1949, na Comarca de Votuporanga, Estado de São Paulo. Esse processo criminal originou-se do indiciamento policial de diversos trabalhadores em razão do movimento de 23 para 24 de junho de 1949 na cidade de Fernandópolis. O inquérito policial foi dirigido pelo Delegado Adjunto do DOPS, Arnaldo de Camargo Pires, em diligência a Fernandópolis, e nomeado pelo Delegado Especializado do DOPS, Eduardo Louzada Rocha, em 25 de junho de 1949, imediatamente após a ocorrência do movimento. O relatório final do inquérito policial, de 02 de agosto de 1949, foi assinado pelo Delegado de Polícia de Fernandópolis (no período, Fernando Mendes de Souza). Contudo, parece que o mesmo relatório foi produzido ou orientado ideologicamente pelo DOPS, e este, pelos contornos políticos da Guerra Fria (HOBBSAWM, 1999; THOMPSON et al, 1985). É a partir desse documento que muitas memórias e histórias (ALMEIDA; CALVO; CARDOSO, 2005) sobre o movimento de trabalhadores ocorrido na noite do dia 23 para 24 de junho de 1949 foram narradas.

É significativo o fato de que o referido relatório do inquérito policial constitui-se no principal documento e instrumento do DOPS na criminalização dos trabalhadores, pois informa os procedimentos posteriores do processo criminal e documenta os prontuários dos trabalhadores implicados no processo crime e arquivados no acervo do DEOPS, no Arquivo Público do Estado de São Paulo. O inquérito policial foi deliberadamente produzido com a intenção de criminalizar e enquadrar a todos que, de uma maneira ou de outra, estavam envolvidos ou tinham relação de amizade ou de companheirismo político com o grupo que se deslocou de Populina a Fernandópolis, bem como com os demais grupos que estavam mobilizados para a ação; todos foram indiciados criminalmente no Decreto-Lei n. 431, de 18 de maio de 1938, definido como “Lei dos crimes contra a segurança nacional”, imposto durante o governo autoritário de Getúlio Vargas.

A ação do DOPS não reservava apenas o objetivo de instituir inquérito policial ou processar e prender todos os implicados no movimento, mas de instruir o Judiciário, criando e fundamentando a jurisprudência para criminalizar os movimentos sociais de trabalhadores no campo, bem como forma de marcar uma posição política no ambiente político do período. O relatório policial prima por relacionar o movimento de 1949 em Fernandópolis às “práticas criminosas” do “conserto internacional comunista” ou ao “perigo vermelho”. Naquele momento havia certa dúvida sobre a pertinência do Decreto-Lei n. 431, de 18 de maio de 1938, e posicionar veementemente nessa direção constituíam-se na orientação política do DOPS e do projeto burguês em elaboração e execução no Estado de São Paulo e no Brasil (POMAR, 2002). Desde o final do governo de Getúlio Vargas em 1945, os movimentos sociais no campo e na cidade estavam ocupando a cena política e pressionando por mudanças sócio-econômicas. A repressão patronal e policial parecia não ser suficiente para conter as resistências dos trabalhadores diante de um ambiente de expectativas por mudança substantivas. De fato, havia um anseio popular por democratização política e ampliação de direitos (WELCH; GERALDO, 1992). Os próprios dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCB), em período anterior a sua cassação política, se mostravam

otimistas com o processo histórico e assumiam uma posição política de “união nacional” (COSTA, 1995).

A narrativa do relatório policial do delegado de polícia Fernando Mendes de Souza inicia descrevendo a reunião preparatória para o movimento ocorrida em 18 de junho de 1949, na casa de Antônio Joaquim, localizada no Córrego do Feijão. A descrição é fundamentada nos diversos depoimentos colhidos para instruir o inquérito policial. A reunião é assim narrada:

OS FATOS

Antônio Alves dos Santos, vulgo “Antônio Joaquim”, vereador à Câmara Municipal de Fernandópolis, velho comunista e chefe dos elementos “vermelhos” de toda esta região do Estado, em 18 de Junho último reuniu em sua casa, no Córrego do Feijão, comunistas e simpatizantes dos vários povoados das redondezas, sob a alegação de que tinha uma “palavra de ordem do Partido” para lhes transmitir.

Efetivamente, falando aos seus companheiros, ali reunidos em número não superior a vinte, entre os quais se encontravam JOÃO THOMAZ DE AQUINO, também vereador e o líder intelectual do “Partido”, advogado FERNANDO JACOB, além de um tal “HENRIQUE” enviado especial do comitê estadual do PCB Antônio Joaquim lhes disse que “a revolução agrária” seria deflagrada de um momento para outro em todo o território nacional, afirmando-lhes que se tratava de uma “ordem” e, por isso, só lhes cabia obedecer; explicou mais que deveriam, sem perda de tempo, se prevenirem porque daí há dias teriam em suas casas todas as instruções a respeito, para a execução dos planos. (PROCESSO CRIME, 1949, p. 265-266).

O grupo de trabalhadores que se deslocou da casa de Antônio Joaquim (no Córrego do Feijão) para a reunião do PCB, para discutir a “palavra de ordem do Partido”, tornou-se um dos principais temas abordados nos depoimentos arrolados no inquérito policial e no decorrer do processo criminal. Os “fatos” relacionados à reunião preparatória constituem nos principais argumentos para criminalizar os trabalhadores e indicar a responsabilidade na formulação do “plano revolucionário”. No inquérito policial há inúmeras referências ao tal Henrique, dirigente estadual do PCB que havia algum tempo estava na cidade para ajudar Antônio Joaquim na organização e mobilização dos trabalhadores. Esse fato também preocupou os investigadores e os delegados de polícia, já que não conseguiam determinar a identidade desse tal Henrique. Nos dias seguintes, de fato, aqueles que participaram da reunião foram procurados por Antônio Joaquim ou por Henrique e foram comunicados da data, 23 para 24 de junho, e da senha: “a partida de feijão está pronta”.

Sobre a reunião na casa de Antônio Joaquim há inúmeras narrativas. Para os delegados do DOPS, determinar quem eram os participantes da reunião e o conteúdo das discussões ocorridas constituía em prova do crime: a prática de planejar a ocupação ou a “tomada das terras dos proprietários e sua distribuição entre os camponeses [...], ou seja, aos trabalhadores rurais, iniciando o movimento com a tomada da cidade de Fernandópolis” (PROCESSO CRIME, 1949, p. 534).

Assim, o interrogatório dos indiciados no inquérito parece que seguiu um roteiro temático-cronológico, em que os trabalhadores foram questionados sobre suas relações com o PCB, sobre a reunião preparatória, o trabalho de contato e arregimentação de outros trabalhadores, a narrativa do levante e, finalmente, inquiridos sobre o paradeiro daqueles que se evadiram.

No Auto de Qualificação e Interrogatório de José Francisco Custódio, primeiro indiciado a ser qualificado e interrogado, afirma-se:

[...] que nessa reunião, Antônio Alves dos Santos, disse aos presentes que os convocara para dar uma palavra de “ordem” do partido comunista; que em seguida esclareceu ele, que os comunistas desta zona precisavam se unir para obter de qualquer forma terras as suas lavouras; que disse mais

que seria necessário se tornava para obtenção dessas terras, invadirem (sic) a cidade de Fernandópolis, exatamente para que o controle do município pudesse ficar em suas mãos (PROCESSO CRIME, 1949, p. 84).

Jerônimo Trazzi, em seu interrogatório, assim narra sobre a reunião do dia 18 de junho de 1949:

[...] que Henrique, depois de aberta a sessão, delegado do partido, moço este, baixo, aparentando de trinta a trinta e dois anos, de cabelos castanhos e de cor clara; que esse Henrique, depois de aberta a sessão, disse aos presentes que estava incumbido pelo partido comunista de articular um movimento nesta zona, em ligação com Votuporanga e Tanabi para a efeito “a revolução agrária”; que fez ver a todos a situação do operário agrícola, em face da classe privilegiada dos latifundiários; que discorreu com grande entusiasmo nesse terreno, terminando por dizer que a palavra de ordem do partido comunista era a de se apossar das terras desta região, a exemplo do que aconteceria em relação aos comunistas de outras zonas do Estado (PROCESSO CRIME, 1949, p. 90-91).

Sobre a mesma reunião, Joaquim Araújo narra que:

[...] Antônio Joaquim disse aos presentes que iria transmitir uma “palavra de ordem” do partido e que assim todos deveriam prestar a máxima atenção; que em seguida esclareceu que os comunistas desta região precisavam se congregar em torno dele, pois dentro de poucos dias, os comunistas de todo o Brasil fariam a revolução agrária, o que traria enormes benefícios uma vez que cada operário agrícola teria a sua gleba de terras própria para plantar; que Antônio Joaquim fez (sic) ver ainda aos presentes que nesta zona estava ele incumbido de chefiar o movimento, com o objetivo principal de tomar Fernandópolis, cujas repartições públicas seriam desde logo ocupadas; que disse mais que em todos os recantos do Brasil a revolução agrária seria irrompida numa mesma ocasião e assim teria de ser um movimento vitorioso; que a seguir usou a palavra o tal Henrique, delegado do partido comunista (sic), moço que atacou as grandes propriedades agrícolas e os seus proprietários, defendendo o operário camponês, afirmando que a estes deveriam pertencer as terras que eles cultivassem (PROCESSO CRIME, 1949, p. 124-125).

O número preciso dos trabalhadores que participaram da reunião não é exato, embora a investigação tenha se ocupado em quantificar e nomear um por um. Segundo os relatórios do delegado de Fernando Mendes de Souza e do promotor público Artur Ramos Marques, não foram mais do que 20 pessoas. Fernando Jacob, por exemplo nega, em sua defesa, que tenha participado da reunião, embora tenha confirmado sua presença no interrogatório perante o delegado do DOPS em São Paulo, e sua presença foi também confirmada em muitos outros interrogatórios, relatando este até mesmo a divergência ocorrida entre Fernando Jacob e Antônio Joaquim. Isso parece mais uma estratégia na defesa de Fernando Jacob.

Para a polícia, a participação na reunião é relevante, pois permite identificar os autores intelectuais do plano de “invadir” as terras dos seus proprietários e “tomar” a cidade. Os interrogatórios têm o objetivo de criminalizar os trabalhadores que participaram de alguma forma no movimento. Todavia, a partir dos mesmos interrogatórios, os trabalhadores revelam as condições de vida a que estavam submetidos e indicam os projetos que formulavam para tentar mudar essa situação. É provável que, entre os trabalhadores naquele momento, já estivesse se tornando senso comum a ideia de que a terra é por direito de quem nela cultiva e trabalha, e que um caminho para isso poderia ser a união dos trabalhadores nessa luta. Como assevera Florindo de Souza, ovelheiro, provavelmente partilhava do sonho de ter uma terra para plantar e viver. Em ocasião de seu interrogatório, relata que “cada operário agrícola teria sua gleba para plantar, sem despender qualquer

importância com arrendamento ou coisa parecida” (PROCESSO CRIME, 1949, p. 129). Ou mesmo Jorge Rodrigues da Silva, que sinaliza para a razão que o levou a aceitar o convite para participar do movimento – a reforma agrária:

[...] que na noite de dia vinte e três de junho último foi procurado por Joaquim Araújo e deste recebeu um convite para que viesse naquela mesma noite até a casa do chefe do Partido Comunista desta zona, Antônio Alves dos Santos, vulgo Antônio Joaquim, pois, ali iriam reunir cerca de mil e duzentas pessoas para efetivar a reforma agrária no paiz (sic) e lá seria interrogado posto ao par de todo plano; que a reforma visava conceder gratuitamente terras aos pequenos lavradores e barateamento das rendas pagas pelos pequenos agricultores aos grandes proprietários e a vista disso aceitou o convite [...].(PROCESSO CRIME, 1949, p. 212).

Muitas outras problemáticas emergem dos interrogatórios. Além das narrativas sobre o movimento e sobre as pressões vividas pelos trabalhadores – como, por exemplo, a política agrária do PCB e o debate em torno da “revolução agrária” e da “reforma agrária”, presente no final da década de 1940, mas debatido efetivamente nas décadas posteriores (RANGEL, 2000).

Pela primeira vez, em todo o inquérito policial, é usado o termo “reforma agrária” para nomear e caracterizar a luta que os trabalhadores iriam empreender. Isso é significativo, e será que indicia um lapso cometido pelo delegado de polícia encarregado do interrogatório, Fernando Mendes de Souza, e do escrivão, Pedro Mannelli? O delegado Fernando Mendes de Souza assumiu a condução das investigações em 07 de julho de 1949, entretanto parece que continuou sendo assessorado de perto pelos agentes do DOPS e pelos seus delegados. O uso de outro termo no inquérito policial poderia distanciar a luta dos trabalhadores pela terra da política agrária oficial do PCB e a tese de culpabilidade política utilizada no relatório policial poderia ser comprometida. O “Manifesto de janeiro de 1948” (PRESTES, 1948) referia-se, expressamente, em “revolução agrária” e essa se constituía na orientação oficial do partido. O DOPS estruturava e fundamentava o caso nessa assertiva.

É provável que, entre os trabalhadores, os termos “revolução agrária” e “reforma agrária” significassem coisas parecidas e não percebiam muitas diferenças: terra gratuita para plantar e morar, sem a espoliação dos latifundiários por meio das relações de arrendamento, meia ou assalariamento. A mudança no termo pode indicar que os trabalhadores compartilhavam um ideal de mudança das relações sociais de produção e da estrutura fundiária na região. O lapso do delegado e do escrivão em não filtrar o termo ao transcrevê-lo no inquérito policial não evidencia apenas que o DOPS operava com a orientação política para criminalizar os movimentos sociais, mas que, no senso comum de muitos trabalhadores, a indignação diante das condições vividas e a disposição para a luta pela terra ou uma transformação da estrutura fundiária por meio da “reforma agrária” constituía-se em projeto para suas vidas e pelo qual valeria à pena lutar.

Em meados do século XX a polícia e Judiciário estavam seguindo uma política ordenadora de processos sociais, fundamentada no Decreto-Lei n. 431, de 18 de maio de 1938. Todavia, parece que as pressões dos movimentos sociais e as disputas jurídicas expuseram as contradições da legislação obrigaram a instituir uma nova lei de segurança nacional em 1953 – Lei de Segurança Nacional, Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953; mas 1949 era o início desse processo histórico. A intervenção da polícia e do Judiciário no social para assegurar a “ordem pública” e a “segurança nacional” já era notória desde a cassação do registro do PCB e de seus mandatos parlamentares, pelo menos.

Relações de trabalho no campo e as disputas em torno da questão agrária

O movimento de trabalhadores de junho 1949 em Fernandópolis repercutiu e ganhou visibilidade na imprensa regional e na imprensa brasileira do período. Como o movimento de

trabalhadores de 1949 foi demudado em notícia e narrado pela imprensa? Há relatos e evidências de distribuição e circulação de boletins, panfletos e jornais alternativos e pecebista na região. Mas quais as relações desses materiais e as diversas práticas de organização e mobilização nas lutas dos trabalhadores? Em que medida a luta pela terra foi formulada a partir da mediação de militantes do partido e dos materiais que eles portavam? Como a elaboração desses diversos materiais de imprensa corroborou na produção de processos sociais de memória, atribuindo sentidos ao presente e ao passado vivido pelos trabalhadores?

Naquele período, diversos movimentos sociais ocorreram na região Noroeste do Estado de São Paulo, e neles os trabalhadores lutaram por direitos trabalhistas, contra relações sociais de exploração e por melhores condições de trabalho no campo, a exemplo dos movimentos organizados a partir de 1946 em torno da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto e os movimentos de luta pela terra, o como “levante comunista” ocorrido em Fernandópolis em 1949. A partir desses movimentos é possível dimensionar historicamente o processo de criminalização dos movimentos sociais.

O processo histórico vivido pelos trabalhadores nessas lutas estava relacionado a situações extremadas envolvendo a pressão e exploração do latifúndio, a organização de movimentos diversos, a luta política partidária, a repressão política e policial do DOPS e, em alguma circunstância, a vida na clandestinidade – como foi o caso de Antônio Alves dos Santos, conhecido como Antônio Joaquim.

As relações sociais não estavam limitadas às questões de proximidade territorial, mas situadas no campo das relações vividas e experimentadas como pressões para as diversas lutas da vida diária. A questão fundiária e os direitos dos trabalhadores emergem nos materiais históricos como uma problemática e contraponto ao narrar as lutas dos trabalhadores.

Logo no dia seguinte ao movimento ocorrido em Fernandópolis, no dia 25 de junho de 1949, os jornais estavam imprimindo notícias sobre o acontecimento em Fernandópolis. As narrativas produzidas pelos diversos periódicos pautam-se em uma mesma perspectiva política de análise sobre o movimento, diferenciando-se na adição ou não de mais “informações” e na contundência de suas afirmações narrativas.

O jornal “A Notícia”, de São José do Rio Preto, preocupou-se em informar e direcionar o olhar de seus leitores, estampando na primeira página a manchete: “Ameaçada de alteração da ordem no município de Fernandópolis”. A problematização de materiais de imprensa extrapola a análise do conteúdo da frase ou do texto em si. A forma como em que o título foi composto, a manchete, o lugar que ocupa na página e no periódico, o tamanho da fonte, entre outros elementos da linguagem, são portadores de significados. Nesse caso, o título da notícia é impresso em letras garrafais, muito maior proporcionalmente ao próprio texto da notícia, informa as intenções do periódico. Em uma primeira linha aparece “Ameaçada de alteração da ordem” com o tipo em negrito. Na linha abaixo “No município de Fernandópolis”, com o tipo um pouco menor, tem-se o texto da notícia, que diz:

Segundo informações fidedignas que obtivemos a ordem pública, anteontem, no município de Fernandópolis, esteve ameaçada de alteração. De acordo com as referidas informações numeroso grupo armado teria promovido algumas arruaças, com o propósito de intimidar alguns elementos da cidade, entre os quais estariam o prefeito sr. Libero Silves, o médico dr. Waltrudes Baraldi e o sargento comandante do destacamento local. Entretanto, ao que parece, não houve vias de fato. Conhecedor dos acontecimentos, o delegado Regional dr. Benjamin de Oliveira Abade, logo se pôs em comunicação com a Secretaria de Segurança, a qual fez seguir imediatamente para aquele município um delegado especial. É ele o dr. Arnaldo Pires de Camargo, que fará o um relatório completo do que na realidade ocorreu em Fernandópolis (A NOTÍCIA, 25/06/1949, p. 1).

O responsável pelas “informações fidedignas”, delegado regional Benjamin de Oliveira, parecia ainda não ter conhecimento o que, de fato, havia ocorrido em

Fernandópolis, mas adianta-se em relatar (e o jornal conferiu autenticidade às informações) que a “ordem” fora ameaçada. O delegado especial do DOPS deslocado a Fernandópolis seria o responsável em narrar o “que na realidade ocorreu”. O que os eventos sugestionaram era que a “ordem pública” “esteve ameaçada” diante das “arruaças” do “grupo armado”.

No jornal “A Notícia”, no mesmo dia 25 de junho de 1949, ocupando parte significativa do topo do jornal, trouxe também um artigo não assinado, com a manchete: “Não cremos que a política de subdivisão de terras resolva o problema do aumento da produção”. Em seu interior, o articulista discutiu a pertinência econômica de projetos de reforma agrária para a produção de alimentos, assinalando que isso estava provado como “inoportunas e inadequadas”, informando uma posição assumida a partir de experiências de reforma agrária de alguns países, sem fazer referências a tais países. Assevera o jornal que o que ocorre no Brasil seria a “falta de trabalhadores rurais, excesso de terras com produtividade antieconômica, e organização comercial desfavorável ao produtor agrícola”, concluindo que:

[...] a partilha dos chamados latifúndios, entre os trabalhadores rurais, tornando-os proprietários, mesmo com distribuição gratuita de terras, seria um verdadeiro presente de grego. É o mesmo que oferecer uma canga a um boi, dizendo: “Isto é seu! Com esse adereço no pescoço, você terá a honra de [ilegível] a puxar o carro da nação! Para compensação dos seus sacrifícios não há de lhe faltar milho nem capim (A NOTÍCIA, 25/06/1949, p. 1).

Os editores do jornal “A Notícia” não dissimulam os seus preconceitos de classe para com os trabalhadores rurais e suas potencialidades na produção agrícola e na direção política e econômica, como também não fazem questão de ocultar qual a sua posição diante qualquer proposta de reforma agrária, mesmo que a “distribuição da terra” aos trabalhadores ocorra mediante pagamento parcelado, como parece propor, na ocasião, o projeto do deputado estadual Ernesto Monte, discutido pelo articulista.

Esse artigo, publicado logo acima do relato sobre a “ordem ameaçada em Fernandópolis”, é significativo na medida em que está relacionado às tensões vividas em torno da luta dos trabalhadores rurais por direitos trabalhistas e pela terra na região de São José do Rio Preto. O município de Fernandópolis está localizado a pouco mais de 100 quilômetros de São José do Rio Preto e muitas evidências históricas informam-nos dos deslocamentos de trabalhadores e a militância política na região.

Os conflitos em torno das condições de vida e das relações de trabalho no campo vinham acontecendo desde o início da segunda metade da década de 1940, pelo menos. Índícios nessa direção foram os conflitos em torno da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. Durante o ano de 1946, Antônio Tavares de Almeida, advogado e residente na região, que atuava principalmente no campo, foi lançado como candidato a deputado estadual pelo PCB. Juntamente com outros trabalhadores, Tavares de Almeida² mediou a organização da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. O jornal pecebista “Hoje”, em 6 de novembro de 1946, apresentou a série de 5 artigos do então candidato Tavares de Almeida sobre as relações de trabalho no campo e direitos trabalhistas emanados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) publicados nos dias seguintes:

Durante muitos anos as massas trabalhadoras do campo estiveram à margem de qualquer proteção social. [...] promulgada a Consolidação da Leis Trabalhistas foram os assalariados dos campos atingidos por alguns benefícios, dentre os quais se destacou a concessão de férias anuais e

² Em 1946 Antônio Tavares de Almeida era presidente da 22.^a Sub-Secção da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo – e assistente jurídico da Divisão Regional do Departamento Estadual do Trabalho. Prontuário 6585 – Associação Agro-Pecuária de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP.

remuneradas. Tudo, porém, ficou no papel. Nenhum fazendeiro deu importância ao texto legal. [...] Diversas organizações surgiram nas fazendas das zonas mais progressistas. Delas, destacou-se pela sua atuação a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. A entidade, entre várias reivindicações levantou o direito a férias. E, como os fazendeiros não as quisessem pagar muitos colonos se dirigiram a justiça, reclamando seus direitos. Para combatê-los erguer-se a Associação Agropecuária de S. José do Rio Preto que levantou inúmeros sofismas, caluniando, intrigando e pedindo que as autoridades usassem de violência contra “os agitadores comunistas”. O assunto, porém, começou a interessar advogados, juízes e técnicos (HOJE, 06/11/1946, p. 1).

No final do ano de 1946 o periódico “Hoje” assumiu a campanha dos candidatos paulistas pelo PCB. A série de artigos publicados sobre os direitos dos trabalhadores rurais e essa apresentação aos artigos de Tavares de Almeida, impressos no periódico, evidencia não apenas a campanha, mas a posição política do periódico pecebista. Todavia, expressam também os conflitos vividos pelos trabalhadores em suas lutas por melhores condições de trabalho e vida, e a organização de diversas formas de luta e os conflitos em torno da organização da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, não reduzidos ao período das disputas eleitorais. A eleição constituía-se em um momento privilegiado para a politização de alguns temas e na mobilização dos trabalhadores (BATALHA, 2003).

O uso da CLT para mobilizar e organizar os trabalhadores rurais na aplicação, ampliação e conquista de direitos trabalhistas, alguns já garantidos pela CLT, tais como salário mínimo, férias, aviso prévio, entre outros, constitui-se em uma estratégia para a mediação da relação entre os trabalhadores rurais e a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto e os diversos enfrentamentos com os latifundiários, representados pela Associação Agropecuária de São José do Rio Preto.

O boletim intitulado “Aviso aos Trabalhadores Rurais”, (PRONTUÁRIO 71358 – DEOPS/SP) de 1946, assinado pela Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, fornece elementos para a compreensão das lutas dos trabalhadores rurais ocorridas naquele momento e, certamente, compôs o campo de relações e pressões para a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963). O periódico pecebista e o boletim evidenciam que os trabalhadores fizeram uso da CLT como instrumento de suas lutas por direitos logo após a sua promulgação. A organização dessa associação evidencia as circunstâncias vividas e as lutas dos trabalhadores no eixo Fernandópolis – São José do Rio Preto. Evidencia também as estratégias de organização a partir da mediação do PCB.

Sendo assim, as experiências desses trabalhadores possibilitam problematizar e melhor compreender as relações de trabalho, o exercício da exploração e da dominação por parte dos “fazendeiros” e “proprietários” e, por outro lado, a resistência dos trabalhadores rurais e as circunstâncias da produção da notícia sobre o movimento de trabalhadores em Fernandópolis e o posicionamento do jornal “A Notícia”. Metodologicamente, constitui-se no movimento de “ir e vir”, a “lançadeira” sugerida por Alessandro Portelli (2004).

O boletim supracitado, “Aviso aos Trabalhadores Rurais”, fora distribuído aos trabalhadores rurais da região e apreendido pelo delegado de polícia de Mirassol, A. Ribeiro de Andrade, assim como foi anexado ao ofício de denúncia ao Secretario de Segurança Pública do Estado de São Paulo, documenta o Prontuário do DOPS da Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. O boletim chama a atenção dos trabalhadores (“trabalhadores da roça, meeiros, terceiros, colonos, camaradas, empreiteiros, retireiros e arrendatários”) para a proximidade do período de colheita e da necessidade de regulamentar suas relações de trabalho a partir de “contratos agrícolas” que devem celebrar os trabalhadores e com seus respectivos patrões. Esses novos “contratos agrícolas” podem constituir-se em garantias de seus direitos e de melhores condições de trabalho e salário, pasto para animais, correto benefício de seus produtos, lenha, café, instrumentos de trabalho, como peneiras, rastelos, sacos e também “livre locomoção pela fazenda”. Nenhum

trabalhador deveria entrar em nova fazenda ou dar início a um novo trabalho sem o devido contrato assinado, com testemunhas, em “carteira agrícola”, e sem antes procurar a Associação ou a “Liga Camponesa” para verificar se “está tudo de acordo com os tratos que fizeram”. Na “cardeneta agrícola” o trabalhador deveria exigir que fossem especificados os “lançamentos de fornecimentos” “por coisa comprada ou fornecida e não debitadas pelo total da compra ou fornecimento, como é de mau costume”. E conclui que a Associação “é formada e dirigida pelos próprios trabalhadores da roça, dará a estes, mesmo que não seja seus associados, assistência gratuita” (PRONTUÁRIO 71358 – DEOPS/SP).

De acordo com Leonilde Sérvolo de Medeiros (MEDEIROS, 1995), a “carteira agrícola” ou “caderneta agrícola” foi criada pelo Decreto 6437, de 27/03/1907. O referido decreto regulamentou

[...] de forma mais precisa as relações entre ‘colonos’ e ‘fazendeiros’, explicando uma preocupação com a ‘*conciliação dos interesses de classe*’ (sic) e deixando bem claro o caráter das intenções subjacentes a ela. É interessante ainda chamar a atenção para o fato que já então falava em ‘*operários agrícolas*’, referindo-se a ‘*empreiteiros*’ e demais formas de trabalho, indicando uma leitura que reduzia a complexidade inerente às relações de trabalho predominantes, mas que também apontava para o tipo de relação que se almejava implantar. Esse aspecto deve ser ressaltado na medida em que [...] a definição do que é ‘*empregado*’ não é simples como pode parecer à primeira vista e implicou numa disputa política que perpassaria parte importante dos debates sobre a organização dos trabalhadores do campo a partir da década de 30, estendendo-se até os anos 60” (MEDEIROS, 1995, p. 54). (Grifo do autor).

É significativo que os movimentos sociais estivessem pautando as lutas por direitos trabalhistas já na metade da década de 1940, lutas que se constituíram, posteriormente, em disputas jurídicas na Justiça do Trabalho. Ângelo Piori (2000), em sua pesquisa sobre a Justiça do Trabalho, afirma que os processos trabalhistas de trabalhadores rurais no Paraná na defesa de seus direitos, tais como férias, salário mínimo, emergem como fato apenas a partir de 1956. Parece que, no interior do Estado de São Paulo, esses movimentos começaram a constituir-se uma década antes.

Como evidencia, o jornal pecebista “Hoje”, em 24 de maio de 1947, relata, euforicamente a sentença do Juiz de Direito favorável ao direito de férias aos trabalhadores rurais. A extensa reportagem que ocupa quase a totalidade da página é justificada “a fim de esclarecer e orientar os camponeses, advogados e estudiosos do assunto”. Ainda na reportagem afirma-se que “iniciamos hoje, com o brilhante parecer do Dr. Otávio Gonzaga Junior, Juiz de Direito da Comarca de Monte Aprazível”. Na sequência da reportagem parece ser reproduzida a sentença que informa que Bartolomeu Ortis, como reclamante, apresentou contra Abdala Saad a reclamação perante a Justiça argumentando “que trabalhou como colono no período de setembro de 1944 a setembro de 1945, perfazendo os salários mensais de Cr\$ 695,00, e que durante esse tempo não recebeu as suas férias, pelo que requer o pagamento das mesmas em dobro, ou seja, a condenação do reclamado”. Não houve conciliação entre as partes nas diversas audiências.

A defesa argumentou que Bartolomeu Ortis não deveria ser considerado empregado, já que era colono de café; assim, na realidade, constituía-se em um empreiteiro, “agindo com independência e sem qualquer horário”. Além disso, o trabalhador havia cultivado cereais e algodão não apenas no cafezal como também em “terreno solteiro”; que não ganhava por dia e sim por contrato de empreitada, cultivando em outras terras; por fim, argumentava que o “reclamante” não recebia o salário reclamado e trabalhara no café apenas onze meses, “mesmo que se admita o contrário”, baseando sua defesa no Artigo V do Decreto-Lei, n. 2.308, de 13 de Junho de 1940. Ao contrário, o Juiz argumenta, resumidamente, que o “colono” constitui-se num empregado à medida que a relação de trabalho fora assentada na “permanência, remuneração e subordinação” do trabalhador, muito embora sua especificidade. É fato que a sentença desse juiz não se transformou em

jurisprudência e a questão seria discutida em acórdão no Tribunal Superior do Trabalho (TST) apenas em 1959 (PRIORI, 2000). Contudo, municiou os movimentos de trabalhadores e suas reivindicações no interior do Estado de São Paulo.

Parece que depois da denúncia do delegado de polícia de Mirassol, a Associação passou por um processo de investigação pelos agentes do DOPS. Em relatório datado de 17 de outubro de 1947, de autoria atribuída ao Delegado Especializado de Ordem Política João Queiroz de Assumpção Filho, há o seguinte relato:

Dr. Sr. Delegado Auxiliar. A representação de fls. 2 e 3, do dr. A. Ribeiro de Andrade, Delegado de Polícia de Mirassol nos da conta das atividades nocivas do P.C.B através da “Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto” que com outra coisa não é senão a mesma “Liga Camponesa”, que há bem pouco tempo, foi mandada fechar pelo Exmo. Sr. Secretario da Segurança Pública. Relativamente à “Liga Camponesa” esta Especializada concluiu uma sindicância administrativa, sobre as providências tomadas para seu fechamento, sindicância essa que que (sic) se pediu fosse encaminhada ao M. J. N. I. para apreciação do caso. Cientes os comunistas de que as atividades do M.U.T. União Sindical dos trabalhadores e Liga Camponesa não são permitidas pela polícia em face de não terem personalidade jurídica que lhes assegure o direito de funcionamento no território nacional, resolveram, agora, criar a “Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto” que outra coisa não é senão a mesma “Liga Camponesa”, conforme já o dissemos. Pelo documento de fls. 3, verifica-se que essa associação se dispõe a perturbar os serviços da lavoura e preparar terreno para os seus planos inconfessáveis. Juntamos a esse, por cópia, o radio circular n.º. 6, de 7-6-946 que mandou fechar as chamadas “Ligas Camponesas” que já se alastravam pelo Estado de São Paulo. (PRONTUÁRIO 71358 – Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP).

A historiografia sobre as “ligas camponesas” tem privilegiado essas práticas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais apenas no Nordeste brasileiro, privilegiando as décadas de 1950-60, talvez pela visibilidade política que aqueles movimentos tenham conquistado. As diversas experiências de associações de classe, institucionalizadas ou não, nomeadas no interior do PCB de “ligas camponesas”, tem sido pouco investigadas, sobretudo essas experiências no interior do Estado de São Paulo, no decorrer da década de 1940 (MOREIRA, 2009).

Parece-me que, a partir da defesa do cumprimento de determinados preceitos da CLT, o objetivo era mobilizar os trabalhadores na luta por direitos e para a luta pela terra. O documento do DOPS evidencia não apenas a emergência dessa prática, como também as estratégias utilizadas pelos trabalhadores diante a repressão desencadeada pela Secretaria de Segurança Pública e pelo DOPS, ou seja, a organização de associações de trabalhadores rurais. Internamente, o PCB paulista nomeava essas organizações como “ligas camponesas”.

O fechamento da Associação é também noticiado pelo periódico “Hoje” no dia 24 de maio de 1947, em narrativa politizada e circunstanciada com a cassação do PCB e a onda de cassação de diversas associações de trabalhadores. A nota do correspondente local, provavelmente editada pelos redatores do periódico, afirma que “Foi fechada a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Rio Preto. Essa arbitrária medida, foi executada pelo delegado de polícia local, sob a alegação de que cumpria ordens superiores”. É publicado que a Associação lutava pela “reforma agrária, por melhores condições de vida, de trabalho, reforma dos contratos de arrendamento, mais respeito dos latifundiários aos camponeses”, entre outros (HOJE, 24/5/1947, p. 3).

As condições e relações de trabalho vividas pelos trabalhadores informavam a relação e o diálogo que poderiam estabelecer com projetos vindos de fora (PCB). Parecia quase um consenso entre os trabalhadores a concepção de que as condições de vida experimentadas eram de exploração e de injustiça. A assertiva, valoração, de que a terra

deveria pertencer a quem nela trabalha constituía em uma perspectiva partilhada por alguns e politizada pelos mediadores articulados ao PCB.

Esse deslocamento do jornal “A Notícia” e de sua nota “Ameaçada de alteração da ordem no município de Fernandópolis” permite problematizar e historicizar as circunstâncias para os diversos conflitos e para a luta de classes no Noroeste do Estado de São Paulo e, assim, mapear a posição do jornal, situando o ambiente social e político vivido e as pressões para o movimento de trabalhadores de Fernandópolis ocorrido em 1949. A construção social de sentidos, pelo jornal “A Notícia”, está marcada por esse ambiente de lutas dos trabalhadores rurais em toda a região.

Como se percebe, o movimento de trabalhadores em Fernandópolis foi noticiado em diversos periódicos, tais como, “Folha da Tarde”, “Correio Paulistano”, “Diário de São Paulo”, “O Cruzeiro”, entre outros (MOREIRA, 2009). Questionamos: quais os interesses da imprensa em divulgar o movimento ocorrido nos limites territoriais do Estado de São Paulo com os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul? A construção social da memória sobre o movimento de trabalhadores em Fernandópolis naquele ano de 1949 estava pressionada pelos diversos movimentos sociais que ocorriam pelo campo e pela cidade e pelas pressões ideológicas em torno da Guerra Fria. Naquele momento, uma “revolução” anticapitalista constituía-se em possibilidade e projeto político para muitos. Certamente, isso preocupava as classes dominantes, pois a notícia sobre o movimento não ficou restrita e secreta entre os agentes do DOPS, disseminou-se pela imprensa do período e estampou as bancas de jornais e revistas.

Considerações finais

A história dos trabalhadores na luta pela terra no Brasil tem assumido contornos de tragédia, dado os indigitados atentados, assassinatos que os trabalhadores rurais estão sofrendo ainda nesse século XXI. Contudo, não deixa de ser cômico e irônico que a versão hegemônica sobre a ação dos trabalhadores sem-terra nas terras griladas pela Cutrale no final de setembro de 2009 não fora defendida apenas pelos latifundiários, pelos seus representantes no Congresso, pela imprensa empresarial-burguesa e pelo governador do Estado de São Paulo, mas também pelo presidente da República.

Nessa temporalidade intensamente vivida pelos trabalhadores na luta pela terra, o movimento hegemônico se faz atuante no social, disputando com os movimentos sociais dos trabalhadores a reforma agrária, projetos para o campo e para o Brasil – o modelo econômico.

A criminalização dos movimentos sociais no campo, a repressão violenta à luta pela reforma agrária, a concentração fundiária crescente, evidenciada nos dados Censo do IBGE de 2006, a miséria vivida diariamente, a lógica do mercado e do agronegócio, a desregulamentação e desrespeito para com os direitos dos trabalhadores, bem como a intensificação de relações de trabalho exploradoras, são fatores que nos têm pressionado a olhar em perspectiva histórica esse passado e avaliar que muito pouco mudou nessas últimas décadas e, em muitas circunstâncias, tem até piorado. A continuidade tem sido a marca desse processo histórico.

A investigação sobre os usos do passado desvela as disputas em torno das memórias dos movimentos sociais de trabalhadores, sempre mediadas pelas disputas e lutas de classe em determinados “presentes”. No tempo presente das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra, a criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores, as disputas de projetos em torno resolução da questão agrária e, recentemente, as disputas em torno da atualização dos índices da produtividade fundiária para fins de desapropriação de terras para a reforma agrária, imprimem marcas e limites ao processo de construção de sentidos do passado. A inviolabilidade e a sacralidade da propriedade privada tem se constituído no ponto nevrálgico da luta de classes. Qualquer cerca derrubada ou qualquer deslocamento dos valores liberais de propriedade pelos trabalhadores rurais sem-terra é enxovalhado, massivamente, na imprensa brasileira e a criminalização dos movimentos

sociais dos trabalhadores tem evidenciado a arena das disputas, bem como os enfrentamentos políticos e os embates entre os projetos.

Por essa perspectiva, têm-se memórias e histórias das lutas dos trabalhadores pela terra estão em disputa no presente. Ocultar as experiências dos trabalhadores e seus movimentos sociais organizados no passado tem constituído no presente mais uma estratégia hegemônica da luta de classes. A construção de versões narrativas sobre as experiências e práticas de luta dos trabalhadores em Fernandópolis, significadas como “levante comunista” ou “revolução agrária”, produziu certo reducionismo histórico, social e político, pois limitou os movimentos dos trabalhadores ao comunismo e ao PCB. A produção histórica dos sentidos do passado ocultou os diversos conflitos e movimentos dos trabalhadores arrendatários de terra, os conflitos no processo de formação de fazendas, os despejos dos trabalhadores e as lutas pela terra. Muitos trabalhadores vislumbraram nos deslocamentos para a região Noroeste paulista a possibilidade de acesso a terra, melhores condições de vida, de trabalho e moradia (MOREIRA, 2009).

Nas temporalidades vividas entre 1945-64 em Fernandópolis, as lutas dos trabalhadores foram social e politicamente desqualificadas. Há indícios de que a pecha de “comunista” constituiu-se no artefato utilizado pela classe hegemônica nessas disputas, corroborado pelas disputas ideológicas em todo o período da Guerra Fria. Alguns trabalhadores, de fato, assumiram-se como comunistas em momentos diversos de suas vidas. Outros se mantiveram comunistas até o fim de suas vidas, como é caso de Antônio Alves dos Santos, o Antônio Joaquim.

Assim, tem-se que os diversos projetos em disputa para o campo e para a cidade foram limitados a algumas tensões políticas entre frações das classes dominantes, naturalizadas e descontextualizadas nas narrativas e memórias laudatórias. A luta de classes, diariamente vivida entre trabalhadores e latifundiários e “proprietários”, foi ocultada da história da cidade e da região, cujas relações hegemônicas compuseram o saber histórico dominante difundido no social. Outras histórias foram narradas a partir das memórias e experiências sociais dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, P. R.; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (Orgs.). Histórias: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- BATALHA, C. H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. Brasil Republicano: da proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, H. Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995.
- COSTA, R. M. S.; COSTA, V. L. Fernandópolis – das raízes à consolidação da emancipação. In: PESSOTA, A. J. et al. Fernandópolis: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.
- BISCARO NETO, N. Memória e cultura na história da Frente Pioneira (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.
- HOBSBAWM, E. J; RUDÉ, G. Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

LINEBAUGH, P; REDIKER, M. A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a histórica oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MANIFESTO Em defesa da democracia e do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8178>>. Acesso em: 02 out. 2009.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, L. S. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1995.

MOREIRA, V. J. Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2009.

NARDOQUE, S. Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP. 2007. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro, 2007.

POMAR, P. E. R. A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PORTELLI, A. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. Problemas, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

PRIORI, A. A Justiça do Trabalho e os trabalhadores rurais: um debate acerca da legislação rural trabalhista brasileira. In: PRIORI, A. (Org.). O mundo do trabalho e a política: ensaios interdisciplinares. Maringá: EDUEM, 2000.

PROCESSO CRIME n. 140, de 23 de agosto de 1949. Comarca de Votuporanga-SP, Votuporanga, 1949.

RANGEL, M. S. Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas. 372 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

STÉDILE, J. P. (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. et al. Exterminismo e Guerra Fria. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WELCH, C.; GERALDO, S. Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAI, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável...** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E.. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T.. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T.. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river**. Ano 13, n. 16 p. 96-113.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP**. Ano 13, n. 16 p. 114-129.